

2022

VOLUME 5 | NÚMERO 2

SEMESTRAL

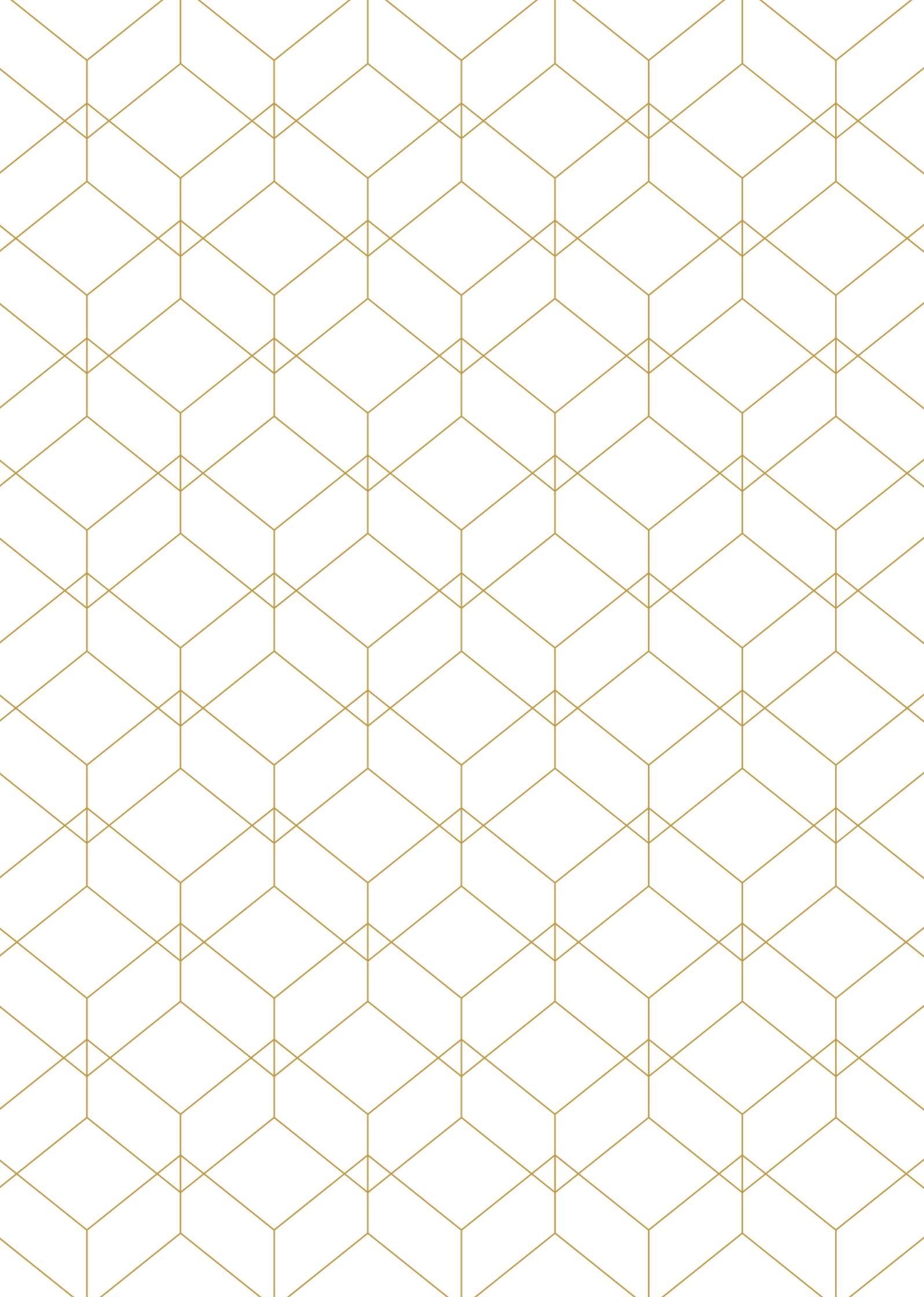
ISSN (ONLINE): 2184 – 3090

ERC: 127195



**HERANÇA**  
Revista de História, Património e Cultura







**“TEMPO DE POESIA”**

“Todo o tempo é de poesia.

Desde a névoa da manhã  
à névoa do outro dia.

Desde a quentura do ventre  
à frigidez da agonia.

Todo o tempo é de poesia

Entre bombas que deflagram .  
Corolas que se desdobram.  
Corpos que em sangue soçobram.  
Vidas que a amar se consagram.

Sob a cúpula sombria  
das mãos que pedem vingança.

Sob o arco da aliança  
da celeste alegoria.

Todo o tempo é de poesia.

Desde a arrumação do caos  
à confusão da harmonia.”

**António Gedeão** in *Poesias Completas*





HERANÇA

**Ficha técnica**

Sede Social, Editor e Redação:

Startup Madeira - Campus da Penteada

9020 - 105 Funchal, Madeira

E-mail: [geral@ponteditora.org](mailto:geral@ponteditora.org)

Telefone: 291 723 010

URL: [Ponteditora – Formar uma pátria de língua portuguesa tendo por base a ciência.](http://Ponteditora – Formar uma pátria de língua portuguesa tendo por base a ciência.)

URL (revista): [Herança - Revista de História, Património e Cultura \(ponteditora.org\)](http://Herança - Revista de História, Património e Cultura (ponteditora.org))

**Diretora/Editora-Chefe:** Isabel Cruz Lousada, PhD

**Periodicidade:** Semestral

**Propriedade:** Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

**NIPC:** 514 111 054

**Composição do Capital da Entidade Proprietária:**

10.000€, 100% detido por Ana Leite, Doutoranda.

**Gestão/gerência (não remunerada):** Eduardo Manuel de Almeida Leite, PhD.

ISSN (online): **2184-3090**

ERC: **127195**



# EQUIPA EDITORIAL

## EDITORA - CHEFE

**Isabel Cruz Lousada**  - Investigadora Auxiliar de nomeação definitiva da NOVA FCSH. Licenciada, Mestre e Doutora pela Universidade Nova de Lisboa tem feito o seu percurso académico na interseção das áreas científicas nas quais se inscrevem os Estudos sobre as Mulheres. Atualmente integrada no CICS.NOVA é também investigadora colaboradora do CLEPUL - Grupo de Investigação 6 - Brasil-Portugal: Cultura, Literatura e Memória, no qual co coordena o projeto “Senhoras do Almanaque”, com Vânia Pinheiro Chaves. Na CIDH - Cátedra Infante D. Henrique coordena com Isabel Baltazar o grupo de investigação MCCLA - Mulheres, Cultura, Ciências, Letras e Artes. Sócia fundadora do MIMA - Museu Internacional das Mulheres - Associação; Conselheira da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Membro da Direção do Subgrupo WWIH - Women Writers in History da rede DARIAH; Vice-Presidente da AMONET - Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas; Vogal da Secção de História da Medicina da SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa). Membro da SPESXVIII – Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, atualmente na Presidência. Sócia da APE – Associação Portuguesa de Escritores e do P.E.N. Clube Português, Portugal.

## EDITOR - ADJUNTO

**Margarida Pocinho**  - PhD em Educação pela Universidade da Madeira. Professora Associada na Universidade da Madeira, com Agregação no Departamento de Psicologia da Faculdade de Artes e Humanidades, Portugal. Vereadora da Câmara Municipal do Funchal para a Educação, Ciência e Apoio Social desde outubro de 2021. Frequentou cursos avançados internacionais em musicoterapia na Université Paris V e na U.S. Culture and Society como Fulbright Fellow na New York University, EUA. É investigadora colaborativa no Instituto de Psicologia Cognitiva da Universidade de Coimbra (Portugal) e investigadora integrada no CinTurs- Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar da Universidade do Algarve. Foi também avaliadora de bolsas de projetos - FCT e H2020 e Coeditora Convidada de revistas indexadas (Q1, L1-Educational Studies in Language and Literature).

## EDITORES ASSOCIADOS

**Chih-Chieh Yang**  - PhD em Direito, Professor Associado da Universidade de Ciência e Tecnologia do Sul de Taiwan, China.

**Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos**  - PhD em Comunicação e Cultura, Professor Adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Regente da Disciplina de Pesquisa de Mercado e Opinião Pública; Chefe do Departamento de Métodos e Áreas Conexas; Vice Líder do Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária (LECC CNPq/ECO UFRJ); Conselheiro Representante dos Professores Adjuntos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) no Conselho Universitário (CONSuni), Brasil.

**Daniela Flor Coelho Melo**  - PhD em Ciência Política, Professora Assistente da Universidade de Boston, Estados Unidos da América.

**Fabrizio Ricciardelli** – PhD em História Medieval, Diretor do Centro de Florença da Universidade de Kent, foi Professor de História da Universidade de Georgetown em Villa Le Balze, Itália.

**Francisco das Neves Alves**  - PhD em História, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.

**Gabrielė Šalčiūtė Čivilienė**  - PhD em Humanidades, Professora do Kings's College de Londres.

**Ramona Mihăilă**  - PhD em Literatura e Estudos de Género, Vice-Reitora de Relações Internacionais da Universidade Dimitrie Cantemir, Roménia.

# CONSELHO CIENTÍFICO

**Ana Maria Pires da Silva**  - PhD em Antropologia, foi Quadro Superior no Ministério da Educação; Lecionou a disciplina de Introdução ao Pensamento Contemporâneo na Universidade Lusófona; Vice-Presidente da Secção de História da Medicina da Sociedade de Geografia de Lisboa; Fundadora e Presidente do Conselho Fiscal da AC RIM - Associação de Cancro do Rim Portugal; Voluntária no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Portugal.

**Ana Pérez-Quiroga**  - PhD em Arte Contemporânea. Artista. Investigadora no Center for Art and Artistic Research CHAIA-EU, Portugal.

**António Almeida**  - PhD pela Universidade de Newcastle upon Tyne. Equivalência ao grau de Doutor em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade dos Açores. Docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira, Portugal.

**António Pires Ventura**  - PhD em História contemporânea pela Universidade de Lisboa. Professor Catedrático do Departamento de História da FLUL, Portugal.

**Antonella Cagnolati**  - PhD em História contemporânea pela Universidade de Lisboa. Professor Catedrático do Departamento de História da FLUL.

**Arlinda Manuela dos Santos Cabral**  - PhD em Sociologia da Educação, Conhecimento e Cultura, Professora Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Investigadora Integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED); Coordenadora da ReLeCo NE-ES - Núcleo de Estudos Africanas: Educação e Sociedade (CeIED/ULHT), Portugal.

**Ayse Nur Ereğ**  - PhD em História da Arte, Moderna e Contemporânea, História Urbana e Património Cultural, Professora Associada na Universidade de Istambul, Turquia.

**Chih-Chieh Yang**  - PhD em Direito, Professor Associado da Universidade de Ciência e Tecnologia do Sul de Taiwan, China.

**Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos**  - PhD em Comunicação e Cultura, Professor Adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Regente da Disciplina de Pesquisa de Mercado e Opinião Pública; Chefe do Departamento de Métodos e Áreas Conexas; Vice Líder do Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária (LECC CNPq/ECO UFRJ); Conselheiro Representante dos Professores Adjuntos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) no Conselho Universitário (CONSuni), Brasil.

**Daniela Flor Coelho Melo**  - PhD em Ciência Política, Professora Assistente da Universidade de Boston, Estados Unidos da América.

**Dionísio Vila Maior**  - PhD em Literatura Portuguesa, Professor Associado com Agregação na Universidade Aberta; Professor Visitante da Universidade de Pádua (Itália) e da Universidade de Marie Curie (Polónia); Júri da Associação Portuguesa de Escritores (APE), Portugal.

**Dora Maria Nunes Gago**  - PhD em Línguas e Literaturas Românticas, Professora Associada da Universidade de Macau, China.

**Eva Blay**  - PhD em Sociologia. Professora Emérita da Universidade de São Paulo.

**Fabrizio Ricciardelli** – PhD em História Medieval, Diretor do Centro de Florença da Universidade de Kent, foi Professor de História da Universidade de Georgetown em Villa Le Balze, Itália.

**Filipe Abraão Martins Couto**  - PhD em Filosofia, Professor Auxiliar Convidado da Universidade Nacional Timor-Lorosae, Timor-Leste.

**Francisco das Neves Alves**  - PhD em História, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.

**Gabrielė Šalčiūtė Čivilienė**  - PhD em Humanidades, Professora do Kings's College de Londres.

**Inês Mendes Moreira Aroso**  - PhD em Ciências da Comunicação, Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Investigadora Integrada no LabCom (Universidade da Beira Interior), Portugal

**Isabel Cristina Ferreira Neves Baltazar**  - PhD em História e Teoria das ideias, Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**Isabel Idelzuite Lustosa da Costa**  - PhD em Ciência Política, CHAM - Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

**Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho**  - PhD em História da Arte, Artis - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.

**João Paulo Queiroz**  - PhD em Belas Artes especialidade Teoria da Imagem. Professor Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Portugal.

**José Cristian Góes**  - PhD em Comunicação e Sociabilidade, Universidade Federal de Minas Gerais; Assessor de Comunicação da Advocacia-Geral da União, Brasil.

**José Esteves Pereira**  - PhD em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Professor Catedrático Departamento de Estudos Políticos na NOVAFCSH / CHC - Centro de História da Cultura, Portugal.

**Katalin Krasznahorkai**  - PhD em Arte Contemporânea, investigadora convidada na Universidade de Zurich, Suíça.

**Luísa Marinho Antunes Paolinelli**  - PhD em Literatura Comparada - Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira, Professora Auxiliar do Centro de Competências de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, Portugal.

**Maria Alexandre Lopes Campanhã Lousada**  - PhD em Geografia Humana (Geografia Histórica), Faculdade de Artes e Humanidades, Universidade de Lisboa. Investigadora no Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

**Maria da Conceição Albuquerque Emiliano Onofre Castel-Branco**  - PhD em Estudo Anglo-Portugueses, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

**Maria de Fátima Nunes**  - PhD em História, Universidade de Évora - IHC - Polo da Universidade de Évora, Portugal.

**Maria Helena Teixeira Maia**  - PhD em Arquitetura, Investigadora do Centro de Estudo Arnaldo Araújo, Professora Auxiliar da Escola Superior Artística do Porto, Portugal.

**Maria Idalina Ferreira Pereira Sardinha**  - PhD em Estudos da Arte, Conselho de Cultura da Universidade da Madeira, Portugal.

**María de la Paz Pando Ballesteros**  - PhD História Medieval, Moderna e Contemporânea. Professora na Universidad de Salamanca: Salamanca, Castilla y León, Espanha.

**Mário Vítor Bastos**  - PhD em Literatura Inglesa, Professor Auxiliar do Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, Portugal.

**Nicole Shea**  - PhD em Literatura Comparada, Universidade de Binghamton, Nova Iorque, Estados Unidos da América.

**Olga Rusinova (Roussinova)**  - PhD em História da Arte Europeia, Professora Associada da Faculdade de Humanidades da Universidade de Economia de Moscovo, Rússia.

**Patrícia Alexandra Dias Santos Pedrosa**  - PhD em Projetos Arquitetónicos, Professora Auxiliar Convidada da Universidade da Beira Interior, Portugal.

**Paula Alexandra Ochôa de Carvalho Telo**  - PhD em Ciência de Informação, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades, Portugal.

**Paulo Campos Pinto**  - PhD em Estudos da Cultura, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

**Pedro Urbano da Gama Machuqueiro**  - PhD em Ciências Históricas, Instituto de História Contemporânea - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

**Pekka Johannes Touminen**  - PhD em Antropologia Social e Cultural, Estudos Urbanos e Etnografia, Universidade de Helsínquia, Finlândia.

**Ramona Mihăilă**  - PhD em Literatura e Estudos de Género, Vice-Reitora de Relações Internacionais da Universidade Dimitrie Cantemir, Roménia.

**Ria Lemaire-Mertens**  - PhD em Letras, Professora Emérita da Universidade de Poitiers, França.

**Ricardo Oliveira de Freitas**  - Pós-Doutorado em Estudos Culturais e Mídia, Professor Permanente da Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.

**Roberta Maria Bueno Bocchi**  - PhD em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FINEDUCA; Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, Brasil.

**Rossana Andreia Neves dos Santos**  - PhD em Turismo, Universidade da Madeira, Portugal.

**Sandrina Francisca Teixeira**  - PhD em Comunicação, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Investigadora no CEOS.PP e no CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), Portugal.

**Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva Ferreira**  - PhD em História da Arte, Investigadora Contratada do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

**Tânia Ferreira Rezende Santos**  - PhD em Estudos Linguísticos, Professora Associada da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

**Susana Teles**  - PhD em Gestão pela Universidade Lusíada. Pró-Reitora e Diretora de Curso do Mestrado em Gestão Hoteleira, Universidade da Madeira, Portugal.

**Tânia Ferreira Rezende Santos**  - PhD em Estudos Linguísticos, Professora Associada da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

**Vanda Maria Gonçalves de Sousa**  - PhD em Estudos de Cultura, Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação Social, Portugal.

**Vitor Serrão**  - PhD em História da Arte pela Universidade de Coimbra. Professor Catedrático na FLUL / ARTIS-IHA Instituto de História da Arte, Portugal.

**Zsuzsanna Varga**  - PhD em Literatura Inglesa, Professora na Universidade de Glasgow, Escócia.

# CONSELHO EDITORIAL

**Ana Miguel Ramos Leite**  - Doutoranda em Estudos Globais, Universidade Aberta/L'École des hautes études em sciences sociales (EHESS), Portugal.

**Bruno Miranda Braga**  - Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, Brasil.

**Luís F. C. Henriques**  - Doutorando em Musicologia, Universidade de Évora; Colaborador do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical na Universidade de Évora, Portugal.

**Manuel J. Gandra**  - Licenciado em Filosofia, Professor Auxiliar Equiparado no IADE - Universidade Europeia, Portugal.

# **ESTATUTO EDITORIAL**

- I – A **Herança – Revista de História, Património e Cultura**, conhecida também pelas formas abreviadas de **Herança**, é uma publicação periódica. Propriedade da Editora: Ponteditora.
- II – A **Herança** dedica-se à pluralidade de temas que envolvem a História, o Património, material e imaterial, e a Cultura.
- III – A linha editorial da **Herança** publica textos inéditos dedicados à investigação científica e como a Arqueologia, Arquitetura, História da Arte, Conservação e Restauro, Gestão e Estudos da Cultura, entre outras.
- IV – A **Herança** tem por missão fomentar a ciência em português e estimular a investigação e a elaboração de estudos e ensaios nos países da CPLP e da Diáspora de língua portuguesa.
- V – A **Herança** é editada semestralmente, online, em língua portuguesa e inglesa, sendo disseminada em todo o mundo através da Internet.
- VI – A **Herança** terá, aproximadamente, 80 a 180 páginas.
- VII – A **Herança** é, desde a sua génese até à atualidade, publicada na versão online.
- VIII – A **Herança** destina-se a professores, investigadores, estudantes e profissionais, nacionais ou estrangeiros.
- IX – A **Herança** apresenta um corpo editorial técnico e científico, aberto a académicos, investigadores e profissionais oriundos de diversas organizações e empresas relacionadas com a investigação cultural e histórica.
- X – A **Herança** publica artigos académicos e científicos, originais e de revisão, bem como ensaios e resenhas/recensões críticas.
- XI – A aprovação dos manuscritos para publicação regula-se por critérios de pertinência, interesse, qualidade científica e no respeito pela pluralidade de perspetivas. A **Herança** assume-se como independente de qualquer poder político, ideológico ou económico, e orienta-se por critérios de rigor, isenção e inclusão.
- XII - A **Herança** publica em língua portuguesa, assim como em inglês. Em cada artigo estão incluídos o título, resumo e palavras-chave em duas línguas.
- XIII - A revista **Herança** edita [números regulares](#) e [números especiais](#), confiados a investigadores/as credenciados/as das respetivas áreas de especialidade ([orientações para revisores/as](#)), sob a escrutínio e aprovação da Equipa Editorial. Toda a colaboração é submetida a um exigente processo de seleção e revisão

baseado em arbitragem científica e dois modos, cega por pares e por pares aberta.

- XIV** - Almejando os mais elevados padrões de ética na publicação, a Equipa Editorial da **Herança** inspira o seu Código de Ética nas orientações estabelecidas pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, Comité de Ética em Publicações, versão de março, 2011). Nesse código definem-se as responsabilidades de todas as partes envolvidas no ato de publicação da **Herança**.
- XV** - A revista **Herança** pretende promover o intercâmbio de ideias, experiências e projetos entre os autores e editores, contribuindo para a reflexão histórica, cultural e patrimonial e para a sua ligação com a sociedade
- XVI** - A revista **Herança** disponibiliza as Normas para apresentação e publicação de artigos e uma lista anual dos/as revisores/as que colaboram na arbitragem científica dos manuscritos.
- XVII** - A Equipa Editorial da revista **Herança**, assume o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa-fé dos leitores, nos termos nº 1 do artigo 17º da Lei de Imprensa.

## Editorial

*Editorial*

001

### A FORTALEZA DE SANTA CATARINA DE RIBAMAR (PORTIMÃO) NO SÉCULO XVIII: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA?

*THE FORTRESS OF SANTA CATARINA DE RIBAMAR (PORTIMÃO) IN THE 18TH CENTURY: WHAT DOES THE HISTORY AND ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE TELL US?*

007

### A REAL FÁBRICA DE PORCELANA DA VISTA ALEGRE, O REI D. FERNANDO II E A CONDESSA D'EDLA, PARTE 1

*THE ROYAL VISTA ALEGRE PORCELAIN FACTORY, KING FERNANDO II AND THE COUNTESS OF EDLA, PART 1*

027

### ESCOLA DE REFORMA: O NASCIMENTO DO CÁRCERE FEMININO NO BRASIL

*RETIREMENT SCHOOL: THE BIRTH OF FEMALE PRISON IN BRAZIL*

061

### O 'NÚMERO EXTRAORDINÁRIO' DA REVISTA BRASIL-PORTUGAL E O 4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

*THE 'EXTRAORDINARY ISSUE' OF THE BRASIL-PORTUGAL MAGAZINE AND THE 4TH CENTENARY OF THE DISCOVERY OF BRAZIL*

103

BRASIL-PORTUGAL

119

**LITERATURAS DA AMÉRICA LADINA: UM  
PERCURSO PELAS LITERATURAS DE AUTORIA  
NEGRA LATINO-AMERICANA**

*AMÉRICA LADINA'S LITERATURES: A JOURNEY  
THROUGH BLACK LATIN AMERICAN AUTHORSHIP*

141

**AS MARGENS VISTAS DE FORA: DOIS  
FENÓMENOS SINGULARES DA HISTÓRIA DA  
LITERATURA BRASILEIRA DOS SÉCULOS XX E  
XXI**

*THE MARGINS VIEWED FROM THE OUTSIDE: TWO  
PECULIAR PHENOMENA OF THE HISTORY OF  
BRAZILIAN LITERATURE OF THE 20TH AND 21ST  
CENTURIES*

155

**A NARRATIVA TRADICIONAL COMO RUÍNA NO  
CONTO BOLA DE SEBO, DE GUY DE  
MAUPASSANT**

*THE TRADITIONAL NARRATIVE AS RUIN IN THE  
SHORT STORY BOULE DE SUIF, BY GUY DE  
MAUPASSANT*

165

**FRANCISCO DE ASSIS (1181 OU 1182): UM  
PARADOXO DO SEU TEMPO**

*FRANCISCO DE ASSIS (1181 OR 1182): A PARADOX  
OF HIS TIME*



**AS ESCULTURAS DE SANTOS COMO  
EXPRESSÃO DA ARTE E DA RELIGIÃO  
MATERIAL BRASILEIRAS**

*THE SCULPTURES OF SAINTS AS EXPRESSION OF  
BRAZILIAN ART AND MATERIAL RELIGION*

179

**RETHINKING TOURISTIFICATION AS A LONG-  
TERM PROCESS**

**THE IMPACT OF TOURISM ON THE MADEIRAN  
CUISINE (19TH-21ST CENTURIES)**

*REPENSANDO A TURISTIFICAÇÃO COMO UM  
PROCESSO A LONGO PRAZO*

*O IMPACTO DO TURISMO NA COZINHA  
MADEIRENSE (SÉCULOS 19-21)*

199

**OLHARES CRUZADOS SOBRE O(S)  
FEMINISMO(S) E A EDUCAÇÃO FEMININA EM  
PORTUGAL E NO BRASIL NOS ALVORES DO  
SÉCULO XX DE CARLA BAPTISTA DE FREITAS**

227

**ÍNDICE DE AUTORAS DAS LITERATURAS  
AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (1841-  
2021)**

233

ÍNDICE

## EDITORIAL

«Perdemos repentinamente  
a profundidade dos campos  
os enigmas singulares  
a claridade que juramos conservar

mas levamos anos  
a esquecer alguém  
que apenas nos olhou.»

(José Tolentino Mendonça, in *A Noite Abre Meus Olhos*)

Será uma quase inevitabilidade, por esta altura do ano, pensar em fazer um balanço, como que em modo de justificação, de um ciclo que damos por findo e, esperançosos já num outro, que se nos afigura num horizonte menos distante, em cujas promessas o devir se fará presente e desejavelmente melhor.

A necessidade de se fazer presente perante um passado que não se terá cumprido integralmente (alguma vez o chegará a ser?) dissipado em ausências sentidas (umas mais do que outras), omissões e esquecimentos, confundidos pela poeira do tempo que só esfuma o nosso sentir, mas não deixa tranquilo o nosso olhar.

A epígrafe escolhida serve o propósito de lembrar que nos domínios da memória podemos ser atraídos (atraíamo-nos?) mas na alteridade, no mais profundo do ser humano «ser olhado» ocupa uma centralidade que nos transforma de súbito de um nada, de um restolho, de cinzas, a um tudo, a um ser, a ser vida.

Ao longo dos séculos poder-se-iam sintetizar toda uma panóplia de teses, teorias, conceitos de maior ou menor complexidade, mas a razão mais simples para o encontro que todos e cada um/a anseia passa porventura por algo exterior a nós. Um movimento que terá de ser a combinatória de um olhar que fazemos para o nosso interior e que se espelha (talvez) no olhar que se cruza com o nosso, no outro/a. Perdemos demasiadas vezes a oportunidade de humanizar o nosso quotidiano com pequenas coisas que não serão minudências, mas passam como o fossem. E é dramático que possa ser nesse intervalo o perder-se o verdadeiro sentido da existência.

O ano que termina representou para tantos o sair de um casulo em que nos enclausurámos, agora protegidos das sucessivas ameaças, com a vitória e conquista da vacinação, combatendo estirpes que teimam em mutações várias, também elas em forma de resistência. E representou ainda, para muitos outros, um fim.

Para quem não sobreviveu a este ciclo de 2019-22 marcado pelo estigma provocado pela pandemia de COVID-19, a guerra, que não se fazia esperar e, entretanto, eclodiu, levou consigo inúmeras vidas que por essa via foram arrastadas, também.

O balanço de 2022 não será a esse título animador. O flagelo continua, assustador, sem fim à vista, ou saída anunciada. As consequências da guerra em curso bem como as opções estrategicamente pensadas são demasiado pesadas e o ónus dessas não será nunca marcado pela equidade assim como o não é nunca em situações de paz e estabilidade social. As margens têm de ser cuidadas, são sempre as mais vulneráveis, as que mais afastadas estão do centro. Cabe a cada um/a de nós tê-lo presente e dar-lhes primazia, centralidade.

Outros farão certamente melhor o balanço do que o conseguiríamos nos dias que se aproximam e nos canais apropriados. Ainda assim gostaria de deixar uma mensagem de ânimo pois em cada dia que nasce há uma força que com ele se apresenta para que da ideia passemos à ação e nesse movimento, na expressão cunhada por Maria Lamas - em sororidade -, e fraternidade, possamos unir as mãos por causas comuns no combate à pobreza, à violência, no apoio a migrantes, na denúncia das injustiças, pugnando por um mundo em que a justiça esteja ao nível do nosso desejo alcançando os quatro cantos do mundo. Não podem ser as barreiras e as fronteiras de diferentes geografias a ditarem regras de exclusão ignorando os mais elementares valores de que somos herdeiros e depositária(o)s desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não sendo possível aqui lembrar todas pois são tantas as figuras que não se encontram já entre nós e marcaram a vida do nosso país e do mundo, desde a ciência, à política, à literatura, à cultura deixamos a nota de pesar simbolizada nas escritoras recentemente falecidas de Portugal e Brasil nomeadamente Ana Luísa Amaral e Nélida Piñon precisamente no ano em que se assinala o cinquentenário da publicação de *Novas Cartas Portuguesas* e o centenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Recordamos com saudade a ausência das estudiosas, intelectuais e pioneiras nos Estudos Anglo-Portugueses e Anglo-Americanos, Maria Leonor Machado de Sousa em 2021 e Maria Laura Bettencourt Pires, em 2022, num ano que marca simultaneamente a morte de Isabel II e a celebração dos 650 anos do Tratado de Tagilde, momento assinalável no firmar da aliança mais antiga do mundo que deixamos destacada através da iniciativa [Portugal –UK 650](#).

Saudamos ainda à distância Évora – eleita Capital Europeia da Cultura em 2027 com Liepaja, na Letónia, e a dotação de um valor acrescido para a área da Cultura em que a nossa publicação se inscreve, bem como a certificação da Women Writers Route - 48.<sup>a</sup> Rota Cultural do Conselho da Europa com que nos congratulamos [Women Writers Route - Cultural Routes](#) (coe.int).

Para finalizar, e ainda com uma nota positiva, damos merecido destaque à iniciativa de diplomacia bilateral realizada ao longo do corrente ano, Temporada Cruzada França-Portugal na qual inúmeros projetos de cariz bastante eclético, em boa hora, tomaram forma no nosso país e em França:

#### [Temporada Portugal-França 2022](#)

Passado que foi o centenário do nascimento do pensador, professor, ativista e pedagogo, Paulo Freire, dele citamos. «Ser cultural ou ser consciente é a forma radical de ser dos humanos, enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e, neste seu fazer e refazer, se refazem a si mesmo. São, porque estão sendo.» É tempo de lembrar a médica Adelaide Cabete, por ocasião da passagem dos 155 anos do seu nascimento, e as propostas sobre educação por ela legadas, algumas na simplicidade da expressão que aqui deixamos: «Vai sempre ensinando a todos tudo quanto souberes, que é assim que a Humanidade há-de progredir e aperfeiçoar-se». E neste tempo de advento (que significa espera) atentemos na dádiva que são a fraternidade e a paz... seja então o primado dos Direitos Humanos – aquele porvir que esteja ao alcance das nossas mãos (e obras).

\*\*\*

Possa a leitura do número que agora se publica em [Herança, Revista de História, Património e Cultura](#), inspirar novas pesquisas, outros olhares e estimulantes diálogos interdisciplinares como o conteúdo eclético e multidisciplinar dos 10 ensaios e as 2 recensões críticas deixa antever.

Isabel Lousada 

Lisboa, 18 Dezembro 2022

\*\*\*

## LI ALGURES QUE OS GREGOS ANTIGOS NÃO ESCREVIAM NECROLÓGIOS

Li algures que os gregos antigos não escreviam necrológios,

quando alguém morria perguntavam apenas:

tinha paixão?

quando alguém morre também eu quero saber da qualidade da sua paixão:

se tinha paixão pelas coisas gerais,

água,

música,

pelo talento de algumas palavras para se moverem no caos,

pelo corpo salvo dos seus precipícios com destino à glória,

paixão pela paixão,

tinha?

e então indago de mim se eu próprio tenho paixão,

se posso morrer gregamente,

que paixão?

os grandes animais selvagens extinguem-se na terra,

os grandes poemas desaparecem nas grandes línguas que desaparecem,

homens e mulheres perdem a aura

na usura,

na política,

no comércio,

na indústria,

dedos conexos, há dedos que se inspiram nos objectos à espera,

trémulos objectos entrando e saindo

dos dez tão poucos dedos para tantos

objectos do mundo

e o que há assim no mundo que responda à pergunta grega,  
pode manter-se a paixão com fruta comida ainda viva,  
e fazer depois com sal grosso uma canção curtida pelas cicatrizes,  
palavra soprada a que forno com que fôlego,  
que alguém perguntasse: tinha paixão?  
afastem de mim a pimenta-do-reino, o gengibre, o cravo-da-índia,  
ponham muito alto a música e que eu dance,  
fluido, infindável, apanhado por toda a luz antiga e moderna,  
os cegos, os temperados, ah não, que ao menos me encontrasse a paixão  
e eu me perdesse nela  
a paixão grega.

(Herberto Helder)



# A FORTALEZA DE SANTA CATARINA DE RIBAMAR (PORTIMÃO) NO SÉCULO XVIII: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA?

*THE FORTRESS OF SANTA CATARINA DE RIBAMAR (PORTIMÃO) IN THE 18TH CENTURY: WHAT DOES THE  
HISTORY AND ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE TELL US?*

**Bruna Ramalho Galamba** 

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de História

[bruna.r.galamba@gmail.com](mailto:bruna.r.galamba@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 25/11/2021

**Aprovação | Accepted:** 16/02/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, em Portimão, foi construída no início do século XVII, de forma a prover segurança à população local. As ameaças de piratas e corsários eram uma constante. Apesar de a sua construção ser sólida, seguindo as normas da arquitetura abaluartada, quando chega ao século XVIII, é confrontada com três abalos de terra significativos. Em 1719, em 1722 e, em 1755, o mais conhecido de todos os terremotos, a fortaleza é fustigada pelas forças da natureza, tendo ainda, ficado submersa com o maremoto de 1755. Os sismos provocaram a ruína parcial da estrutura. Só em 1758 e em 1794 se dava por reparada a fortaleza, possibilitando a vivência do Capitão e soldados e a defesa ativa da margem direita do rio. Em 2020, em virtude de um levantamento fotogramétrico à estrutura, e a necessidade de estudar o sistema defensivo para requalificação futura, um estudo pela perspectiva da Arqueologia da Arquitetura entendeu-se como necessário. O século XVIII, deixou marcas na estrutura, permitiu a evolução do espaço e a fixação de novas entidades. Este artigo pretende dar a conhecer estas mudanças.

**Palavras-chave:** Arqueologia da Arquitetura, Fortaleza Abaluartada, Terremoto de 1755, Algarve, Arqueologia Militar, História, Cultura

## ABSTRACT

The Fortress of Santa Catarina de Ribamar, in Portimão, was built at the beginning of the 17th century, to provide security to the local population. Threats from pirates and privateers were constant. Although its construction is solid, following the norms of bastioned architecture, when it reaches the 18th century, it is faced with three significant earthquakes. In 1719, 1722, and 1755, the best known of all earthquakes, the fortress was buffeted by the forces of nature, and was still submerged by the 1755 tsunami. The earthquakes caused the partial ruin of the structure. It was not until 1758 and 1794 that the fortress was repaired, enabling the captain and soldiers to live and actively defend the right bank of the river. In 2020, due to a photogrammetric survey of the structure, and the need to study the defensive system for future requalification, a study from the perspective of the Archaeology of Architecture was seen as necessary. The 18th century left marks on the structure, allowed the evolution of spaces and the fixation of new entities. This article intends to make known these changes.

**Keywords:** Archaeology of Architecture, Bastion Fortress, 1755 Earthquake, Algarve, Military Archaeology, History, Culture

## 1. Introdução

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, localizada na Praia da Rocha, em Portimão, domina a sua paisagem desde há quatro séculos. Seja pela sua origem defensiva ou pela sua utilidade mais recente para o turismo, este forte é reconhecido pela população local e os seus visitantes.

Até à data, nenhum estudo aprofundado foi alguma vez realizado sobre o local. O que é certo, é que a Fortaleza é brevemente mencionada em algumas obras de referência sobre a defesa do Algarve e chega a ter algumas páginas a ela dedicada numa separata de José Rosa Sampaio em 2018. Contudo, em todos esses momentos de referência, a informação não se encontra muito correta, o que denuncia uma pesquisa muito superficial e um estudo, quiçá, com bases comparativas com outros locais que possuem algum nível de semelhança.

Em 2020, a Câmara Municipal de Portimão, proponente a entidade gestora do local, encomendou um levantamento fotogramétrico à empresa 3D Modelling Studio (3DMS), e assim, um estudo sobre a história e alterações na estrutura foi considerado essencial para compreender o percurso da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ao longo de quatro séculos e quais as perspetivas para o seu futuro.

Neste contexto, uma dissertação de mestrado com foco na Arqueologia da Arquitetura foi considerada a forma ideal de se poder investigar de forma aprofundada a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. A dissertação abrange uma perspetiva de defesa histórica e implementada no terreno, vários séculos de história tanto para a Fortaleza como para a Ermida de mesmo nome, tal como várias mudanças a que este local foi sujeito. O

objetivo deste estudo é identificar as alterações sofridas pela fortaleza ao longo do tempo.

Era difícil selecionar um período face a outro para ser alvo da primeira publicação. Mas o século XVIII está “recheado” de terramotos e muitas mudanças na vida da comunidade e da política, para além de alterações neste sistema defensivo, e o sismo de 1755 sempre suscita alguma curiosidade.

Para melhor se compreender este monumento, a metodologia da Arqueologia da Arquitetura, como já se havia mencionado, foi a escolhida. Existem sempre dois momentos da investigação em arqueologia, no que aos períodos históricos diz respeito, o primeiro momento, tem duas fases, primeiro uma investigação a partir de documentos, mapas e iconografias históricas e a revisão de literatura em segundo lugar, e na segunda fase a análise da estrutura ou do local em estudo.

Para o efeito de se entender a história deste local, uma investigação intensiva nos seguintes arquivos foi efetuada: ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao Arquivo Histórico Militar, e ao Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar – Direção de Infraestruturas do Exército. O acervo e o apoio destas instituições foram essenciais para obter uma linha cronológica consistente dos eventos deste século e alterações desta Fortaleza, algo que até ao momento não havia sido feito. Este foi, portanto, o primeiro momento. De seguida, procedeu-se a uma revisão de literatura, de forma a complementar a história traçada para a fortaleza.

A análise da informação recolhida, com a maior ênfase possível na iconografia, permitiu traçar a evolução da configuração da Fortaleza. A

Arqueologia da Arquitetura, o método escolhido para registar e avaliar as fases construtivas deste edifício, permitiu entender o antes e o depois e oferecer a melhor proposta evolutiva (não só para o século XVIII, mas para todos os séculos).

Em agosto de 2021, foi realizado o primeiro trabalho de campo na fortificação, com o intuito de identificar *in situ* todos os contextos que compõem a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. A Arqueologia da Arquitetura apresenta a premissa de que todos os edifícios são, a algum ponto da sua existência, modificados para acomodar novas funções. Cada construção, destruição, desmantelamento e reconstrução representam um momento e tipo específico e por isso, um contexto ou unidade estratigráfica diferente.

Os momentos podem ter sido causados por forças naturais (as destruições) enquanto os restantes momentos são causados pela força humana. Pode-se admitir que todos os edifícios que foram sujeitos a mudanças são pluritipológicos e pluriestratigráficos.

Este segundo momento, foi o que durou mais tempo e exigiu um registo, desenhos e interpretação minuciosos. É necessário captar a mais tênue diferença com o passar do tempo, pois este altera a política, a tecnologia, a economia e até a arte bélica.

É com este século que se pode dizer que, de certa forma, a datação quase que é absoluta, não só pela quase irrefutável evidência oferecida, mas pelos testemunhos sobreviventes na estrutura.

Por fim, gostaria de agradecer às instituições que tão bem me acolheram (e acolhem), o Arquivo Histórico Militar e o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, este último, dirigido pelo Coronel José Berger, o meu orientador externo, pelo qual tenho um enorme apreço. De igual forma, um obrigado incondicional à minha orientadora interna na NOVA FCSH, Dr<sup>a</sup> Leonor Medeiros e ao Dr. Fernando Pessanha do Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes do Município de Vila Real de Santo António que me tem auxiliado imenso na história e fortalezas do Algarve.

## 2. Breve Contextualização

De forma a se poder perceber a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, é essencial providenciar um brevíssimo contexto sobre o Algarve na Idade Moderna, tal como explicar a conceção deste novo dispositivo defensivo.

O Algarve possui condições geográficas que sempre condicionaram a sua história. As suas fronteiras são permeáveis e permitiram, em diversos momentos históricos, a chegada e assentamento de diversos povos (fenícios, romanos, muçulmanos...), que deixaram variadas marcas no território, fosse pela

toponímia, arquitetura, vivências, tradições, entre outros aspetos.

Contudo, não foi apenas boas influências que penetraram no território. Essa mesma permeabilidade das fronteiras permitia que as populações sofressem ataques constantes por parte dos inimigos, algo possível de verificar com a vasta fortificação do território, especialmente nas zonas costeiras, e em diversas cronologias.

Em plena Idade Moderna, nos finais do século XV a meados do século XVI, o Algarve, região portuguesa com uma relevante posição estratégica nos ditos “descobrimientos”, era fundamental para abastecimento e socorro às praças-fortes conquistadas no Norte de África. Esta situação começaria a reverter quando, no decorrer do século XVI, verifica-se o progressivo abandono das fortalezas desde o Sul de Marrocos em direção ao Norte (Magalhães, 1999, p.258). O litoral algarvio, zona que suportava e providenciava alimentos e ajudas, passaria a ser o ponto do território mais enfraquecido perante ataques de corsários e piratas berberes e turcos (Coutinho, 1991, p.97).

Seria a partir do desaparecimento (e morte) do rei D. Sebastião, em 1578, que o Algarve ficaria cronicamente vulnerável face a estas ameaças (Magalhães, 1999, p.258). A situação viria a piorar com a União Ibérica, concretizada com a subida de Filipe II de Espanha (I de Portugal) ao poder português em 1580. Com este novo paradigma, novos problemas surgiram devido às rivalidades existentes entre o monarca ibérico e alguns povos europeus (nomeadamente os holandeses, os franceses e os ingleses) (Coutinho, 1999, p.263).

Assim sendo, a Inglaterra e a Holanda, acabariam por não fazer distinções entre os territórios espanhol e português. O Algarve, devido à sua proximidade com Cádiz, foi o território que mais incursões dos inimigos sofreu, em virtude da chegada dos navios carregados de metais preciosos oriundos do Novo Mundo (Coutinho, 2001, p.69).

Estas constantes ameaças de invasões e o uso de armas de fogo determinaram modificações na arte de fortificar. Era necessário um trabalho

de prospeção consistente, em que se inventariaria os dispositivos defensivos existentes e ainda se identificaria os melhores locais para a construção de novas fortalezas. Assim, foi a Alexandre Massaii<sup>1</sup>, engenheiro italiano ao serviço de D. Filipe II de Portugal, que fora ordenada a elaboração de um relatório de inspeção às fortalezas algarvias e propostas de fortificações nos pontos mais vulneráveis.

O primeiro relatório em questão, data de 1617, e está arquivado na Torre do Tombo: “*Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache*” (PT/TT/CCDV/29).

Neste relatório, de certa forma, preliminar, o engenheiro militar oferece as suas primeiras noções sobre a Vila Nova de Portimão. De forma muito concisa garante que, a vila era dotada de muralhas antigas e incapazes, as populações dos arrabaldes eram vulneráveis a ataques e só uma nova fortificação com capacidade defensiva e ofensiva poderia solucionar o problema.

Volvidos quatro anos, Alexandre Massaii emite um novo relatório, desta vez intitulado “*Descrição do Reyno do Algarve*” (sic.) (MC.DES.1402), arquivado no Museu da Cidade de Lisboa. Massaii conta então, com o auxílio de onze pessoas para determinar a localização da nova fortaleza. Contudo, nunca existiu um consenso no que concernia a implantação do novo sistema defensivo.

Enquanto oito das onze pessoas defendiam a construção do forte em Ferragudo, as restantes três defendiam que a construção do forte deveria ser entre a Mexilhoeira e Silves, no

<sup>1</sup> Alexandre Massaii, nasceu em Nápoles, Itália, em meados do século XVI. Chegou a Portugal em 1589. Este engenheiro não só realizou dois extensos relatórios sobre a defesa da costa de Portugal e posteriormente do Algarve, dirigiu também obras de

edificação de fortalezas como o Forte da Cabeça Seca, da Ilha do Pessegueiro e na costa adjacente. Acabaria por morrer em Sines em 1638 (Guedes, 1988, p.77).

local que se denominava Santa Catarina de Ribamar. Apenas Massai era de parecer favorável que a fortificação se deveria erigir na ponta de Santa Catarina de Baixa-mar<sup>1</sup>, local onde já existia uma pequena ermida em honra de Santa Catarina de Alexandria. Era o melhor sítio para defender Vila Nova de Portimão e Silves, impedindo a entrada de inimigos no rio, e protegendo de forma eficaz quem vivia intra e extramuros.

A Ponta de Santa Catarina de Baixa-mar é na Praia da Rocha, na sua falésia entre o mar e o rio Arade e foi onde a Fortaleza terá sido construída, englobando a ermida nesse local, entre 1630 e 1633, altura pela qual, em diligências dão conta que a nova fortaleza em Vila Nova de Portimão “vai-se acabando” (PT/TT/CC/2/364/00141). No entanto, terá sido artilhada nesse referido ano, dando início às suas funções defensivas. O que é certo, é que não existe um consenso entre as fontes históricas para o ano em que a Fortaleza terá

sido construída. Enquanto três anos soa extremamente plausível devido à necessidade permanente de defesa, uma carta dá conta de que em 1642, apesar de artilhada, ainda não estava concluída (Callixto, 1991, p.114). Uma janela cronológica de cerca de doze anos não parece razoável devido, novamente, à necessidade defensiva.

Pelos anos vindouros, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar continuaria imponente na sua falésia e ainda se assistiu à construção do Forte de São João do Arade, em Ferragudo, com o qual poderia cruzar fogos e melhor defender a barra do rio, porque, com os primeiros anos de utilização da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, rapidamente se entendeu que os navios inimigos podiam abrigar-se na encosta da falésia, nunca sofrendo nenhum ataque. As alterações mais significativas na sua configuração e história chegariam com o século seguinte

### 3. Um Século e Três Terramotos

Sem dúvida que no século XVIII, um terramoto é mais conhecido do que outros. O Terramoto de 1755 é erradamente referido como o Terramoto de Lisboa, pois o Algarve fora tão gravemente destruído pela sua força como Lisboa. Contudo, o que a muitos escapa, é que em anos anteriores, o Algarve já havia sentido a força dos tremores de terra.

O primeiro a demonstrar a sua força foi a 6 de março de 1719. O seu epicentro foi em Vila Nova de Portimão. Ao que tudo indica, não terá

sido o mais destruidor na escala do Reino do Algarve, mas os seus estragos reportados eram focados nas localidades costeiras e ribeirinhas, não verificando assim, uma magnitude superior aos terramotos que lhe procederam (ANPC, 2010, p.33).

Contudo, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar está localizada na costa e, sendo alvo de um constante desgaste pela ação do sol, vento e água (maresia e chuva), poderia estar vulnerável ao primeiro abalo sentido nesse

<sup>1</sup> No ponto mais curioso deste estudo, a Fortaleza que foi efetivamente construída é conhecida por “Santa Catarina de Ribamar” apesar de ter sido construída na Ponta de Santa Catarina de Baixa-mar. Não se sabe em que altura os dois

conceitos se misturaram, visto que Baixa-mar invoca a beira-mar, portanto no ponto mais a Sul, enquanto Ribamar invoca a subida do mar pelo rio, ou seja, para Norte.

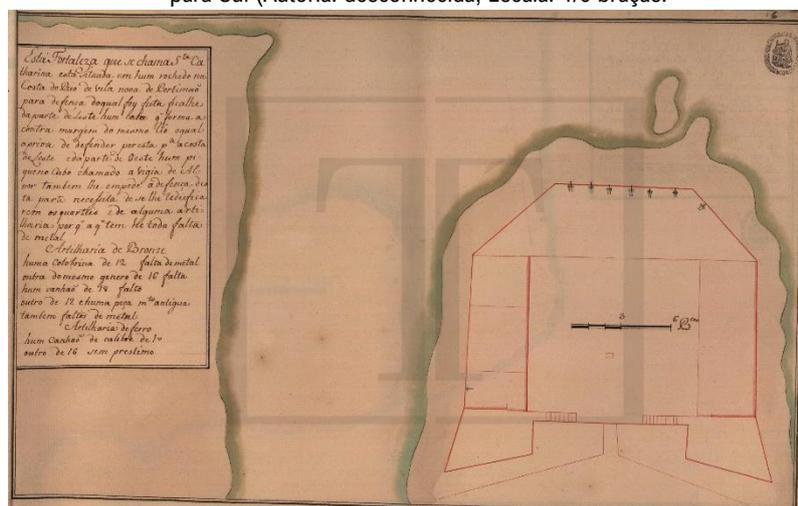
século. De qualquer das formas, não existem estragos relatados para o edificado.

Nesse mesmo ano, um relatório de inventário de fortalezas de Portugal que pudessem fazer frente a Espanha, dava conta das duas fortalezas na barra de Vila Nova de Portimão em boas condições. Infelizmente é impossível datar se o relatório foi feito antes ou depois do terramoto. Contudo, pode-se inferir que, tivesse sido feito antes ou depois, considerava-se que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar era capaz de defender a entrada do rio Arade (PT/AHM/DIV/3/01/01/10). O segundo abalo sentido neste século viria a acontecer a 27 de dezembro de 1722. Desta vez, os estragos foram descritos nas Memórias Paroquiais. Os efeitos haviam sido catastróficos, quase destruindo a vila de Loulé e provocando avultados danos noutras vilas, ao qual Vila Nova de Portimão não escapou

(ANPC, 2010, p.33). No entanto, apesar de se saber que este sismo em questão provocou estragos e perdas, não existem registos sobre os efeitos que este terramoto teve sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

Só nove anos depois, em 1731, é que se começou a relatar os primeiros problemas com a estrutura e as condições da Fortaleza. Aquando de uma forte tempestade, a mesma inundou, levando à evacuação do Capitão e soldados (Torre do Tombo, Gazeta de 22 de fevereiro de 1731). Piores notícias estariam por vir, em 1754, quando uma inspeção ordenada pelo Governador e Capitão General do Algarve, D. Rodrigo António de Noronha e Menezes, relatou que a Fortaleza necessitava de obras urgentes, especialmente para reverter a ruína nos quartéis e precisava de artilharia atualizada (PT/TT/MR/1/70 folha 16) (Figura 1)

**Figura 1** - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1754 (orientada Sul-Norte). É a primeira representação no século XVIII e é possível ver o seu fosso, os dois meios-baluartes a Norte, os quartéis e os canhões na Praça Baixa, para Sul (Autoria: desconhecida; Escala: 1/6 braças).



Fonte: PT/TT/MR/1/70, Folha nº16

Em variadas obras em que esta Fortaleza é referida ou levemente estudada, atribui-se como causa da sua ruína o Terramoto de 1755. Com o auxílio das fontes históricas pode-se inferir que, apesar de o Terramoto e Maremoto

de 1755 contribuírem ainda mais para arruinar a Fortaleza, ela já se encontrava em muito mau estado e em ruína, especialmente na zona dos quartéis. A estrutura podia estar fragilizada por diversos motivos, não se descurando de

qualquer forma os dois terremotos anteriores, mas a proximidade ao mar e a erosão que este provoca (tal como o vento), são fatores importantes.

Assim, em plena conjectura de ruína e luto no país, o Algarve sofria também com as incertezas e o perigo iminente devido aos seus fortes se encontrarem em ruína parcial ou total, impossibilitados de oferecer proteção. Com todos estes fatores, a grande parte da

população só resta uma opção: migrar para outros pontos do país. Só em 1758, segundo as Memórias Paroquiais, é que as reparações imediatas na Ermida de Santa Catarina de Ribamar e na Casa do Capitão estariam concluídas (Ventura e Marques, 1993, p.41), notando-se desta forma uma ausência de qualquer obra ou tentativa de reestruturar ou reedificar o resto do forte, especialmente nos quartéis a Oeste que abrigavam a guarnição.

## 4. E Depois dos Terramotos, a Inação

Por quase quatro décadas após o Terramoto de 1755, apesar de se denunciar constantemente a ruína do forte, nenhuma ação foi tomada para reverter a situação. As últimas obras, realizadas por emergência, foram em 1758. Só em 1763 surgiria o primeiro relatório das praças do Reino do Algarve, no qual, sem surpresas algumas, se denota uma ruína substancial das duas fortalezas de Vila Nova de Portimão (PT/AHM/DIV/3/09/87/03, Folha nº2).

Em 1765, surge o primeiro relatório pormenorizado sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. O documento elaborado pelo Sargento-mor Romão José de Rego, engenheiro militar e sargento-mor da Praça de Vila Nova de Portimão, descreve que todos os quartéis da guarnição, localizados a Oeste, continuavam em ruínas (o que comprova que em dez anos nenhuma ação tentou reverter a situação) e pior ainda, o quartel a Este, a Casa do Capitão, já se encontrava inabitável, sete anos depois das obras de reparação (PT/AHM/DIV/3/09/87/05, Folha nº9).

Durante quase três décadas, nada seria feito em relação à situação de ruína da Fortaleza. Mas a perspetiva começa a alterar-se, aquando do serviço do engenheiro militar José de Sande Vasconcelos<sup>1</sup>. A primeira grande prospeção às fortalezas do Algarve foi realizada pelo Sargento-mor/Major José de Sande Vasconcelos, quando foi destacado para a região, entre 1772 e 1783. Esta parece ser a baliza temporal do trabalho “*Planos Configurados das Fortalezas do Reino do Algarve*” (sic.), encomendado pelo Conde de Resende, Governador e Capitão-General do mesmo reino.

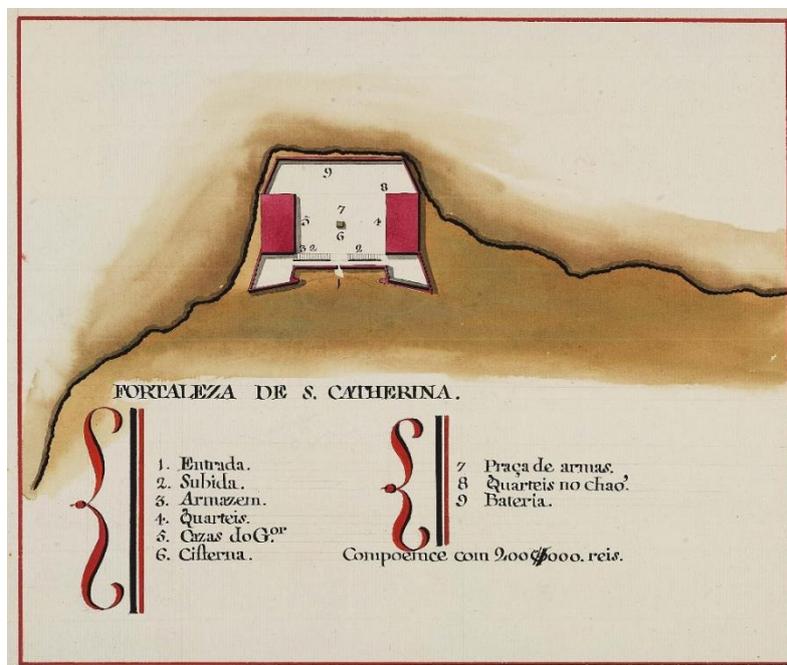
Com este trabalho, várias fortalezas algarvias são desenhadas e analisadas, ao qual, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar não foi exceção (Figura 2). Nesta primeira planta conhecida para o pós-terramoto de 1755, é possível averiguar alguns dos estragos provocados. A Fortaleza é representada na sua típica configuração trapezoidal com dois meios-baluartes nas extremidades da Fachada Norte e

<sup>1</sup> José de Sande Vasconcelos (1738-1808) foi um engenheiro militar responsável pelo registo cartográfico do Algarve, das suas fortalezas e de novos planos de fortificação. Ao longo deste artigo, Sande Vasconcelos altera de patente militar três vezes: Sargento-Mor/Major (pré 1769-1783), Tenente-Coronel (1783-

1790) e Coronel (1790-1797). É o autor do conhecido “*Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*” (sic.) do qual existem três versões (Callixto, 1983, p.304).

as suas escadas de acesso e a Ermida não aparece identificada.

**Figura 2** - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar representada pela primeira vez por José de Sande Vasconcelos, entre 1772 e 1783. (Orientação Sul-Norte; Escala desconhecida)



Fonte: PT/GEAEM-DIE/300/1/8A/96

Com esta prospeção, confirma-se que trabalhos adicionais após 1758 ainda não tinham acontecido, e que a quantia de reedificação rondava os duzentos mil reis, caso fossem aprovadas as obras. Ainda enquanto Sargento-mor, Sande de Vasconcelos emite o seu “*Mappa dos Orçamentos do que Podem Custar as Reedificações das Fortalezas deste Reino*” (sic.), no qual orçamenta um milhão de reis para as obras na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e para o Forte de São José da Meia Praia, não discriminando os valores para cada, e assim não se sabendo se o orçamento para a Fortaleza aqui em estudo aumentou (PT-GEAEM/DIE-4010\_II-1-3-5).

Anos mais tarde, de forma a se poder reanalisar todos os estragos nas fortalezas da costa do Algarve, o Tenente-Coronel José de Sande de Vasconcelos seria encarregue de prospetar a área de novo e submeter os seus pareceres ao Conde de Vale de Reis.

É neste contexto que surge o “*Mappa de Configuração de todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*” (sic.). Existem três versões similares deste trabalho, não são cópias, pois as configurações variam, apesar da essência ser a mesma. Uma delas, está na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (Figura 3), está datada de 1788, uma está no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar-Direção de Infraestruturas do Exército (GEAEM-DIE) (Figura 4) e outra está na Biblioteca Nacional do Brasil (BNB) (Figura 5), ambas datadas entre 1783 e 1790.

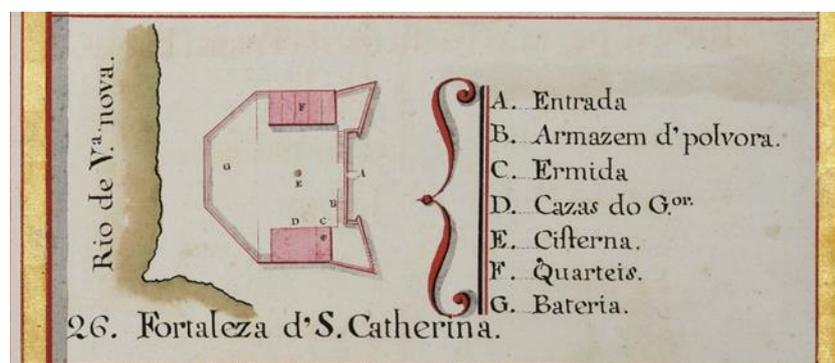
A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é representada com o número vinte e seis, e continua com a sua representação clássica em forma trapezoidal e os dois meios-baluartes na fachada Norte. Apesar de se saber que nenhuma obra havia sido realizada dentro do dispositivo defensivo, nesta prospeção apenas se admite que a cisterna continua arruinada e a

Praça Baixa (a bateria) possuía ainda cinco peças de artilharia. As três plantas não possuem escala e estão orientadas de Oeste para Este.

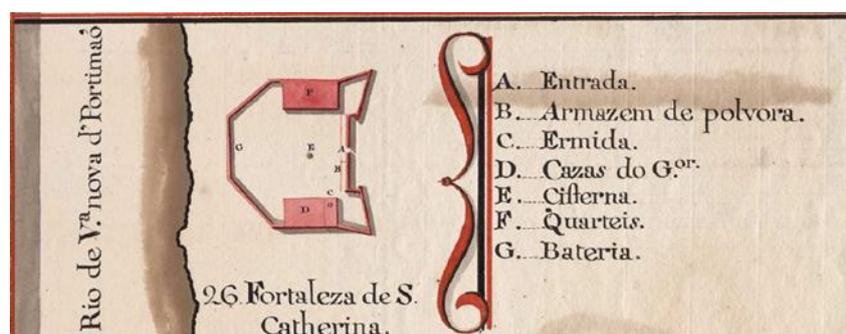
**Figura 3** - Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível na BNP (BNP/BND ca-8-r), datado de 1788.



**Figura 4** - Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível no GEAM-DIE (PT/GEAM-DIE/76/1/8A/96), datado entre 1783-1790



**Figura 5** - Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível na BNB (CAM-01,006 - Cartografia), datado entre 1783-1790



## 5. A Reedificação de 1794

Na primavera de 1792, relata-se que a Fortaleza possuía alguma artilharia, contudo, denunciava-se o estado decadente de alguns panos de muralha que havia ruído e que já não existiam

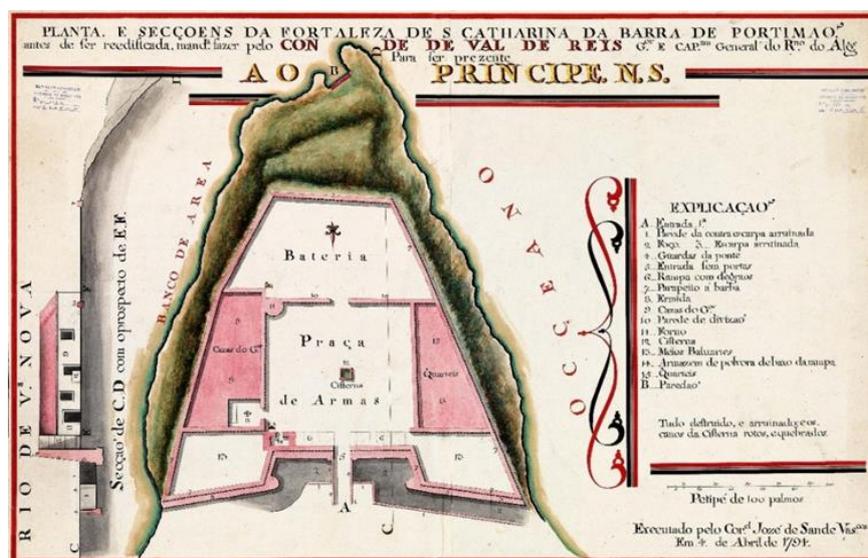
portas ou bandeira no local. A 1 de Novembro de 1792, a Fortaleza sem condições e com o quartel arruinado, leva o Governador a pedir para residir em Vila Nova de Portimão com a família e todos os dias deslocar-se-ia até à fortificação. O último relato da ruína da Fortaleza data de 30 de abril de 1793, altura pela qual se afirma que a cisterna apresenta ruturas e os quarteis necessitavam de obras no telhado (PT/AHM/DIV/3/09/87/08, Folha nº6).

A tão desejada obra só viria a acontecer em 1794, a cargo do Coronel José de Sande Vasconcelos. Assim, na primeira planta apresentada (Figura 6), datada de 4 de abril de 1794, o autor explica os vários setores que se encontram em ruína, como é o caso da escarpa

e contraescarpa (do fosso e da ponte), a entrada não possuía porta (o que está em concordância com o que já havia sido dito dois anos antes), e conclui que “está tudo destruído e arruinado e os canos da cisterna rotos e quebrados”.

A planta apresenta diversos pormenores já conhecidos, como a ermida, o armazém da pólvora e apresenta alguns elementos nunca concebidos, como um forno. É também, a primeira vez que se observa um corte longitudinal, no qual se pode ver as entradas para a ermida e quartel do governador e as suas janelas. Com um traço muito claro, é possível observar o perfil do forno.

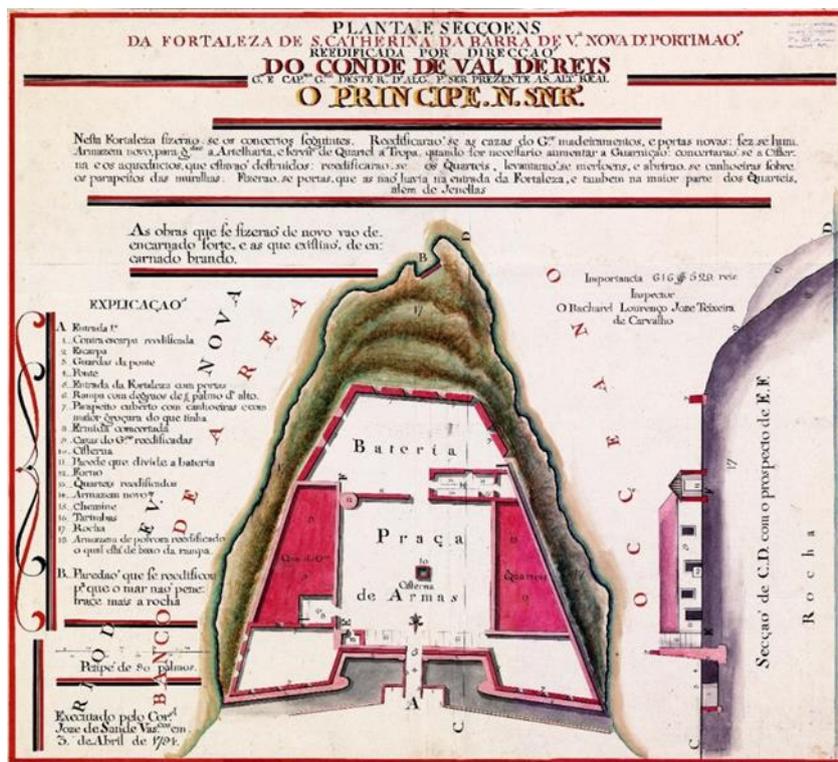
**Figura 6** - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar antes da reedificação coordenada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos (Orientação: Sul-Norte; Escala: 100 palmos; Fonte: PT/GAEM-DIE/4017\_I/2/21A/105)



Já na planta do pós-obras, datada de 3 de abril de 1794 (Figura 7), representa-se e comenta-se as diversas alterações efetuadas na fortaleza, com especial foco para todo um novo anexo (no extremo Sul dos quarteis de Oeste) que pudesse servir de armazém e

quartel. De uma forma muito geral, a casa do Governador fora reedificada, tal como o antigo quartel da guarnição, os telhados e portas foram recuperados, e as muralhas foram reforçadas. A quantia da reedificação perfez 616.529 reis.

**Figura 7** - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar depois da reedificação coordenada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos (Orientação: Sul-Norte, Escala: 90 palmos; Fonte: PT/GAEM-DIE/4017\_II/2/21A/105)



Dois anos após esta avultada reedificação, é revelado que a mesma já necessitava de ser guarnecida com pelo menos quatro peças de artilharia (PT/AHM/DIV/4/1/04/19, Folha nº9). Já na reta final do século XVIII, mais três plantas são conhecidas para a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. São os últimos registos desta fortificação para este período, que é o mais rico no que concerne plantas. Os séculos vindouros ficariam mais pautados pelo registo escrito e inspeções do que pelos desenhos da Fortaleza. Uma das plantas é

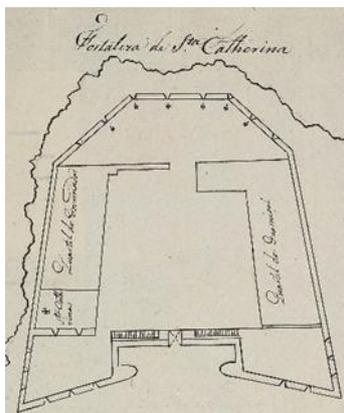
um borrão<sup>1</sup> (Figura 8) feito pelo Coronel José de Sande Vasconcelos, datado entre 1794 e 1797. As duas plantas restantes, uma é de autoria desconhecida e não possui datação (Figura 9) e a outra é de autoria do Capitão Baltazar de Azevedo Coutinho<sup>2</sup> em 1798 (Figura 10). O interessante nestas plantas é serem idênticas na sua configuração, podendo-se pôr em questão se a que não tem autoria/datação não se poderá tratar de um borrão.

<sup>1</sup> Um borrão é uma primeira feição de algo. É um rascunho que se faz no borrador (caderno).

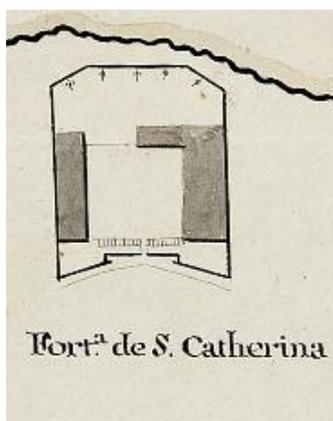
<sup>2</sup> Baltazar de Azevedo Coutinho (1765-1823) foi um engenheiro e cartógrafo militar e foi discípulo de José de

Sande Vasconcelos e serviu no Algarve (Pessanha, 2021, p.6).

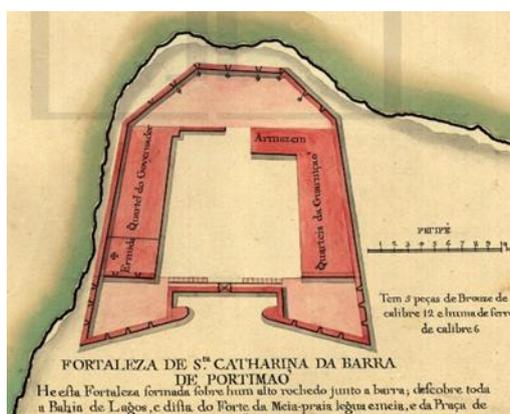
**Figura 8** – Borrão da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar pelo Coronel José de Sande Vasconcelos (entre 1794 e 1797). (Orientação: Sul-Norte, Escala: desconhecida; Fonte: PT/GAEM-DIE/4010/I/1/3/5)



**Figura 9** – Borrão (?) da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, com autoria desconhecida (pós-1794). (Orientação: Sul-Norte, Escala: 10 braças; Fonte: PT/GAEM-DIE/209/1/8A/96)



**Figura 10** – Planta da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, pelo Capitão Baltazar de Azevedo Coutinho (1798). (Orientação: Sul-Norte, Escala: 10 braças; Fonte: PT/TT/CRT/211, Folha nº18)



## 6. O que diz a Arqueologia da Arquitetura?

Tendo em conta a informação recolhida aderindo aos princípios da Arqueologia da Arquitetura, as unidades estratigráficas são registadas numa ficha formulada para o efeito, e são diferenciadas pelos materiais de construção, o aparelho de construção, o estado de conservação e qualquer tipo de traçaria, inscrição ou elemento decorativo que possa datar o contexto em questão.

Em variados casos, o edifício em estudo, de forma total ou parcial, pode estar rebocado, o que impossibilita a leitura dos diversos contextos presentes no edificado e subjacentes à camada protetora. A solução é a realização de sondagens parietais, no qual se pica o reboco numa janela pré-definida e aprovada, de forma a se poder expor o aparelho e materiais até então escondidos. Este é um dos muitos problemas identificados na Fortaleza e que complicam a leitura da mesma. Pior ainda, várias paredes foram reforçadas com betão armado, apesar de apenas se ter localizado uma até ao momento.

Um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) foi submetido, seguindo todas as especificidades do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA – Decreto-Lei nº164/2014, Diário da República, 1ª série, nº213 de 4 de novembro de 2014). Como a intervenção incide sobre um bem cultural imóvel classificado, um relatório prévio a servir de apoio ao PATA teve de ser elaborado de acordo com o Decreto-Lei nº140/2009 (Diário da República, 1ª série, nº113 de 15 de junho de 2009). Até ao momento, aguarda-se o parecer da entidade gestora da fortaleza, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve, e da entidade proponente, a Câmara

Municipal de Portimão e aguarda-se resposta ao projeto por parte da Direção-Geral do Património Cultural e da Direção Regional de Cultura do Algarve.

Na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, vários aparelhos construtivos são identificados na sua fachada principal, que possui a alvenaria e os sucessivos remendos expostos, notando-se uma ausência quase total de reboco. O curioso é que não existem elementos datáveis do século XVIII nessa mesma fachada, o que deixa a questão, qual o elemento que sobrevive desta centúria?

A Arqueologia da Arquitetura permite também demonstrar a evolução do edificado através das suas divisões e as suas funções. E é exatamente com recurso a esta evolução espacial que se consegue definir a Fortaleza no século XVIII.

O século XVIII, como se pôde averiguar pelo percurso histórico, foi pautado por grandes alterações, nomeadamente no recinto da Fortaleza. Os vários terramotos foram deixando a sua marca na estrutura, especialmente na zona dos quarteis (virados a Sul). A situação seria sempre insustentável sem qualquer tipo de obras que visassem a sua recuperação ou a sua manutenção e só tendia a piorar.

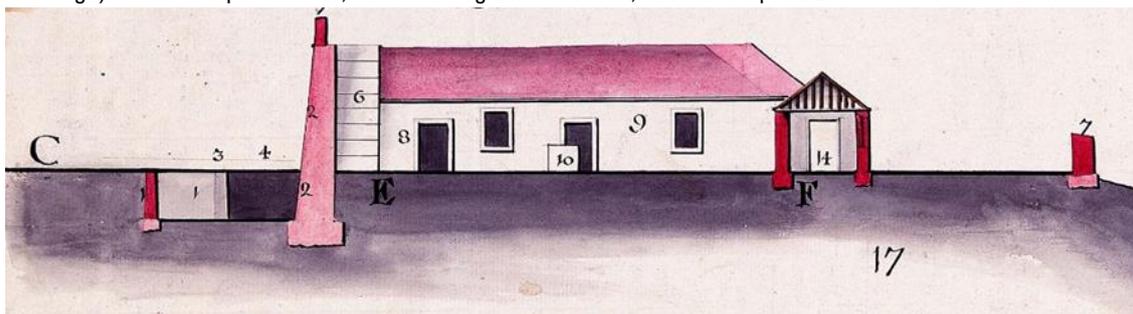
Muitos outros locais foram intervencionados em 1794, e sabe-se isso pelo recurso à iconografia e aos relatos. Por exemplo, a escarpa e contraescarpa do fosso fora reerguida. Mas é impossível verificar tais alterações sem sondagens de diagnóstico a cota negativa, de forma a reencontrar o fosso aterrado em 1941, e são definitivamente ações muito mais intrusivas.

As obras no interior do poço, de forma a recuperar e conectar os tubos são também difíceis de verificar (PT/GEAEM-DIE/4017\_II/2/21A/105).

Com a obra liderada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos assiste-se à construção

de um anexo no extremo Sul dos quartéis de Oeste, de forma a servir de prolongamento aos mesmos. O anexo tem 8m por 5,5m, e originalmente tinha apenas uma porta, voltada a Este e é possível de ser observada na Figura 11 e tinha apenas uma janela, de forma circular, voltada a Sul.

**Figura 11** – Excerto da planta executada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos em 1794 (retirada da figura 7 deste artigo). No corte é possível ver, no fim do segmento à direita, a fachada e porta Este do anexo e o seu telhado



Este é de facto o único elemento identificável do século XVIII. Algo impossível é conjecturar a configuração do interior dos quartéis (quais paredes existiam, foram demolidas ou

construídas). Atualmente tem mais uma porta, voltada a Sul e mais uma janela retangular voltada a Oeste (Figura 12).

**Figura 12** – A fachada e porta a Este do século XVIII (em cima) e a porta do século XX com a janela circular do século XVIII orientados a Sul (em baixo). É possível ver na última a janela quadrangular que é voltada a Oeste. Escala: 1/100



Fonte: 3DMS, 2020

No que concerne a funcionalidade dos espaços, o anexo perde a sua função original de quartel com tarima (Estrado alto de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis e postos de guarda.). Na reta final do século XIX, sabe-se que toda a extensão dos quartéis a Ocidente passam por uma adaptação de forma a poder acolher, não só os soldados que serviam a Fortaleza, mas também a Guarda Fiscal e a Capitania do Porto de Portimão.

Chegado aos inícios do século XX, o anexo seria dividido e na sua parte mais a Este, passou a albergar o Instituto de Socorro a Náufragos, no qual se procede à construção de uma segunda porta (virada a Sul), e na extensão mais a Oeste, nas instalações da

Capitania do Porto de Portimão abre-se uma janela de forma retangular.

A partir de 1940, altura em que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é desafetada do Ministério da Guerra e é entregue ao Ministério das Finanças, assiste-se a uma conversão do edificado para albergar instalações de promoção ao turismo. O anexo construído no século XVIII, e em especial, na vertente Este, antes ocupada pelo Instituto de Socorro a Náufragos, passa a ser uma casa de banho pública. Com o fecho do restaurante e da cafetaria, nos inícios do século XXI, os restantes elementos de apoio fecharam e por isso, o anexo em questão deixou de ser utilizado.

## 7. Considerações Finais

A informação recolhida a partir de fontes escritas e iconográficas dedicadas a este monumento militar e a análise do edificado em si, na sua perspetiva da Arqueologia da Arquitetura e da evolução dos espaços, permite tirar algumas conclusões.

É impossível compreender as principais etapas ou fases da evolução da construção da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, sem antes compreender a ocupação do espaço e as dinâmicas a que estava sujeito. A Fortaleza é uma construção de raiz, aproveitando uma pequena ermida, e ao qual sucessivas mudanças foram realizadas. Os terramotos evidenciaram e pioraram uma situação de más condições de preservação pela ação do vento, do sol e da água (maresia e chuva).

A força dos abalos de terra acabaria por arruinar parcialmente as zonas mais frágeis, como por exemplo, os quartéis, e a força do

maremoto de 1755 deu o golpe final. Um outro aspeto que se deve considerar para uma continuada má conservação verificada, não só neste século, mas nos restantes, é a falta de manutenção pelas entidades gestoras, a falta de orçamento e a falta de recursos humanos.

O anexo, construção orientada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos, servia originalmente de extensão aos quartéis de Oeste, reservados para os soldados aqui alocados. Apesar de não se saber concretamente o porquê desta construção, pode-se conjeturar que se esperava uma maior guarnição e, portanto, maior necessidade de alojamento. De igual forma, pode-se conjeturar que o anexo poderia ter uma função dupla, tanto de alojamento como de armazém.

A sua função original vai-se alterando nos finais do século XIX, quando toda a extensão dos quartéis a Oeste são divididos para albergar

duas novas instituições, mantendo de igual forma uma parte reservada aos soldados. O século XX, é quando se verifica que o anexo é dividido em duas partes, sendo uma atribuída à Capitania do Porto de Portimão e a outra parte ao Instituto de Socorro a Náufragos. Posteriormente, e essa é a sua utilidade mais recente, uma parte foi convertida a casas de banho. Ou seja, as necessidades alteraram-se e o anexo teve que se alterar para se manter em concordância e ser de utilidade.

Profundamente alterada, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é um monumento importante, não apenas para a história de

Portimão e do Algarve, mas também para a história de Portugal e para a história da defesa nacional. O século aqui em estudo é um dos séculos mais ricos em alterações e evolução do espaço, especialmente pela perspectiva histórica. A perspectiva arqueológica foca-se, neste caso concreto, no recinto.

Espera-se que o presente artigo e a dissertação em desenvolvimento possam oferecer mais informações sobre a arquitetura militar e a sua evolução no século XVIII, a evolução e gestão dos espaços neste período, tal como a aplicação da Arqueologia da Arquitetura a um monumento de Idade Moderna.

- ANPC. (2010). Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve. Carnaxide: Autoridade Nacional de Proteção Civil.
- Callixto, C. (1991). Castelos e Fortificações Marítimas do Concelho de Lagoa. Faro: Algarve em Foco. D.L.
- Coutinho, V. (1991). Castelos, Fortalezas e Torres. Faro: Algarve em Foco. D.L.
- Coutinho, V. (1999). As Fortalezas da Costa Algarvia durante o Período das Economias-Mundo Centradas em Amsterdão e em Londres in O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História. Lisboa: Colibri. pp.263-268.
- Coutinho, V. (2001). Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: do Período Islâmico ao Século XVIII. Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
- Magalhães, J. (1999). A Conjuntura Económica in O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História. Lisboa: Colibri. Pp.253-262.
- Ventura, M. & Marques, M. (1993). Portimão. Coleção Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Presença.

#### **Arquivos**

##### **Torre do Tombo:**

- PT/TT/CCDV/29 - Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache. Alexandre Massai, 1617.
- PT/TT/CC/2/364/00141 - Cópia das Diligências feitas pessoalmente pelo Dr. Francisco Soares de Albergaria, Corregedor da Comarca, pelo Capitão Mor de Vila Nova de Portimão, pelo Sargento Mor, e pelos Três Capitães de Infantaria Nela Existentes, em Cumprimento de Ordem Régia emanada pelo Tribunal do Governo de Portugal e do Mandado do Governador do Reino do Algarve. 20 de Julho de 1633.
- PT/TT/CRT/211 – Fortificações do Algarve, por Baltazar de Azevedo Coutinho, 1798.
- Torre do Tombo, Gazeta de 22 de Fevereiro de 1731.
- PT/TT/MR/1/70 – Visita às Fortalezas e Praças do Reino do Algarve, pelo Respectivo Governador e Capitão General. 22 de Junho de 1754.

##### **Museu da Cidade de Lisboa:**

- MC.DES.1402 – Descrição do Reyno do Algarve. Alexandre Massai, 1621.

**Arquivo Histórico Militar:**

PT/AHM/DIV/3/01/01/10 - Praças, Castelos, Fortes e Reductos que El-Rei de Portugal tem Artilharia e Guarnição e as de Castela que fazem frente a Portugal. 1719.

PT/AHM/DIV/3/09/87/03 - Praças do Reino do Algarve desde Albufeira até a Fortaleza da Arrifana. 1763.

PT/AHM/DIV/3/09/87/05 - Fortalezas do Reino do Algarve. Estado em que se acham, sua importância e reedificações que nela são necessárias. Sargento mor Romão Jozé do Rego. 18 de Julho de 1765.

PT/AHM/DIV/3/09/87/08 - Relação Abreviada do Estado Presente em que se achão as Praças, Fortes e Baterias do Reino do Algarve feita em 1º de Abril de 1792.

PT/AHM/DIV/4/1/04/19 - PT/AHM/DIV/4/1/04/19 – Relações de munições das Fortalezas do Algarve pelo Capitão Manuel João Cordeiro. 1796.

**Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar:**

PT-GEAEM/DIE-4010\_II-1-3-5 – Mappa dos Orçamentos do que Podem Custar as Redificaçoens das Fortalezas deste Reyno (do Algarve), pello Major Joze de Sande Vasconcelos. 1773-1780.

PT/GEAEM-DIE/300/1/8A/96 – Fortaleza de S. Catherina.

PT/GEAEM-DIE/76/1/8A/96 – Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

PT/GEAEM-DIE/4017\_I/2/21A/105 – Planta e seções da Fortaleza de S. Catharina da barra de Portimão, antes de ser reedificada.

PT/GEAEM-DIE/4017\_II/2/21A/105 – Planta e seções da Fortaleza de S. Catherina da barra de Portimão reedificada.

PT/GEAEM-DIE/4010/II/1/3/5 – Mappa das Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve entre Faro e Arrifana. Borrão de campo.

PT/GEAEM-DIE/209/1/8A/96 – Registo de Villa Nova de Portimão, Fortaleza de S.ta Catherina.

**Biblioteca Nacional de Portugal:**

BNP/BND ca-8-r – Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

# BIBLIOGRAFIA

**Biblioteca Nacional do Brasil:**

CAM.01,006 – Cartografia - Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

# A REAL FÁBRICA DE PORCELANA DA VISTA ALEGRE, O REI D. FERNANDO II E A CONDESSA D'EDLA, PARTE 1

*THE ROYAL VISTA ALEGRE PORCELAIN FACTORY, KING FERNANDO II AND THE COUNTESS OF EDLA, PART 1*

António Francisco Arruda de Melo Cota Fevereiro 

ARTIS - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

[antoniofranciscocotafevereiro@gmail.com](mailto:antoniofranciscocotafevereiro@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** com o apoio da FCT através do financiamento ao ARTIS/IHA, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UIDB/04189/2020).

Histórico:

**Submissão | Received:** 14/02/2022

**Aprovação | Accepted:** 27/08/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

**ARTIS**  
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



## RESUMO

---

No Palácio Nacional da Pena há parte de um serviço de mesa e de sobremesa Vista Alegre com o monograma coroado do Rei D. Fernando II, que se sabe ter sido inventariado em 1887, após a sua morte, e adquirido depois do seu segundo casamento em 1869 com a Condessa d'Edla, mas recentemente tem sido divulgado que os serviços foram oferecidos ou encomendados em 1852 ao monarca pela Vista Alegre. Efetivamente, temos vindo a encontrar documentação que cabalmente comprova que foram adquiridos em 1867 conjuntamente com outros, cotejada com bibliografia e peças existentes em instituições museológicas. Este estudo foi complementado com outras peças da mesma porcelana que pertenceram a ambos e é aqui dado a conhecer.

**Palavras-chave:** Família Real Portuguesa, Palácio Nacional da Pena, Palácio das Necessidades, Cerâmica, Porcelana, Património

## ABSTRACT

---

At the Pena National Palace there is part of a Vista Alegre table and dessert service bearing the crowned monogram of King Fernando II, known to have been inventoried in 1887 after the King's death and acquired after his second marriage in 1869 to Countess of Edla, but recently it has been reported that the services were offered or ordered in 1852 by Vista Alegre to the monarch. In fact, we found several documents that fully proves that the services were acquired in 1867 along with others, collated with bibliography and pieces held by museums. This study was complemented with other pieces of the same porcelain that belonged to both and is made known here.

**Keywords:** Portuguese Royal Family, Pena National Palace, Necessidades Palace, Ceramics, Porcelain, Patrimony

## 1. Introdução

O presente artigo aborda as peças em porcelana da então Real Fábrica de Porcelana da Vista Alegre que foram reunidas pelo Rei D. Fernando II (1816-1885) e pela Condessa d'Edla (1836-1929) no Palácio das Necessidades, em Lisboa, e no Palácio da Pena, em Sintra, ao longo da sua vida em comum, mas para compreendermos este conjunto é necessário um breve preâmbulo sobre o espólio de cerâmica agrupado pelo casal<sup>1</sup>.

As peças existentes aqui mencionadas pertencem a instituições museológicas

nacionais e, por isso, ao longo do texto usaram-se as seguintes siglas: PNA é referente ao Palácio Nacional da Ajuda; PNM ao Palácio Nacional de Mafra; PNP ao Palácio Nacional da Pena; PNQ ao Palácio Nacional de Queluz; PNS ao Palácio Nacional de Sintra; MNAA ao Museu Nacional de Arte Antiga e MVA ao Museu Vista Alegre<sup>2</sup>, as quais aparecem conjuntamente com os respetivos números de inventário.

O estudo foi também sustentado com peças existentes em coleções particulares<sup>3</sup>.

## 2. A cerâmica reunida pelo Rei D. Fernando II e pela Condessa d'Edla, breve resumo

Na historiografia portuguesa é conhecida a predileção que o Rei consorte D. Fernando II teve pela cerâmica. Nomeadamente, a que colecionou e a que pintou (Teixeira, 1986; Pereira, 2016; Lopes, 2016), já manifestada aquando do seu casamento com a Rainha D. Maria II de Portugal (1819-1853) e como temos vindo a constatar na documentação relativa às suas despesas. Após a morte da rainha a aquisição de peças em cerâmica, antiga e coeva, continuou e sensivelmente a partir de 1860 ganhou um novo fôlego com a união à,

então, cantora de ópera suíça-alemã Elise Friederike Hensler (Elisa Frederica). Elisa Hensler era naturalizada americana e foi agraciada com o título de Condessa d'Edla devido ao casamento com o rei celebrado no dia 10 de Junho de 1869 em Lisboa (Ramalho, 2015: 41-55; Rebelo, 2015). De facto, ambos demonstraram uma total sintonia prolífica nos gostos que partilharam, desde a música, à literatura, à botânica, à arquitetura, à pintura, à escultura, ao colecionismo e à cerâmica, entre outros interesses.

<sup>1</sup> Queremos agradecer à Dr.ª Maria de Jesus Monge, Diretora do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, à Dr.ª Marta Páscoa, Arquivista do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, à Elodie Noruegas e ao Carlos Saramago toda a ajuda disponibilizada nesta investigação no Paço Ducal de Vila Viçosa.

<sup>2</sup> Queremos agradecer à Dr.ª Filipa Quatorze, Coordenadora do Museu Vista Alegre, toda a ajuda disponibilizada na identificação das peças e às fotografias aqui reproduzidas.

<sup>3</sup> Agradecemos aos colecionadores particulares a disponibilização das fotografias e da cremeira que serviram para ilustrar este artigo.

Figura 1 - Fotografia do Rei D. Fernando, c. 1855 a 1870, autor desconhecido; 9,6x5,6 cm



Fonte: Coleção particular

Figura 2 - Fotografia da Condessa d'Edla, c. 1860 a 1870, Atelier de Alfred Fillon (1825-1881); 10,5x6,2 cm. A legenda é o seu apelido, mas deturpado com mais um E e um L



Fonte: Coleção particular

Na generalidade o conjunto de cerâmica era composto por peças decorativas e utilitárias de várias proveniências e de épocas cronológicas, refletiva do vasto interesse e conhecimento que ambos tinham. Não descurando um certo critério rigoroso na sua seleção e que foi essencial na sua construção. Colocando estrategicamente uma parte em determinadas peças de mobiliário, de acordo com a função do espaço, para serem devidamente apreciadas por ambos e pelos seus convidados no Palácio das Necessidades, no Palácio da Pena e no Chalet da Condessa, este no parque da Pena em Sintra, onde habitavam em diferentes<sup>1</sup>, assim como algumas peças em faiança da mesma proveniência. No entanto, convém aqui referir que a porcelana foi aperfeiçoada na China e que tentaram durante séculos esconder dos europeus a forma como se fazia.

Da civilização etrusca tinham dois vasos na *Bibliotheca*<sup>2</sup> e uma bilha e um púcaro em barro romanos, recuperados de escavações arqueológicas na *Sálla do Bilhar*<sup>3</sup>, quatro ânforas romanas no *Segundo Corredor*<sup>4</sup> e uma ânfora romana no *Corredor interior*<sup>5</sup> no Palácio das Necessidades<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Como por exemplo um em porcelana japonesa coeva para almoço (PNP, inv. PNP27) e que ainda se encontra no Palácio da Pena. Foi inventariado em 1887 com o N.º 6558 na *Copa* (ANTT, 1887b: 2565v.) e em 1907 foi englobado nos *Serviços diversos* (APNP, 1907: 118). Foi elencado em 1887 na categoria de *Movéis existentes no Palácio da Pena em Cintra / Mobiliários adquiridos depois de 10 de Junho de 1869* e como todas as restantes peças que foram aqui mencionadas. Também tiveram interesse pela cerâmica dita Satsuma e que esteve em voga no terceiro quartel do século XIX, como por exemplo várias peças que compraram em 1877 a Miguel Scarlatti Quadrio, segundo fatura datada de Novembro desse ano, e que foram: 1 par de jarras; 1 caneca; 1 bule; 1 bule para pôr no fogo (parece ter sido em ferro, visto no documento original não mencionarem ser de Satsuma); 2 canecas; 1 chávena e pires; 1 boião e 2 caixas. Esta consecução foi paga a 13 de Dezembro de 1877 (FCB, AHCB, 1877: 36).

<sup>2</sup> Os vasos etruscos foram inventariados em 1887 com o N.º 331 e parece que já existiam antes do casamento do Rei D. Fernando em 1869 com a Condessa d'Edla (ANTT, 1887a: 288). No inventário foram elencados na categoria de *Bens mobiliários que existiam no Real Paço das Necessidades ao tempo do casamento do Mesmo Augusto Senhor em 10 de Junho de 1869*, assim como todas as peças aqui mencionadas. O interesse pelas culturas clássicas é patente na compra de dois pratos em barro

époças do ano. A restante era utilizada nas refeições e conjugada com serviços de prata e de vidro, consoante o formalismo de determinada ocasião. Todavia, é imprescindível resumir-se aqui este conjunto, de acordo com a proveniência e a cronologia, de forma a o compreendermos e a ter uma visão global dos seus interesses.

A nível da cerâmica oriental houve uma forte apetência pela porcelana chinesa e japonesa antiga e coeva de peças decorativas, peças utilitárias, serviços de mesa e serviços de bebidas quentes

A nível de cerâmica europeia merece especial menção a alemã, nomeadamente as canecas para cerveja<sup>7</sup> em faiança e em grés do séc. XVIII e peças decorativas do XIX, como por exemplo uma jarra ao gosto egípcio (PNP, inv. PNP323) e um cálice com tampa<sup>8</sup> com a última ceia de Cristo em alto-relevo (PNP, inv. PNP46) em grés no Palácio da Pena<sup>9</sup>.

A porcelana alemã era representada pela prestigiante manufatura de Meissen, ou de Saxe<sup>10</sup> como era comumente conhecida à época em Portugal, fundada em 1710 e a primeira a produzir este tipo de cerâmica na Europa. Granjeou fama na qualidade da pasta,

gregos, no valor de 54\$000 réis, ao leiloeiro Casimiro Cândido da Cunha, com estabelecimento comercial na Rua do Chiado n.º 87 1.º andar, segundo fatura datada de 4 de Abril de 1863 (FCB, AHCB, 1863: 137).

<sup>3</sup> As duas peças foram inventariadas com o N.º 439 e já constavam antes do casamento (ANTT, 1887a: 314v.).

<sup>4</sup> As quatro ânforas já existiam no palácio antes do casamento e foram inventariadas com o N.º 18 (ANTT, 1887a: 217).

<sup>5</sup> Foi inventariada com o N.º 542 e já constava antes do casamento (ANTT, 1887a: 346v.).

<sup>6</sup> A ânfora foi o lote n.º 4473 no leilão de 1892 com o valor de 9\$000 réis (Catalogo, 1892: 81).

<sup>7</sup> Designam-se em alemão por *humpen*.

<sup>8</sup> Entretanto desaparecida.

<sup>9</sup> No inventário do Palácio da Pena de 1874 foram respetivamente marcadas com o N.º 1221 e 1217 (FCB, AHCB, 1874: 61v. a 62). No inventário orfanológico de 1887 as duas peças encontravam-se na Salla comum aos tres quartos no segundo pavimento do Torreão, N.º 6381 a 6382, e já constavam antes do casamento (ANTT, 1887b: 2525 a 2525v.). Foram inventariadas na categoria de *Movéis existentes no Palácio da Pena em Cintra / Mobiliários que já existiam no dia 10 de junho de 1869*, assim como todas as que foram aqui mencionadas.

<sup>10</sup> Por ser produzida na cidade de Meissen no estado da Saxónia.

da pintura, da modelação das peças utilitárias<sup>1</sup> e das decorativas, sobretudo as estatuetas, tornando-se sinónimo de requinte e de realeza. No século XIX os modelos setecentistas continuavam com grande procura e o casal tinha peças decorativas, estatuetas, serviços de mesa<sup>2</sup>, de sobremesa e de bebidas quentes nos dois palácios em que residiram. Também, manifestaram interesse pela porcelana da Königliche Porzellan-Manufaktur<sup>3</sup> de Berlim, mais conhecida pela abreviatura KPM, fundada em 1763 e considerada uma das melhores no seu género. Iguamente reconhecida pela elevada qualidade da pasta, da pintura, da modelação e do desenho inovador das suas peças. O Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla detinham peças decorativas, estatuetas e serviços de mesa<sup>4</sup>, entre outras tipologias, de diferentes cronologias no Palácio das Necessidades. No mesmo palácio tiveram o

usufruto de um par de candelabros em biscuit<sup>5</sup> (PNA, inv.s 3965-3966)<sup>6</sup> da mesma manufatura<sup>7</sup>.

No mesmo palácio constavam duas jarras de *porcellana allemã sendo uma verde e outra côr de rosa tendo cada uma o busto da Excellentissima Senhora Condessa d'Edla*<sup>8</sup>. Realmente, foram enviadas fotografias à A. C. Anger (1849-1933) de Aich<sup>9</sup>, especialista em as reproduzir em peças utilitárias e decorativas de porcelana, através da cantora, compositora e atriz austríaca Constanze Geiger, baronesa von Ruttenstein (1835-1890), e casada com o Príncipe Leopoldo (1824-1884), irmão de D. Fernando, para figurarem em 6 jarras e 6 cinzeiros, segundo a fatura datada de 24 de Julho de 1872 (FCB, AHCB, 1873: 182)<sup>10</sup>.

Da Manufatura de Viena (1718-1864) reuniram peças decorativas, peças utilitárias<sup>11</sup>,

<sup>1</sup> Como por exemplo uma terrina em forma de repolho (PNA, inv. 43377) na Sala do bilhar do Palácio da Pena e dada como existente depois do casamento com o N.º 6801 (ANTT, 1887b: 2621). Curiosamente, no ano de 1864 o Rei D. Fernando adquiriu ao leiloeiro Casimiro Cândido da Cunha 2 jarras por 45\$000, 1 repolho por 15\$000 e 2 potes italianos por 13\$500, como foi discriminado na fatura datada de Dezembro do referido ano (FCB, AHCB, 1864: 5).

<sup>2</sup> A Condessa d'Edla adquiriu em 1872 a Maria da Silva Santos, segundo fatura datada de 28 de Janeiro, um aparelho para chá de Saxe composto por 1 bule, 1 leiteira, 1 prato pequeno e 12 chávenas por 45\$000 réis (FCB, AHCB, 1872: 96).

<sup>3</sup> Real Manufatura de Porcelana.

<sup>4</sup> Nomeadamente, um serviço de mesa inventariado com o N.º 2139 (ANTT, 1887a: 781v. a 782) e foi posteriormente vendido no leilão de 1892, sendo o lote n.º 4057 (Catalogo, 1892: 66). O serviço foi elencado na categoria de Bens mobiliários adquiridos depois de 9 [sic] de junho de mil oitocentos sessenta e nove, como todas as outras peças que foram aqui mencionadas.

<sup>5</sup> Biscuit é a palavra francesa para biscoito, que significa, neste caso, uma peça em porcelana sem vidrado.

<sup>6</sup> Os dois candelabros encontram-se atualmente no Palácio Nacional da Ajuda e têm vindo a ser atribuídos à Wedgwood, a terem pertencido ao Rei D. Fernando e a terem figurado como modelo na Exposição Universal de Londres, em 1851, na historiografia portuguesa (Teixeira, 1986: 242). Todavia, no levantamento documental constatamos que os candelabros eram bens da Casa Real, eram usufruídos pelo monarca no Palácio das Necessidades, foram descritos como sendo de biscuit e, aparentemente, não figuraram na referida exposição (George Virtue, 1851). Temos que salientar o facto de que em toda a documentação consultada os inventariantes são geralmente corretos com a classificação e a atribuição de determinadas peças, por isso, os candelabros nunca foram atribuídos à fábrica inglesa. No ano de 2018 procedemos a um inquérito junto do Wedgwood Museum e que, categoricamente, nos informou de que os candelabros não são da Wedgwood, pelas características

que apresentam na pasta e por não terem realizado esta tipologia. No Palácio das Necessidades os candelabros foram inventariados com o N.º 7827 na categoria de *Relação de Bens de = Terceiro = a Casa Real encontrados no espolio de Sua Magestade ElRey o Senhor Dom Fernando* e foram descritos como sendo de biscuit (ANTT, 1887a: 2977). Nesta mesma verba referem as duas jarras-ovo *Celebridades dos séculos XVI e XVII* (PNA, inv.s 3959-3960) como sendo de Sèvres e quando o são efetivamente (Correia, 2008: 94-102). Posteriormente, foram colocados na *Biblioteca* do mesmo palácio e foram designados como sendo de *louça de género Wedgwood*. No arrolamento judicial republicano os candelabros foram arrolados com o N.º 6858 e foram posteriormente transferidos em 1939 para o Palácio Nacional da Ajuda (APNA, 1910-1911: 950v.).

<sup>7</sup> A atribuição à KPM de Berlim decorreu da investigação do Doutor Samuel Wittwer, atualmente Diretor da Fundação dos Palácios e Jardins Prussianos de Berlim-Brandenburgo, e apresentada no dia 30 de Junho de 2022 na palestra intitulada *Polishing the Crown – The Influence of Artists and Scholars on Royal Berlin Porcelain Orders*, no âmbito do seminário internacional *Fragile Splendour: Prestige, Power and Politics from The Medici to the Present Day* organizado pela Houghton International e que ocorreu de 29 a 30 de Junho do corrente na British Academy.

<sup>8</sup> As duas jarras foram inventariadas nos *Corredores* com o N.º 1627 e foram adquiridas depois do casamento (ANTT, 1887a: 637 a 637v.).

<sup>9</sup> Nos dias de hoje chama-se Doubí e pertence à cidade Karlovy Vary, anteriormente denominada em alemão por Carlsbad. Toda esta região passou para a República Checa após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

<sup>10</sup> Queremos agradecer ao historiador de luminária arménio Ara Kebapcioglu e ao historiador de luminária alemão Heinz Baumann a ajuda na tradução da fatura.

<sup>11</sup> Como por exemplo, uma peça formada por uma bandeja e encimada, ao centro, por um castiçal, tudo em porcelana e

estatuetas<sup>1</sup>, uma terrina<sup>2</sup> e serviços de bebidas quentes, também no Palácio das Necessidades. A manufatura ficou afamada pela exímia qualidade das suas pinturas e o Rei D. Fernando nasceu na cidade de Viena.

Da Real Fabrica de Porcelana del Buen Retiro (1760-1808) de Madrid tinham um medalhão, mas a faiança espanhola tinha maior predominância. Nomeadamente, a presença de exemplares hispano-muçulmanos, da cidade de Toledo, de Sevilha, setecentistas da cidade de Valência<sup>3</sup> e seiscentistas e setecentistas de Talavera de la Reina.

O gosto pela faiança europeia estendeu-se a peças italianas, particularmente as seiscentistas de Viterbo, da cidade de Savona, de Montelupo, a setecentista de Milão e a dos famosos ceramistas della Robbia. Não descuraram a faiança desenvolvida na cidade holandesa de Delft, nomeadamente a datada do século XVII e XVIII, e a das cidades francesas de Marselha, desenvolvida a partir de 1677, a de Rouen e a de Estrasburgo (1721-1780), esta última aperfeiçoada pela família de ceramistas

de origem holandesa Hannong, como por exemplo duas terrinas em forma de pombo (PNA, inv.s 4101-4102)<sup>4</sup>, vários pratos e fruteiros que tiveram no Palácio das Necessidades.

De porcelana francesa coeva tinham vários serviços de mesa, de sobremesa e de bebidas quentes<sup>5</sup> no Palácio das Necessidades e no da Pena, como um serviço de mesa, sobremesa e café da D. Vion (1868-1889), segundo a fatura datada de 24 de Outubro de 1883 (FCB, AHCB, 1884: 58); um serviço de mesa francês, com 223 peças, e um de *dessert*<sup>6</sup>, com 61 peças<sup>7</sup>, adquirido ao leiloeiro Casimiro Cândido da Cunha e segundo a fatura datada de 2 de Abril de 1861 (FCB, AHCB, 1861: 54)<sup>8</sup>; um de *louça fina para meza, de porcellana franceza* comprado em 1870 (FCB, AHCB, 1870 a 1871: 259) e um serviço de mesa, sobremesa e café, conjuntamente com quatro cinzeiros à parte, da Pillivuyt, fundada em 1818, com o monograma FC coroado (Fernando Coburgo) e segundo a fatura datada de 28 de Fevereiro de 1884 (FCB,

pintura floral policroma (PNP, inv. PNP208), que no séc. XIX foi designada como guarda-joias ou aneíra, inventariada em 1887 com o N.º 6121 na *Sala immediata ao toilette da Senhora Condessa* e já existia antes do casamento no Palácio da Pena (ANTT, 1887b: 2462v. a 2463).

<sup>1</sup> No Palácio das Necessidades havia várias estatuetas desta manufatura e entre elas um conjunto de cinco, com altura de cerca de 10 cm e com defeitos, inventariadas em 1887 nos *Corredores* com o N.º 1606 e adquiridas depois do casamento (ANTT, 1887a: 629). As cinco estatuetas poderão ser os tocadores de música que ficaram para os herdeiros da Rainha D. Maria Pia e arrolados na *Sala chinesa*, Z" N.º 13, do Palácio da Ajuda (PNP, inv. PNP212) (APNA, 1912: 2758 a 2758v.).

<sup>2</sup> A terrina foi inventariada com o N.º 1528 nos *Corredores*, foi adquirida depois do casamento (ANTT, 1887a: 605v.) e poderá ser a mesma que se encontra atualmente no Palácio Nacional da Pena (PNP, inv. PNP3612).

<sup>3</sup> Nomeadamente, da Real Fábrica de Alcora (1721-1858). No ano de 1875 o Rei D. Fernando comprou 1 tanque hispano-mourisco por 27\$000 réis e 1 prato grande de Alcora por 13\$500 a Luís Maria da Costa, segundo factura datada de 23 de Novembro de 1874 e paga no dia 28 de Janeiro de 1875 (FCB, AHCB, 1875: 89).

<sup>4</sup> As terrinas em forma de pombo estavam na *Sála de jantar*, N.º 446, no inventário de 1887 e já existiam antes do casamento (ANTT, 1887a: 316v. a 317v.). Na documentação relativa às despesas do Rei D. Fernando localizamos a compra de 2 pombos de louça, conjuntamente com 2 carneiros de louça, no valor de 13\$500 réis no Bazar de António Rafael, na Rua Augusta n.º 92

ao 95, segundo a fatura datada de 27 de Março de 1862. No mesmo documento consta a compra de 1 lenço de cambraia bordado por 45\$000, 1 par de castiçais de louça da Índia por 4\$500, 1 leque com figuras por 18\$000 e duas jarras de louça da Índia por 90\$000 (FCB, AHCB, 1862: 22). No ano de 1864 adquiriu ao leiloeiro Casimiro Cândido da Cunha 2 pombos em louça e cada um teve o valor de 18\$000, como consta na fatura datada de 10 de Outubro do mesmo ano (FCB, AHCB, 1864: 13). No dia 22 de Maio de 1871 o rei comprou um prato com frutos em relevo (provavelmente no género Palissy) por 4\$500 e 1 terrina arrendada de Estrasburgo, entre outras peças, como consta na fatura datada de 15 de Maio de 1871 a Luís Maria da Costa (FCB, AHCB, 1871: 77).

<sup>5</sup> No inventário orfanológico mencionam um *tête-à-tête* de porcelana francesa, moderno, marca Bilonchour, composto por 1 salva, 1 bule, 1 leiteira, 1 açucareiro e 2 chávenas com pires em forma de concha, mas após várias pesquisas não conseguimos determinar a marca. O serviço foi depois leiloado e foi o lote 3301 com o valor de 20\$000 réis (Catalogo, 1892: 46).

<sup>6</sup> Sobremesa.

<sup>7</sup> O monarca tinha um serviço de sobremesa francês, com *tarja verde e flores de matiz no centro*, e composto por 2 centros, 11 salvas com pé, 2 terrinas com prato, 27 pratos de guardanapo e 7 pratos de sobremesa. Foi mencionado no inventário orfanológico em 1887 e classificado com o N.º 1335 na *Cópa* e adquirido depois do casamento (ANTT, 1887a: 548 a 548v.).

<sup>8</sup> O serviço de mesa teve o valor de 80\$000 réis e o de sobremesa de 45\$000.

AHCB, 1884: 38)<sup>1</sup>. Os serviços da Pillivuyt passaram depois para a nora do rei, a Rainha D. Maria Pia (1847-1911), ou o neto, o Infante D. Afonso (1865-1920), e foram arrolados no Palácio da Ajuda<sup>2</sup> e desconhecemos o seu atual paradeiro.

A nível de porcelana decorativa francesa tinham peças do famoso ceramista francês Jacob Petit (1797-1868)<sup>3</sup> e que se notabilizou pelas suas criações na manufatura que fundou, em 1830, com o seu irmão. Tinha fábricas em Fontainebleau e Belleville e o depósito em Paris era no n.º 32 da Rue de Bondy, onde se podia adquirir vários artigos artísticos, *de nouveaute, de goût et de fantaisie, abat-jour en porcelaine transparente avec fleurs et sujets diaphanes*<sup>4</sup> (Didot-Bottin, 1855: 791). As peças que criou caracterizam-se pela reinterpretação de épocas passadas, com especial ênfase na do rococó, e pela natureza em novas formas e em tipologias utilitárias, como um par de jarras (PNP, inv.s PNP319/1/2) que esteve na *Sala de entrada pela escada das cabaças* no Palácio da Pena<sup>5</sup>; um par de perfumadores *com figuras turcas* no *toilette* do *Segundo quarto principal para hospedes*<sup>6</sup> na Pena e um serviço para chá e

para café *com fundo côr de roza* no Chalet da Condessa<sup>7</sup>. Não podemos também deixar de mencionar um tinteiro em forma de laranja que pertenceu à Rainha D. Maria Pia (PNA, inv. 1397) (Reis e Louro, 1987: 110) exemplificativo do virtuosismo técnico de Jacob Petit.

O Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla também não ficaram indiferentes à porcelana desenvolvida pelo ceramista francês Edmé Samson (1810-1891), fundador da firma Samson, Edmé et Cie (1845-1969), e que se notabilizou pela cópia de peças de porcelana oriental e europeia do séc. XVIII. Nelas conseguiu magistralmente quase a mesma coloração da pasta e a reprodução das decorações originais, conjugando-as em alguns exemplares com complexas montagens em metal dourado. Usava marcas opostas às originais e que têm confundido os especialistas (Reis e Louro, 1987: 112-113). Efectivamente, ao lermos o inventário orfanológico do Rei D. Fernando temos vindo a encontrar peças descritas como *imitação de Saxe* ou como *Saxe moderno*, como foi designada a chaleira com trempe de Samson (PNP, inv.s PNP12/1/2)<sup>8</sup>

<sup>1</sup> O serviço em 1887 estava na *Cópa* do Palácio das Necessidades, foi inventariado com o N.º 1330 e foi adquirido depois do casamento (ANTT, 1887a: 548 a 548v.).

<sup>2</sup> O serviço em 1911 foi arrolado na *Arrecadação das pratas e louças*, N.º N.º 255 a 271, do Palácio da Ajuda (APNA, 1911: 1211v. a 1212v.).

<sup>3</sup> O seu verdadeiro apelido era Mordecai.

<sup>4</sup> De novidade, de gosto e de fantasia, abat-jour de porcelana com flores e temas diáfanos, tradução livre do autor.

<sup>5</sup> O par de jarras em 1887 foi inventariado com o N.º 6253 (ANTT, 1887b: 2494v.) e em 1874 encontravam-se no mesmo espaço, N.º 679 e 680 (FCB, AHCB, 1874: 35).

<sup>6</sup> Inventariados com o N.º 6323 (ANTT, 1887b: 2512). Estes aposentos foram depois ocupados pelo Rei D. Manuel II (1889-1932) e neto do Rei D. Fernando.

<sup>7</sup> O serviço para chá e para café foi inventariado com o N.º 7039 na Casa de jantar de família e foi adquirido a 31 de Julho de 1854 ao comerciante italiano Luigi Stampa com loja em Lisboa. Inicialmente foi destinado para a Quinta e Casa da Abelheira (propriedade confinante ao Parque da Pena com habitação e adquirida no mesmo ano pelo monarca) e era composto por 1 cafeteira (no inventário orfanológico foi designada como bule), 1 bule, 1 açucareiro, 1 leiteira, 1 taça de pingos, 18 chávenas com pires e 2 pratos e teve o custo total de 48\$000 réis. Na mesma fatura mencionam a aquisição de outro serviço para chá e para café em porcelana designado como Rocaille, com filetes

dourados, e tinha as seguintes peças: 1 cafeteira, 1 bule, 1 açucareiro, 1 leiteira, 1 taça de pingos, 1 manteigueira, 4 pratos e 12 chávenas com o valor de 31\$500 e com destino para a Casa da Boa Morte [edifício de habitação na Rua Direita da Boa Morte, hoje do Patrocínio, reformulado a pedido do rei e de acordo com o projeto do arquiteto da Casa Real Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896)]. No mesmo documento não podemos deixar de mencionar um serviço de mesa e de sobremesa que teve como destino a Abelheira e comportava as seguintes tipologias: 15 pratos de sopa, 45 de guardanapo ou rasos ou, ainda, ditos chatos, 6 travessas, 1 terrina para sopa, 2 terrinas para molho, 1 saladeira, 2 mostardeiras, 2 saleiros, 2 conserveiras, 36 pratos de sobremesa, 1 centro para fruta, 4 fruteiros redondos, 2 ditos ovados e 2 ditos quadrados, tudo pela quantia de 90\$000 réis. No recibo não mencionam a proveniência ou a marca dos serviços (FCB, AHCB, 1854: 42) (ANTT, 1887b: 2671v.). O serviço para chá e para café côr de rosa foi o único aqui referido que foi elencado na categoria Chalet denominado da Ex.ma Senhora Condessa / Mobiliários existentes no dia 10 de Junho de 1869.

<sup>8</sup> A chaleira foi inventariada com o N.º 1531 nos *Corredores* do palácio e foi adquirida depois do casamento (ANTT, 1887a: 606 a 606v.). O Rei D. Fernando tinha outra chaleira com trempe em porcelana, com a tampa partida, foi descrita como sendo de Saxe, foi inventariada no *Corredor interior* com o N.º 193 e já existia antes do casamento (ANTT, 1887a: 258v.).

inspirada na produção de Meissen que tiveram no Palácio das Necessidades<sup>1</sup>.

A cerâmica francesa desta época atravessava um período de exploração de novas formas, de vidrados e de esmaltes. Nomeadamente, no trabalho desenvolvido pelo célebre ceramista francês Joseph-Théodore Deck (1823-1891) influenciado pela cerâmica islâmica, japonesa e chinesa. A Condessa d'Edla ofereceu ao rei um *médailon encadré tête de femme sur fond or*<sup>2</sup> segundo desenho do pintor francês Raphaël Collin (1850-1916), como consta na factura datada de 4 de Dezembro de 1878 (FCB, AHCB, 1879: 48).

A prestigiante Manufacture Impériale de Sèvres (hoje nacional), fundada em 1740 em Vincennes e transferida em 1756 para Sèvres, era representada por dois vasos com asas e pinturas ao gosto etrusco *da epocha de Napoleão 3.º*, com mísulas em madeira da Suíça no *Atelier* da condessa no Palácio das Necessidades<sup>3</sup>. A referência ao Imperador Napoleão III (1808-1873) é curiosa e poderão ter sido uma oferta<sup>4</sup>, mas infelizmente foram leiloadas em 1892<sup>5</sup> e desconhecemos o seu actual paradeiro.

No conjunto de cerâmica francesa<sup>6</sup> havia um par de jarras, com tampa e flores em relevo, em porcelana marcados HC<sup>7</sup> e que podem ser da Haviland & Co. (Teixeira, 1986: 242), fundada em 1842 em Limoges e tornou-se na mais prolífica e moderna fábrica de porcelana

francesa. Notabilizando-se pela elevada qualidade dos seus produtos e exportando-os em grande quantidade para os Estados Unidos da América.

No espólio do mesmo palácio é imprescindível mencionar-se um serviço de mesa e de sobremesa *de porcellana de Zurich branca com pintura d'aves, e ramages, e ornatos dourados*<sup>8</sup>. Muito possivelmente da manufatura fundada em 1763 na cidade suíça e que se dedicou à produção de serviços utilitários, estatuetas e grupos em porcelana, sendo raros os exemplares que aparecem no mercado. Encerrou em data por determinar e não podemos deixar de aludir à nacionalidade da Condessa d'Edla.

A cerâmica inglesa tinha alcançado um grau de perfeccionismo e de invenção de novas formas que cativou as elites coevas. Nomeadamente, a inimitável fábrica Minton (1793-2005) que passou a ser sinónimo de luxo, de modernidade e de *exquisite taste*. O grande trunfo foi produzir serviços de mesa, de sobremesa e de bebidas quentes, peças de cozinha, peças decorativas e utilitárias em faiança e em porcelana de forma a satisfazer o maior número de pessoas, tornando-se numa das mais influentes do seu tempo. No Palácio das Necessidades tinham um cinzeiro, em forma de uma ave pousada numa parra, no *Gabinete d'El Rey*<sup>9</sup> e uma bilheteira em faiança na *Caza do Banho*<sup>10</sup>. No ano de 1870 encomendaram através do comerciante

<sup>1</sup> No Arquivo da Fundação da Casa de Bragança há fotografias da *Salla de Saxe* do Rei D. Fernando e podemos observar esta chaleira numa das peanhas, com franja, na parede norte.

<sup>2</sup> *Medalhão emoldurado busto de mulher com fundo ouro*, tradução livre do autor.

<sup>3</sup> Inventariados com o N.º 1652 e dados como existentes depois do casamento (ANTT, 1887a: 644 a 644v.).

<sup>4</sup> No mês de outubro de 1871 o Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla estavam a veranear em Paço de Arcos e alugaram *uma carruagem para ir a Lisboa cumprimentar a Imperatriz Eugénia* (1826-1920), mulher do Imperador Napoleão III, então em exílio (FCB, AHCB, 1870 a 1871: 513).

<sup>5</sup> Foram os lotes n.º 2813 e 2814 (Catalogo, 1892: 35).

<sup>6</sup> No mês de novembro de 1871 pagou-se a Claude Joseph Lagrange, agente mercantil, a condução de caixas com amostras

de porcelana que vieram de Paris por terra (FCB, AHCB, 1870 a 1871: 531).

<sup>7</sup> O par de jarras já existia antes do casamento e foi inventariado com o N.º 532 no *Corredor interior* do Palácio das Necessidades (ANTT, 1887a: 543v.).

<sup>8</sup> O serviço foi adquirido depois do casamento e inventariado na *Côpa* com o N.º 1329 (ANTT, 1887a: 547v. a 548).

<sup>9</sup> Inventariado com o N.º 618 e já existente antes do casamento (ANTT, 1887a: 365).

<sup>10</sup> A bilheteira foi adquirida depois do casamento e inventariada com o N.º 2225 (ANTT, 1887a: 809v. a 810). O cinzeiro e a bilheteira foram respetivamente os lotes n.º 2416 e n.º 4565 no leilão de 1892 (Catalogo, 1892: 28 e 86). A bilheteira foi elencada na categoria de *Addicionamento I Bens mobiliários adquiridos depois do dia 10 de Junho de 1869* e foi a única aqui referida.

lisboeta Sebastião Ferreira de Almeida *duas figuras e dois assentos de loiça, que mandou vir d'Inglaterra para o Toilette de S. Ex.<sup>a</sup> a Senhora Condessa d'Edla* (FCB, AHCB, 1870 a 1871: 273), segundo fatura datada de 20 de Novembro de 1870 (FCB, AHCB, 1870: 96)<sup>1</sup>. Trata-se de duas estatuetas de seres humanos designados como Blackamoor <sup>2</sup> (africanos, índios americanos ou mouros), com flores na cabeça, para servirem como floreiras e dois Blackamoor sentados num coxim agachados e com outro para assento no topo, para servirem como bancos (PNP, inv.s PNP3615/1/2). As estatuetas Blackamoor são exemplificativas do gosto pelo exotismo nas artes decorativas europeias desde o séc. XVII e ganharam popularidade nos meados do XIX. A Minton apostou nesta tendência e na Exposição Universal de Paris em 1867 apresentou estatuetas Blackamoor para servirem como floreiras (Virtue and Company, 1868: 21)<sup>3</sup>, que podem ter suscitado o interesse por parte da Condessa d'Edla e comprovando assim que se mantinha informada pelas últimas novidades.

A concorrente da Minton, entre outras, era a Copeland & Garrett, fundada em 1770 como Spode<sup>4</sup> e inventora da porcelana do tipo *bone china*, que consiste em adicionar ossos de animais calcinados à pasta de porcelana dura e obtendo assim uma transparência e brancura superiores. Desta fábrica tinham dois vasos de biscuit com amores em relevo<sup>5</sup> e foram os lotes n.º 3152 e 3153 no leilão de 1892 dos bens do

Rei D. Fernando (Catalogo, 1892: 43). No mesmo leilão foi vendido um guarda-joias em faiança inglesa<sup>6</sup> da seleta loja londrina Thomas Goode & Co.<sup>7</sup>, fundada em 1827, englobado no lote n.º 2871 a 2877 (Catalogo, 1892: 37).

Neste conjunto não podiam faltar exemplares da intemporal Wedgwood, fundada em 1759 pelo ceramista inglês Josiah Wedgwood (1730-1795) e que ocupa um lugar cimeiro no mundo da cerâmica por ter inventado novas pastas nunca antes conseguidas, como o *black basalt*, imitação da pedra basalto; o *jasperware*, pasta branca e que pode ser colorida em vários tons; o *caneware*, um *jasperware* colorido com amarelo para simular canas, e o *creamware* ou *Queen's Ware*, faiança fina em tom creme e apreciada pela Rainha Carlota da Grã-Bretanha (1744-1818). As pastas *black basalt*, *jasperware* e *caneware* são muito específicas e não são consideradas porcelana. A *jasperware* pode ser colorida e numa superfície podem-se sobrepor relevos da mesma pasta em cores opostas, criando assim tridimensionalidade, contraste e um elevado efeito decorativo. O Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla tinham vários exemplares e entre eles uma urna em *black basalt* (PNP, inv. PNP138)<sup>8</sup>, realizada já ao gosto neo-clássico e no período em que o fundador se uniu em parceria com o ceramista inglês Thomas Bentley (1731-1780). Noutras pastas tinham três jarras com fundo azul e

<sup>1</sup> No inventário orfanológico encontravam-se nos *Corredores*, foram adquiridos depois do casamento e foram inventariados com o N.º 1460 (ANTT, 1887a: 581 a 581v.).

<sup>2</sup> União das palavras em inglês *black* (preto) e *moor* (mouro).

<sup>3</sup> Ver a investigação da historiadora de arte norte-americana Adrienne L. Childs intitulada *The Glazed Blackamoor: Minton's Majolica Jardinières and the African Body (1867)*, apresentada no colóquio "La sculpture entre 1850 et 1880" que ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de Maio de 2014 na Fondation Singer-Polignac.

<sup>4</sup> A fábrica voltou a este nome em 1970.

<sup>5</sup> No ano de 1872 o Rei D. Fernando adquiriu peças da Copeland & Garrett, segundo a fatura datada de 23 de Maio, mas infelizmente não mencionam as tipologias e as quantidades (FCB, AHCB, 1872: 141). Os vasos com amores foram inventariados com o N.º 1594 nos *Corredores* do Palácio das Necessidades e adquiridos depois do casamento (ANTT, 1887a: 625). No Palácio

Nacional da Pena há dois cache-pots em faiança (PNP, inv.s PNP197/1/2) desta fábrica e do mesmo período cronológico.

<sup>6</sup> Inventariado em 1887 com o N.º 1508 nos *Corredores* do Palácio das Necessidades e adquirido depois do casamento (ANTT, 1887a: 597 a 597v.).

<sup>7</sup> O Rei D. Fernando adquiriu em 1876 a Thomas Goode & Co., segundo a fatura datada de 23 de novembro, as seguintes floreiras: 1 *Double Cupid & Leaf Turquoise & gold*; 1 *Flower Holder Crumpled Leaf and Branch*; 1 *Double Cupid & Tree Flower Holder* e 1 *Stork & Bulrush Flower Holder* (FCB, AHCB, 1877: 12). A Rainha D. Maria Pia tinha um *cabinet plate* (prato decorativo) da Minton, que ostenta a marca usada de 1873 a 1891, marcado para esta loja londrina na *Sala Azul*, M N.º 154, do Palácio da Ajuda (APNA, 1911: 136v.).

<sup>8</sup> A urna já existia antes do casamento e foi inventariada no *Segundo Corredor* com o N.º 27 (ANTT, 1887a: 219).

ornatos em branco e uma peanha<sup>1</sup>; uma leiteira, um açucareiro e uma taça com fundo preto e relevos brancos<sup>2</sup>; uma taça e três pratos em forma de conchas<sup>3</sup>; três pratos em forma de concha e um búzio<sup>4</sup>; um vaso com fundo roxo e riscas brancas<sup>5</sup>; um vaso quadrado com tampa azul e ornatos brancos<sup>6</sup> e um jarro em porcelana<sup>7</sup> no Palácio das Necessidades<sup>8</sup>. No Palácio da Pena tinham na *Sala de visitas* duas jarras com tampas abertas de biscuit Weigwood [sic]<sup>9</sup> e que podem ser os dois perfumadores *jasperware* (PNP, inv.s PNP77/1/2) transferidos do Palácio das Necessidades para o Palácio Nacional da Pena no séc. XX. No Chalet da Condessa referem duas jarras em azul e branco com figuras em relêvo no *Quarto do particular*<sup>10</sup>.

O enorme sucesso alcançado por Wedgwood levou a que outras fábricas inglesas copiassem as suas pastas, modelos e decorações, como a francesa Creil-Montereau (1819-1955) e a espanhola Real Fabrica de Porcelana del Buen Retiro de Madrid, entre outras.

A nível de peças utilitárias inglesas tinham um serviço de mesa, de sobremesa e de bebidas quentes<sup>11</sup> no Chalet da Condessa d'Edla, mas nenhum sobreviveu para apurarmos as marcas e os motivos padronizados<sup>12</sup>.

A cerâmica americana era diminuta e há registo de parte de um serviço em faiança branca no Palácio da Pena composto por: 1 fruteiro; 6 pratos; 1 dito, 4 ditos mais pequenos; 11 pires e 9 chávenas diferentes<sup>13</sup>, sendo raras em território português peças de fabrico norte-americano deste período.

De peças mexicanas seiscentistas tinham dois vasos no Palácio das Necessidades<sup>14</sup>.

A cerâmica portuguesa era igualmente diversificada e representada por exemplares do séc. XVII e XVIII dos principais centros de produção. Nomeadamente, uma bilha e um pote em barro de Estremoz<sup>15</sup> e peças da Real Fabrica de Louça ao Rato (1767-1835) de Lisboa, fundada em 1767 por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro marquês de Pombal, *cujos productos são hoje*

<sup>1</sup> Inventariadas no *Segundo Corredor* com o N.º 25 e dadas como já existentes antes do casamento (ANTT, 1887a: 218 a 218v.). No arrolamento republicano do Palácio das Necessidades elencaram três floreiras com tampa, dois vasos para flores e quatro solitários cilíndricos todos com fundo azul na *Mantearia - Arrecadação*, respetivamente N.º 4815, 4814 e 4816, e foram posteriormente entregues à Família Real no exílio (APNA, 1910-1911: 657v.).

<sup>2</sup> Conjunto de peças existentes antes do casamento e inventariadas no *Segundo Corredor* com o N.º 26 (ANTT, 1887a: 219).

<sup>3</sup> As peças já existiam ao tempo do casamento e foram inventariadas com o N.º 516 na *Sála da muzica* (ANTT, 1887a: 340).

<sup>4</sup> Inventariadas com o N.º 517 na *Sála da muzica* e já existentes na altura do casamento (ANTT, 1887a: 340v.).

<sup>5</sup> Inventariado no *Segundo Corredor* com o N.º 699 e adquirido depois do casamento (ANTT, 1887a: 387v.).

<sup>6</sup> Vaso adquirido depois do casamento e inventariado no *Segundo Corredor* com o N.º 700 (ANTT, 1887a: 387v a 388).

<sup>7</sup> O fabrico de porcelana do tipo *bone china* só começou, depois da morte do fundador, por volta de 1812 e parou em 1822 e retomou novamente em 1878. O jarro foi dado como adquirido depois do casamento e foi inventariado com o N.º 1696 no *Toilette* (ANTT, 1887a: 656).

<sup>8</sup> O vaso roxo, a leiteira, o açucareiro e a taça com fundo preto e o vaso quadrado azul foram os lotes n.º 102 a 107 do leilão de 1892 (Catalogo, 1892: 4).

<sup>9</sup> Os perfumadores foram inventariados na *Sala de visitas* com o N.º 6738 e adquiridos depois do casamento (ANTT, 1887b: 2607v.).

<sup>10</sup> Inventariadas com o N.º 7142 e adquiridas depois do casamento (ANTT, 1887b: 2696 a 2696v.). Foram elencadas na categoria de *Chalet denominado da Ex.ma Senhora Condessa / Mobiliarios adquiridos depois de 10 de Junho de 1869* e são as únicas aqui referidas.

<sup>11</sup> No ano de 1871 veio num navio de guerra inglês uma caixa contendo chávenas e pires em porcelana com o peso de 8 quilos (FCB, AHCB, 1871: 88).

<sup>12</sup> No ano de 1861 o Rei D. Fernando comprou a José Maria da Silva 1 aparelho de louça inglesa no valor de 72\$000 réis, segundo fatura datada de 29 de agosto de 1861 (FCB, AHCB, 1861: 121).

<sup>13</sup> O serviço foi inventariado na *Copa* com o N.º 6006 e já existia antes do casamento (ANTT, 1887b: 2434 a 2434v.).

<sup>14</sup> Os vasos foram inventariados no *Segundo Corredor* com o N.º 23 a 24 e já existiam antes do casamento (ANTT, 1887a: 218 a 218v.). Um dos vasos poderá ter permanecido no Palácio das Necessidades na *Sala dos Espelhos*, N.º 597, ao tempo do Rei. D. Carlos e da Rainha D. Amélia (1865-1951), tendo sido descrito como *Azteque*, e foi depois entregue à Família Real no exílio (APNA, 1910-1911: 93v.).

<sup>15</sup> A bilha e o pote foram inventariados com o N.º 543 e 544 no *Corredor interior* e já existiam antes do casamento (ANTT, 1887a: 346 a 346v.). As peças foram vendidas em leilão e foram, respetivamente, os lotes n.º 4474 e 4475 com o valor de 9\$000 e 6\$000 réis (Catalogo, 1892: 81).

tão apreciados pelos colleccionadores de faianças portuguesas (Pessanha, 1898: 161). O intuito foi o de fabricar faiança ao mesmo nível das europeias, implementando métodos de produção inovadores e criando uma escola para profissionais ligados à indústria cerâmica. O Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla reuniram várias peças utilitárias e decorativas, entre elas um busto da Rainha D. Maria I (1734-1816) (PNQ, inv. PNQ 15A)<sup>1</sup> no Palácio das Necessidades.

No entanto, convém assinalar o significativo apreço que ambos tiveram por uma nova geração de artistas que dinamizou a faiança portuguesa coeva, com especial enfoque no trabalho do checo Wenceslau Cifka (1811-1883) em Lisboa, no de Manuel Cipriano Gomes Mafra (1829-1905)<sup>2</sup> nas Caldas da Rainha (Horta, 2016) e no de António Luís de Jesus (1844-?), ceramista lisboeta ainda pouco estudado e ao qual demos um avanço sobre a sua biografia e parte da sua obra em azulejo (Fevereiro, 2017: 245). Participou em 1865 na Exposição Internacional do Porto, onde levou duas jarras, um jarro e um quadro de azulejos (Catalogo, 1865: 89). As primeiras peças adquiridas ao artista foram no ano de 1868 e na fatura, datada de 30 de abril, constam três

pratos (FCB, AHCB, 1868: 60). No ano de 1871 houve uma segunda consecução de uma mesa, um par de talhas, um par de jarras e dois pratos, como consta na fatura datada de 25 de fevereiro (FCB, AHCB, 1871: 12)<sup>3</sup>. A terceira aquisição foi um *pote de faiança*, segundo a fatura datada de 15 de março de 1879 (FCB, AHCB, 1879: 63). No Palácio das Necessidades tinham duas jarras com asas<sup>4</sup>; um prato com uma ninfa no banho; uma mesa em faiança *imitação do trabalho italiano*<sup>5</sup>; um prato com o busto de um guerreiro e um dito com dois meninos a tocar viola<sup>6</sup>; um prato com o busto do Rei D. Afonso III (1210-1279)<sup>7</sup> e outro com ruínas e o busto de um guerreiro<sup>8</sup>. No Palácio da Pena há registo de ter estado um jarro e um prato<sup>9</sup>; um jarro com *bachanais pintados*<sup>10</sup> e um prato *arrendado* com a efígie do Rei D. Fernando<sup>11</sup>.

O apreço pelos artistas portugueses também se estendeu à pintora, decoradora e rendeira Maria Augusta Bordalo Pinheiro (1841-1915) – irmã do pintor Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), filhos do pintor Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880) e todos apreciados pelo monarca e pela condessa – através de um leque e uma placa em faiança<sup>12</sup> nas Necessidades<sup>13</sup> e um prato com duas flores

<sup>1</sup> O busto da Rainha D. Maria I foi inventariado com o N.º 1473 nos *Corredores* e dado como existente depois do casamento (ANTT, 1887a: 585).

<sup>2</sup> No ano de 1875 o Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla passaram uma temporada, nos meses do verão, nas Caldas da Rainha e alugaram a habitação do ceramista para alojamento dos criados. No mês de outubro o ceramista na feira de Belém em Lisboa vendeu ao casal vários exemplares em faiança (FCB, AHCB, 1875: 77 e 97).

<sup>3</sup> O pintor apresentou-se como *fabricante de faianças* na Rua da Santíssima Trindade n.º 11 em Lisboa. A mesa teve o valor de 90\$000, o par de talhas 45\$000, o par de jarras 45\$000 e os pratos 18\$000. O valor da mesa foi elevado e o artista na fatura justificou-se da seguinte forma: “A verba de 90\$000 pertencente a uma mêza de louça é a mais rezumida possível attendendo a que saem algumas inutilizadas como aconteceu, athé sair uma perfeita. Os de mais objectos são preços de Sua Magestade já conhecidos e os modicos possíveis.” O testemunho é exemplificativo da dificuldade em obter uma peça perfeita saída do forno e como o artista lutou para conseguir uma em boas condições.

<sup>4</sup> As duas jarras foram inventariadas nos *Corredores* com o N.º 1522 e adquiridas depois do casamento (ANTT, 1887a: 603).

<sup>5</sup> Inventariada com o N.º 1719 no *Toilette* e comprada depois do casamento (ANTT, 1887a: 663v.).

<sup>6</sup> Adquiridos depois do casamento e inventariados no *Guarda roupa* com o N.º 1810 e 1811 (ANTT, 1887a: 663v.).

<sup>7</sup> Inventariado no *Guarda roupa* com o N.º 1816 e também adquirido depois do casamento (ANTT, 1887a: 695 a 695v.).

<sup>8</sup> O prato com a ninfa no banho foi lote n.º 2128 (Catalogo, 1892: 19), a mesa em faiança o lote n.º 3367 (Catalogo, 1892: 47), o prato com o busto de guerreiro foi o lote n.º 3595 (Catalogo, 1892: 54) e o prato com o busto do Rei D. Afonso III e o prato com ruínas e o busto de um guerreiro foram respetivamente os lotes n.º 3610 a 3614 (Catalogo, 1892: 55) no leilão de 1892.

<sup>9</sup> Adquiridos antes do casamento e inventariados na *Sála verde* com o N.º 6202 (ANTT, 1887b: 2481 a 2481v.).

<sup>10</sup> Jarro já existente antes do casamento e inventariado com o N.º 6795 na *Sala do bilhar* (ANTT, 1887b: 2619v.).

<sup>11</sup> Já existente antes do casamento e inventariado na *Casa de lavagem de louça* com o N.º 6950 (ANTT, 1887b: 2652).

<sup>12</sup> Peças adquiridas depois do casamento e inventariadas nos *Corredores* com o N.º 1625 (ANTT, 1887a: 636 a 636v.).

<sup>13</sup> No leilão de 1892 o leque a placa constaram no lote n.º 3262 a 3271 (Catalogo, 1892: 45).

pintadas no *Atelier da Senhora Condessa* na Pena<sup>1</sup>.

O gosto pela pintura em cerâmica também foi praticado pelo Rei D. Fernando, pela Condessa d'Edla, pelo filho do monarca, o Rei D. Luís I (1838-1889), e a nora, a Rainha D. Maria Pia, cuja produção é conhecida. No entanto, o filho, o Infante D. Augusto (1847-1889), pintou num prato em faiança um navio em tons de azul<sup>2</sup> e a filha, a Infanta D. Antónia (1845-1913), um prato em faiança em tons de azul e branco<sup>3</sup>, e ambos estiveram no Palácio das Necessidades<sup>4</sup>.

A maioria da produção artística da Família Real foi realizada em exemplares de faiança da então Real Fabrica de Louça em Sacavem (1850-1994) e desta unidade fabril o Rei D. Fernando e a Condessa d'Edla tinham igualmente peças decorativas e utilitárias; serviços de mesa, de sobremesa e de bebidas quentes nos palácios mencionados e no chalet.

O acervo constituído pelo Rei D. Fernando e pela Condessa d'Edla era notável pela variedade, raridade e quantidade, refletivo do gosto oitocentista pelas épocas<sup>5</sup> e civilizações passadas e pelas últimas novidades. Expresso em peças de qualidade e dispostas para serem devidamente apreciadas num determinado ambiente decorativo, mas vivido quotidianamente, como constatou a princesa e escritora francesa Marie-Lætitia Bonaparte-Wyse (1831-1902), conhecida em Portugal como Maria Rattazzi<sup>6</sup>, ao visitar o casal na Pena (Ramalho, 2015: 73).

O monarca e a condessa reuniram o que de melhor se fez e se fazia em cerâmica. Nomeadamente, um conjunto significativo de porcelana e faiança chinesa e japonesa decorativa e utilitária. O mesmo critério estendeu-se à cerâmica europeia e era representada pelas principais manufaturas, fábricas e centros de produção; cujas peças decorativas, ou já consideradas antigas, foram agrupadas de forma muito seleta. Também detiveram exemplares americanos, mexicanos e romanos, não descurando os melhores exemplares do país natal de cada um, ampliando assim o vasto interesse por outras culturas. No entanto, convém aqui realçar a cerâmica portuguesa agrupada e que, ao fim ao cabo, foi o país que os uniu e o qual aprenderam a amar, a respeitar e a, sobretudo, valorizar a qualidade intrínseca e original da sua produção artística. Deliberadamente, incentivaram vários ceramistas e artistas e encomendaram às emergentes fábricas de cerâmica peças decorativas e utilitárias, fomentando assim o consumo dos bens nacionais e o desenvolvimento industrial que então despontava.

Todavia, devido às vicissitudes históricas, às partilhas após a morte do Rei D. Fernando e a outros fatores, todo este conjunto foi disperso ou desapareceu.

Neste artigo focar-nos-emos nas peças reunidas da Vista Alegre no Palácio das Necessidades e no Palácio da Pena, como iremos abordar em seguida

<sup>1</sup> Inventariado no *Atelier da Senhora Condessa* com o N.º 6765 e dado como existente depois do casamento (ANTT, 1887b: 2613).

<sup>2</sup> Adquirido depois do casamento e inventariado nos *Corredores* com o N.º 1626 (ANTT, 1887a: 636v. a 637).

<sup>3</sup> Dado como existente depois do casamento e inventariado com o N.º 1136 na *Sála de musica* (ANTT, 1887a: 497).

<sup>4</sup> No leilão de 1892 o prato pintado pelo Infante D. Augusto foi o lote n.º 3272 a 3274 (Catalogo, 1892: 45) e o prato pintado pela Infanta D. Antónia o lote n.º 1965 (Catalogo, 1892: 13). Sobre a obra artística da Infanta D. Antónia ver o artigo do Doutor Pedro

Urbano intitulado *D. Antónia de Bragança: rede epistolar e estratégia pessoal* publicado em 2018 na obra *Mulheres em rede / Mujeres en red: Convergências lusófonas* (Urbano, 2018: 115).

<sup>5</sup> A Condessa d'Edla adquiriu em 1869 a Luís Maria da Costa 10 peças de faiança antigas pelo valor de 45\$000 réis, segundo a fatura datada de 10 de outubro do referido ano (FCB, AHCB, 1869: 136).

<sup>6</sup> O apelido é do seu segundo marido, o político italiano Urbano Pio Francesco Rattazzi (1808-1873).

### 3. As peças em porcelana da Vista Alegre reunidas pelo Rei D. Fernando II e pela Condessa d'Edla

A escolha pelos produtos da Vista Alegre era inevitável, visto na altura ser a única unidade fabril dedicada à porcelana em território português. Todavia, é imprescindível enquadrá-la na época em questão, de forma a compreendermos o porquê das consecuições levadas a efeito.

A Vista Alegre foi fundada no ano de 1824 pelo industrial e político José Ferreira Pinto Basto (1774-1839), por alvará régio do Rei D. João VI (1767-1826), como Real Fabrica de Porcelana, Vidros e Processos Chimicos da Vista Alegre, dedicando-se inicialmente à produção de vidro e em 1832 à de porcelana. Apostaram nesta última e aperfeiçoaram-na, a partir de 1835, até atingir uma brancura de boa qualidade, que prima por ter um tom amarelado e luminoso muito peculiar e por ser uma pasta robusta, translúcida e de qualidade inquestionável. Devido a este melhoramento cessaram em 1880 a produção do vidro e dedicaram-se só à porcelana.

A produção inicial é marcadamente inspirada na inglesa<sup>1</sup>, alemã<sup>2</sup> e francesa, sobretudo a de

Sèvres e o então Diretor, o cientista francês Alexandre Brongniart (1770-1847), aconselhou o filho do fundador, Augusto Valério Ferreira Pinto Basto (1807-1902), sobre os processos de fabrico<sup>3</sup> (Gomes, 1883: 28-29).

No ano de 1835 contrataram o pintor ceramista francês Victor François Chartier Rousseau para formar os operários na difícil arte de pintar em cerâmica. Estabelecendo assim uma escola que ainda hoje é profícua e essencial para afirmar a reputação da Vista Alegre a nível internacional. No ano de 1852 sucedeu-lhe o pintor francês Gustave Fortier<sup>4</sup> e coincide a introdução de novos fornos, processos litográficos para aplicar motivos e incute o gosto pela pintura de paisagens (Arez, 1999: 15-39). No ano de 1865 instalaram uma máquina a vapor por Werlong e criaram um museu com os exemplares fabricados (Cunha, 1896a: 165) (Frasco, 2005: 74-91).

A produção deste período foi fortemente influenciada pela francesa, evidenciada na modelação da pasta e na decoração<sup>5</sup>, mas a representação de paisagens e de motivos

<sup>1</sup> A Minton foi uma das fábricas que influenciou o desenho de vários modelos e motivos. Na nossa coleção detemos uma chávena e respetivo pires flagrantemente inspirados nas formas e na decoração da produção inglesa de 1800 a 1820 (fig. 5). Não sabemos se fazia parte de um serviço na altura em produção ou se foi realizada para substituir outra de um serviço inglês.

<sup>2</sup> Nomeadamente, o motivo *Indische Blumen* da Meissen, entre outros.

<sup>3</sup> Especialmente, na procura do caulino para poder produzir a porcelana.

<sup>4</sup> Na obra *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história* João Augusto Marques Gomes diz-nos que o pintor ocupou o cargo de Mestre de Pintura até ao ano de 1856 e novamente de 1861 a 1865. Os mestres de pintura que se lhe seguiram foram: Philippe Fortier, de 1857 a 1860, Joaquim José de Oliveira, de

1866 a 1881 e Francisco da Rocha Freira a partir de 1881 (Gomes, 1883: 45). No entanto, segundo a investigação de Alberto Faria Frasco o pintor Gustave Fortier trabalhou na Fábrica da Vista Alegre de 1851 a 1855 e de 1861 a 1869 (Frasco, 2005: 74).

<sup>5</sup> No catalogo da exposição de 1844 promovida pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional mencionam os seguintes conjuntos de porcelana: serviços de mesa, de sobremesa, de café e de chá; serviços de toilette; peças decorativas e estatuetas. Na mesma estiveram as seguintes peças igualmente realizadas pela Fábrica da Vista Alegre: um prato copiado de um prato de um serviço francês de Sua Majestade; uma chávena copiada de outra em porcelana da Saxónia de Sua Majestade (provavelmente

florais gradualmente caminhou para um cunho muito particular e característico, afirmando assim a imagem artística da fábrica.

A Vista Alegre também apostou nos certames nacionais e internacionais como forma de propagandear os seus produtos e incrementando assim as vendas. Neste trabalho ordenamos por ordem cronológica as exposições em que participaram até à morte do Rei D. Fernando e que importa aqui realçar:

- 1838, em Lisboa na exposição organizada pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional com peças em vidro;
- 1844, em Lisboa pela mesma sociedade, com peças em vidro e em porcelana;
- 1848, em Lisboa pela mesma organização;
- 1851, em Londres na primeira Exposição Universal que se organizou no Crystal Palace;
- 1855, em Paris na Exposição Universal;
- 1857, no Porto na Exposição Industrial e foram galardoados com uma medalha de prata;
- 1862, em Londres na Exposição Universal;
- 1863, em Braga numa exposição agrícola;
- 1865, no Porto na Exposição Internacional onde tiveram uma segunda medalha de prata;
- 1867, em Paris na Exposição Universal e receberam uma medalha de cobre;
- 1873, em Viena na Exposição Universal e foram galardoados com uma medalha de mérito;

- 1876, em Philadelphia na Exposição Universal e obtiveram uma medalha de cobre;

- 1878, em Paris na Exposição Universal e receberam uma medalha de prata;

- 1882, no Porto na primeira exposição de cerâmica e foram galardoados pelo governo com a medalha de mérito;

- 1882, em Aveiro na exposição do distrito;

- 1883, no Porto na exposição organizada pela Sociedade de Instrução, tendo recebido a medalha de mérito (Arez, 1999: 40-41).

Apesar dos esforços despendidos a Vista Alegre conseguiu levar os seus produtos às principais capitais europeias e aos Estados Unidos da América, mas as peças realizadas neste período não chegaram ao grau de perfeição das realizadas pelas principais fábricas alemãs, inglesas e francesas. É inevitável uma comparação e notamos falências notórias, sobretudo, na modelação da porcelana ao reduzir de tamanho durante a cozedura no forno, a qual necessita de uma temperatura estável e de tecnologia avançada para não deformar a peça, abrir fendas e outras imperfeições, sendo a pintura o veículo para as encobrir e os pequenos pontos escuros que ficam na superfície do vidrado. Estas constatações são evidentes nas peças que abordaremos aqui e que detemos na nossa coleção.

---

de Meissen); uma chávena com esmaltes copiada de outra realizada em Paris e uma caneca com esmaltes copiada de outra chinesa. As peças copiadas indiciam que a fábrica realizava peças

para substituição ou para reprodução, como Samson em Paris, e comprova-se a forte influência francesa e alemã nas peças produzidas (Gomes, 1924: 66-68).

Figura 3 - Prato para fatias, Vista Alegre, marca N.º 20 (1852-1869/1870-1880); 3x25,6Ø cm



Fonte: Coleção particular

Figura 4 - Prato, Vista Alegre, marca N.º 11 (1852-1869); 2,9x24Ø cm



Fonte: Coleção particular

Figura 5 - Detalhe da composição de frutos e flores do prato anterior e o mesmo gênero de decoração foi realizada nos pratos e nas salvas do serviço de sobremesa de D. Fernando



Fonte: Coleção particular

Figura 6 - Chávenas para café do mesmo molde e decoração diferente, Vista Alegre, marca N.º 20 (1852-1869/1870-1880); 5,4x7,8x6,1 cm



Fonte: Coleção particular

Figura 7 - Chávena e pires para chá de inspiração inglesa, Vista Alegre, marca N.º 20 (1852-1869/1870-1880); chávena 6x11x9,20 cm, pires 3,1x140 cm



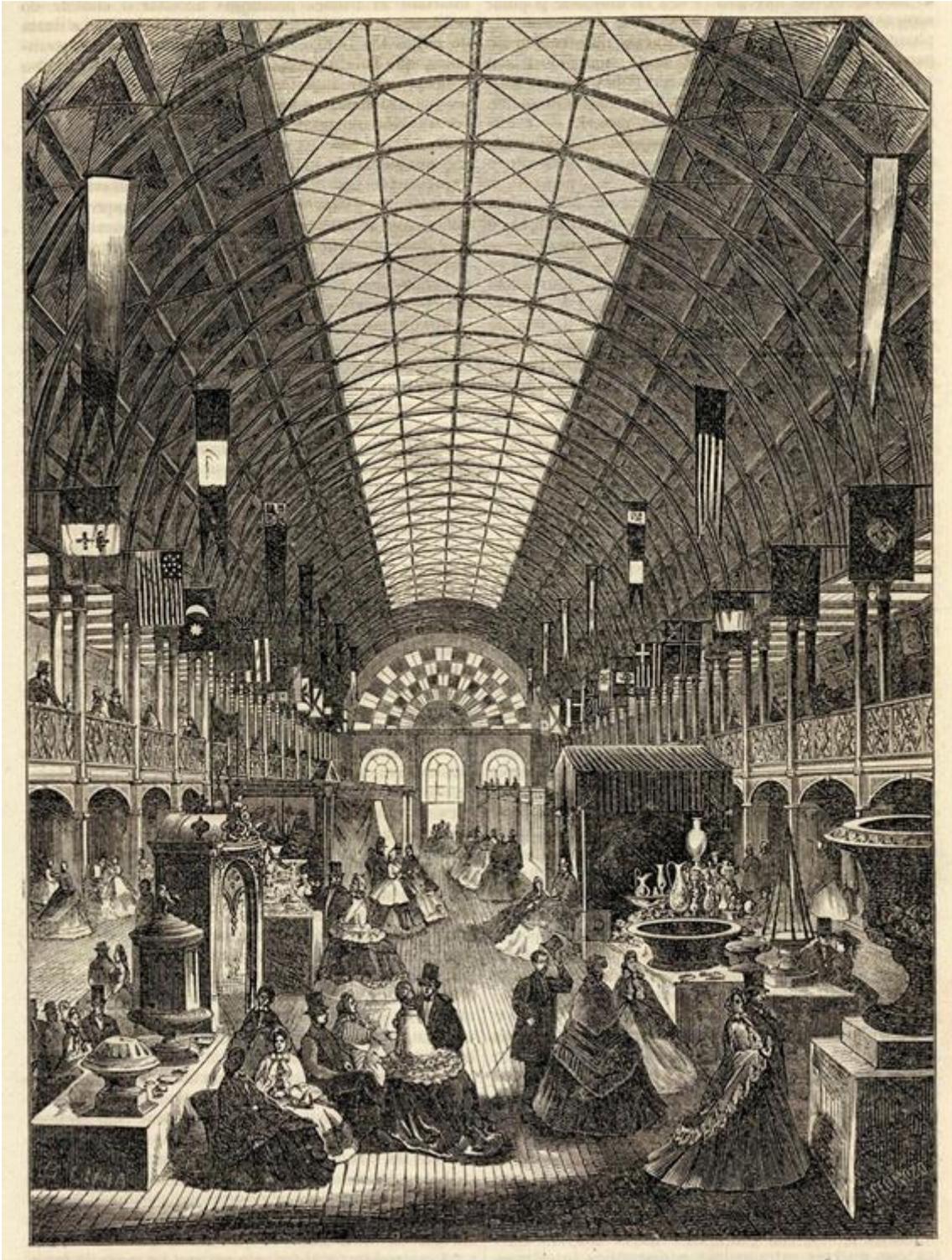
Fonte: Coleção particular

Todavia, devido à persistência e à procura de novos métodos de produção mais económicos (Cunha, 1896a: 165), a fábrica conseguiu produzir vários tipos de serviços e de peças decorativas para um leque abrangente de consumidores, vincando assim a sua posição e primando pela qualidade, como forma de competir com a cerâmica estrangeira importada.

Conseguindo, assim, tornar-se num motivo de orgulho nacional e a quem as principais individualidades do país encomendaram peças comemorativas, como por exemplo duas jarras de grande dimensão oferecidas ao Papa Leão XIII (1810-1903) pelo então Bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913) por ocasião em 1887 do seu jubileu sacerdotal

e expostas na galeria La Pigna no Vaticano, conjuntamente com jarras da Manufacture de Sèvres, e outras ofertas de relevo (Cunha, 1896b: 189-190). Neste período a manufatura francesa e a Königliche Porzellan-Manufaktur de Berlim tinham-se especializado em exemplares comemorativos, demonstrativos da elevada qualidade técnica e artística dos seus países, mas, sobretudo, para serem dignos de serem considerados ofertas diplomáticas. O facto de a Vista Alegre ter conseguido atingir o mesmo patamar é louvável e na Exposição Internacional de 1865 no Porto levaram “... numerosas amostras de aparelhos de porcelana, bellos e ricos. Em vasos, principalmente, é que ostentava maior riqueza e mais apurado gosto.” (Barbosa, 1866: 10).

Figura 8 - Nave central do Palácio de Cristal aquando da Exposição Internacional em 1865, com o expositor da Vista Alegre do lado direito



Fonte: Barbosa, Inácio de Vilhena (1865). Porto, Exposição Internacional Portuguesa de 1865. *Archivo Pittoresco Semanario Illustrado*, 8 (43), 337. Proveniência de imagem com créditos à Hemeroteca Municipal de Lisboa

A aquisição de peças da Vista Alegre pelo Rei D. Fernando e pela Condessa d'Edla vem no mesmo seguimento do interesse manifestado pelos artistas e pelas indústrias portuguesas,

favorecendo o seu consumo e inculcando nos restantes cidadãos o apreço pelos produtos nacionais. Realmente, o rei demonstrou sempre um interesse pela indústria nacional e visitou diversas unidades fabris em 1852 na viagem que a Família Real fez ao norte do país. No dia 24 de Maio, “... *chegaram os reaes viajantes a Coimbra de regresso á capital, visitando el-rei no caminho a importante fabrica da Vista Alegre.*”

*O rei D. Fernando desejou entrar na fabrica estando os operarios a trabalhar. Visitou as officinas, conversando com os artistas a proposito dos seus trabalhos, e informando-se de tudo detidamente. O esclarecido principe foi ali alvo de vivas acclamações.*” (Coelho, 1878: 108)<sup>1</sup>

Na visita à fábrica<sup>2</sup> o rei foi acompanhado pelo filho<sup>3</sup>, o futuro Rei D. Pedro V (1837-1861), e “... *examinaram minuciosamente todo o processo da fabricação.*” (Gomes, 1924: 96-97)<sup>4</sup>

No ano de 1867 o rei e a futura Condessa d’Edla fizeram uma compra direta à fábrica, num momento em que se equipava para melhorar os seus produtos, de dois serviços de mesa, sobremesa e de café, um aparelho à francesa e

outro com as armas reais que iremos abordar, mas antes começaremos pela reunião dos exemplares no Palácio das Necessidades e no da Pena.

No Palácio das Necessidades tiveram na *Sála de musica* um *fruteiro representando menino sustentando um cesto, primeiro trabalho da fabrica de Vista Alegre*<sup>5</sup> e que é visível numa fotografia coeva (Teixeira, 1986: 195), mas foi o lote n.º 1982, no já mencionado leilão dos bens do monarca, e desconhecemos o seu actual paradeiro (Catalogo, 1892: 13).

No mesmo palácio tiveram 1 bule, 1 cafeteira, 1 açucareiro, 1 manteigueiro, 1 taça de pingos, 1 leiteira e 4 pratos de porcelana *branca e dourada em gômos* e 25 chávenas e 15 pires facetados em *branco e friso dourado*<sup>6</sup>. Estes dois conjuntos foram ambos avaliados em 3\$000 réis e foram a leilão pelo mesmo valor, tendo sido respetivamente os lotes n.º 4372 e 4373 (Catalogo, 1892: 77).

Na documentação consultada há registo de três aquisições de chávenas da Vista Alegre e a primeira foi através do Depósito de Porcelana da Fábrica de Vista Alegre em Lisboa, na Rua da Conceição (*vulgo Retrozeiros*) n.º 127 ao

<sup>1</sup> O Rei D. Fernando subscreveu 10 assinaturas desta obra em 1878 (FCB, AHCB, 1878, 128).

<sup>2</sup> João Augusto Marques Gomes refere que o Rei D. Fernando se tinha inteirado da Fábrica da Vista Alegre em 1852 aquando da sua visita. Por isso, seguiu-se posteriormente a encomenda de duas jarras, em substituição de duas outras em porcelana chinesa que se tinham partido, e de outras encomendas.

<sup>3</sup> João Augusto Marques Gomes teve acesso ao jornal *Campeão do Vouga* n.º 30, de 29 de maio de 1852 (inexistente na Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Municipal de Aveiro, Biblioteca Geral da Universidade Coimbra e Biblioteca Municipal de Coimbra, após vários inquéritos nossos junto das instituições), e informa-nos que no dia 24 de Maio, segunda-feira, suas Majestades saíram às 7 da manhã. A Rainha D. Maria II partiu para a Palhaça e o Rei D. Fernando, com o então Príncipe Real D. Pedro e futuro Rei D. Pedro V, seguiram para Ílhavo para visitar a Vista Alegre. Foram recebidos na Câmara pelo administrador do concelho e à entrada da fábrica os operários ergueram um arco inspirado na arquitetura clássica. Nele esperava-o o sr. Ferreira Pinto Basto (muito provavelmente um dos filhos do fundador da fábrica e possivelmente o então Diretor Alberto Ferreira Pinto Basto (1809-1881) (Gomes, 1924:100)) que acompanhou o rei e o príncipe numa visita à

capela e às instalações fabris sem quaisquer enfeites. Os operários estavam todos ocupados nas suas tarefas e o sr. Ferreira Pinto Basto quis que os seus convidados vissem a fábrica tal como ela é para melhor a avaliarem. O rei e o príncipe deram mostras de contentamento pelo estado de perfeição em que acharam tudo e dignaram-se a aceitar o almoço oferecido pelo sr. Ferreira Pinto Basto. O rei e o príncipe partiram depois às 11H para a Palhaça para se reunirem à restante Família Real.

<sup>4</sup> No *Periodico dos Pobres no Porto* e no jornal *A Revolução de Setembro* de Lisboa detalharam minuciosamente a visita da Família Real pelo norte do país. No entanto, só mencionam muito resumidamente a viagem que o Rei D. Fernando fez a Aveiro e o facto de que ia passar pela Vista Alegre. Conforme lemos no n.º 124 do referido periódico datado de 27 de maio de 1852 e impresso numa quinta-feira. Os números consultados do jornal *A Revolução de Setembro* foram os seguintes: o 3048 datado de 27 de maio de 1852 e impresso numa quinta-feira e o 3049 no dia 28 de maio de 1852 e impresso numa sexta-feira.

<sup>5</sup> Inventariado na *Sála de musica* com o N.º 1141 e adquirido depois do casamento (ANTT, 1887a: 498).

<sup>6</sup> Adquirido depois do casamento e inventariado na *Cópa* com o N.º 1343 a 1345 (ANTT, 1887a: 552v. a 553).

129, e foram 6 chávenas douradas N.º 2, 6 ditas N.º 3 e 6 ditas N.º 4, como foi discriminado na fatura datada de 22 de junho de 1874 (FCB, AHCB, 1874: 28)<sup>1</sup>. A segunda foi no mesmo depósito, segundo a fatura datada de 17 de novembro de 1874, e foram 24 chávenas com pires em dourado (FCB, AHCB, 1875: 47)<sup>2</sup>. A terceira foi no depósito lisboeta e adquiriram 12 chávenas com pires, frisos em dourado e fundo azul, como consta na fatura datada de 24 de fevereiro de 1880 (FCB, AHCB, 1880: 57)<sup>3</sup>.

Nas Necessidades também tiveram duas taças para caldo com divisória<sup>4</sup> e no *Quarto do particular* o lavatório de murta tinha um serviço de toilette em pó de pedra e uma *tigela de porcellana da fabrica da Vista alegre com braço*<sup>5</sup>, e todo este conjunto foi lote n.º 4314 no leilão citado (Catalogo, 1892: 76).

No Palácio da Pena há registo de ter estado no *Escriptorio* um *pár de jarras de porcellana da fabrica de Vista Alegre, com pinturas etruscas*<sup>6</sup> e na *Sala de Visitas* ou *Claro-Escuro* um par de jarras com fundo azul-escuro e as armas reais,

numa face, e medalhões de flores, na oposta<sup>7</sup>, inspiradas nas de Sèvres e que hoje se encontram no Palácio de Belém.

No *Primeiro quarto do torreão*, que fazia parte dos aposentos para hóspedes já referido, num lavatório de mogno, com pés torneados e pedra branca, esteve um serviço de toilette composto por *bacia, jarro, caixa para sabonetes e pentes, com frizo vermelho*<sup>8</sup>.

Na *Galeria Nobre* esteve uma *floreira de ferro para quatro vasos*<sup>9</sup> em porcelana e um cântaro com prato e púcaro *do feitio dos de Coimbra*<sup>10</sup> (PNP, inv.s PNP2115/1/2)<sup>11</sup>, adquiridos estes últimos no depósito de Lisboa, na Praça do Loreto n.º 13 ao 14, no valor de 15\$000 réis e como consta na fatura datada de 13 de Maio de 1882 (FCB, AHCB, 1882: 59). O cântaro é claramente inspirado nos tradicionais para água e foi pintado num tom avermelhado, para simular o barro, e uma faixa, com fundo branco, no seu perímetro ao nível do bojo,

<sup>1</sup> No Livro de Caixa N.º 26, relativo ao ano de 1874, na folha 57 escreveram travessas em vez de chávenas e foram pagas no dia 8 de agosto do mesmo ano.

<sup>2</sup> Foram pagas no dia 2 de janeiro de 1875.

<sup>3</sup> As consecuições no Depósito de Porcelana da Fábrica da Vista Alegre foram pagas a António Pereira do Vale.

<sup>4</sup> Inventariadas na *Arrecadação* com o N.º 2146 e compradas depois do casamento (ANTT, 1887a: 784 a 784v.).

<sup>5</sup> Já existente antes do casamento e inventariada com o N.º 655 (ANTT, 1887a: 375v. a 376). Poderá ser a taça (MVA 567) que se encontra atualmente no Museu Vista Alegre.

<sup>6</sup> No inventário de 1874 classificaram-nas com o N.º 56 e 57 (FCB, AHCB, 1874: 12v.) e em 1887 encontravam-se no mesmo espaço, mas segundo o N.º 6140 e dadas como existentes antes do casamento (ANTT, 1887b: 2467 a 2467v.). No mercado leiloeiro nacional apareceram duas jarras em forma de balaústre, com decorações à grega e etrusca, figuras humanas sobre fundo castanho avermelhado, com altura de 50 cm, a mesma que as de D. Fernando, e com a seguinte inscrição: *Fabrica da Vista Alegre 20 de Abril de 1866*. A primeira vez que surgiram foi na *Veritas*, lote n.º 196 do leilão n.º 7 de 12 de Março de 2012. As mesmas foram provavelmente o lote n.º 72 do leilão n.º 354, de 13 a 15 de Dezembro de 2017 do Palácio do Correio Velho. A leiloeira informa-nos que há um exemplar idêntico no Museu Nacional de Arte Antiga, que pertenceram à coleção Maria da Conceição Ulrich Pinto Basto e Villas-Bôas (1946-2008), Quinta da Fonteira, e que um exemplar semelhante foi reproduzido na obra *Vista Alegre Porcelanas*, edições Inapa, na página 121. Na obra *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história* João Augusto Marques Gomes teve acesso a uma jarra com as

mesmas características e na altura pertencia a Anibal de Sá (1863-1950) da cidade do Porto (Gomes, 1924: 73).

<sup>7</sup> As jarras foram mencionadas em 1874, N.º 229 (FCB, AHCB, 1874: 18v.), em 1887 estavam na *Sala do Chá*, N.º 6181 e como existentes antes do casamento (ANTT, 1887b: 2476v.), em 1897 no *Quarto das Visitas* (APNP, 1897: 15), em 1907 no mesmo espaço e que se designou por *Sala d'espera* (APNP, 1907: 167), em 1910 e 1919 na mesma localização e o espaço designou-se respetivamente como *Claro escuro*, N.º 508 (ANTT, 1910: 55v. a 56) e *Sala Claro-Escuro*, N.º 432 (ANTT, 1919: 25v.). As duas jarras, aparentemente, não foram mencionadas nos inventários posteriores a que tivemos acesso. Na obra *Mestres pintores da Vista Alegre*, da autoria de Alberto Faria Frasco, foi fotografada uma jarra (denominada pelo autor como Vaso Rousseau) com as mesmas características que estas e pertencente a uma coleção particular. A pintura foi atribuída a Gustave Fortier (Frasco, 2005: 90-91).

<sup>8</sup> Serviço de toilette já existente antes do casamento e inventariado com o N.º 6300 (ANTT, 1887b: 2506 a 2506v.).

<sup>9</sup> Floreira adquirida depois do casamento e inventariada com o N.º 6635 (ANTT, 1887b: 2584v. a 2585).

<sup>10</sup> Também se denomina por asado na região de Coimbra.

<sup>11</sup> O cântaro com prato e púcaro em 1887 estavam na *Galeria nobre*, N.º 6620 e dados como adquiridos depois do casamento (ANTT, 1887b: 2578v. a 2579), em 1907 foram inventariados na categoria de *Serviços diversos* (APNP, 1907: 123), em 1910 foram arrolados na mesma categoria, N.º 1059 (ANTT, 1910: 88v.), em 1919 estavam na *Sala dos Veados* (N.º 8), N.º 1070 (ANTT, 1919: 61v.) e em 1938 mantiveram-se no mesmo espaço, N.º 901 (APNP, 1938: 20v.).

encerrando uma grega preta sobre fundo creme<sup>1</sup>.

Estas são as peças que foram identificadas nas despesas e no inventário orfanológico, realizado em 1887, dos bens do Rei D. Fernando e onde também constam as que foram adquiridas, em 1867 na então Real Fabrica de Porcelana da Vista Alegre, exceto um aparelho à francesa como iremos explicar<sup>2</sup>.

No dia 24 de outubro de 1867, em Lisboa, Duarte Ferreira Pinto Basto (1803-?), filho do fundador da fábrica, recebeu de João Feliciano Marques Pereira, oficial da secretaria do Rei D. Fernando, a quantia de 1:292\$350 réis por *duas contas de louça de Porcellana, vindas da Fabrica da Vista Alegre* (FCB, AHCB, 1867: 24).

A primeira conta engloba duas faturas referentes a louça *para sua Magestade Elrei o Sñr. D. Fernando* remetidas a Baltazar de Almeida Pimentel, 1º conde de Campanhã (1771-1876), por via de António de Amorim Alvarenga, e que são:

- a primeira é datada de 28 de Janeiro, com o N.º 95, respeitante a um serviço de mesa, sobremesa e café e a um *Apparelho à Francesa, com armas*, com o valor total de 447\$800 réis;

- a segunda data de 14 de Agosto, com o N.º 336, concernente ao reforço e à aquisição de novas tipologias dos serviços anteriores, cujo valor total foi de 123\$680 réis.

Nestas somas incluíram os fretes do transporte até à estação do caminho-de-ferro em Aveiro e apresentaram uma terceira conta relativa a *fretes ao caminho de ferro, e condução para a Boa Vista, e de lá para o Palacio das Necefidades, Condução de uma Caixa com 2 Jarras vindas do Porto, e remeça de amostras para a Fabrica da Vista Alegre* e contabilizaram um total de 11\$400 réis.

O total destas três contas foi de 582\$880 réis.

A referência a duas jarras vindas do Porto é curiosa: poderão ter estado na Exposição Internacional de 1865 e neste momento da investigação não conseguimos traçar o seu paradeiro. O envio de amostras poderá indicar que selecionaram determinados exemplares ou realizaram desenhos para servirem como modelos à realização dos serviços. Efetivamente, no Museu Vista Alegre há dois pratos de sobremesa com o monograma coroado do rei que poderão ter servido para tal fim: o primeiro prato (MVA 564) tem uma faixa rosa com fiada de pérolas, que se desenvolve sinuosamente definindo círculos na aba com um desenho bastante moderno, e o segundo (MVA 657) tem uma faixa azul-claro, que ocupa quase a totalidade da aba, e no sentido axial tem folhagens simétricas, com os talos sobrepostos, com o monograma coroado, e flores e frutos ao centro. Ambos têm as mesmas indicações cursivas e que são: *Fabrica da Vista Alegre 20 de Abril de 1866*. As mesmas folhagens foram empregues em seis pratos, com faixa rosa, para o Imperador D. Pedro II do

<sup>1</sup> No Palácio Nacional da Ajuda há um cântaro completo com as mesmas características que o do Palácio Nacional da Pena. Na obra *A Vista Alegre. Apointamentos para a sua história* publicada em 1924 foi fotografado um cântaro semelhante, mas com decoração diferente. O cântaro pertencia ao então Marquês de Gouveia (1849-1930) (Gomes, 1924: 45). No catálogo denominado *A Fábrica da Vista Alegre - Catálogo da Exposição - Cristais 1824-1924*, realizado por ocasião do 1.º centenário da sua fundação, esteve exposto o mesmo cântaro do Marquês de Gouveia, com o N.º 506, e foi mencionado outro, com o N.º 503. Na mesma fonte informa-nos que o Cântaro Coimbra foi

premiado na Exposição Universal de 1867 em Paris e na exposição organizada pela Sociedade de Instrução em 1883 no Porto.

<sup>2</sup> Há ainda a registar um prato com a aba recortada e relevada com o monograma F do Rei D. Fernando e as armas reais pertencente a uma coleção particular. A aba tem fundo azul, quatro reservas com composições florais policromas e ornatos em dourado. A decoração é da autoria do pintor Gustave Fortier (Frasco, 2005: 80-81). A forma é flagrantemente a dos pratos de sobremesa do serviço da Rainha D. Maria II e realizado antes de 1840 pela manufatura de Edouard Honoré (?-1855) em Paris.

Brasil (1825-1891) (MNAA, inv. 2768-2773) apresenta gastos evidentes no dourado (MVA 660), provavelmente enviados para servirem de modelo para uma encomenda<sup>3</sup>.  
(Arez, 1999: 25) (Frasco, 2005: 84-85)<sup>1</sup>. No mesmo acervo consta um pires (MVA 658)<sup>2</sup> e um prato de doce da versão final e que

Figura 9 - Prato com monograma coroado de D. Fernando, Vista Alegre, sem marca (MVA 564); 2,3x23,30 cm



Fonte: "Museu Vista Alegre, Vista Alegre"

<sup>1</sup> A decoração do prato com o monograma coroado de D. Fernando (MVA 657) e a dos seis pratos com o monograma do Imperador D. Pedro II (MNAA, inv. 2768-2773) têm sido atribuídas ao pintor Gustave Fortier (Frasco, 2005: 82-85).

<sup>2</sup> Provavelmente para chávena de chá, tem 2,5 cm de altura e 14 cm de diâmetro e a marca N.º 20 (1852-1869/1870-1880).

<sup>3</sup> No Museu Vista Alegre há também a salientar dois pratos (MVA 399 e 402) com a mesma decoração dos pratos realizados para D. Fernando, sem monograma coroado, e com as seguintes indicações: *J. M. Rose 20 Aout 1867* (J. M. Rose 20 agosto 1867).

Figura 10 - Prato com monograma coroado de D. Fernando, Vista Alegre, marca N.º 16 a punção (1852-1869) (MVA 657); 2,3x23,30 cm



Fonte: "Museu Vista Alegre, Vista Alegre"

Figura 11 - Prato com monograma coroado de D. Fernando, Vista Alegre, marca N.º 20 (1852-1869/1870-1880) (MVA 660); 2,0x16Ø cm



Fonte: “Museu Vista Alegre, Vista Alegre”

O mesmo procedimento foi seguido nas encomendas para Mademoiselle Hensler englobadas na segunda conta.

A segunda conta foi também remetida para o Conde de Campanhã, pela mesma via, e é composta pelas seguintes faturas:

- a primeira é datada de 28 de Janeiro, com o N.º 94, e refere-se a um *aparelho à Francesa*

com tarja verde e grinaldas de flores no valor de 38\$810 réis;

- a segunda com data de 23 de Março, com o N.º 170, é um serviço de mesa, sobremesa e café no valor total de 561\$260 réis;

- a terceira tem a data de 14 de Agosto, com o N.º 337, e é igualmente o reforço e a aquisição de novas tipologias dos serviços mencionados que custou 98\$690 réis.

O custo com os transportes, seguindo o mesmo percurso anterior, mas com destino à *Caza de Mad.lle Hensler*<sup>1</sup> teve o custo de 10\$710 réis e, com os anteriores, fez um total de 709\$470 réis.

Os serviços de D. Fernando foram depois para o Palácio da Pena, como provaremos nesta investigação, e as peças remanescentes encontram-se no acervo do Palácio Nacional da Pena e no Palácio Nacional da Ajuda.

O *aparelho à francesa* esteve no Palácio das Necessidades e a designação é concernente a tipologias usadas para chá ou para café.

Os serviços encomendados pela Condessa d'Edla foram depois para o Palácio das Necessidades e o *aparelho à francesa*, aparentemente, não foi descrito na documentação consultada.

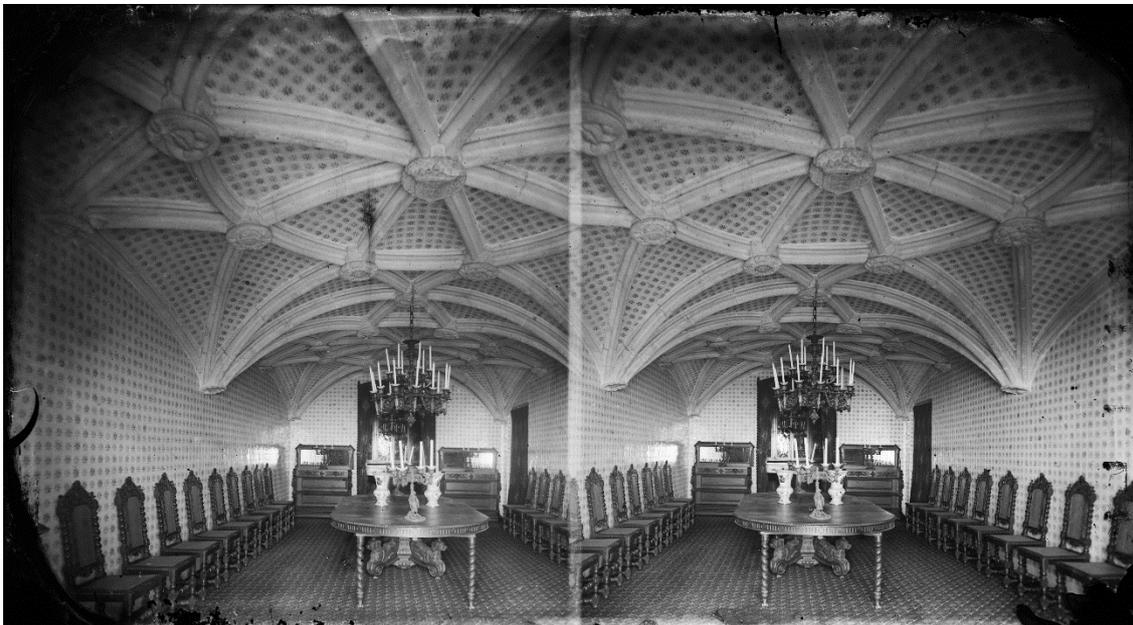
Figura 12 - Palácio da Pena numa fotografia estereoscópica da autoria de Carlos Relvas (1838-1894), 1870 a 1875, 20cmx25cm, negativo de colódio e prata em vidro, cota 00029-000-040



Fonte: Casa-Estúdio Carlos Relvas. Câmara Municipal da Golegã. Fotógrafo: Carlos Relvas

<sup>1</sup> A habitação era na Rua dos Remédios à Lapa em Lisboa.

Figura 13 - Palácio da Pena, a Sala de Jantar onde certamente foram usados os serviços de D. Fernando, numa fotografia estereoscópica da autoria de Carlos Relvas, 1870 a 1875, 20cmx25cm, negativo de colódio e prata em vidro, cota 00029-000-042



Fonte: Casa-Estúdio Carlos Relvas. Câmara Municipal da Golegã. Fotógrafo: Carlos Relvas

O destino dos serviços irá ser abordado na parte 2 deste artigo.

## Fontes documentais

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT, Ministério da Fazenda, Cx. 7808, *Arrolamento do Castello da Pena*, 1910.

ANTT, Ministério da Fazenda, Cx. 7808, *Inventário dos moveis existentes no Palacio Nacional da Pena em Cintra, 14 de Julho de 1919*, 1919.

ANTT, Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, 1770-1999, B Cível, X 6.<sup>a</sup> Vara 4.<sup>a</sup> Secção, *Inventário Orfanológico Rei D. Fernando II*, 2.<sup>o</sup> Vol., 1887a.

ANTT, Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, 1770-1999, B Cível, X 6.<sup>a</sup> Vara 4.<sup>a</sup> Secção, *Inventário Orfanológico Rei D. Fernando II*, 3.<sup>o</sup> Vol., 1887b.

### Arquivo Palácio Nacional da Ajuda (APNA)

APNA, Arrolamento Judicial do Palácio das Necessidades, *descrição de todos os bens imobiliários e mobiliários d'este palácio e suas dependências, com discriminação do que seja pertença do Estado e da casa de Bragança e de quanto importe conservar para o paiz como objecto d'arte*, 1910-1911.

APNA, *Republica Portuguesa. Serviço de Justiça. Autos civeis d'arrolamento dos bens moveis existentes no Paço d'Ajuda, que era habitado pela ex-rainha D. Maria Pia e por seu filho D. Affonso*, 1911-1914.

### Arquivo Palácio Nacional da Pena (APNP)

APNP, *Direcção Geral da Fazenda Pública. Repartição do Património. Cadastro dos Bens do Dominio Público. Distrito de Lisboa. Concelho de Sintra*, PNP, inv. PNP1408, 1938.

APNP, *Inventário dos Moveis e mais objectos existentes nas Reaes Propriedades da Pena 1897*, 1897, PNP, inv. PNP678.

APNP, *Inventário dos Moveis e mais objectos existentes nas Reaes Propriedades da Pena / Novo Inventário em 1907*, 1907, PNP, inv. PNP678.

### Fundação da Casa de Bragança, Arquivo Histórico Casa de Bragança (FCB, AHCB)

FCB, AHCB, *Inventario do Real Palacio da Pena. Março de 1874*, 1874, Nova Numeração Geral (NNG) 2681.

FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1854 Julho Documentos de Despeza*, 1854, NNG 3320, doc. 42.

FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1861 Abril Documentos de Despeza*, 1861, NNG 3329, doc. 54.

- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1861 Agosto Documentos de Despeza*, 1861, NNG 3329, doc. 121.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1862 Março Documentos de Despeza*, 1862, NNG 3331, doc. 22.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1863 Abril Documentos de Despeza*, 1863, NNG 3333, doc. 137.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1864 Outubro Documentos de Despeza*, 1864, NNG 3336, doc. 13.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1864 Dezembro Documentos de Despeza*, 1864, NNG 3336, doc. 5.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *Documentos de despeza de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando, Outubro de 1867*, 1867, NNG 3342, doc. 24.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1868 Abril*, 1868, NNG 3343, doc. 60.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *Setembro de 1869*, 1869, NNG 3346, doc. 136.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *Documentos de despeza Novembro de 1870*, 1870, NNG 3348, doc. 96.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1871 Março*, 1871, NNG 3349, doc. 12.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1871 Junho*, 1871, NNG 3349, doc.s 77 e 88.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1872. Fevereiro*, 1872, NNG 3359, doc. 96.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1872. Maio Despeza*, 1872, NNG 3351, doc. 141.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1873 Agosto*, 1873, NNG 3354, doc. 182.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1874 Agosto. Documentos de Despeza*, 1874, NNG 3356, doc. 28.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1875 - Janeiro*, 1875, NNG 3357, doc.s 47 e 89.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1877 = Janeiro Documentos de despeza*, 1877, NNG 3361, doc. 12.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, *1877 = Dezembro Documentos de despeza*, 1877, NNG 3363, doc. 36.

- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, 1879 = *Abril Documentos de despeza*, 1879, NNG 3366, doc. 48.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, 1879 = *Maior Documentos de despeza*, 1879, NNG 3367, doc. 63.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, 1880 = *Maior Documentos de despeza*, 1880, NNG 3370, doc. 57.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, 1882 = *Agosto Documentos de despeza*, 1882, NNG 3376, doc. 59.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, 1884 = *Fevereiro Documentos de despeza*, 1884, NNG 3381, doc. 58.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, 1884 *Documentos d'Agosto*, 1884, NNG 3382, doc. 38.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, [Caixa N.º 23], 1870 a 1871, NNG 3529.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, [Caixa N.º 27], 1875, NNG 3533.
- FCB, AHCB, Secretaria Rei D. Fernando II, [Caixa N.º 30], 1878, NNG 3536.

### **Bibliografia**

- Arez, Ilda (1999). *Vista Alegre, portuguese porcelain*. Estar.
- Catalogo (1865). *Catalogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865*. Typographia do Commercio.
- Catalogo (1892). *Catalogo dos Bens Mobiliarios Existentes no Real Palacio das Necessidades pertencentes á herança de Sua Magestade El-Rei D. Fernando e que hão de ser vendidos em leilão*. Typographia Belenense.
- Coelho, Francisco José Pinto (1878). *Contemporaneos Illustres, II, D. Fernando II de Portugal*. Imprensa Nacional.
- Correia, Cristina Neiva (2008), *Quelques petits souvenirs de Sèvres*. Elementos para o estudo do acervo cerâmico do Palácio Nacional da Ajuda. *Revista de Artes Decorativas*, 2, 85-122.
- Didot-Bottin (1855). *Annuaire général du commerce et de l'industrie ou Almanach des 500,000 adresses, classees 1º par ordre alphabétique; - 2º par professions - 3º par rues et numéros*. Firmin-Didot Frères, Fils, et Cie.
- Fevereiro, António Francisco Arruda de Melo Cota (2017). A Arte Nova em Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 7, 227-255.
- Frasco, Alberto Faria (2005). *Mestres pintores da Vista Alegre*. Figueirinhas.

- George Virtue (1851). *The Art Journal illustrated catalogue. The Industry of All Nations 1851*. George Virtue.
- Gomes, João Augusto Marques (1883). *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história*. Typographia Commercio e Industria.
- Gomes, João Augusto Marques (1924). *A Vista Alegre. Memória Histórica*. Minerva Central.
- Horta, Cristina Ramos e (2016). *Manuel Mafra. Ceramista da Casa Real Portuguesa*. Caleidoscópio.
- Lopes, Maria Antónia (2016). *D. Fernando II - Um Rei Averso à Política*. Temas e Debates.
- Pereira, António Nunes (coord.) (2016). *Fernando Coburgo fecit, a atividade artística do Rei-Consorte*. Parques de Sintra - Monte da Lua.
- Ramalho, Margarida de Magalhães (2015). *Os Criadores da Pena - D. Fernando II e a Condessa d'Edla*. Parques de Sintra - Monte da Lua.
- Rebello, Teresa (2015). *Condessa D'Edla*. Alêtheia Editores.
- Reis, Ana Maria Batalha e Louro, Francisco de Carvalho (1987). *Porcelana europeia reservas do Palácio Nacional da Ajuda*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teixeira, José (1986). *D. Fernando II: rei-artista, artista-rei*. Fundação da Casa de Bragança.
- Urbano, Pedro (2018). D. Antónia de Bragança: rede epistolar e estratégia pessoal. In Almeida, Dimitri, Anastácio, Vanda Anastácio, Pérez, María Dolores Martos (Eds.), *Mulheres em rede / Mujeres en red: Convergências lusófonas* (109-126). LIT Verlag.
- Virtue and Company (1868). *The illustrated catalogue of the Universal exhibition. Published with The Art-journal*. Virtue and Company.

#### Periódicos

- Barbosa, Inácio de Vilhena, "Porto, Exposição Internacional Portuguesa de 1865," *Archivo Pittoresco Semanario Ilustrado*, 8.º Ano N.º 43, 1865, 337-339.
- Barbosa, Inácio de Vilhena, "Porto, Exposição Internacional Portuguesa de 1865 (Vid. pag. 369 do vol. III)," *Archivo Pittoresco Semanario Ilustrado*, 9.º Ano N.º 2, 1866 9-11.
- Cunha, Manuel Ferreira da, "Real Fabrica de Porcelana da Vista Alegre," *Branco e Negro*, 1.º Ano N.º 37, 13 de Dezembro 1896a, 164-165.

# BIBLIOGRAFIA

Cunha, Manuel Ferreira da, “Real Fabrica de Porcelana da Vista Alegre (II) Fabricação da porcelana dura,” *Branco e Negro*, 1.º Ano N.º 38, 20 de Dezembro 1896b, 188-190.

Pessanha, José D., “A Fabrica de Louça do Rato. Um documento para a sua historia,” *O Archeologo Português. Colecção Illustrada de Materiaes e Noticias. Publicada pelo Museu Ethnologico Português*, Vol. IV (7 a 9), Julho a Setembro 1898, 161.

# ESCOLA DE REFORMA: O NASCIMENTO DO CÁRCERE FEMININO NO BRASIL

*RETIREMENT SCHOOL: THE BIRTH OF FEMALE PRISON IN BRAZIL*

Débora Soares Karpowicz 

Centro Universitário Uniasselvi

[deborakarpowicz@gmail.com](mailto:deborakarpowicz@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 26/09/2021

**Aprovação | Accepted:** 22/12/2021

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

O objetivo deste trabalho será apresentar o nascimento da prisão feminina no Brasil através do estudo de caso da Escola de Reforma, de modo a verificar as condicionantes que contribuíram para o surgimento desta instituição enquanto modelo prisional administrado pela congregação de freiras do Bom Pastor. Para tanto, as fontes que respaldam esta pesquisa foram múltiplas. A metodologia utilizada foi a análise documental através da pesquisa qualitativa de análise de conteúdo e discurso. O trabalho irá analisar o nascimento da prisão feminina a partir dos seus opressores morais – igreja, estado e sociedade –, que buscaram traçar um perfil de comportamento para as mulheres daquele contexto na tentativa de excluir da sociedade os comportamentos desviantes. Conclui-se que desde o nascimento da primeira prisão feminina no Brasil, estado, sociedade e igreja foram agentes que moldaram comportamentos no intuito de determinar papéis às mulheres, travestidos com a ideia de fazer o bem através da “ressocialização e preservação da moral”.

**Palavras-chave:** Escola de Reforma, História das prisões femininas, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, História, Cultura

## ABSTRACT

---

The objective of this work will be to present the birth of the female prison in Brazil through the case study of the Escola de Reforma, in order to verify the conditions that contributed to the emergence of the Escola de Reforma as a prison model administered by the congregation of nuns of Bom Pastor. Therefore, the sources that support this research were multiple. The methodology used was document analysis through qualitative research of content and discourse analysis. The work will analyze the birth of the female prison from its moral oppressors – Church, State and society – who sought to draw a behavior profile for women in that context in an attempt to exclude deviant behavior from society. It is concluded that since the birth of the first women's prison in Brazil, State, society and church have been agents who have shaped behaviors in order to determine roles for women, dressed up with the idea of doing good through “resocialization and preservation of morals”.

**Keywords:** Escola de reforma, History of female prisons, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, History, Culture

## 1. Introdução

A Escola de Reforma, primórdios da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, foi fundada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul pelas Irmãs da Congregação do Bom Pastor D'Angers, na década de 1930. O nascimento deste espaço prisional ocorreu após a assinatura do primeiro contrato entre a Congregação do Bom Pastor D'Angers e o Governo do estado do Rio Grande do Sul, em 13 de junho de 1936<sup>1</sup>. O documento assinado entre o Estado e a Congregação estabelecia que as Irmãs do Bom Pastor administrassem a Escola de Reforma e o Abrigo de Menores do Estado. Em um primeiro momento, não houve possibilidade de administrar as duas frentes, sendo a prioridade do Governo a administração da Escola de Reforma, a qual acolheu as mulheres presas da casa de correção da cidade de Porto Alegre.

No Brasil, a Congregação Bom Pastor administrou os principais presídios femininos durante boa parte do século XX, sendo a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, de Porto Alegre, a primeira e a de maior duração de sua administração no Brasil. Neste sentido, compreendendo a importância da congregação para os estudos sobre as prisões femininas e observando o longo período de permanência e a peculiaridade da administração, este artigo

elencou como objetivo historicizar o nascimento do cárcere feminino no Brasil, através do estudo de caso da primeira fase desta instituição, denominada de Escola de Reforma.

O artigo focará na primeira fase da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, denominada à época de Escola de Reforma. O recorte temporal será de 1936 a 1939 na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. Objetiva-se, desta forma, compreender o processo histórico e as razões que envolveram as articulações administrativas entre o governo estadual (RS/Brasil) e a Congregação Bom Pastor D' Angers na construção do primeiro cárcere feminino do Brasil.

A longa experiência de uma penitenciária feminina gerida de forma peculiar: por uma instituição constituída por Irmãs da Congregação do Bom Pastor D'Angers é destaque deste tema. Esta congregação de freiras, estabelecida na França, ainda no século XIX, fundou e administrou este espaço prisional por 45 anos. Ademais, foram responsáveis pela administração de obras destinadas à ressocialização de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo presas ou em processo de julgamento em todos os continentes.

<sup>1</sup> O estado do Rio Grande do Sul foi representado pelo Dr. Claudino Gayer, juiz de menores, e a Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers, foi representada pela superiora provincial Madre Maria de S. Francisco Xavier Novôa e pelas

delegadas: Madre Maria de Santa Eufrásia Chaves, Madre Maria de S. Luiz Gonzaga Afonso Pena e Irmã Maria de Santa Família Lemos Lessa (Contrato da casa de Detenção de Porto Alegre, p. 1).

## 2. Aspectos Metodológicos

A metodologia de pesquisa desenvolveu-se de forma mista, através da análise quantitativa e qualitativa dos documentos primários, ou seja, primeiro separou-se por categorias as narrativas encontradas, para então analisar o discurso contido nos documentos. A coleta de dados foi feita em diversos arquivos particulares da Congregação Bom Pastor D'Angers, como os arquivos de Porto Alegre, Caxias do Sul, São Paulo, Lisboa e Angers, encontrando além das fontes primárias, rara bibliografia que versa sobre a vinda das freiras para o Brasil. Os objetivos foram analisados de forma descritiva e analítica, buscando fazer um paralelo com a bibliografia existente e com as teorias sobre prisões. Os procedimentos técnicos utilizados foram a análise documental, bibliográfica e o estudo de caso através de fontes primárias e de relatos extraídos durante o convívio e pesquisa juntos às freiras do Bom Pastor. As principais fontes primárias utilizadas foram: *Livro de Capítulos*, documento manuscrito que narra a rotina da instituição, e o contrato assinado entre a Congregação e o governo do estado.

Os registros da administração do Instituto Bom Pastor iniciaram-se em 13 de dezembro de 1936, quando da fundação da Casa. As Irmãs do Bom Pastor de Porto Alegre seguiram os padrões gerais da congregação e o registro da nova casa foi escrito ano a ano no *Livro de Capítulos*, documento manuscrito que narra a rotina da Instituição desde a fundação, no ano de 1936 até o ano de 1977, quando se iniciou uma nova fase na instituição (Livro do Capítulo nº 43).

Tais documentos fizeram o registro de momentos destacados como importantes para as Irmãs, intitulados: Visitas das superiores; Licenças para bênçãos e exposições; Licenças

para tocar nos linhos; Partida e chegada de Irmãs à casa; Licença para celebrar missas, momentos importantes da vida católica como morte e eleição de Papas, Cartas circular vindas de Angers (França) e de Roma; Eleições de Madres; Nomeação de superiores. Em geral foram registrados momentos eclesiais. Este primeiro livro trouxe desde a primeira Ata de fundação até a última escrita no ano de 1977, quando mudanças visíveis na instituição começam a consolidar-se. Procurou-se aqui agrupar a análise por temáticas, observando o contexto no qual a instituição se inseriu, assim como, suas transformações.

Sobre a Escola de Reforma do Bom Pastor foram registradas 29 atas, merecendo destaque uma, que historicizou a primeira visita regular feita pela Madre Provincial. A partir deste documento foi possível compreender o objetivo inicial desta instituição e a quem os serviços deveriam ser prestados. Concomitante à análise das atas, foi examinado o contrato assinado entre o estado do Rio Grande do Sul e a Congregação Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers, buscando, além de cotejar ambos os olhares, averiguar o cumprimento das cláusulas contratuais.

Sendo assim, a análise destas fontes nos permitiu compreender como as Irmãs do Bom Pastor administraram este espaço prisional e quais as características envolviam a rotina da casa. Para tanto o trabalho foi dividido nas seguintes partes. Primeiro será mostrado como, historicamente, surgiu a Escola de Reforma, qual o contexto da época e o que levou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a buscar a prestação de serviços das irmãs do Bom Pastor. Segundo, analisaremos a Escola de Reforma sob a administração do Bom Pastor e, por fim, faremos a análise das

clausuras contratuais, bem como do regulamento deste primeiro espaço prisional. O objetivo foi perceber, a través da narrativa dos documentos, os objetivos firmados entre o governo do Estado do RS e as Irmãs da Congregação Bom Pastor. A título de considerações finais observou-se que desde o

nascimento da primeira prisão feminina no Brasil, Estado, sociedade e igreja buscaram moldar os comportamentos com o intuito de determinar papéis às mulheres, travestidos com a ideia de fazer o bem através da “ressocialização e preservação da moral”.

### 3. Escola de Reforma: nascimento do cárcere feminino

Os primeiros cárceres femininos do Brasil surgiram a partir da década de 1930, com a reorganização das políticas de Estado e das mudanças no Código Penal. As Irmãs do Bom Pastor D’Angers tiveram papel fundamental, ajudando os governos estaduais nesta reorganização prisional. Em relatório expedido ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 21 de novembro de 1941, a Congregação propagandeia-se de suas obras junto às meninas pobres, mulheres desonradas e presidiárias, conforme documento:

*A missão principal deste instituto de caridade (...), é dedicar-se à regeneração das moças e meninas desviadas do caminho da honra e da virtude, e em segundo lugar, à proteção de meninas pobres, preservadas do mal. A Congregação do Bom Pastor aceita também a direção de penitenciárias ou correlacionaes de mulheres e menores entregues pelos respectivos governos, como na Europa, nos Estados Unidos, nas Repúblicas do Chile, Argentina, Uruguay e Paraguay (Acervo Bom Pastor, 1941, p.1).*

O Estado, em busca de políticas públicas que dessem conta da população excluída, repassou às Instituições religiosas o papel que era de sua

responsabilidade. Todos aqueles que não eram úteis para a nova estrutura: idosos, crianças abandonadas e doentes, encontraram nas congregações religiosas certa proteção (Nunes, 1986, p. 198). Por necessitar de seus serviços, o Estado as incentivava com verbas e doações e, também, estimulava suas “senhoras”, as damas da sociedade, muitas vezes ex-alunas de escolas administradas por religiosas, a contribuírem em campanhas de doações e a participarem das obras de caridades dirigidas pelas Irmãs.

Assim sendo, ressaltou-se a importância da Congregação do Bom Pastor d’Angers nessa reorganização das políticas de Estado, sobretudo na reestruturação dos cárceres no Brasil que ocorreu do final do século XIX até meados da década de 1940, com a mudança na lei penal.

No Estado do Rio Grande do Sul a obra da Congregação do Bom Pastor iniciou-se na cidade de Pelotas, interior do Estado. Por intermédio da Associação das Damas de Caridade, na pessoa da Sra. Trápaga, secretária da associação, por conhecer a obra das Irmãs, foi até o Rio de Janeiro a fim de solicitar que fosse fundada em sua cidade uma Casa do Bom Pastor.

Correspondências entre as Irmãs e a dama da sociedade foram trocadas até o ano de 1928, quando a irmã Maria de São Francisco Xavier Nova fez a primeira visita à cidade a fim de verificar as condições para a fundação da Instituição. No final do mesmo ano, a provincial do Rio de Janeiro, enviou seis Irmãs<sup>1</sup> para Pelotas com a incumbência de fundar o Bom Pastor. Em 14 de janeiro de 1929 foi inaugurada a Casa provisória, pertencente às Damas de Caridade. O lugar tornou-se pequeno para a obra almejada, motivando o início da campanha de construção do Asilo. Mesmo com a ajuda da comunidade, da provincial e da diocese, somente no ano de 1945 iniciou-se a construção da nova casa, que foi oficialmente inaugurada em 1948 (Campos, 1981, p. 138).

A casa do Bom Pastor de Pelotas serviu como base de apoio – ao longo de todo período de administração das Irmãs –, à casa de Porto Alegre. Em análise às Atas do Livro de Capítulos observou-se uma circulação entre as freiras constante entre as duas instituições. Há remanejos seguidos entre as Irmãs, ora vindo de Pelotas, ora indo a Pelotas, por diversos motivos: para ajudar na casa, para retiro espiritual, para tratamento de saúde, dentre outras finalidades.

O contexto histórico no qual se inseriu a chegada das religiosas do Bom Pastor no estado do Rio Grande do Sul foi de mudanças e instabilidade política. O PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) dava o tom da política de Estado. Júlio de Castilhos (1891-

1898) e logo após seu sucessor, Borges de Medeiros (1898-1908 / 1913-1928), legaram ao Estado uma política de governo centralizadora e autoritária, que, com base na ideologia positivista, defendia um projeto capitalista visando à modernização econômica e à ampliação da base política, realizada através de alianças com a classe média e com os grupos da região de colonização (Kühn, 2004, p. 111).

Tem-se na ideologia castilhista<sup>2</sup>, segundo a historiadora Margareth Bakos, um projeto administrativo que deveria proporcionar meios de acesso à cultura, fato este constatado na política de fundação de escolas municipais noturnas para crianças pobres, desde o ano de 1900<sup>3</sup>. Ainda, segundo a autora, o município de Porto Alegre, impossibilitado de criar escolas em número proporcional às necessidades da população, recorreu ao expediente de auxiliar instituições particulares já existentes, dando subvenção em dinheiro e isenção de pagamento de taxas e impostos para que estes educassem alunos de reconhecida pobreza ou que, à falta de recursos, não poderiam pagar para receber instrução (Bakos, 1996, p. 26).

Esta estratégia política e administrativa – de subsídio econômico às escolas particulares –, se expandiu para outros setores, pois, ainda na década de 1920, por intermédio do Conde Mendes de Almeida, iniciaram-se as primeiras tratativas com as Irmãs do Bom Pastor para que assumissem as presidiárias do Estado<sup>4</sup>. No entanto, as turbulências históricas não

<sup>1</sup> As Irmãs destinadas a fundação da nova casa em Pelotas foram: Me. Maria de Sta. Eufrásia Chaves (superiora); Ir. Maria de Sta. Família Lemos Lessa (Assistente); Ir. Maria de São João Eudes Lourenço de Moraes; Ir. Maria do Trânsito Oliveira; Ir. Maria Rosa Virginia Paranhos; Ir. Maria Rosa Ávila de Oliveira. In: Margarida CAMPOS, 1981, p. 138.

<sup>2</sup> A política chamada de castilhista considera um executivo forte, que impunha no Estado um governo moralizante em detrimento de interesses pessoais e que zele pela educação cívica dos cidadãos. O bom republicano deve ainda observar na sua conduta pessoal e de homem público os princípios de “conservar melhorando”, “defender o bem público”, “viver às claras” e “viver para outrem”. Um dos pontos fundamentais da política

econômica castilhista é o continuísmo. In: Margaret BAKOS, 1996, p. 39-40.

<sup>3</sup> Três escolas noturnas para operários foram criadas no início do século na cidade de Porto Alegre: Escola Hilário Ribeiro (1911); Bibiano de Almeida (1912) e Apolinário Porto Alegre (1918). In: Relatório e projeto de orçamento para o ano de 1928 apresentado ao conselho municipal pelo intendente Eng. Otávio da Rocha, em 15 de outubro de 1927. Porto Alegre, A Federação, 1927. Apud Margaret BAKOS, 1996, p. 25-6.

<sup>4</sup> Nomenclatura utilizada na documentação para nominar as mulheres presas sob a responsabilidade do Estado. Neste contexto não se trata da instituição, mas da pessoa.

permitiram que esta obra fosse efetivada, ficando, então, na incumbência de novos personagens tal realização. Esse conturbado período caracterizou-se pela crise econômica mundial, que reverberou na economia do Estado, em especial no setor pecuário, culminando na Revolução de 1923 (Kühn, 2004, p.120), atrasando sobremaneira as tratativas entre o Estado e as Irmãs do Bom Pastor.

Somente depois de amenizadas as turbulências políticas nos governos central e estadual – passado a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista (1932) (Kühn, 2004, p. 125). –, ocorreu a assinatura do contrato entre as Irmãs do Bom Pastor e o governo do Estado do Rio Grande do Sul. As negociações foram retomadas por intermédio do Dr. Dionísio Marques, juiz de menores do Rio Grande do Sul, que em visita ao Rio de Janeiro, à Escola de Prevenção e Reforma administrada pelas Irmãs do Bom Pastor, tomou conhecimento do trabalho de recuperação de menores. Trouxe a ideia para Porto Alegre e apresentou ao então Governador General Flores da Cunha, que acatou o pedido solicitando que negociasse com as religiosas a fundação de uma instituição na cidade de Porto Alegre (Margarida CAMPOS, 1981, p. 151-3).

Abaixo se subscreve carta do Juiz de Menores de Porto Alegre à Madre Nova, no Rio de Janeiro, solicitando que as Irmãs assumam o Abrigo de Menores:

Autorizado pelo Sr. Secretário do Interior deste Estado, venho solicitar-vos informações sobre as condições em que se pode fazer um contrato com o Governo do estado do Rio Grande do Sul, para que as Irmãs dessa benemérita Ordem administrem a Secção Feminina do “Abrigo de Menores”, criado recentemente em Porto Alegre pelo Juizado de Menores (Campos, 1981, p. 153-4).

No entanto, em contato com as Irmãs de Pelotas, tomou conhecimento que as religiosas também se encarregavam de prisões femininas, mudando com isso o plano inicial. Novo contato foi feito pelo Juiz de Menores reiterando o pedido e incluindo a este uma possível secção de encarceradas. Pediu também às Irmãs que ficassem de sobreaviso para assim que possível findarem o contrato:

Conforme já vos notifiquei em carta anterior, no orçamento do Estado foi contemplado verba para 12 irmãs do Bom Pastor tomarem conta da secção feminina do Abrigo de Menores, aguardando-se a volta do Sr. General Flores da Cunha para ser resolvida a escolha dos concorrentes à adaptação do prédio onde funcionará o Abrigo de Menores e secção de encarceradas. O Governo atenderá à secção das encarceradas por outra verba ainda não especificada. Outras notícias não tenho a dar-vos. Na situação de demoras e incertezas comuns na época atual, na administração pública, não me tenho dirigido às irmãs mais frequentemente, porque não é do meu feitio contar com cousas no ar e sim com cousas positivas. As irmãs devem, entretanto, ficar de sobre aviso para fazerem o contrato em meados deste ano que conforme penso será quando as possa realizá-lo, si as cousas correrem normalmente. Estarei alerta para avisá-los, oportunamente, com conveniente antecedência (Campos, 1981, p.154).

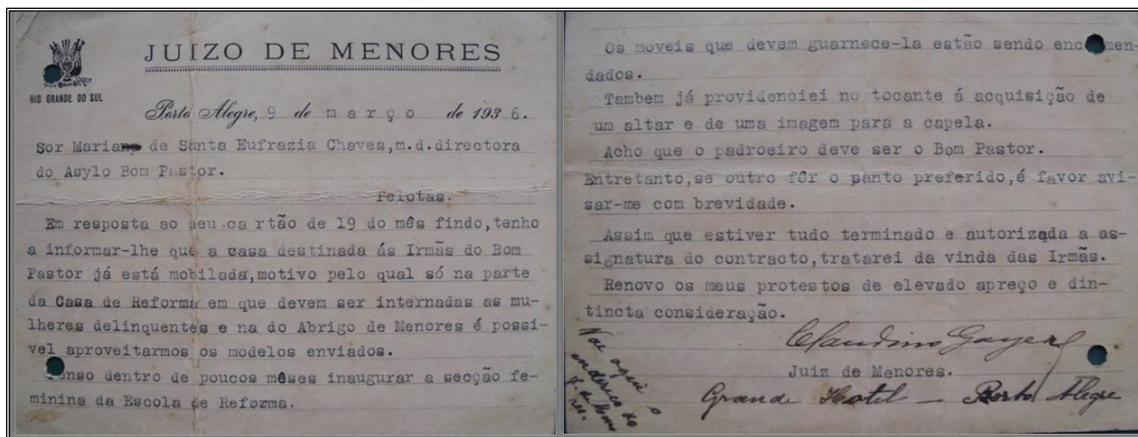
O acordo firmou-se entre o Bom Pastor e o Estado do Rio Grande do Sul para que as Irmãs assumissem a administração da Prisão de mulheres no Estado. Conforme palavras do Governador do Estado em reunião assertiva junto às religiosas:

A prisão de mulheres, em miserabilíssimo estado, é uma espada que me atravessa a garganta. É, pois com plena e inteira satisfação que acolho o “Bom Pastor”, para transformá-la numa **verdadeira escola de reforma, de**

regeneração e de educação moral (Campos, 1981, p. 154, grifo da autora).

Abaixo, imagem de um dos documentos trocados entre as Irmãs do Bom Pastor e o Juizado de Menores:

Figura 1 - Carta Juizado De Menores



Fonte: Carta destinada às Irmãs do Bom Pastor – 9 de março de 1936 (Acervo Bom Pastor São Paulo)

Em vias de firmar contrato com o governo do Estado, as Irmãs do Bom Pastor encaminharam nova carta reiterando o aceite da proposta da fundação da casa em Porto Alegre. Neste documento manuscrito reafirmaram o pedido do governo e o aceite por parte da Congregação para administrar um patronato que deveria ser fundado na capital. Esclareceram, também, quanto à missão principal desta Congregação: “proteger e abrigar as meninas e moças necessitadas de apoio moral, no intuito de preservá-las ou regenerá-las e enfim convertê-las da perdição.” Neste documento a Madre Provincial fez questão de deixar claro os fins e as condições para aceitarem a direção do patronato, conforme documento:

*1º - O fim principal da Congregação do Bom Pastor é a regeneração ou conversão das moças e meninas desviadas dos caminhos da virtude. 2º - Em divisão completamente separadas das – regenerandas – aceitamos meninas inocentes, desvalidas, para educá-las christicamente, preservá-las do vício – as preservadas. 3º - As irmãs terão*

*toda a liberdade para o cumprimento das suas regras e costumes. 4º - Conforme sua regra de clausura, as irmãs não podem sair do Mosteiro ou Asylo sem absoluta necessidade e com a licença das superiores maiores. 5º - Haverá uma capella e Capellão para atender às funções, conforme às regras, às instituições religiosas e as ayladas, etc. 6º - As religiosas ocuparão aposentos completamente separados das ayladas. 7º - O patronato se encarregará das despesas das viagens das Irmãs. 8º - Em caso de enfermidade das irmãs o patronato se encarregará pelo médico, tratamento e enterro das mesmas que a comunidade se possa manter. 9º - As irmãs nunca poderão se encarregar da obra da – creche – sendo esta completamente alheia ao instituto. 10º - As irmãs terão plena liberdade na direção interna do asylo e das ayladas. 11º - O patronato deverá comprometer-se a adaptar a casa nos usos das Irmãs, pois não só a comunidade*

*mas as seções são inteiramente separadas entre si, até refeitório, sala de trabalho, sala da comunidade, dormitório, enfermarias, rouparias e mesmo na capella, não assim a cozinha e despensas que são comuns. 12º - Em pequenas dificuldades ou dúvidas que possam sobrevir contamos com boa vontade e discrição da Digna associação Damas de Caridade para plainá-las entendendo-nos mutuamente, para o bom êxito d'esta obra tão interessante a todos nós que visamos unicamente a glória a glória de Deus e a salvação das almas. 13º - Serão necessárias pelo menos 6 irmãs para começar a obra do patronato. 14º - Os aposentos das irmãs, embora separados das asyladas, serão, contudo no mesmo prédio, de conformidade com a regra (Correspondência particular, carta sobre proposta de fundação de Porto Alegre, S/D).*

Negociações findadas e autorizadas pela Diocese do Rio Grande do Sul, em 13 de junho de 1936, assinou-se o primeiro contrato entre as Irmãs do Bom Pastor e o estado do Rio Grande do Sul. Para uma pequena casa no Bairro Menino Deus, agora chamada de Escola de Reforma, foram transferidas as mulheres presas da casa correcional<sup>1</sup>. Neste local ficaram por 14 anos. Abaixo excerto da documentação que versa sobre a assinatura do primeiro contrato entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e as Irmãs do Bom Pastor, para

a inauguração da primeira casa prisional feminina:

*No dia 13 de dezembro de 1936, chegaram a Porto Alegre, procedentes da Casa Provincial das Irmãs do Bom Pastor, no Rio de Janeiro, oito Irmãs, designadas fundadoras da grande obra de assistência às internas do Sistema Penitenciário do estado do Rio Grande do Sul [...] Acertada as possibilidade de realizarem uma obra apostólica nesta cidade, a Supervisora Provincial delegou três Irmãs que vieram a Porto Alegre para contatos diretos com as Autoridades locais e, no dia **13 de junho de 1936**, foi assinado o primeiro contrato celebrado entre a Congregação e o estado do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>.*

O estabelecimento da Congregação do Bom Pastor na cidade de Porto Alegre, com o objetivo de acolher as presas do Estado, se consagrou em um marco histórico no que tange à reorganização dos cárceres no Brasil. Conforme vimos, no início do século XX o Estado Brasileiro, ainda em processo de reestruturação, delegou às congregações religiosas, através de inúmeros incentivos, funções que seriam da competência deste ente federativo.

A iniciativa do estado do Rio Grande do Sul de atribuir a administração do encarceramento de mulheres às Irmãs do Bom Pastor constituiu-se em fato pioneiro, visto que a lei penal vigente não determinava, ainda, a separação por gênero nas instituições prisionais. Este

<sup>1</sup> As Irmãs designadas à fundação da nova casa, vindas do Rio de Janeiro são: Me. Maria da Sta. Família Lemos Lessa (superiora); Ir. Maria da Sta. Cruz Pedroso (assistente); Ir. Maria do Carmelo Moraes; Ir. Maria de Sta. Amélia Azambuja Guimarães; Ir. Maria de Lourdes Torres; Ir. Maria de Sta Olímpia Alves Diniz; Ir. Maria de São Leandro Rodrigues; Ir. Maria Mônica Pequeno (Livro do Capítulo nº 43, p. 2.).

<sup>2</sup> Processo nº 7261200906 de 1990, referente a tombamento e restauro da capela Bom Pastor. Disponível no IPHAE RS. Sobre a

data de fundação da primeira instituição carcerária feminina do Brasil, Bruna Angotti disponibiliza outros dados: “No ano de 1937 foi criado, na cidade de Porto Alegre, o Reformatório de Mulheres Criminosas, que posteriormente passou a ser chamado Instituto Feminino de Readaptação Social, primeira instituição prisional brasileira voltada especificamente para o aprisionamento de mulheres.” In: Bruna ANDRADE, 2011, p. 193.

modelo de cárcere feminino, predecessor, foi remodelado várias vezes de acordo com o contexto histórico e serviu de referência para

diversos Estados brasileiros com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que adotaram o mesmo sistema.

## 4. Escola de Reforma sob administração do Bom Pastor

### 4.1 A Escola de Reforma sob a administração da Congregação do Bom Pastor: a responsabilidade das irmãs

A assinatura do primeiro contrato entre as Irmãs da Congregação do Bom Pastor d'Angers e o estado do Rio Grande do Sul permitiu mapear os primeiros usos desta Instituição, bem como oportunizou visualizar os direitos e deveres de ambos os contratantes e, por fim, propiciou a compreensão das atribuições que esta instituição detinha. As religiosas ficaram incumbidas, conforme cláusula I, de:

*da administração Interna – ordem, asseio e economia – das secções femininas da Escola de Reforma e do Abrigo de Menores a que se refere o Decreto nº 5367, de 1º de julho de 1933. b) de todo trabalho interno de vigilância, educação doméstica e instrução profissional das internadas, bem como do preparo da alimentação, vestuário e cuidados de enfermaria. c) do ensino primário religioso e profissional. d) da direção da cozinha geral do estabelecimento (Escola de Reforma e Abrigo de Menores). e) da criação de animais domésticos e cultura de hortas e pomares. f) da conservação, em seu poder, das chaves dos estabelecimentos em que devem funcionar as secções*

*sobreditas. g) da admissão e demissão dos empregados internos das mesmas secções, hortas e pomares. h) de receber gêneros e mais artigos de consumo, verificar a sua qualidade e quantidade, guardá-los até que tenham aplicação e dar parte de qualquer falta. i) de manifestar com presteza, à vista das requisições rubricadas pelo diretor, os pedidos dos gêneros e outros objetos, providenciando, junto aos fornecedores, para a expedida entrega das encomendas, observados os contratos. j) de expedir os rões das compras miúdas para o consumo das cozinhas. k) de solicitar, por escrito, do diretor a aquisição do material e serviços, com devida oportunidade. l) de organizar, em duas vias, um mapa mensal de carga, descarga e valorização dos gêneros alimentícios, enviando-os ao diretor, até o dia cinco do mês seguinte. m) de ter a seu cargo a arrecadação geral das secções sob sua direção e conservar tudo bem acondicionado. n) de escriturar os livros necessários ao bom andamento da escrita do almoxarifado, na parte referente às secções a seu cargo (Contrato da casa de detenção, 1936).*

Já na primeira determinação contratual, acordaram-se dois usos da mesma instituição. O primeiro, destinado às “mulheres delinquentes”, e o segundo, às meninas órfãs encaminhadas pelo Juizado de Menores. A partir da análise do *Livro de Capítulos* constatou-se que até o ano de 1950 somente o primeiro uso se fez da casa, fato este que se relacionou diretamente com o espaço físico disponibilizado pelas Irmãs.

No primeiro ano de fundação, a casa recebeu, em 29 de julho de 1937, a visita regular da

Madre Provincial, Ir. Maria de São Francisco de Assis Xavier Novôa, registrada na primeira Ata Capitular do Livro de Capítulos nº 43. Tais inspeções foram regulares e serviam para vistoriar o andamento da casa de acordo com as cláusulas contratuais. Mesmo que o contrato não tenha sido mencionado em ata, foi possível depreender dessa informação a partir do modelo de escrita e da ordem relatada ao longo de todas as atas analisadas. Abaixo, imagem da primeira visita regular.

**Figura 2 - Primeira Visita Regular (1937)**



**Fonte:** Foto das Madres do Bom Pastor junto com autoridades do Estado do RS (Álbum de fotografias acervo particular Bom Pastor São Paulo)

A partir da imagem pode-se perceber a fusão entre o mundo público, representado pelas autoridades governamentais e suas respectivas esposas, e o mundo religioso, que se voltou à caridade, representado pelas freiras do Bom Pastor. No contexto, ambos se completam: ora as Irmãs cumprindo o dever que seria de incumbência do Estado, sob o véu da caridade e da obrigação religiosa; ora o Estado deixando de cumprir diretamente o seu papel, e repassando as religiosas que o exerciam de acordo com os ditames sociais e com o apoio do governo e da Igreja. Este primeiro documento deixou lavrado dados importantes

sobre o desenvolvimento dos trabalhos na nova instituição.

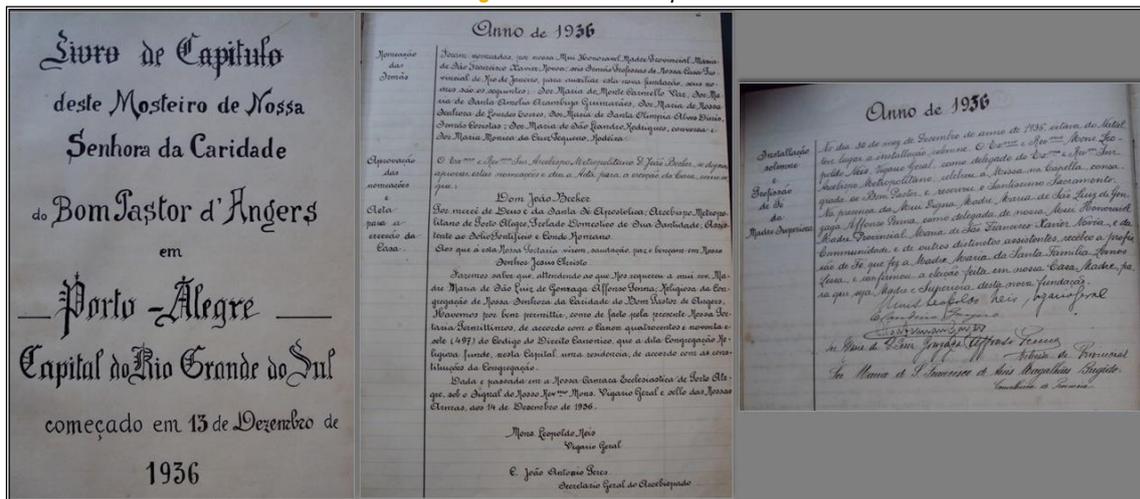
A Ata foi dividida em quatro partes. Iniciou-se o registro com um pequeno histórico, desde as negociações iniciais com o Governo do Estado até a efetivação e assinatura do contrato. Na segunda parte, apontaram-se momentos eclesiais, condições da capela para rezar missas, autorização do Arcebispo para celebração de momentos litúrgicos e nomeação de capelão para desempenhar funções litúrgicas junto às Irmãs. Na terceira parte, a Madre Provincial narrou a chegada das primeiras sentenciadas e as mudanças de postura das presas em relação ao estado em

que estavam. Na última parte, descreveu-se as condições materiais do edifício, da mobília, das roupas e da alimentação.

O Governo do Estado foi elogiado sobremaneira, por não deixar que nada faltasse

à Instituição (Livro do Capítulo nº 43, p. 5-6). Abaixo imagens da primeira Ata de Instalação da casa. O restante da documentação deste livro segue o mesmo padrão de escrita.

Figura 3 - Livro de Capítulo



Fonte: Ata nº 1 – Aprovação das nomeações; Criação da Casa; Instalação Solene e Profissão de Fé (Acervo particular Bom Pastor em São Paulo)

Aqui cabe destacar a narrativa sobre a chegada das primeiras sentenciadas, vindas da casa correcional de Porto Alegre<sup>1</sup>, segundo documento, chegaram ao Bom Pastor entre os dias 4 e 10 de março de 1937:

*Com a graça especial, concedida ao nosso Instituto, podemos obter dessas queridas almas uma certa mudança, depois de muitas lutas, por causa da liberdade que gozavam para o mal na antiga prisão, e completa ignorância religiosa. Em vista do doce tratamento e boa alimentação, foram docilizando-se pouco a pouco, estimando as religiosas semeadas para dirigi-las, sendo hoje um verdadeiro consolo vê-las completamente mudadas. Amam a instituição, tornando-se*

*laboriosas, frequentam o Santo Sacramento de Confissão e Comunhão. Nos poucos meses de existência desta obra de regeneração, uma delas abjurou o protestantismo, outra recebeu o santo batismo e 2 fizeram sua primeira comunhão (Livro do Capítulo nº 43, p. 5).*

Conforme descrição, as presas adaptaram-se rapidamente e logo se acostumaram com a rotina da “nova casa”. Constatou-se, nos primeiros registros, o caráter religioso como destaque, quando salientaram a participação das mulheres aos Santos Sacramentos. Sobre os sacramentos, enfatizados neste contexto, Corbin disserta acerca da crença que a Igreja católica inculca nos fies afirmando que estes ditames religiosos manifestavam a sacralidade do corpo humano, e que também foi prometida

<sup>1</sup> Atestando a importância e atualidade do tema, temos matéria veiculada no Jornal Zero Hora, em 2 e 3 de julho de 2016, sobre a Casa de Correção de Porto Alegre. Esta matéria relata o número de sentenciados à época, ao que nos interessa, Sérgio da Costa Franco informa que tínhamos em 1937 o número de 537

detentos, sendo 463 homens, nove mulheres e 65 menores. “Neste mesmo ano, informa o governo interino, as mulheres reclusas tinham sido transferidas do estabelecimento para uma dependência do Abrigo de Menores.” (Sérgio da Costa FRANCO, 2016, p. 23.)

a ressurreição, sendo, pois, necessário dominar o corpo, desapegar-se dele e, sobretudo, libertá-lo dos pecados, da gula, da luxúria, enfim purificá-lo. Por isso a importância, segundo os preceitos do catolicismo, do Batismo, da Confirmação e ainda mais da Unção dos Enfermos (Corbin, 2008, p. 59-60).

A imagem 4 revela um registro histórico das Irmãs do Bom Pastor com um grupo de prisioneiras. A partir do cotejamento de dados, tanto imagético quanto da documentação

escrita, foi possível depreender que este foi o primeiro grupo de prisioneiras da Escola de Reforma, pois ao verificar a sequência posta no álbum esta imagem está entre as primeiras, e na sequência aparecem imagens datadas de 1944. Outro indício que aponta ser o primeiro grupo de prisioneiras são as freiras que as acompanham, as Irmãs Francisco Xavier e Santa Família Lemos Lessa, foram as irmãs que assinaram o primeiro Contrato com o Governo do Estado.

**Figura 4 -** Grupo de Prisioneiras junto às Irmãs fundadoras



**Fonte:** Foto das Madres do Bom Pastor um grupo de prisioneiras (Álbum de fotografias acervo particular Bom Pastor São Paulo)

A imagem retrata as Irmãs do Bom Pastor, sentadas, no primeiro plano, ao redor, mulheres com vestimentas simples, quase uniformizadas, indicando que, provavelmente sejam as presas. À esquerda, duas mulheres com vestimentas diferentes: a primeira, representando as damas da sociedade, que muito contribuíram para a fundação deste espaço de ressocialização, e a segunda, com vestimenta em preto, provavelmente uma prestadora de serviços. Também se observa a presença de crianças, pela simplicidade das roupas e pela posição que estão nas fotos, provavelmente são as filhas das internas. Com

esta imagem, pode-se constatar que já no início desta instituição as mães tinham contato com os filhos, mesmo que esta determinação não constasse no contrato. A política das Irmãs era transformar este espaço em um grande lar do Bom Pastor.

A ata, ao mencionar a estrutura da casa, informou que tudo era gerenciado por apenas seis Irmãs, sendo a casa mantida financeiramente pelo Governo do Estado que, além de subsidiar a instituição, cedia verba às

Irmãs de 400\$000<sup>1</sup>, para despesas particulares (Livro do Capítulo nº 43, p. 5-6). A determinação quanto ao pagamento às Irmãs é feita na Cláusula II contratual que informa: “gratificar, mensalmente, cada religiosa, com 50\$000, e o capelão com 400\$000 (g).” A cláusula III determina que “o número de religiosas será de oito a doze e poderá ser aumentado de acordo com a necessidade dos serviços e a verba orçada.” (Contrato da casa de detenção, 1936, p. 2). Neste primeiro momento, o número de Irmãs está abaixo do determinado em contrato.

O número de religiosas designadas para gerenciar e organizar a casa está diretamente associado com o número de internas e com a relação de ordem e disciplina determinada dentro da instituição. No primeiro relatório enviado ao chefe do Estado, referenciado como Dr. Diretor do “D.P.A.”<sup>2</sup>, as Irmãs da Congregação fizeram um breve histórico dos dois primeiros anos da casa do Bom Pastor. Para justificar o trabalho por elas executado e o acolhimento dado às internas, argumentaram que no Asylo Bom Pastor estas mulheres teriam abrigo e poderiam cultivar a inteligência adormecida: “Aqui poderão, através da penitência, depurar seus corações lacerados, conseguindo reabilitar-se diante de Deus e da Sociedade” (Manuscrito, Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública, p. 1-3.).

Também fizeram referência, neste documento, à instrução escolar que estas mulheres recebiam na casa, noticiaram que a maioria das detentas era analfabeta necessitando, pois, de instruções primárias diárias que consistiam no ensino de português, aritmética, prática de Escrita além do aprendizado de corte e costura e trabalhos manuais: “As presas se ocupam em

trabalhos de agulha e costura, sendo o produto entregue a cada uma para suas despesas particulares” (Manuscrito, Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública, p. 1-3.).

A ocupação do tempo, bem como a disciplina imposta através do trabalho permeou a Instituição durante toda administração feita pela Congregação. Desde o primeiro Regulamento Interno, o trabalho teve espaço primordial. O capítulo IV, art. 6 deste documento é dedicado à regulamentação do trabalho que já na primeira linha dita: “É preciso habilitar-se para ganhar honestamente a vida, o trabalho é belo. Ele não tem em vista unicamente adquirir recursos, mas também evitar muitos males e vícios.” (Regulamento Interno, p. 4.). A esta afirmação segue a justificativa do porquê todas as mulheres deveriam trabalhar dentro da instituição:

*“A ociosidade é a mãe de todos os vícios”... É preciso trabalhar mesmo quando trabalho é humilde e custoso, mesmo quando pede paciência, atenção, esforço, perseverança e coragem... Não desanimar, ir até o fim custe o que custar. O trabalho enobrece, assegura uma vida de mais conforto e até de certa independência. Uma vez que o trabalho tem caráter educativo todas deverão ser utilizadas nos afazeres domésticos, em oficinas, lavanderias, costuras, trabalhos agrícolas e manuais, em geral. As que estão habilitadas a trabalhos braçais, poderão ser aproveitadas em hortas, jardins, pomares, etc. A aplicação do trabalho servirá de base para o melhoramento da*

<sup>1</sup> Optou-se por não fazer a conversão dos valores da época para a moeda atual vigente, devido a dificuldade de tal conversão. Utilizou-se a nomenclatura descrita nas fontes.

<sup>2</sup> D.P.A – Departamento de Presídios e Anexos representado pelo Dr. Plauto d’Azevedo.

*situação \_\_\_\_\_ processual  
(Regulamento Interno, p. 4-5).*

A partir da análise parcial deste documento, já é possível inferir que o não cumprimento da cláusula contratual III, que determinava o número de religiosas na instituição, não se constituiu em problema grave, visto que as incumbências manuais e de manutenção da instituição, boa parte eram executadas pelas próprias internas e esta determinação era de forte apelo visto que insidia diretamente no possível abrandamento da pena, conforme afirmação do Regulamento Interno.

Cabe destacar o propósito do Regulamento Interno quanto ao trabalho e à rotina determinada pela casa, descritos nos art. 6º e 8º referentes ao trabalho:

*Art. 6: 1 – executar as tarefas determinadas, e, não fazer cada uma o que e como quiser; 2 – executá-las com atenção e o maior capricho possível; 3 – não se afastar do trabalho durante o horário regulamentar, salvo com a devida autorização; 4 – não utilizar do material dos diversos empregos, senão para o fim a que foi determinado; 5 – não perder nem entregar ferramentas e objetos de trabalho; 6 – as internas só poderão solicitar transferência de serviço, mediante comprovada necessidade e conveniência.*

*Art. 8: O regulamento prescreve o seguinte horário: 6:00 – despertar, arrumação da sela; 6:30 – assistência facultativa à Santa Missa; 7:15 – café, trabalhos diversos, médico, dentista, etc; 11:00 – palestra de formação; 11:30 – almoço; 12:00 – recreio; 12:54 – aula de supletivo*

*e trabalhos diversos; 14:00 – banho; 17:30 – leitura e terço; 18:00 – jantar; 18:30 – recreio; 19:00 – oração da noite, avisos perdidos e achados, etc; 20:45 – silêncio (Regulamento Interno, p. 4-5).*

A rotina era rígida e o tempo vago era mínimo, seguindo ao dito popular de que “cabeça vazia é oficina do diabo”, o gerenciamento por parte das poucas Irmãs era feito através de muita rigidez, trabalho e disciplina. A rigidez ditada por este regulamento seguiu a lógica descrita por Foucault de que “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos de poder” é o princípio da não ociosidade (Foucault, 2010, p. 146).

Apenas 6 (seis) Irmãs gerenciavam toda ala feminina da antiga casa de correção, que segundo relatório: “Desde o início deste reformatório, 1937 até esta data deram entrada 85 presas. À data de 31 de dezembro achavam-se recolhidas 26 presas. No manicômio judiciário se encontravam 5 detentas em observação.” (Manuscrito, Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública, p. 3.).

O pequeno número de irmãs que administravam todo espaço de reclusão justificava-se pelo rigor disciplinar e gerenciamento minucioso do tempo ocioso e pelo trabalho executado pelas próprias internas, conforme o regulamento interno onde é apontada a importância do tempo:

sabendo que o tempo é moeda com que se compra a eternidade, preciso aproveitá-lo bem (...) preciso vivê-lo dignamente: pensar que Deus quer – que eu o emprego de modo a merecer a Sua aprovação e a alcançar uma eternidade gloriosa e feliz. Assim, devo considerar de modo construtivo o tempo que vou passar aqui e, cumprir o regulamento (Regulamento Interno, p. 5).

A disciplina estabelecida pela rigidez dos horários, instituída pelas comunidades monásticas, tinha como premissa: “estabelecer as censuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição.” Tal como analisado por Foucault, “durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas, eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares.” Esse rigor disciplinar tinha por objetivo aumentar a aptidão do corpo, em termos de força de trabalho, ao passo que aumentava também a relação de sujeição e obediência (Foucault, 2010, p. 144; 134).

A docilidade do corpo através da rígida disciplina de horário imposta pelas freiras, segundo Foucault, permitiu um controle minucioso das operações do corpo impondo uma relação de docilidade-utilidade. Essa forma geral de dominação, da disciplina útil, da docilidade, durante os séculos XVII e XVIII tornaram-se fórmulas de dominação utilizadas por diversas instituições, como: conventos, exércitos, oficinas, fábricas. É o nascimento de uma arte do corpo humano que visa à formação de uma relação que no mesmo mecanismo torne o corpo tanto obediente como útil. É uma manipulação calculada de seus elementos, é uma “anatomia política” que não deixa de ser uma “mecânica do poder”, que dita como ter domínio sobre o corpo alheio de maneira eficaz e com técnicas determinadas. Tal disciplina, ainda segundo Foucault, fabrica corpos submissos, corpos dóceis (Foucault, 2010, p. 132-133).

## **4.2 Cláusulas contratuais: obrigações do Estado e disposições gerais**

Quanto às incumbências contratuais determinadas ao Estado, estas foram registradas na cláusula II das alíneas “a” até “h”. A primeira determinação, de suma

importância para esta análise, dizia que era de competência do Estado fornecer às religiosas da Congregação “prédio próprio e mobiliado, para residência das mesmas e recolhimento, em secções separadas, das mulheres delinquentes de todas as idades e abandonadas que fossem menores de 18 anos (A).” (Contrato da casa de detenção, 1936, p. 1).

*a fornecer às religiosas da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor d'Angers prédio próprio e mobiliado, para residência das mesmas e recolhimento, em seções separadas, das mulheres delinquentes de todas as idades e abandonadas de menos de 18 anos; b) a custear alimentação das religiosas, das delinquentes e das abandonadas; c) a manter empregados de confiança das religiosas, para comissões, cultura de hortas, pomares e para outros misteres necessários; d) a fornecer médico, dentista, medicamentos, material dentário, luz, e, em caso de falecimento de alguma religiosa ou internada, o necessário para o enterro das mesmas; e) manter uma guarda no estabelecimento; f) a edificar uma capela, mobiliá-la convenientemente e manter um capelão nomeado pela autoridade eclesiástica competente, para celebrar, diariamente, o santo sacrifício da missa e satisfazer todas as cerimônias religiosas referentes à Congregação; g) a gratificar, mensalmente, cada religiosa, com 50\$000, e o capelão, com 400\$000; h) a estabelecer em regulamento o regime disciplinar da Escola de Reforma e do Abrigo de Menores (Contrato da casa de detenção, 1936, p. 2).*

A determinação foi clara, era dever do Estado fornecer local próprio e adequado para o trabalho das Irmãs. Observa-se que muito em breve se iniciaram as reclamações por parte das Irmãs quanto ao local fornecido pelo Estado não ser adequado para o trabalho desempenhado por elas. Fato este, comprova-se pelo não cumprimento da alínea “h” que determinava: “estabelecer em regulamento o regime disciplinar da Escola de Reforma e do Abrigo de Menores”. Conforme se mencionou anteriormente, até a década de 1950, somente uma secção foi administrada pelas Irmãs, a referente às presas do Estado. O abrigo de menores só entrou em vigor no novo endereço.

As demais cláusulas contratuais davam conta de disposições gerais como a determinação do número de religiosas a prestarem serviço à casa, que conforme se viu em ata, não atenderam ao contratado. As demais disposições regulavam temáticas sobre as quais não se necessita profunda análise. Segue descrição final do contrato conforme fonte original:

*III) o número de religiosas será de oito a doze e poderá ser aumentado de acordo com as necessidades do serviço e a verba orçada; IV) as mulheres delinquentes e as menores abandonadas só poderão ser internadas no estabelecimento e dele retiradas, mediante ordem escrita do juiz de Menores, transmitida diretamente ou por intermédio do diretor; V) os objetos e correspondência das internas só poderão ser entregues às destinatárias, depois do “visto” da religiosa superiora; VI) somente serão permitidas as visitas de parentes e as*

*determinadas pelo Juiz de Menores; VII) os dias de visitas de parentes serão designadas pela religiosa superiora; VIII) quer nas visitas de parentes, quer nas determinadas pelo Juiz, as internadas serão acompanhadas, ao parlatório, por uma religiosa; IX) As internadas que se encontrarem em estado de gravidez serão removidas para outro lugar, onde devem permanecer até quando for necessário e não poderão manter os filhos em sua companhia, no estabelecimento, serão também afastadas as delinquentes ou abandonadas acometidas de loucura ou moléstia contagiosa; X) As despesas serão feitas pelas verbas destinadas à Escola de Reforma e Abrigo de Menores (lei de orçamento para o corrente exercício, título III, tabela nº 2, secção feminina) (Contrato da casa de detenção, 1936, p. 2-3).*

Estes registros da Instituição nos permitiram conhecer os momentos iniciais da casa, desde as negociações até a fundação e chegada das primeiras presas, vindas da casa correccional de Porto Alegre. Os primeiros anos da administração das Irmãs na Escola de Reforma foram de consolidação do trabalho, adaptação às cláusulas contratuais, bem como de busca de reconhecimento por parte da comunidade e das autoridades do Estado.

A Madre Superiora fundadora e consolidadora da primeira Instituição Carcerária do Brasil foi a Madre Maria de Santa Família Lemos Lessa (Livro do Capítulo nº 43, p. 2). Ela permaneceu nesta função até o ano de 1946, quando foi designada pela Madre Provincial como Primeira Madre Superiora da segunda casa correccional

do Brasil, o Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo, conforme consta em Ata:

*No dia 1º de setembro partiu desta querida casa, nossa mui digna Madre Maria de Sta. Família Lemos Lessa, para tomar parte no Capítulo Provincial, a se realizar durante este mês, em nossa Casa Provincial, e em obediência a nossa Mui honorável Madre Geral, que nomeou-a Superiora de nossa segunda Casa do Estado de São Paulo, o Presídio de Mulheres. Por dez anos essa querida Madre governou esta casa (...). Foi fundadora desta nossa casa de Porto Alegre, tendo lutado com muitas dificuldades*

*nos inícios da fundação (...) (Livro do Capítulo nº 43, p. 36, grifo da autora).*

Com este registro foi possível constatar a importância do Instituto Bom Pastor de Porto Alegre, primeira instituição administrada pelas irmãs, cuja função abarcava também mulheres presas, ou como denominado pelas Irmãs, presas do Estado. Com a saída da Madre Superiora, já na década de 1946, constatou-se também o caráter de “escola”, ou seja, de modelo ou formação de Madres que posteriormente prestaram serviços em novas casas. Como Escola de Reforma, a Instituição permaneceu até a assinatura do segundo contrato, em 18 de abril de 1939.

## 5. Considerações Finais

Sendo assim, a análise deste material nos proporcionou historicizar o nascimento do primeiro cárcere feminino do Brasil, a Escola de Reforma. Espaço destinado a ressocialização de meninas e mulheres em situação de privação de liberdade. Percebeu-se o papel do Estado, da sociedade e da igreja no sentido de juntos, suprir a necessidade manter e/ou fabricar corpos submissos, corpos dóceis que sejam úteis a sociedade e não afrontem a moral e os bons costumes.

Conforme se observou, a partir da análise da documentação da primeira fase da instituição – Escola de Reforma –, os dois anos referentes à vigência do contrato entre Estado e a Congregação Bom Pastor D’Angers foram de acomodação das freiras no novo espaço e de transferência das primeiras presas para a nova instituição. Neste primeiro contrato estava previsto o acolhimento de meninas órfãs e das

mulheres recolhidas na Casa de Correção, mas observou-se que esta cláusula não foi cumprida. No que tange aos serviços prestados, percebeu-se nestes dois primeiros anos, a importância da religião no cotidiano da casa, bem como a organização e a delimitação dos espaços por elas ocupados. A Escola de Reforma constituiu-se em um primeiro ensaio, o início do que viria a ser o modelo de cárcere feminino do Brasil.

Este cárcere, fruto do seu contexto histórico, década de 1930, reflete os ditames e os valores da sociedade da época. Hoje, novos objetivos têm-se com o encarceramento feminino, no entanto, ainda é possível ver a permanência histórica da docilização dos corpos, agora não mais através do discurso religioso, mas, através da “lei”, da “força” instrumentos próprios do estado que não mede esforços em

manter presos àquelas que fogem às regras  
ditas normas/legais.

- Andrade, B. (2011). *Entre as leis da Ciência, do Estado, e de Deus: surgimento dos presídios femininos no Brasil*. Dissertação. Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Bakos, M. (1996). *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Campos, M. (1981). *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil: Pinceladas Históricas*. São Paulo: Editora da Congregação.
- Corbin, A. (2008). A influência da Religião. In: *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes.
- Franco, S. (2016). A Casa de Correção. *Zero Hora: Caderno Zero Hora doc*. Porto Alegre, sábado/domingo, 2 3 de julho de 2016, Ano 53, Nº 18.506, p. 23.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Kühn, F. (2004). *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Nunes, M. & José F. R. (1986). Prática político-religiosa das Congregações no Brasil: uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (organizadores). *Os religiosos no Brasil: Enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas.
- Silva, M. (1997). *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Susepe – Superintendência dos Serviços Penitenciários. (2020). *Presídio Feminino Madre Pelletier* [Internet]. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=203&cod\\_conteudo=3829](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=3829)> Acesso em 02 de dez. 2020.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Kackson, D. D. (2000). *Pragmática da comunicação humana* (11a ed.). São Paulo: Cultrix.

### Fontes Primárias

Carta sobre proposta da fundação de Porto Alegre. S/D. Acervo Bom Pastor. Armário D. Caixa 100 – Porto Alegre – RS. 100.21 – *Correspondência particular*.

Contrato da Casa de Detenção em Porto Alegre. 13 de jun. de 1936. Acervo Bom Pastor. Armário D. Caixa 100 – Porto Alegre. 100.19 – *Contratos anteriores a 1969*, p. 1.

*Jornal Correio do Povo*. Decreto altera nome das casas prisionais no RS. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/01/607765/Decreto-altera-nome-de-casas-prisionais-no-RS>>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

Livro do Capítulo. Acervo Bom Pastor. Armário F. 43. *Livro do Capítulo*. Porto Alegre – RS, p. 1-123.

Manuscrito. Acervo Bom Pastor. Armário D. 100 – Porto Alegre - RS. 100.10 – *Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública*, p. 1-3.

Manuscrito. Acervo Bom Pastor. Armário D. 100 – Porto Alegre - RS. 100.10 – *Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública*, p. 3.

Relatório do Asilo Bom Pastor do Rio de Janeiro expedido para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores. *Acervo Bom Pastor*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1941, p. 1.

Regulamento Interno. Acervo Bom Pastor. Armário D. 100 – Porto Alegre - RS. 100.05 – *Regulamento Interno*, p. 4.

# BIBLIOGRAFIA

# RETIREMENT SCHOOL: THE BIRTH OF FEMALE PRISON IN BRAZIL

*ESCOLA DA REFORMA: O NASCIMENTO DO CÁRCERE FEMININO NO BRASIL*

Débora Soares Karpowicz 

Centro Universitário Uniasselvi

[deborakarpowicz@gmail.com](mailto:deborakarpowicz@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 26/09/2021

**Aprovação | Accepted:** 22/12/2021

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## ABSTRACT

The objective of this work will be to present the birth of the female prison in Brazil through the case study of the Escola da Reforma, in order to verify the conditions that contributed to the emergence of the Escola de Reforma as a prison model administered by the congregation of nuns of Bom Pastor. Therefore, the sources that support this research were multiple. The methodology used was document analysis through qualitative research of content and discourse analysis. The work will analyze the birth of the female prison from its moral oppressors – Church, State and Society – who sought to draw a behavior profile for women in that context in an attempt to exclude deviant behavior from society. It is concluded that since the birth of the first women's prison in Brazil, State, society and church have been agents who have shaped behaviors in order to determine roles for women, dressed up with the idea of doing good through “resocialization and preservation of morals”.

**Keywords:** Escola de reforma, History of female prisons, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, History, Culture

## RESUMO

O objetivo deste trabalho será apresentar o nascimento da prisão feminina no Brasil através do estudo de caso da Escola de Reforma, de modo a verificar as condicionantes que contribuíram para o surgimento desta instituição enquanto modelo prisional administrado pela congregação de freiras do Bom Pastor. Para tanto, as fontes que respaldam esta pesquisa foram múltiplas. A metodologia utilizada foi a análise documental através da pesquisa qualitativa de análise de conteúdo e discurso. O trabalho irá analisar o nascimento da prisão feminina a partir dos seus opressores morais – igreja, estado e sociedade –, que buscaram traçar um perfil de comportamento para as mulheres daquele contexto na tentativa de excluir da sociedade os comportamentos desviantes. Conclui-se que desde o nascimento da primeira prisão feminina no Brasil, estado, sociedade e igreja foram agentes que moldaram comportamentos no intuito de determinar papéis às mulheres, travestidos com a ideia de fazer o bem através da “ressocialização e preservação da moral”.

**Palavras-chave:** Escola de Reforma, História das prisões femininas, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, História, Cultura

## 1. Introduction

The Escola de Reforma (School of Reform), the beginnings of the Madre Pelletier Feminine Penitentiary, was founded in Porto Alegre, in the State of Rio Grande do Sul by the Sisters of the Congregation of the Good Shepherd D'Angers, in the 1930s. of the first contract between the Congregation of the Good Shepherd D'Angers and the Government of the State of Rio Grande do Sul, on June 13, 1936. The document signed between the State and the Congregation established that the Sisters of the Good Shepherd administer the School of Reform and the Shelter for Minors in the State. At first, there was no possibility of administering both fronts, with the Government's priority being the administration of the Escola de Reforma, which welcomed women prisoners in the correctional facility in the city of Porto Alegre.

In Brazil, the Congregação Bom Pastor managed the main women's prisons for most of the 20th century, with the Women's Penitentiary Madre Pelletier, in Porto Alegre, the first and the longest in its administration in Brazil. In this sense, understanding the importance of the congregation for studies on women's prisons and observing the long period of permanence and the peculiarity of the

administration, this article listed as its objective the historicization of the birth of women's prisons in Brazil, through the case study of the first phase of this institution, called the Reformation School.

The article will focus on the first phase of the Women's Penitentiary Mother Pelletier, known at the time as the Escola de Reforma. The time frame will be from 1936 to 1939 in the city of Porto Alegre, RS, Brazil. The objective is, in this way, to understand the historical process and the reasons that involved the administrative articulations between the state government (RS/Brazil) and the Congregação Bom Pastor D' Angers in the construction of the first female prison in Brazil.

The long experience of a women's penitentiary run in a peculiar way: by an institution constituted by Sisters of the Congregation of the Good Shepherd D'Angers is a highlight of this theme. This congregation of nuns, established in France in the 19th century, founded and managed this prison space for 45 years. Furthermore, they were responsible for the administration of works aimed at the re-socialization of girls and women in vulnerable situations, including prisoners or in the process of trial on all continents.

## 2. Methodological Aspects

The research methodology was developed in a mixed way, through the quantitative and qualitative analysis of the primary documents, that is, first the narratives found were separated by categories, and then analyzed the discourse contained in the documents. Data

collection was carried out in several private archives of the Congregação Bom Pastor D'Angers, such as the archives of Porto Alegre, Caxias do Sul, São Paulo, Lisbon and Angers, finding, in addition to primary sources, a rare bibliography dealing with the coming of nuns to

Brazil. The objectives were analyzed descriptively and analytically, seeking to draw a parallel with the existing bibliography and theories about prisons. The technical procedures used were documental and bibliographic analysis and case study through primary sources and reports extracted during the interaction and research together with the Bom Pastor nuns. The main primary sources used were: Book of Chapters, a handwritten document that narrates the institution's routine, and the contract signed between the Congregation and the state government.

The records of the administration of the Instituto Bom Pastor began on December 13, 1936, when the Casa was founded. The Sisters of the Good Shepherd of Porto Alegre followed the general standards of the congregation and the register of the new house was written year after year in the Book of Chapters, a handwritten document that narrates the routine of the Institution since its foundation, in the year 1936 until the year of 1977, when a new phase in the institution began (Chapter Book nº 43).

These documents recorded moments highlighted as important for the Sisters, entitled: Visits by superiors; Licenses for blessings and exhibitions; Permits to touch linens; Departure and arrival of Sisters at the house; License to celebrate Masses, important moments in Catholic life such as the death and election of Popes, Circular Letters from Angers (France) and Rome; Mothers' Elections; Appointment of superiors. In general ecclesiastical moments were recorded. This first book brought from the first Founding Act to the last writing in 1977, when visible changes in the institution began to consolidate. Here, we tried to group the analysis by themes,

observing the context in which the institution was inserted, as well as its transformations.

About the Escola de Reforma do Bom Pastor, 29 Records were recorded, with one worth mentioning, which historicized the first regular visit made by the Mother Provincial. From this document it was possible to understand the initial objective of this institution and to whom the services should be provided. Concurrent with the analysis of the Records, the contract signed between the state of Rio Grande do Sul and the Congregation Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angers was examined, seeking, in addition to comparing both perspectives, to verify compliance with the contractual clauses.

Thus, the analysis of these sources allowed us to understand how the Sisters of the Good Shepherd managed this prison space and what characteristics involved the house's routine. Therefore, the work was divided into the following parts. First, it will be shown how, historically, the Reformation School emerged, what was the context at the time and what led the State Government of Rio Grande do Sul to seek the provision of services by the Sisters of the Good Shepherd. Second, we will analyze the School of Reform under the administration of the Good Shepherd and, finally, we will analyze the contractual enclosures, as well as the regulation of this first prison space. The objective was to understand, through the narrative of the documents, the objectives signed between the government of the State of RS and the Sisters of the Congregação Bom Pastor. As final considerations, it was observed that since the birth of the first women's prison in Brazil, State, society and church have sought to shape behavior in order to determine roles for women, dressed up with the idea of doing good through "resocialization and preservation of morals.

### 3. Reform School: birth of female prison

The first female prisons in Brazil emerged from the 1930s onwards, with the reorganization of State policies and changes in the Penal Code. The Sisters of the Good Shepherd D'Angers played a key role in helping state governments in this prison reorganization. In a report sent to the Minister of Justice and Interior Affairs on November 21, 1941, the Congregation advertises its works with poor girls, disgraced women and prisoners, as per document:

*The main mission of this institute of charity (...) is to dedicate itself to the regeneration of young women and girls led astray from the path of honor and virtue, and secondly, to the protection of poor girls, preserved from evil. The Congregation of the Good Shepherd also accepts the direction of penitentiaries or women's and minors' offices handed over by the respective governments, as in Europe, the United States, in the Republics of Chile, Argentina, Uruguay and Paraguay (Acervo Bom Pastor, 1941, p.1).*

The State, in search of public policies that could take care of the excluded population, transferred to the religious institutions the role that was its responsibility. All those who were not useful for the new structure: the elderly, abandoned children and the sick, found some protection in religious congregations (Maria José NUNES, 1986, p. 198). Because they needed their services, the State encouraged them with funds and donations and also encouraged their "ladies", society ladies, often former students of schools run by nuns, to contribute to donation campaigns and to

participate in the works of charities directed by the Sisters.

Therefore, the importance of the Congregation of the Good Shepherd d'Angers in this reorganization of State policies was highlighted, especially in the restructuring of prisons in Brazil that took place from the late nineteenth century to the mid-1940s, with the change in penal law .

In the state of Rio Grande do Sul, the work of the Congregação do Bom Pastor began in the city of Pelotas, in the interior of the state. Through the Association of Ladies of Charity, in the person of Mrs. Trápaga, secretary of the association, knowing the work of the Sisters, she went to Rio de Janeiro to request that a House of the Good Shepherd be founded in her city.

Correspondence between the Sisters and the society lady were exchanged until 1928, when Sister Maria de São Francisco Xavier Nova made the first visit to the city in order to verify the conditions for the foundation of the Institution. At the end of the same year, the Provincial of Rio de Janeiro sent six Sisters to Pelotas with the task of founding the Good Shepherd. On January 14, 1929, the Provisional House, belonging to the Ladies of Charity, was inaugurated. The place became small for the desired work, motivating the start of the Asylum construction campaign. Even with the help of the community, the provincial and the diocese, it was only in 1945 that the construction of the new house began, which was officially inaugurated in 1948 (Campos, 1981, p. 138). The house of the Good Shepherd in Pelotas served as a support base – throughout the entire period of the Sisters' administration – for the house in Porto Alegre.

In analyzing the Records of the Book of Chapters, a constant circulation between the nuns was observed between the two institutions. There are continuous relocations among the Sisters, sometimes coming from Pelotas, sometimes going to Pelotas, for various reasons: to help around the house, for spiritual retreat, for health treatment, among other purposes.

The historical context in which the arrival of the Bom Pastor nuns in the state of Rio Grande do Sul was inserted was one of changes and political instability. The PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) set the tone for state policy. Júlio de Castilhos (1891-1898) and soon after his successor, Borges de Medeiros (1898-1908 / 1913-1928), bequeathed to the State a centralizing and authoritarian government policy, which, based on positivist ideology, defended a capitalist project aiming at economic modernization and expansion of the political base, carried out through alliances with the middle class and with groups in the colonization region (Kühn, 2004, p. 111).

According to historian Margareth Bakos, the Castilhist ideology is an administrative project that should provide means of access to culture, a fact verified in the policy of founding municipal night schools for poor children, since 1900. Also, according to the author, the municipality of Porto Alegre, unable to create schools in a number proportional to the needs of the population, resorted to the expedient of helping existing private institutions, giving a cash subsidy and exemption from payment of fees and taxes for them to educate students of recognized poverty or who, due to lack of resources, could not pay to receive instruction (akos, 1996, p. 26).

This political and administrative strategy – of economic subsidy to private schools –, was expanded to other sectors, because, still in the 1920s, through Count Mendes de Almeida, the

first negotiations with the Sisters of the Good Shepherd were initiated so that assume the inmates of the State. However, the historical turmoil did not allow this work to be carried out, and it was then incumbent upon new characters to carry out this work. This troubled period was characterized by the world economic crisis, which reverberated in the State economy, especially in the livestock sector, culminating in the 1923 Revolution (Kühn, 2004, p.120), greatly delaying the negotiations between the State and the Sisters of the Good Shepherd.

Only after the political turmoil in the central and state governments had subsided – after the 1930 Revolution and the Constitutionalist Revolution (1932) (Kühn, 2004, p. 125). –, the contract was signed between the Sisters of the Good Shepherd and the government of the State of Rio Grande do Sul. Negotiations were resumed through Dr. Dionísio Marques, juvenile judge from Rio Grande do Sul, who was visiting Rio Grande do Sul de Janeiro, to the School of Prevention and Reform administered by the Sisters of the Good Shepherd, learned about the work of recovering minors. He brought the idea to Porto Alegre and presented it to the then Governor General Flores da Cunha, who accepted the request, asking him to negotiate with the nuns the foundation of an institution in the city of Porto Alegre (Campos, 1981, p. 151-3).

Below is a letter from the Juvenile Judge of Porto Alegre to Mother Novoa, in Rio de Janeiro, requesting that the Sisters take over the Children's Shelter:

*Authorized by the Secretary of the Interior of this State, I come to ask you for information on the conditions under which a contract can be made with the Government of the State of Rio Grande do Sul, so that the Sisters of this worthy Order manage the Women's Section of the "Shelter of Minors",*

*created recently in Porto Alegre by the Juvenile Court (Campos, 1981, p. 153-4).*

However, in contact with the Sisters of Pelotas, he learned that the nuns were also in charge of women's prisons, thus changing the initial plan. A new contact was made by the Juvenile Judge, reiterating the request and including a possible incarcerated section. He also asked the Sisters to be on guard so that they could terminate the contract as soon as possible:

As I have already notified you in a previous letter, the State budget has provided for a budget for 12 Sisters of the Good Shepherd to take over the women's section of the Abrigo de Menores, awaiting the return of Mr. General Flores da Cunha to resolve the choice of competitors the adaptation of the building where the Children's Shelter and incarcerated section will function. The Government will serve the incarcerated section for another sum not yet specified. Other news I don't have to give you. In the situation of delays and uncertainties common in the current period, in public administration, I have not addressed the sisters more often, because it is not my nature to have

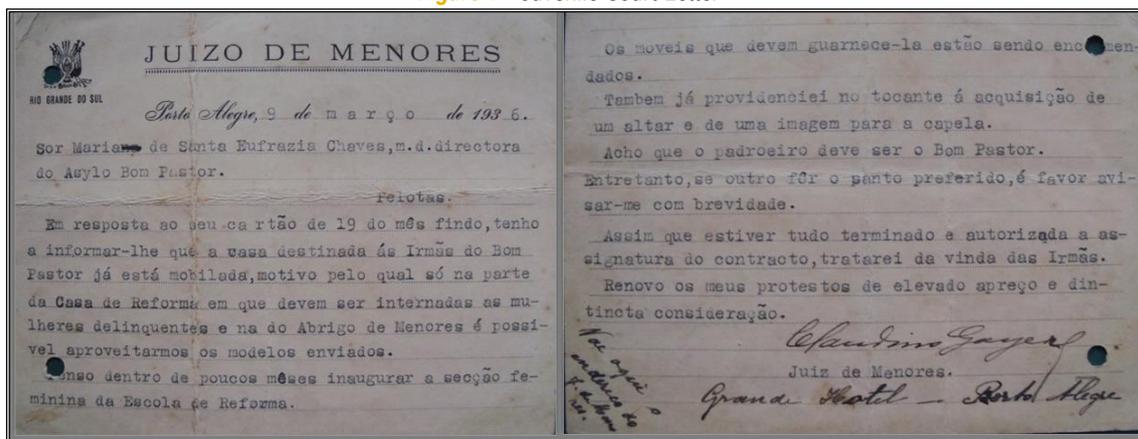
things in the air, but positive things. The sisters must, however, be on notice to make the contract in the middle of this year, which I think will be when I can do it, if things go normally. I will be alert to notify them, opportunely, with convenient advance notice (Margarida CAMPOS, 1981, p.154).

The agreement was signed between Bom Pastor and the State of Rio Grande do Sul for the Sisters to assume the administration of the Prison for Women in the State. According to the words of the State Governor in an assertive meeting with the religious:

*The imprisonment of women, in a most miserable state, is a sword that cuts across my throat. It is, therefore, with full and complete satisfaction that I welcome the "Good Shepherd", to transform it into a true school of reform, regeneration and moral education (Campos, 1981, p. 154, emphasis added).*

Below, an image of one of the documents exchanged between the Sisters of the Good Shepherd and the Juvenile Court:

Figure 1 - Juvenile Court Letter



Source: Letter addressed to the Sisters of the Good Shepherd – March 9, 1936 (Acervo Bom Pastor São Paulo)

In the process of signing a contract with the State government, the Sisters of the Good Shepherd sent a new letter reiterating their

acceptance of the proposal to found the house in Porto Alegre. In this handwritten document they reaffirmed the government's request and

the Congregation's acceptance to administer a patronage that was to be founded in the capital. They also clarified as to the main mission of this Congregation: "to protect and shelter girls and young women in need of moral support, in order to preserve or regenerate them and finally convert them from perdition." In this document, Mother Provincial made a point of clarifying the purposes and conditions for accepting the direction of the patronage, according to the document:

*1st - The main purpose of the Congregation of the Good Shepherd is the **regeneration or conversion of young women and girls who have deviated from the paths of virtue.** 2nd - In a division completely separated from the – regeneranda – we accept innocent, helpless girls, to educate them Christically, to preserve them from vice – the preserved ones. 3rd - The sisters will have complete freedom to comply with their rules and customs. 4th - According to their closure rule, the sisters cannot leave the Monastery or Asylo without absolute necessity and with the permission of the Major Superiors. 5th - There will be a capella and chaplain to attend the functions, according to the rules, the religious institutions and the ayladas, etc. 6th - The nuns will occupy rooms completely separate from the asylums. 7th - The patronage will be responsible for the expenses of the Sisters' travels. 8th - In case of illness of the sisters, the patronage will take care of the doctor, treatment and burial of the same ones that the community can support. 9th - The sisters will never be able to take charge of the work of the – crèche – as this is completely alien to the*

*institute. 10th - The sisters will have full freedom in the internal direction of the asylum and asylum. 11th - The patronage must undertake to adapt the house to the uses of the Sisters, as not only the community but the sections are entirely separate from each other, including the cafeteria, work room, community room, dormitory, infirmaries, changing rooms and even the capella, not so the kitchen and pantries that are common. 12th - In small difficulties or doubts that may arise, we count on the good will and discretion of the Ladies of Charity association to plan them mutually understanding, for the success of this work so interesting to all of us who only seek the glory of glory of God and the salvation of souls. 13th - It will be necessary at least 6 sisters to start the work of patronage. 14th - The sisters' quarters, although separate from the asylums, will be, however, in the same building, in accordance with the rule (Private correspondence, letter on proposal for the foundation of Porto Alegre, S/D).*

Negotiations concluded and authorized by the Diocese of Rio Grande do Sul, on June 13, 1936, the first contract was signed between the Sisters of the Good Shepherd and the state of Rio Grande do Sul. For a small house in Bairro Menino Deus, now known as the Escola de Reforma, women incarcerated in the correctional home were transferred. In this place they stayed for 14 years. Below is an excerpt of the documentation dealing with the signing of the first contract between the government of the state of Rio Grande do Sul and the Sisters of the Good Shepherd, for the inauguration of the first women's prison house:

*On December 13, 1936, eight Sisters, designated founders of the great work of assistance to the inmates of the Penitentiary System in the state of Rio Grande do Sul, arrived in Porto Alegre, from the Provincial House of the Sisters of the Good Shepherd, in Rio de Janeiro. [...] Once the possibilities of carrying out an apostolic work in this city were agreed, the Provincial Supervisor delegated three Sisters who came to Porto Alegre for direct contact with the local authorities and, on **June 13, 1936**, the first contract signed was signed. between the Congregation and the state of Rio Grande do Sul<sup>1</sup>.*

The establishment of the Congregation of the Good Shepherd in the city of Porto Alegre, with the objective of welcoming the state's

prisoners, became a historical landmark in terms of the reorganization of prisons in Brazil. As we have seen, in the beginning of the 20th century, the Brazilian State, still in the process of restructuring, delegated to religious congregations, through countless incentives, functions that would fall under the competence of this federative entity.

The initiative of the state of Rio Grande do Sul to assign the administration of the incarceration of women to the Sisters of the Good Shepherd was a pioneering fact, since the current penal law did not yet determine the separation by gender in prison institutions. This predecessor model of female prison was remodeled several times according to the historical context and served as a reference for several Brazilian states such as São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais, which adopted the same system.

## 4. School of Reform under the administration of the Good Shepherd

### 4.1 The School of Reform under the administration of the Congregation of the Good Shepherd: the responsibility of the sisters

The signing of the first contract between the Sisters of the Congregation of the Good Shepherd d'Angers and the state of Rio Grande do Sul allowed mapping the first uses of this institution, as well as providing an opportunity to visualize the rights and duties of both

contractors and, finally, it provided the understanding of the attributions that this institution had. The nuns were responsible, according to clause I, of:

*of Internal administration – order, cleanliness and economy – of the female sections of the Reform School and Children's Shelter referred to in Decree No. 5367, of July 1, 1933. b) all internal surveillance and education work domestic and professional*

<sup>1</sup> Case nº 7261200906 of 1990, referring to the listing and restoration of the Bom Pastor chapel. Available from IPHAE RS. Regarding the foundation date of the first female prison institution in Brazil, Bruna Angotti provides other data: "In 1937, the Criminal Women's Reformatory was created in the city of Porto Alegre,

which later became known as the Feminine Institute of Social Rehabilitation, **the first Brazilian prison institution specifically dedicated to the imprisonment of women.**" In: Bruna ANDRADE, 2011, p. 193.

*instruction of the internees, as well as the preparation of food, clothing and nursing care. c) religious and professional primary education. d) the direction of the establishment's general kitchen (Reform School and Children's Shelter). e) the creation of domestic animals and the cultivation of vegetable gardens and orchards. f) the conservation, in its possession, of the keys of the establishments in which the aforementioned sections must operate. g) the admission and dismissal of internal employees of the same sections, vegetable gardens and orchards. h) to receive goods and more consumables, check their quality and quantity, keep them until they have application and report any shortages. i) to promptly manifest, in view of the requests initialed by the director, the requests for goods and other objects, arranging, together with the suppliers, for the expedited delivery of the orders, in compliance with the contracts. j) to ship the small purchases for consumption in the kitchens. k) to request, in writing, from the director the acquisition of material and services, with due opportunity. l) to organize, in duplicate, a monthly map for loading, unloading and valuing*

*foodstuffs, sending them to the director, by the fifth of the following month. m) to be in charge of the general collection of the sections under his direction and to keep everything well stored. n) to book the books necessary for the proper writing of the warehouse, in the part referring to the sections under his charge (Contract of the detention house, 1936).*

In the first contractual determination, two uses of the same institution were agreed. The first, for “delinquent women”, and the second, for orphaned girls sent by the Juvenile Court. From the analysis of the Book of Chapters, it was found that until 1950 only the first use was made of the house, a fact that was directly related to the physical space provided by the Sisters.

In the first year of foundation, the house received, on July 29, 1937, the regular visit of the Mother Provincial, Sr. Maria de San Francisco de Assis Xavier Novôa, recorded in the first Chapter Act of Chapters Book nº 43. regular and served to inspect the progress of the house in accordance with the contractual clauses. Even though the contract was not mentioned in the Records, it was possible to deduce this information from the writing model and the order reported throughout all analyzed Records. Below, image of the first regular visit.

Figure 2 - First Regular Visit (1937)



**Source:** Photo of Madres do Bom Pastor together with authorities of the State of RS (Photo album Private collection Bom Pastor São Paulo)

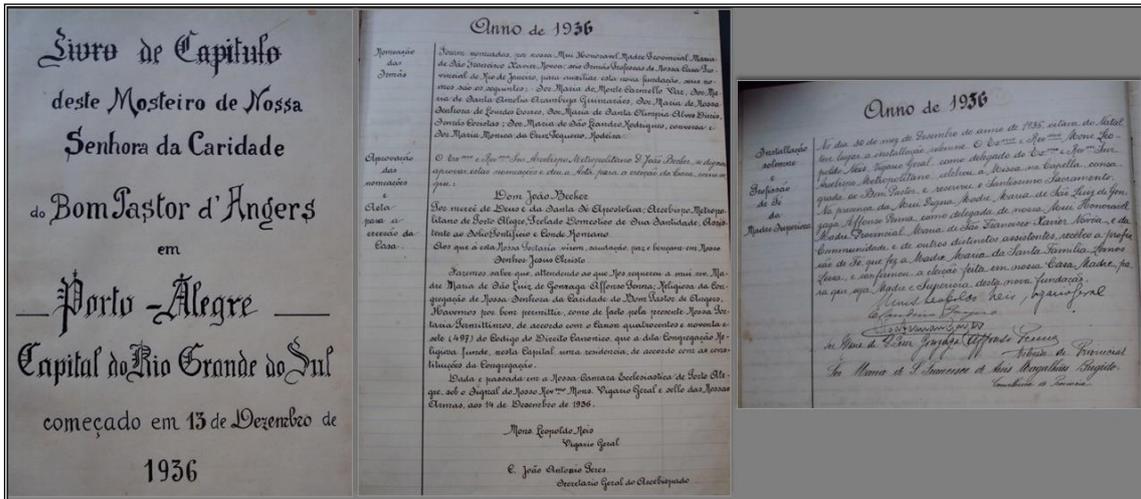
From the image one can see the fusion between the public world, represented by the government authorities and their respective wives, and the religious world, which turned to charity, represented by the Good Shepherd nuns. In context, both complement each other: now the Sisters fulfilling the duty that would be the responsibility of the State, under the veil of charity and religious obligation; now the State failed to fulfill its role directly, and passed on the religious who exercised it in accordance with social dictates and with the support of the government and the Church. This first document left important data on the development of work at the new institution.

The Records were divided into four parts. The registration began with a little history, from the initial negotiations with the State Government to the execution and signing of the contract. In

the second part, ecclesiastical moments were pointed out, conditions in the chapel to say Mass, authorization from the Archbishop for the celebration of liturgical moments and appointment of chaplain to perform liturgical functions with the Sisters. In the third part, the Mother Provincial narrated the arrival of the first convicts and the changes in the prisoners' posture in relation to the state they were in. In the last part, the material conditions of the building, furniture, clothing and food were described.

The State Government was highly praised for not letting the Institution lack anything (Chapter Book nº 43, p. 5-6). Below are images of the first Installation Records of the house. The rest of the documentation in this book follows the same writing pattern.

Figure 3 - Chapter Book



Source: Record nº1 – Approval of appointments; Creation of the House; Solemn Installation and Profession of Faith (Bom Pastor private collection in São Paulo)

Here, it is worth highlighting the narrative about the arrival of the first convicts, coming from the correctional house in Porto Alegre, according to a document, who arrived at the Bom Pastor between March 4 and 10, 1937:

*With the special grace granted to our Institute, we can obtain from these dear souls a certain change, after many struggles, because of the freedom they enjoyed for evil in the old prison, and complete religious ignorance. In view of the sweet treatment and good nutrition, they gradually became docile, esteeming the nuns sown to direct them, and today it is a real comfort to see them completely changed. They love the institution, becoming industrious, attending the Holy Sacrament of Confession and Communion. In the few months of the existence of this work of regeneration, one of them abjured Protestantism, another received holy baptism and 2 made their first communion (Chapter Book No. 43, p. 5).*

As described, the prey quickly adapted and soon got used to the “new home” routine. In

the first records, the religious character was seen as a highlight, when they highlighted the participation of women in the Holy Sacraments. About the sacraments, emphasized in this context, Corbin talks about the belief that the Catholic Church instilled in the faithful, stating that these religious dictates manifested the sacredness of the human body, and that resurrection was also promised, therefore, it was necessary to dominate the body, let go get rid of it and, above all, free it from sins, gluttony, lust, in short, purify it. Hence the importance, according to the precepts of Catholicism, of Baptism, Confirmation and even more of the Anointing of the Sick (Alain CORBIN, 2008, p. 59-60).

Image 4 reveals a historical record of the Sisters of the Good Shepherd with a group of prisoners. From the collation of data, both imagery and written documentation, it was possible to infer that this was the first group of prisoners of the Reform School, because when checking the sequence placed in the album, this image is among the first, and images appear in the sequence dated 1944. Another indication that points to being the first group of prisoners are the nuns who accompany them, Sisters Francisco Xavier and Santa Família

Lemos Lessa, were the sisters who signed the first contract with the State Government.

*Figure 4 - Group of Prisoners with Founding Sisters*



**Source:** Photo of Madres do Bom Pastor a group of prisoners (Photo album Bom Pastor São Paulo private collection)

The image depicts the Sisters of the Good Shepherd, seated, in the foreground, around, women in simple clothes, almost uniformed, indicating that they are probably the prisoners. On the left, two women in different clothes: the first, representing the society ladies, who contributed a lot to the foundation of this resocialization space, and the second, dressed in black, probably a service provider. The presence of children is also observed, due to the simplicity of the clothes and the position they are in the photos, they are probably the daughters of the inmates. With this image, it can be seen that at the beginning of this institution, mothers had contact with their children, even if this determination was not included in the contract. The Sisters' policy was to transform this space into a great Home for the Good Shepherd.

The Records, mentioning the structure of the house, informed that everything was managed

by only six Sisters, the house being financially maintained by the State Government, which, in addition to subsidizing the institution, provided the Sisters with a budget of 400\$000 for private expenses (Book of Chapter 43, p. 5-6). The determination as to the payment to the Sisters is made in the Contractual Clause II which states: "to gratify, monthly, each religious, with 50\$000, and the chaplain with 400\$000 (g)." Clause III determines that "the number of religious will be from eight to twelve and may be increased according to the need for services and the budget." (Detention house contract, 1936, p. 2). At this first moment, the number of Sisters is below the one stipulated in the contract.

The number of nuns assigned to manage and organize the house is directly associated with the number of interns and with the relationship of order and discipline determined within the institution. In the first report sent to the head of

state, referred to as Dr. Director of the "DPA." , the Sisters of the Congregation gave a brief history of the first two years of the house of the Good Shepherd. To justify the work they performed and the care given to the inmates, they argued that at Asylo Bom Pastor these women would have shelter and could cultivate their dormant intelligence: "Here they will be able, through penance, to purify their lacerated hearts, managing to rehabilitate themselves in the face of God and Society" (Manuscript, Decrees: Denomination of the penitentiary – Public utility, p. 1-3.).

They also referred, in this document, to the school instruction that these women received at home, they reported that most inmates were illiterate, needing, therefore, daily primary instructions that consisted of teaching Portuguese, arithmetic, writing practice in addition to learning to cut and sewing and handicrafts: "The prisoners are engaged in needlework and sewing, the product being delivered to each one for their own expenses" (Manuscript, Decrees: Denomination of the penitentiary – Public utility, p. 1-3.).

The occupation of time, as well as the discipline imposed through work, permeated the Institution throughout the administration carried out by the Congregation. Since the first Internal Regulation, the work has had a primordial space. Chapter IV, art. 6 of this document is dedicated to the regulation of work, which already in the first line says: "You must be qualified to earn a living honestly, work is beautiful. It is not only about acquiring resources, but also about avoiding many evils and vices." (Bylaws, p. 4.). This statement is followed by the justification for why all women should work within the institution:

*"Idleness is the mother of all vices"... It is necessary to work even when work is humble and costly, even when it requires*

*patience, attention, effort, perseverance and courage... Do not be discouraged, go to the end, whatever to cost. Work ennobles, ensures a life of more comfort and even a certain degree of independence. Since the work has an educational character, all of them should be used in household chores, in workshops, laundry, sewing, agricultural and manual work, in general. Those qualified for manual work can be used in vegetable gardens, gardens, orchards, etc. The application of the work will serve as a basis for improving the procedural situation (Internal Regulation, p. 4-5).*

From the partial analysis of this document, it is already possible to infer that the non-compliance with contractual clause III, which determined the number of religious in the institution, did not constitute a serious problem, since the manual and maintenance tasks of the institution, a large part they were executed by the inmates themselves and this determination was of strong appeal as it directly implied the possible relaxation of the penalty, as stated in the Internal Regulation.

It is worth highlighting the purpose of the Internal Regulation regarding work and the routine determined by the house, described in art. 6th and 8th concerning the work:

*Art. 6: 1 – perform the determined tasks, and not do each one what and how you want; 2 – execute them carefully and with the greatest possible whim; 3 – do not leave work during regular hours, except with proper authorization; 4 – not to use material from the different jobs, except for the purpose for which it was determined; 5 – do not lose or*

*hand over tools and work objects; 6 – inmates may only request transfer of service, upon proven need and convenience.*

*Art. 8: The regulation prescribes the following time: 6:00 – wake up, readjust the saddle; 6:30 – optional assistance to Holy Mass; 7:15 – coffee, various jobs, doctor, dentist, etc; 11:00 – training lecture; 11:30 – lunch; 12:00 – recess; 12:54 – supplementary class and various assignments; 14:00 – bath; 17:30 – reading and third; 18:00 – dinner; 18:30 – recess; 19:00 – night prayer, lost and found notices, etc; 20:45 – silence (Bylaws, p. 4-5).*

Routine was strict and free time was minimal, following the popular saying that “an empty head is the devil's workshop”, the management by the few Sisters was done through a lot of rigidity, work and discipline. The rigidity dictated by this regulation followed the logic described by Foucault that “time penetrates the body, and with it all the minute controls of power” is the principle of non-idleness (Foucault, 2010, p. 146).

Only 6 (six) Sisters managed the entire women's wing of the old house of correction, which according to the report: “Since the beginning of this reformatory, 1937 to date, 85 prisoners were admitted. As of December 31, 26 prey had been collected. In the forensic hospital there were 5 inmates under observation.” (Manuscript, Decrees: Denomination of Penitentiary – Public Utility, p. 3.).

The small number of sisters who managed the entire confinement space was justified by the disciplinary rigor and meticulous management of idle time and by the work performed by the inmates themselves, according to the internal

regulations where the importance of time is pointed out:

*knowing that time is the currency with which eternity is bought, I need to make the most of it (...) I need to live it with dignity: to think that God wants – that I use it in a way that deserves His approval and achieves an eternity glorious and happy. Thus, I must constructively consider the time I will spend here and comply with the regulations (Bylaws, p. 5).*

The discipline established by rigid schedules, instituted by the monastic communities, had as its premise: “establish censorship, force certain occupations, regulate repetition cycles.” As analyzed by Foucault, “for centuries, religious orders were masters of disciplines, they were specialists of the time, great technicians of rhythm and regular activities.” This disciplinary rigor aimed to increase the body's fitness, in terms of workforce, while also increasing the relationship of subjection and obedience (Foucault, 2010, p. 144; 134).

The docility of the body through the strict discipline of time imposed by the nuns, according to Foucault, allowed a meticulous control of the body's operations, imposing a relationship of docility-utility. This general form of domination, of useful discipline, of docility, during the 17th and 18th centuries, became formulas of domination used by various institutions, such as: convents, armies, workshops, factories. It is the birth of an art of the human body that aims to form a relationship that, in the same mechanism, makes the body both obedient and useful. It is a calculated manipulation of its elements, it is a “political anatomy” that is still a “mechanics of power”, which dictates how to effectively control the other's body with certain techniques. Such discipline, still according to Foucault,

manufactures submissive bodies, docile bodies (FOUCAULT, 2010, p. 132-133)..

## 4.2 Contractual clauses: State obligations and general provisions

As for the contractual tasks assigned to the State, these were recorded in clause II of items “a” to “h”. The first determination, of paramount importance for this analysis, said that it was incumbent upon the State to provide the Sisters of the Congregation with “own and furnished building, for their residence and the collection, in separate sections, of delinquent and abandoned women of all ages who were under 18 years (A).” (Detention house contract, 1936, p. 1).

*a) to provide the nuns of the Congregation of Our Lady of Charity of the Good Shepherd d'Angers with their own furnished building for their residence and for the collection, in separate sections, of delinquent women of all ages and abandoned women under the age of 18; b) to pay for food for nuns, delinquents and abandoned women; c) to maintain trusted employees of the nuns, for commissions, cultivation of vegetable gardens, orchards and for other necessary tasks; d) to provide a doctor, dentist, medicine, dental material, light, and, in the event of the death of a religious or inpatient, what is necessary for their burial; e) maintain a guard at the establishment; f) to build a chapel, furnish it conveniently, and maintain a chaplain appointed by the competent ecclesiastical authority, to celebrate daily the holy sacrifice of the Mass and fulfill all religious ceremonies*

*pertaining to the Congregation; g) to gratify each religious, monthly, with 50\$000, and the chaplain, with 400\$000; h) to establish in regulation the disciplinary regime of the School of Reform and the Shelter for Minors (Contract of the detention house, 1936, p. 2).*

The determination was clear, it was the duty of the State to provide a proper and suitable place for the work of the Sisters. It should be noted that very soon the Sisters began to complain that the location provided by the State was not suitable for the work carried out by them. This fact is proved by the non-compliance with point “h” which determined: “to establish in regulation the disciplinary regime of the School of Reform and of the Shelter for Minors”. As mentioned above, until the 1950s, only one section was administered by the Sisters, that referring to State prisoners. The shelter for minors only took effect at the new address.

The other contractual clauses took account of general provisions such as the determination of the number of nuns to provide service to the house, which, as seen in the Records, did not attend to the contracted party. The other provisions regulated themes on which in-depth analysis is not needed. The final description of the contract according to the original source follows:

*III) the number of religious will be from eight to twelve and may be increased according to the needs of the service and the budget budgeted; IV) delinquent women and abandoned minors may only be admitted to the establishment and removed from it, upon written order of the juvenile judge, transmitted directly or through the director; V) the objects and*

*correspondence of the inmates can only be delivered to the recipients, after the “visa” of the religious superior; VI) only visits from relatives and those determined by the Juvenile Judge will be allowed; VII) the days of visits by relatives will be designated by the religious superior; VIII) whether on visits from relatives or on those determined by the judge, the internees will be accompanied, to the parlor, by a nun; IX) The internees who are in a state of pregnancy will be removed to another place, where they must remain until necessary and will not be able to keep their children in their company, in the establishment, delinquents or abandoned victims of insanity or contagious disease will also be removed. ; X) Expenses will be made from the funds allocated to the School for Reform and Shelter for Minors (budget law for the current year, title III, table nº 2, female section) (Contract of the detention facility, 1936, p. 2-3 ).*

These records of the institution allowed us to know the initial moments of the house, from the negotiations to the foundation and arrival of the first prisoners, coming from the correctional house in Porto Alegre. The first years of the administration of the Sisters at the School of Reform were one of consolidation of work, adaptation to the contractual clauses, as well as seeking recognition from the community and State authorities.

The Mother Superior, founder and consolidator of the first Prison Institution in Brazil was

Mother Maria de Santa Familia Lemos Lessa (Chapter Book nº 43, p. 2). She remained in this role until 1946, when she was designated by the Mother Provincial as First Mother Superior of the second correctional house in Brazil, the Women's Prison of the State of São Paulo, as stated in the Records:

*On September 1, our most dignified Mother Mary of St. Lemos Lessa Family left this dear house to take part in the Provincial Chapter, to be held this month, in our Provincial House, in obedience to our Most Honorable Mother General , who appointed her Superior of our second house in the State of São Paulo, the Women's Prison. For ten years this dear Mother ruled this house (...). She was the founder of our house in Porto Alegre, having struggled with many difficulties at the beginning of the foundation (...) (Chapter Book nº 43, p. 36, emphasis added).*

With this record, it was possible to verify the importance of the Instituto Bom Pastor in Porto Alegre, the first institution administered by the sisters, whose function also included women prisoners, or as the Sisters called them, prisoners of the State. With the departure of Mother Superior, in the 1946s, the character of a “school” was also observed, that is, of a model or formation of Mothers who later provided services in new houses. As a Reform School, the Institution remained until the signing of the second contract, on April 18, 1939.

## 5. Final Considerations

Thus, the analysis of this material allowed us to historicize the birth of the first female prison in Brazil, the Escola de Reforma. Space for the re-socialization of girls and women in situations of deprivation of liberty. The role of the State, society and the church was perceived in the sense of together, supplying the need to maintain and/or manufacture submissive bodies, docile bodies that are useful to society and do not affront morality and good customs.

As noted, based on the analysis of the documentation of the first phase of the institution – Escola de Reforma – the two years of the contract between the State and the Bom Pastor D'Angers Congregation consisted of accommodation of the nuns in the new space and of transference from the first prey to the new institution. In this first contract, the reception of orphaned girls and women in the House of Correction was foreseen, but it was

observed that this clause was not complied with. With regard to the services provided, the importance of religion in the daily life of the house, as well as the organization and delimitation of the spaces occupied by them, was perceived in these first two years. The Escola de Reforma was a first essay, the beginning of what would become the model of female prison in Brazil.

This prison, the result of its historical context, in the 1930s, reflects the dictates and values of society at the time. Today, new objectives are had with the female incarceration, however, it is still possible to see the historical permanence of the docilization of bodies, now no longer through the religious discourse, but through the “law”, the “strength” instruments proper to the a state that spares no effort in keeping those who are outside the so-called norms/legal rules.

- Andrade, B. (2011). *Entre as leis da Ciência, do Estado, e de Deus: surgimento dos presídios femininos no Brasil*. Dissertação. Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Bakos, M. (1996). *Porto Alegre e seus eternos intendent*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Campos, M. (1981). *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil: Pinceladas Históricas*. São Paulo: Editora da Congregação.
- Corbin, A. (2008). A influência da Religião. In: *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes.
- Franco, S. (2016). A Casa de Correção. *Zero Hora: Caderno Zero Hora doc*. Porto Alegre, sábado/domingo, 2 3 de julho de 2016, Ano 53, Nº 18.506, p. 23.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Kühn, F. (2004). *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Nunes, M. & José F. R. (1986). Prática político-religiosa das Congregações no Brasil: uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (organizadores). *Os religiosos no Brasil: Enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas.
- Silva, M. (1997). *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Susepe – Superintendência dos Serviços Penitenciários. (2020). *Presídio Feminino Madre Pelletier* [Internet] . Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=203&cod\\_conteudo=3829](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=3829)> Acesso em 02 de dez. 2020.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Kackson, D. D. (2000). *Pragmática da comunicação humana* (11a ed.). São Paulo: Cultrix.

### Fontes Primárias

- Carta sobre proposta da fundação de Porto Alegre. S/D. Acervo Bom Pastor. Armário D. Caixa 100 – Porto Alegre – RS. 100.21 – *Correspondência particular*.
- Contrato da Casa de Detenção em Porto Alegre. 13 de jun. de 1936. Acervo Bom Pastor. Armário D. Caixa 100 – Porto Alegre. 100.19 – *Contratos anteriores a 1969*, p. 1.
- Jornal Correio do Povo*. Decreto altera nome das casas prisionais no RS. Disponível em:  
<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/01/607765/Decreto-altera-nome-de-casas-prisionais-no-RS>>. Acesso em 17 de nov. de 2020.
- Livro do Capítulo. Acervo Bom Pastor. Armário F. 43. *Livro do Capítulo*. Porto Alegre – RS, p. 1-123.
- Manuscrito. Acervo Bom Pastor. Armário D. 100 – Porto Alegre - RS. 100.10 – *Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública*, p. 1-3.
- Manuscrito. Acervo Bom Pastor. Armário D. 100 – Porto Alegre - RS. 100.10 – *Decretos: Denominação da penitenciária – Utilidade Pública*, p. 3.
- Relatório do Asilo Bom Pastor do Rio de Janeiro expedido para o Ministro da Justiça e Negócios Interiores. *Acervo Bom Pastor*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1941, p. 1.
- Regulamento Interno. Acervo Bom Pastor. Armário D. 100 – Porto Alegre - RS. 100.05 – *Regulamento Interno*, p. 4.

# O 'NÚMERO EXTRAORDINÁRIO' DA REVISTA BRASIL-PORTUGAL E O 4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

*THE 'EXTRAORDINARY ISSUE' OF THE BRASIL-PORTUGAL MAGAZINE AND THE 4TH CENTENARY OF THE  
DISCOVERY OF BRAZIL*

Júlio Silva 

Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Centro de Humanidades (CHAM - NOVA FCSH)

[juliorodsilva@gmail.com](mailto:juliorodsilva@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 07/11/2021

**Aprovação | Accepted:** 02/12/2021

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

A Revista Brasil-Portugal (1889-1914) foi um periódico luso-brasileiro pertencente à *Belle Époque* das revistas ilustradas na viragem do século XIX europeu, dirigido às elites políticas e sociais do Brasil e de Portugal. Desenvolveu um projeto muito específico de construção de uma comunidade cultural luso-brasileira, através da divulgação nas suas páginas de inúmeros textos literários e gravuras de poetas, escritores e artistas portugueses e brasileiros. No entanto, também foi responsável pela edição de outras publicações como álbuns, almanaques e um número extraordinário em 1900. Este ano, em comemoração dos 400 anos da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral, o Brasil desenvolveu inúmeras iniciativas para comemorar este momento fundador da história nacional. Neste estudo, analisamos a natureza desta publicação e as características e conteúdos de sua edição que permitiram considerá-la pelo público e pela imprensa da época, tanto um livro, um álbum e um número especial da Revista Brasil-Portugal.

**Palavras-chave:** Comemoração, Descobrimientos, Revista, Livro, Álbum, História, Cultura

## ABSTRACT

---

Brasil-Portugal (1889-1914) is a Luso-Brazilian journal which belongs to the *Belle Époque* of the illustrated magazines at the turn of the 19th century in Europe, aimed at the political and social elites from Brazil and Portugal. It developed a very specific project to build a Luso-Brazilian cultural community through the dissemination of numerous literary texts and engravings by Portuguese and Brazilian poets, writers, and artists on their pages. However, it was also responsible for editing other publications, including albums, almanacs, and an extraordinary issue in 1900. This year, in commemoration of the 400th anniversary of the discovery of Brazil by Pedro Álvares Cabral, Brazil developed numerous initiatives to commemorate this founding moment of national history. In this study, we analyze the nature of this publication and the characteristics and contents of its editing that allowed it to be considered by the public and the press at the time, both a book, an album, and a special issue of the Brasil-Portugal magazine.

**Keywords:** Commemoration, Discoveries, Magazine, Book, Album, History, Culture

## A Revista Brasil-Portugal (1899-1914)

No universo das revistas ilustradas portuguesas, dos finais do século XIX e primórdios do século XX, a edição de publicações de diversos tipos (livros, álbuns, almanaques, números especiais) ocupava um papel particularmente importante nas estratégias das empresas jornalísticas. Assim sendo, torna-se relevante nesta viragem do século XIX, avaliar a forma específica que assume a relação destas revistas ilustradas com a edição do livro. O processo nem sempre é fácil de perceber e compreender se não tivermos em consideração a ambiguidade das designações atribuídas aos álbuns, livros e números extraordinários. Nesta perspetiva, optámos por analisar o caso específico do *Número Extraordinário* da revista *Brasil-Portugal* (1899-1914) para obtermos uma clarificação sobre a natureza deste tipo de publicações e da sua relação com o editor.

A Revista *Brasil-Portugal* é um periódico, pertencente à *Belle Époque* das revistas ilustradas na viragem do século XIX europeu, direccionado às elites políticas e sociais do Brasil e de Portugal (Pluet-Despatin, Leymarie & Mollier, 2002, pp.325-395). Em Portugal decorria o reinado de D. Carlos, marcado por um período de rotativismo parlamentar arbitrado pelo rei, que antecede a mudança radical da ação política do monarca no sentido de uma verdadeira revolução, vinda de cima do sistema até aí dominante (Ramos, 2007, pp.15-36). No Brasil é o tempo da estabilização da Primeira República (1889-1930) com a eleição dos presidentes civis: Prudente de Moraes e depois Campos Sales. É neste contexto histórico que a revista ilustrada *Brasil-Portugal* (1899-1914) inicia a publicação especialmente vocacionada para a defesa da aproximação entre os dois países, tendo os seus diretores

uma especial ligação ao Brasil. O comandante Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (1841-1912), pelo papel humanitário que tivera na revolta da marinha brasileira em 1893, na baía da Guanabara do Rio de Janeiro. Jaime Vítor (1855-?) e José Lorjó Tavares (1857-1939), jornalistas e correspondentes de jornais portugueses e brasileiros, tinham larga experiência de vida no Brasil. Aliás, o último dispunha de vastos contactos na imprensa brasileira, apoio das autoridades políticas e popularidade na comunidade portuguesa do país. Estes factos permitiram-lhe criar uma rede de correspondentes da revista e realizar uma campanha de propaganda nas viagens aí efetuadas, nos dois primeiros anos da sua publicação. (Castilho, Vítor & Tavares, 1899, p.1).

As vivências partilhadas, as relações estabelecidas nos círculos políticos e jornalísticos, o peso da rutura diplomática luso-brasileira de 1893-1894, explicam o projeto da nova publicação, revelando desde o primeiro número, o desejo da aproximação entre os dois países. Embora, sendo, o resultado de uma iniciativa privada não descurou, como era hábito na época, a associação com o poder político, através da referência ao rei de Portugal e ao presidente da República do Brasil. Tal proximidade ao poder, que não se pode confundir com qualquer tipo de seguidismo, resulta da preocupação com as relações entre os dois estados, sendo muito sensível à divulgação de imagens e figuras dos dois governantes. Seja como for, o seu objetivo imediato está claramente expresso no editorial de abertura do primeiro número da revista:

“A ideia é esta: tornar o Brasil conhecido em Portugal, tornar Portugal conhecido no Brasil, generalizando em cada um destes países a arte

e a literatura do outro, e tornando apreciados de ambos, os escritores e os artistas, que na mesma língua, rica, sonora e rítmica, dizem o que na pátria portuguesa e na pátria brasileira tem o sentimento de mais intenso e delicado e a ideia de mais profundo e brilhante. As paisagens, os monumentos, as personalidades, as fábricas, os aspetos de cidades e vilas, que forem aparecendo em todos os números, lembrarão ininterruptamente, respondendo a uma curiosidade, ou avivando uma afeição, o Brasil a Portugal e Portugal ao Brasil. Os nossos pintores de nome atravessarão estas páginas com a nota da arte que mais encanta, por ser a que os olhos de pronto assimilam, dando em flagrante o comentário ou a *charge*, e ilustrando versos e contos, romances ou crônicas. A fotografia irá buscar aos salões artísticos, aos aposentos de trabalhos dos homens ilustres, às casas sumptuosas, e aos *ateliers* dos artistas brasileiros, o que mais interesse o bom gosto e a estética. E essas descrições serão firmadas por quem, em matéria de ciência imobiliária e arqueologia artística tem um nome consagrado.” (Castilho, Vítor & Tavares, 1899, p.2).

O projeto de criação de uma comunidade cultural luso-brasileira, mesmo com um carácter elitista, não deixa, porém, de se cimentar em torno dos velhos valores comuns aos dois povos (sangue, sentimento e tradição) mas, dando especial atenção às atividades económicas dos dois países. Assim sendo, não será inesperado o interesse pelos grandes momentos comemorativos, capazes de irmanar e aproximar os dois povos. O IV Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, foi sem dúvida um momento muito especial para o *Brasil-Portugal* pois, permitia realizar o processo de aproximação e fusão emocional, em torno de um momento considerado fundador do Brasil e no qual Portugal desempenhara um papel essencial, dando

origem, criando, ou simplesmente, lançando as raízes de uma nova pátria.

Neste processo se insere o *Brasil-Portugal* que se empenha de forma decisiva com diversas iniciativas que incluem a publicação, nas suas páginas, do romance histórico de Henrique Lopes de Mendonça, a “Terra de Santa Cruz”, do hino do centenário e o lançamento de um concurso literário e artístico subordinado ao tema dos Descobrimentos. Simultaneamente, a direção da revista, coloca fotografias alusivas ao tema no *Almanaque do Brasil-Portugal*, faz o relato da sessão oficial na Sociedade de Geografia, descreve a viagem e receção do cruzador D. Carlos e publica um número extraordinário para celebrar o evento. Além disso, participa nas festividades do Rio de Janeiro com a presença direta dos seus representantes enviados de Lisboa. Lorjô Tavares parte para S. Paulo e Rio de Janeiro com o encargo específico de representar a revista nas grandes festas do Centenário; o mesmo se passa com Álvaro Pinheiro Chagas, nos Estados do Sul do Brasil e António Brasão, nos Estados do Norte do Brasil. Porém, o momento principal foi a participação do carro alegórico da *Brasil-Portugal*, no cortejo cívico de 5 de maio no Rio de Janeiro com a presença de um dos seus diretores – José Lorjô Tavares. Aliás, a própria revista faz a descrição atestando a importância do momento que celebra a fraternidade dos dois povos e agradecendo ao público brasileiro a excelente receção da revista *Brasil-Portugal*. A qualidade do carro alegórico, produzido pelo engenheiro Morales de los Rios, auxiliado por diversos artistas conhecidos e estimados no Rio de Janeiro, é salientada. A importância, da valorização da qualidade artística do carro alegórico, reforça-se com o simbolismo dos elementos que o compõe e a aclamação popular nas ruas do Rio de Janeiro (Castilho, Vítor & Tavares, 1900, pp.150-151).

O sucesso do carro alegórico parece ter sido um êxito com impacto real na opinião pública do Brasil, dando a revista notícia deste facto junto da imprensa do Rio de Janeiro e através das transcrições elogiosas de dois jornais locais: O *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de*

*Notícias*. A cobertura dos eventos é completada por um desenho de Alfredo Cândido sobre o Cortejo do Quarto Centenário de 5 de maio no Rio de Janeiro, onde aparece representado o carro alegórico da Brasil-Portugal (Cândido, 1900, pp. 148-149).

## O Número Extraordinário

O aspeto mais relevante da leitura dos acontecimentos, relacionados com as comemorações do Descobrimento do Brasil, é sem dúvida a publicação do *Número Extraordinário*, largamente anunciado e noticiado nas páginas da *Brasil-Portugal*. Com efeito, se o romance de Henrique Lopes de Mendonça “Terra de Santa Cruz” é já em si mesmo um esforço original para festejar literariamente o centenário do Descobrimento do Brasil, esta iniciativa marca, de forma especial, as comemorações, pretendendo ser uma síntese mais global em todas as áreas do conhecimento e da cultura, da proximidade e comunhão das duas nações nas festas do momento fundador do Brasil. Compreende-se a precocidade cronológica do anúncio do seu aparecimento nas páginas da *Brasil-Portugal* destinado a comemorar o grande feito do reinado de D. Manuel, agrupando artistas e escritores a quem mais deve a ideia, o sentimento, a língua portuguesa. Além disso, constitui um verdadeiro repositório histórico e documental, pela fotogravura e pela reprodução dos documentos e cartas geográficas ligados ao acontecimento. A importância do *Número Extraordinário* é tal, que a direção da revista resolve oferecê-lo como brinde aos subscritores da revista *Brasil-Portugal*, anunciando-se a sua publicação para fins de março em Portugal e últimos dias de Abril nas colónias portuguesas e no Brasil. Acentua-se a importância de incluir um acervo

histórico, beneficiando dos contributos da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional e da Sociedade de Geografia.

O anúncio da sua publicação, nos primeiros dias de abril, veio apenas confirmar a importância e urgência da edição deste volume, associado ao envio de representantes da *Brasil-Portugal* ao Brasil para assegurar a divulgação (Castilho, Vítor & Tavares, 1900, p. 44). A partida de José Lorjó Tavares para este país, em missão de propaganda da *Brasil-Portugal*, representando-o nas festas do centenário, permitiu revelar o papel dos representantes portugueses no Brasil na divulgação e distribuição do *Número Extraordinário*. O mesmo acontece no caso de outros jornalistas, como Álvaro Machado e António Brasão, enviados respetivamente, ao Sul e ao Norte do mesmo estado com idênticos objetivos. Assim, em princípios de abril de 1900 anuncia-se a saída e distribuição, com êxito, da publicação sob a forma de brinde aos assinantes, mas também a sua venda ao público em todas as livrarias e agências do Porto, Coimbra e Évora, ao preço módico de 1\$500 réis.

Os números subsequentes da Revista dão notícias que revelam o impacto positivo do *Número Extraordinário*, em Portugal e no Brasil, através das opiniões subsequentemente expressas na imprensa lusa e brasileira, transcrevendo extensos textos de análise e

elogios do *Número Extraordinário*. A primeira vez que noticia o *Número Extraordinário* designa-o de forma ambígua, como um *Número-livro*. A dupla dimensão artística e literária da comunhão civilizacional luso-brasileira é complementada por uma abordagem histórica e geográfica, fornecendo os elementos fundamentais de um momento fundador da História do Brasil e inesquecível da história dos Descobrimentos Portugueses. As características anunciadas de laço cultural entre os dois países e acervo histórico-geográfico do Descobrimento do Brasil em 1500, repete-se no texto de apresentação do *Número Extraordinário*, onde mais uma vez nos aparece definido como um livro (Castilho, Vítor & Tavares, 1900 b, p.1). A ambiguidade ou equivalência das denominações de livro, álbum ou número extraordinário, encontramos-la de forma diversa na imprensa portuguesa e brasileira. Assim sendo, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro não tem qualquer problema em colocá-lo na categoria dos livros. Da mesma forma, pensam o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro. Todavia, boa parte da imprensa brasileira e portuguesa tem uma perspectiva diferente da questão, pois prefere designá-lo por álbum nos seus variados elogios. A *Academia* de Évora na sua apreciação define-o como um álbum. Esta perspectiva é também partilhada pela *Imprensa* do Rio de Janeiro. O mesmo acontece com o jornal *A Província do Pará*, do Belém do Pará. A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro nomeia-o como livro ou álbum.

Número-livro, livro, álbum, revista são diferentes designações do *Número Extraordinário*, basicamente equivalentes, referindo-se a uma publicação ilustrada de mais de cem páginas, com múltiplos artigos de opinião, mas igualmente arquivando textos de carácter científico e histórico, principalmente sobre o Brasil, usando o trunfo da documentação dos arquivos e bibliotecas

portuguesas. A compreensão do significado desta diversidade de vocábulos não pode ser entendida sem uma breve análise dos textos que o compõem, começando com a apresentação do *Número Extraordinário* assinado pelos três diretores da Brasil-Portugal:

“Associando-se à gloriosa comemoração do Descobrimento do Brasil cumpre esta empresa um dever que a sua missão lhe indicou e o seu patriotismo lhe impôs.

Arredou atritos, suplantou obstáculos, não poupou sacrifícios, mas por compensada se dá de ter visto a sua ideia perfilhada por tantos espíritos de eleição. Este livro singular não fica sendo apenas o repositório de um passado que nos enche de orgulho: é também a expressão gráfica da mentalidade atual e do alto sentimento da pátria que tem a mesma intensa vibração nos dois países que a mesma raça povoa.”. (Castilho, Vítor & Tavares, 1900 b, p1).

O conteúdo, expresso pelos autores deve centrar-se na existência nacional, no respeito pela tradição épica lusitana e pela confiança no futuro baseado na produção cultural de múltiplos escritores, artistas e cientistas. Todo este esforço se prende com os festejos do IV Centenário da Descoberta do Brasil por Álvares Cabral em 1500, exprimindo na língua de Camões, das duas nações a recordação, consoladora do passado e a vigorosa confiança no futuro. Sendo esta a contribuição essencial da *Brasil-Portugal* para a comemoração dos Descobrimentos, importa agora explicitar melhor a importância das colaborações obtidas e também as deficiências da publicação, motivadas pelos atrasos dos colaboradores e as distâncias que impossibilitaram muitas colaborações brasileiras importantes. Os agradecimentos aos colaboradores destacam, ao lado dos escritores e artistas, os prelados, referência aos três bispos que aceitaram participar com textos próprios no *Número*

*Extraordinário*. O mais importante, contudo, é agradecer o apoio do governo português, facultando a reprodução de mapas seculares, livros de iluminuras, e outros documentos históricos, existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Sociedade de Geografia e na Biblioteca Nacional, com especial referência aos diretores das duas últimas instituições. Os agradecimentos estendem-se igualmente às empresas que colaboram tecnicamente na publicação do livro, às gerências da Companhia Nacional Editora e do Atelier foto-químico-fotografia de Pires Martinho e aos orientadores da parte histórica do volume: Aires de Sá, general Brito Rebelo, e Gabriel Pereira. O objetivo final de todo este esforço consiste em realçar o momento de solidariedade entre os dois povos ou os dois países, uma aliança fraterna e interoceânica em nome da raça, da tradição da mesma pátria e nas glórias dos dois povos expressos na mesma língua.

Depois de uma referência à Comissão comemorativa do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil com numerosas fotografias dos seus membros, sucede-se a abordagem da temática do Descobrimento do Brasil que começa com a figura de Pedro Álvares Cabral, acompanhado da fotografia da estátua existente na Sociedade de Geografia de Lisboa da escultura de Simões de Almeida. Embora reconhecendo a inexistência de um retrato fiel de Pedro Álvares Cabral reproduz-se a imagem da estátua do descobridor, baseado na análise das ossadas da Igreja de Santarém e de informações obtidas em documentos históricos, permitindo construir desta maneira a figura do descobridor. O objeto físico da estátua do descobridor é completado pela reprodução de uma “quitação com a assinatura autógrafa de Pedro Álvares Cabral” marca física da sua presença real e da sua passagem neste mundo. Segue-se um longo texto de quatro páginas nas quais se descreve o Descobrimento do Brasil - autêntica lição ou

melhor análise das contingências históricas e geopolíticas de Portugal no reinado de D. Manuel I em confronto com os seus rivais políticos; as condições de navegabilidade e as explorações marítimas da época, da autoria de Henrique Lopes Mendonça e intitulado “O Descobrimento do Brasil” (Castilho, Vítor & Tavares, 1900 b, pp.3-6). Em seguida, num texto anónimo, emerge a materialidade da morte que, em nome da honra nacional e do passado glorioso, procurava manter a preservação do património nacional da Igreja da Graça de Santarém, onde estão guardadas as suas ossadas. Completa este quadro o testemunho de um descendente de Pedro Álvares Cabral e de Júlio Mardel Secretário do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.

O Descobrimento do Brasil traduz-se numa abordagem mais complexa e mais vasta, nas páginas do *Número Extraordinário*, dando lugar a um tratamento mais específico do acontecimento fundador, começando pelo relato do evento materializado na célebre carta de Pêro Vaz de Caminha de F. A. Pereira da Costa, membro do Instituto Histórico Brasileiro e, portanto, fornecendo uma imagem mais brasileira dos acontecimentos de 1500 e do texto fundador do Brasil. No mesmo sentido, segue o texto do ministro do Brasil em Portugal, José H. de Melo e Alvim sobre Pedro Álvares Cabral, aproveitando para fazer uma breve resenha histórica da evolução do Brasil até ao presente, salientando os enormes progressos feitos pelo país com a reforma social que constitui a abolição da escravidão. No mesmo sentido, vai o texto de Faustino da Fonseca, referente às viagens anteriores a Pedro Álvares Cabral reivindicando a primazia portuguesa do Descobrimento do Brasil sobre possíveis antecessores de origem espanhola”. O clero português através de alguns dos seus principais dignatários dá um contributo valioso para a temática dos descobrimentos

portugueses, valorizando o patriotismo nacional e a religiosidade cristã. Está nesse caso a contribuição do Arcebispo de Évora, com um texto intitulado simbolicamente “Duas Índias”, na qual interliga a descoberta do caminho marítimo para a Índia de Vasco da Gama com a epopeia de Pedro Álvares Cabral ao descobrir o Brasil. Com efeito, foca-se temporalmente no momento histórico áureo do Portugal dos finais do século XV e princípios do seguinte, sob a capa da providência divina e da onipotência de Deus, recusando a inevitabilidade da morte da pátria.

No mesmo sentido, mas com uma perspectiva algo diferente, se situa a colaboração do Bispo Conde de Coimbra num texto intitulado “A propósito do Centenário do Descobrimento do Brasil”, referindo não tanto a epopeia dos descobrimentos, mas o contributo da emigração para o Brasil no crescimento, desenvolvimento e regeneração económica das províncias do Norte do país. Todavia, é o artigo do Bispo do Porto que mais se concentra na temática dos descobrimentos, intitulando-se justamente “Pedro Álvares Cabral”, no qual se saúda o primado do descobrimento do Brasil por Cabral sobre possíveis rivais, homenageando o povo brasileiro pela estátua

erguida ao descobridor e relevando o cariz cristão da civilização brasileira. O conservador do Arquivo da Torre do Tombo, José Ramos Coelho, deixa também, sob a forma de um longo poema, intitulado a “Glória de Cabral” e através de desenvolvidas notas de rodapé de carácter científico, uma justificação da primazia de Pedro Álvares Cabral na Descoberta do Brasil, unindo a homenagem a Pedro Álvares Cabral ao centenário de um dos grandes poetas românticos lusos do século XIX, António Feliciano de Castilho. O seu autor, João de Freitas Branco estabelece a ponte entre os dois centenários demonstrando a relevância da Descoberta do Brasil e o nascimento do referido escritor.

Se a importância da Descoberta do Brasil não está em causa na aproximação dos dois povos, a língua é o grande instrumento de comunicação entre as duas nações e o penhor da irmandade luso-brasileira. Nesta perspectiva, insere-se a longa descrição da viagem de António Feliciano de Castilho ao Brasil e a descrição da receção e homenagens, de que foi alvo em 1855, comprovando através do prestígio individual de um escritor luso, a irmandade das letras dos escritores dos dois países.

## História e Memória

O Número Extraordinário dá um especial relevo às autoridades nacionais de cada país, reproduzindo as fotografias do monarca português e do presidente brasileiro, as respetivas residências e gabinetes de trabalho, dando um ar institucional à iniciativa da revista, mas traduzindo igualmente o esforço de aproximação entre os dois estados. Em consequência, aborda-se a história do poder político no Brasil de forma positiva, incluindo o

último monarca português, D. João VI e os dois imperadores do Brasil D. Pedro I e de D. Pedro II (Castilho, Vítor, Tavares, 1900b, p.15). Segue-se um artigo semelhante sobre os presidentes brasileiros, embora de forma ligeiramente diferente na maneira menos empenhada e mais neutra das descrições (Castilho, Vítor, Tavares, 1900, p.16). Importa, neste ponto, proceder a uma desmontagem

dos estereótipos de cada governante de forma a compreender o objetivo destas descrições.

A análise do passado recente da monarquia brasileira do século XIX, sintomaticamente denominado “os 67 anos da vida constitucional do Brasil” é iniciada com a dramática chegada de D. João VI e da Corte ao Brasil em 1808 e confrontado de imediato com duas guerras, a Norte na Caiena (Ex Guiana francesa) e a Sul no Uruguai. A situação difícil, então vivida, não impediu D. João VI de ter um papel relevante na construção do estado brasileiro, começando pela abertura dos portos do Brasil decretada na Baía no ano de 1808, declarando a guerra à França, complementada pela “invenção” de um novo império e preparando com o príncipe herdeiro, o nascimento de um novo país. A advertência ou convite a D. Pedro I para liderar a independência do Brasil é outro ponto favorável a D. João VI, materializado pelo filho e sucessor, protagonista do movimento de independência bem expresso no célebre grito revolucionário: Independência ou Morte. A abdicação de D. Pedro I é apresentada como o produto da sua vontade de auxiliar a causa liberal em Portugal embora, concedendo a existência de algum mal-estar no Brasil contra a sua pessoa. Entra-se de seguida, no longo reinado do neto, D. Pedro II, garantindo a estabilidade do novo regime, tendo sido marcado pelo desenvolvimento exuberante da riqueza do país e principalmente pela abolição da escravatura levada a cabo pela condessa de Eu.

A época da Primeira República (1889-1930), mais tarde chamada República Velha, é contemporânea das comemorações do Quarto Centenário, na qual ainda viviam os brasileiros. O ponto de partida é a revolução republicana de 15 de novembro de 1899, designada revolução militar, chefiada por Deodoro da Fonseca e seguida da referência aos presidentes Florêncio Peixoto, Prudêncio de Moraes e

Campos Sales. As dúvidas sobre as motivações na origem da revolução são sugeridas, dando-se a entender que poderia ter sido, apenas um golpe militar com o objetivo limitado de destruir o governo e não de provocar a queda do regime. A opção por uma solução mais radical é considerada, de certa forma fortuita, e resultante quer da fraca oposição encontrada quer da ideologia republicana. A explicitação na natureza novo sistema político é dada através da proclamação do governo provisório ao povo brasileiro, iniciada pela garantia das liberdades e direitos dos cidadãos e realizada em nome da soberania nacional. As garantias internacionais do governo provisório são uma marca sensível do discurso, ao lado da supressão das instituições da monarquia parlamentar, até aí existentes, nomeadamente o conselho de estado, o senado vitalício e a câmara dos deputados. A proclamação é um pretexto para nomear os componentes do novo governo provisório e, portanto, membros fundadores da jovem república. O passo seguinte da institucionalização do novo regime, passa necessariamente pela assembleia constituinte que entroniza a nova república em setembro de 1890. A forma aparentemente pacífica e consensual do estabelecimento do novo regime não foi seguida por um período de paz e sossego, mas de violentas convulsões que são desculpabilizadas pela natureza das revoluções, nomeadamente a revolta da Marinha de 1893 chefiada pelo contra-almirante Custódio José de Melo.

A verdadeira pacificação, porém, não surge da derrota militar dos sublevados, apesar do desenvolvimento do comércio brasileiro nos últimos anos, mas do facto dos presidentes militares terem dado lugar aos presidentes civis e do respeito do novo poder político pelos compromissos nacionais, contraídos pelo Império. A visão, mais ou menos idealizada, da Primeira República brasileira serve de pretexto para reivindicar o apaziguamento das paixões e

conflitos internos dos primeiros tempos do regime, valorizando o ambiente de unidade no qual se preparam os festejos do Quarto Centenário. A profunda comunhão e continuidade entre o descobridor, os monarcas e os presidentes do Brasil moderno, dão origem a uma república próspera e popular. A neutralização dos conflitos ideológicos e políticos, em nome da celebração do Descobrimento do Brasil, destina-se sem dúvida a desenvolver o processo de aproximação e integração entre Portugal e o Brasil, ultrapassando eventuais divergências políticas.

A presença político-institucional nas páginas do *Número Extraordinário* não se resume a esta *démarche* retrospectiva e histórica pois, segue-se uma descrição dos diplomatas brasileiros em Portugal e dos portugueses no Brasil, face visível dos representantes dos respetivos estados. O *Brasil-Portugal* começa pelos brasileiros, acompanhando as descrições com fotografias eloquentes, preocupando-se em salientar a boa convivência entre os representantes das duas nações, unidos por afinidades de sangue e de linguagem. Após o elogio dos brasileiros é feito o dos portugueses no Brasil, considerados todos exemplares no fortalecimento das relações entre os dois países.

## Arte e Literatura

A vertente cultural e artística é fortemente valorizada pelo *Número Extraordinário* que procura transmitir várias panorâmicas da arte e da literatura brasileiras. Destaca-se uma breve história do teatro brasileiro, da autoria de Artur de Azevedo, de contornos muito críticos e pessimistas pois, parte do princípio de que o presente teatro brasileiro é inexistente e vítima da falta de apoio e dos interesses dos diferentes governos. O autor deste artigo defende a existência no século XVIII, não do teatro brasileiro, mas, da arte dramática com o teatro da Nova Ópera do padre Ventura embora, tenha sido uma experiência que se extinguiu com o desaparecimento do mecenato do vice-rei Conde de Avintes. O insucesso desta primeira tentativa só foi ultrapassado com a transferência da Corte para o Brasil em 1808 e a chegada de D. João VI, cuja atividade em prol do teatro é elogiada, de forma entusiástica pelo autor lembrando, simultaneamente, a injustiça da forma desprezível como o povo brasileiro trata este

monarca. A dinâmica induzida por D. João VI sobrevive à independência do Brasil em 1822, graças à influência de D. Pedro I que se empenha fortemente a favor do teatro no Brasil. A tendência manteve-se fortemente na Regência e durante o Segundo Reinado, tendo existido um certo desenvolvimento teatral, nomeadamente do teatro francês. O autor considera que o período que decorre de 1853 a 1890 é a época áurea do teatro no Brasil. Os atores foram também considerados extraordinários dentro da evolução do teatro, na época referida, sendo lamentável a situação vivida presentemente no Rio de Janeiro, onde o teatro está decadente.

Contudo, o panorama pessimista de Arthur Azevedo na área teatral não tem correspondente no campo literário, considerado por Carlos Malheiro Dias extraordinariamente florescente. O autor intitula o artigo significativamente “a Geração Nova no Brasil” conceito com profundas

ressonâncias em Portugal e no Brasil. O escritor está preocupado em fornecer uma base teórica à concepção de geração, explicitando que “uma geração é um agrupamento de homens partilhando um sentimento ou trabalhando para realizar uma transformação radical no campo literário”. No caso de uma “geração nova”, a existência de uma mentalidade comum na política, na cultura, nos costumes e na literatura e também nos sucessivos ciclos literários, como em Portugal, com os ultrarromânticos, românticos e naturalistas. Segue-se a definição do que entende por Geração Nova no Brasil que, na sua perspectiva sucede à geração de 70, ainda ligada ao Império desaparecido e representada por cinco nomes: Olavo Bilac, Coelho Netto, Luiz Murat, Aluísio Azevedo, Pardal Millet. Carlos Malheiro Dias considera que esta nova geração terá cerca de vinte anos e é marcada pelo apostolado comtista, substituindo-se aos homens da época ultrarromântica. O essencial é a expressão da grande época revolucionária, que deu origem à República e da qual são os “tradutores” literários. Na opinião do escritor português trata-se de celebrar a sublevação social operada por uma plêiade de homens, no campo da crítica e na filosofia, intimamente ligados ao governo provisório e à imprensa, realizando uma verdadeira revolução das mentalidades, destacando-se neste processo Sílvio Romero, Tobias Barreto, José Veríssimo, Araripe Júnior e José do Patrocínio.

O autor passa à designação das influências externas nesta revolução literária e à sua caracterização específica, ou seja, o positivismo francês e a influência que reclama, mas não justifica, de Antero de Quental. Apressadamente rejeita a influência, dita germanista, de Tobias Barreto, aparentemente também vagamente sugerida por Sampaio Bruno, em nome de alguma influência inglesa, que implica a recusa do monismo alemão, parecendo-lhe que a predominância do

positivismo comtista expresso no lema Ordem e Progresso, é determinante graças à personalidade do ministro positivista brasileiro Benjamin Constant. A primeira figura a destacar é a de Machado de Assis que o autor considera marcado por influências da nova filosofia, mas principalmente pelas influências da Geração de 70 portuguesa, nomeadamente o pessimismo de Antero de Quental. Depois de Machado Assis aparece um grupo de autores que definem a nova geração e remetem para o passado os antigos escritores e intérpretes dessa nova era da revolução já iniciada no final do império. O destino trágico destes pioneiros da campanha da abolição e da proclamação da república no Brasil é todo um programa político e uma caracterização geral dos destinos dos diversos componentes. O contínuo esforço, o persistente trabalho que é a única fonte de subsistência, caracteriza de maneira exemplar o grupo e conseqüentemente os que prestigiaram a literatura nacional, rompendo a indiferença generalizada, conquistando o editor e o público, batendo a concorrência estrangeira e, assim, ganhando um lugar na crônica literária e no jornalismo. Através do seu trabalho, permitiram a vida do homem de letras na terra do negócio, conduzindo uma obra de nacionalização artística, com especial destaque para os poetas, sem correspondência em Portugal, a não ser com Guerra Junqueiro.

Segue-se uma nova geração que parece submergir na onda fecunda a geração heroica, mas que se perdeu numa degradação e confronto que a tornou estéril. Os que escaparam à decadência assumiram o estatuto de discípulos dos verdadeiros mestres. A influência do decadentismo francês e das correntes literárias portuguesas, nomeadamente Eugénio de Castro, não deixaram de marcar presença no universo literário brasileiro, no qual sobressaem os escritores Coelho Neto, Bilac e Aloísio. A primeira figura a ser abordada é a de Coelho

Neto autor dos Sertões, cujo elogio é feito por Carlos Malheiro Dias. A literatura brasileira só é compreensível se mergulharmos na profundidade do mundo rural, no Brasil profundo, abandonarmos o mundo cosmopolita das cidades brasileiras, ou seja, seguindo “os cenários magníficos onde se derramam os clarões da aurora do povo novo” apanágio de Coelho Neto e da nova geração. Assim, se entendem as referências às dinâmicas guerreiras do povo brasileiro rural, expressas nas revoltas armadas dos gaúchos do Rio Grande do Sul. Carlos Malheiro Dias contrasta positivamente esta turbulência guerreira com o marasmo português, comparando a fúria guerreira do gaúcho com a passividade dos camponeses portugueses, depois do ciclo dinâmico das descobertas e conquistas. Para reforçar as suas ideias sobre a questão Carlos Malheiro Dias recorre ao testemunho direto de um antigo combatente de 1893 das guerras federalistas do Rio Grande do Sul, sobre os aspetos dramáticos do conflito. Os maravilhosos cenários do Brasil, típicos e retratados nesta literatura, continuam noutros territórios como Santa Catarina ou Minas Gerais. O universo do maravilhoso ficcional brasileiro alimenta-se igualmente da história passada de Minas Gerais, remontando ao passado colonial e ao reinado de D. João V, com as jazidas de ouro e os assaltos de bandidos e saqueadores aos transportes de mineral aurífero, que se deslocavam para o Rio

de Janeiro. A floresta virgem é em si mesma outra realidade natural a considerar e valorizar literariamente pela geração nova. O povo caldeado pelas múltiplas individualidades populares das diversas regiões do Brasil, cria assim um conjunto de novos tipos marcados pela violência e a energia, como no barbarismo do Conselheiro ou no heroísmo lendário de Gumerindo. Esta realidade ninguém dera ainda a conhecer no Brasil. Foi Coelho Neto e a sua geração que o fizeram de forma tão excepcional. Carlos Malheiro Dias considera ainda a floresta e o interior do Brasil que contém a alma do povo brasileiro, longe da periferia marítima, cosmopolita e repleta de emigrantes. É, o centro do país, o mundo provincial, o ponto de partida da obra de nacionalização literária do Brasil e da integração dos imigrantes. Esta perspectiva recusa o decadentismo europeu em busca da alma panteísta da literatura brasileira, semelhante à procura na literatura universal de descoberta da alma eslava, defendendo a autenticidade literária brasileira. Deste ponto de vista, Coelho Neto e a sua geração, são exemplares nesta obra de resistência às novas modas decadentistas estrangeiras, que ameaçam tornar a criação literatura brasileira numa realidade incharacterística. A nova geração, finalmente, fixou a linguagem, tentando escrever o português de forma impecável, mantendo o legado da língua mãe.

## Etnografia e Mentalidades

A identidade brasileira é a questão sempre presente, no *Número Extraordinário*, remetendo para o estudo das mentalidades e das análises etnográficas. Nesta perspectiva, surgem as reflexões do brasileiro Valentim Magalhães sobre “o carácter brasileiro,

significando carácter” «o conjunto de qualidades morais», boas e más, como fisionomia da alma”. Procurando fornecer criticamente um quadro desta mentalidade, começa por focar de forma negativa a ausência de uma qualidade essencial ao progresso

material e moral dos povos - a ambição da independência econômica que considera fundamental ao sentimento patriótico. Seja como for, baseando-se em Paul Bourget define o carácter do povo brasileiro com partes fortes e partes fracas, marcado, devido ao seu primitivismo, por uma certa ingenuidade, bondade e franqueza. A vida doméstica brasileira é exemplar, nada devendo o lar do Brasil ao *home* inglês pela intensidade dos afetos entre os seus membros. O afeto excessivo pelos familiares é apontado como um defeito emocional que prejudica o povo brasileiro, mas seguindo Emile Faguet considera ser a fonte das suas qualidades enquanto indivíduos. A simplicidade e a ingenuidade são a mãe de todas as suas virtudes, nomeadamente a mais importante, o altruísmo. Não existe ainda um esfriamento social que o destrua, sendo inculcado pelas mães brasileiras aos filhos e parentes, no lar doméstico, proveniente da tradição e da herança da raça portuguesa.

A diferente escrita do português pelos brasileiros é especialmente defendida por Cândido de Figueiredo considerada mais adequada a palavra Brasil em vez de Brazil. Na verdade, o que parece ser uma questão menor do ponto de vista da filologia, não deixa de ser essencial para a definição da língua portuguesa. Deste ponto de vista Cândido de Figueiredo afirma a legitimidade de escrever Brasil em oposição à moda francesa de escrever com z. Cândido Figueiredo justifica a sua posição, baseando-se na origem

etimológica da palavra que remete para a palavra “brasa” ligada à designação primitiva da madeira das florestas brasileiras. Assim sendo, de “brasa” só pode vir Brasil e não Brazil encontrando-se paralelismos no castelhano, no francês, no italiano e na pronúncia de Trás-os-Montes e das Beiras.

Neste quadro mental do Brasil não deixa de ressaltar a figura da mulher brasileira, apresentada segundo uma perspectiva ou ângulo etnográfico, a partir da relação entre a mulher índia e o colonizador português. Esta é a visão de Alberto Pimentel num artigo justamente denominado “A Mulher Brasileira”, elogio da mulher em geral como elemento civilizador no mundo primitivo e bárbaro dos primórdios da colonização portuguesa do Brasil. Aliás, o autor não deixa de valorizar positivamente a da mulher indígena, afirmando que possuía o “instinto de civilização” apesar de estar brutalmente escravizada ao congêneres masculino. A fusão das raças através da relação amorosa entre a índia e o colono é uma fusão civilizacional em nome do amor recíproco, cimentando a civilização europeia no continente americano, a despeito da hostilidade dos índios. Alberto Pimentel segue a tese de Varnhagen sobre a fusão da nacionalidade portuguesa e *tupi* através da mulher, defendendo ser a mulher brasileira a defensora do esteio ou união dessas nacionalidades, mudando de nacionalidade, de pátria e de família de forma submissa, numa interpretação paternalista do seu destino histórico.

## As Duas Pátrias

Os testemunhos de múltiplos escritores e jornalistas portugueses sobre as relações luso-brasileiras estão presentes em todo o *Número Extraordinário*, permitindo-nos delinear alguns

dos aspetos mais importantes da visão dos contemporâneos, sobre a amizade entre os dois países. D. João de Castro fez o elogio de Pedro Álvares Cabral e do Descobrimento do

Brasil, estabelecendo um contraste entre o passado prestigioso do império português e a decadência presente de Portugal. O autor considera o início do esplendor do Brasil coincidente no tempo com o declínio de Portugal. O Brasil é a nação nova cheia de vigor que recupera o legado do velho Portugal, lançando-se em novos voos. O legado espiritual e histórico de Portugal perdurará na memória dos vindouros brasileiros nas epopeias dos avós portugueses, permitindo ao país voltar a viver, além-mar, através da civilização brasileira. A carta aos diretores do Brasil-Portugal do Visconde de Coruche não deixa de ir no mesmo sentido, glorificando a descoberta do Brasil como um acontecimento extraordinário da civilização moderna. Numa perspectiva providencialista, o escritor estabelece uma relação de continuidade entre a Santa Cruz do redentor, que representa Portugal e a Terra de Santa Cruz, ou seja, o Brasil é considerado um prolongamento cristão do primeiro. A comunidade linguística entre Portugal e o Brasil, traduz-se nesta comunhão de fé dos dois países expressa pela palavra Santa Cruz.

A opinião de Rangel de Lima Júnior centra-se noutro aspeto igualmente importante, a língua de Camões e os *Lusíadas*, unificando os dois povos, partilhando em comum o amor da terra-mãe e vivendo numa mesma “auréola perpétua”. Eduardo Burnay valoriza a relação privilegiada entre portugueses e brasileiros, resultante dos segundos derivarem dos primeiros, ou pelo menos existir uma continuidade entre os dois povos, resultante do Descobrimento em 1500 do Brasil por Pedro Álvares Cabral. O ensejo principal deste autor é glorificar os portugueses no processo de descobrimento, colonização e formação, salientando a relevância do seu contributo civilizacional. O autor opõe-se aos defensores da ideia de uma colonização por ingleses e alemães do Brasil ser melhor para o

desenvolvimento do país. Não é possível escapar aqui às origens portuguesas, pois são as responsáveis da dinâmica que produziu a opulenta nação e a florescente república brasileira. As celebrações de 1900 são um momento de unidade dos portugueses do Velho e Novo Mundo, tendo a identidade brasileira uma componente essencialmente portuguesa.

Brito Aranha tem também uma opinião clara sobre este relacionamento, colocando o Descobrimento do Brasil na linha de continuidade do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia por Vasco da Gama, realçando a importância de Pedro Álvares Cabral. No entanto, o mais importante é acentuar a matriz portuguesa na descoberta e construção do Brasil, dando a entender que os portugueses permaneceram no Brasil, ou seja, que os brasileiros são de certo modo portugueses. Depois de descrever o Brasil como uma grande nação da América do Sul, capaz de rivalizar com a sua contraparte da América do Norte, salienta a presente interligação entre portugueses e brasileiros com famílias comuns a assegurarem a união entre os dois povos. Perspetiva semelhante é partilhada por Alfredo Gallis no artigo “Salve-Brasil”, começando com um elogio rasgado ao Brasil contemporâneo capaz de rivalizar com a América do Norte. A glorificação torna-se numa extrema valorização do dinamismo e força de uma nova nação face à decrépita velha Europa, numa leitura profética sobre o radioso futuro do Brasil. No entanto, em contraposição com o autor anterior, acentua a autonomia e a diferenciação do povo brasileiro face ao povo português.

As análises dos textos do *Número Extraordinário* revelam uma estrutura, mais próxima de um número especial da revista Brasil-Portugal, organizada em artigos soltos do que propriamente de um livro, com

capítulos separados e sucessivos. Contudo, a especificidade e aprofundamento das mais variadas temáticas no campo da cultura e da ciência, aproximam-no de um livro pela preocupação em integrar as problemáticas essenciais da história comum de Portugal e do Brasil. Assim sendo, podemos considerar que

se eleva ao nível do livro e ultrapassa em muito, o simples projeto de arquivar documentos característicos de um álbum. Nesta perspectiva, testemunha a vocação editorial da Revista Brasil-Portugal, interligando de forma original, a produção de um *Número Extraordinário* com a publicação de um livro.

# BIBLIOGRAFIA

- Castilho, A., Vítor, J. & Tavares, J. (1900). *Brasil-Portugal*. Companhia Nacional Editora.
- Castilho, A., Vítor, J., Tavares, J. (1900b). *Número Extraordinário*. Empresa Brasil-Portugal.
- Pluet-Despatin, J., Leymarie M. & Mollier, J. (2022). *La Belle époque des Revues (1880-1914)*. IMEC.
- Ramos, R. (2007). D. Carlos. *Temas e Debates*.

# LITERATURAS DA AMÉRICA LADINA: UM PERCURSO PELAS LITERATURAS DE AUTORIA NEGRA LATINO-AMERICANA

*AMÉRICA LADINA'S LITERATURES: A JOURNEY THROUGH BLACK LATIN AMERICAN AUTHORSHIP*

Liliam Ramos 

UFRGS

[liliamramos@gmail.com](mailto:liliamramos@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 07/01/2022

**Aprovação | Accepted:** 23/10/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

Este artigo propõe uma reflexão panorâmica das literaturas de autoria negra latino-americana publicadas nos séculos XIX, XX e XXI com base no conceito de amefricanidade idealizado pela antropóloga brasileira Lelia González na intenção de apresentar os diálogos afro-latino-americanos propostos pelas populações em diáspora forçada no processo colonial da América Latina de línguas francesa, espanhola e portuguesa. Começando com a pergunta elaborada pelo pesquisador Jerome Branche: quando, onde, por que e sob quais condições a escravidão e a opressão racial produziram uma consciência negra?, serão apresentados, a partir da análise de romances e poemas, os conceitos de *malungaje* (Branche) e quilombismo (Nascimento) que, em conjunto com amefricanidade (González), confirmam redes de identificação afro-latino-americana, cujos diálogos têm vindo à tona com grande força nas universidades brasileiras devido ao ingresso e às reivindicações de alunas e alunos negras e negros, principalmente pelo sistema de cotas. Pretende-se, com esta reflexão, auxiliar o trabalho de professores universitários na formação de professores da educação básica brasileira que, através da obrigatoriedade das leis 10.639/03 e 11.645/11, devem trabalhar em sala de aula as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos conscientes das desigualdades sociais que o projeto colonial impôs às populações não-europeias da América Latina.

**Palavras-chave:** Literatura latino-americana, Autoria negra, Amefricanidade, Cultura

## ABSTRACT

---

This article proposes a panoramic reflection on the black Latin American authorship literatures published in the 19th, 20th and 21st centuries, based on the concept of Amefricanity idealized by the Brazilian anthropologist Lelia González with the intention of presenting the Afro-Latin American dialogues proposed by the populations in forced diaspora into the colonial process of Latin America countries that speak French, Spanish and Portuguese. Based on the question raised by the researcher Jerome Branche: when, where, why and under what conditions did slavery and racial oppression produce a black conscience?, and according to the analysis of novels and poems, it will be presented the concepts of *malungaje* (Branche) and *quilombismo* (Nascimento) which, together with Amefricanity (González), confirm networks of Afro-Latin American identification, whose dialogues have surfaced with great strength in Brazilian universities due to the admission and demands of black students, mainly from the quota system. With this reflection, it is intended to help the work of university professors in the training of Brazilian primary education teachers who, through the obligatory nature of laws 10.639/03 and 11.645/11, must work with African, Afro-Brazilian and indigenous people cultures in the classroom, contributing to the education of citizens aware of the social inequalities that the colonial project imposed on non-European populations in Latin America.

**Keywords:** Latin American Literature, Black Writers, Amefricanity, Culture

## 1. Considerações iniciais

Partindo do conceito de América Ladina, cunhado pela intelectual brasileira Lélia González (1935-1994), este artigo apresentará um panorama das literaturas de autoria negra na América Latina do século XIX ao XXI, destacando nomes e publicações que nem sempre tiveram o seu devido reconhecimento acadêmico mas que hoje, resgatadas e incluídas em cronogramas de literatura brasileira e latino-americana, passam a formar parte dos currículos universitários, atraindo um grande número de pesquisadores e leitores interessados nas abordagens de escritores e escritoras negros e negras. Esse esforço surge da necessidade de nós, professores universitários, que atuamos na formação de professores da educação básica brasileira, darmos aportes às leis 10.639/03 e 11.645/11, as quais tornam obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas do país.

González, já na década de 1980, propunha um olhar novo e criativo do Brasil, país cujas formações do inconsciente são ocidentais (europeias e brancas), definindo-o como uma América Africana “cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d* para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina*” (1988, p.69). Nesse contexto, afirma a autora, todos os brasileiros, não apenas os pretos e pardos definidos pelo IBGE, são *ladino-amefricanos*:

*Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo*

*amefricanas/americanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (Gonzalez, 1988, p.77).*

Os delineamentos deste artigo iniciam em 2012 com a pesquisa *Vozes negras no romance hispano-americano*, registrada no Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde foi possível listar os romances de autoria negra publicados na América hispânica do século XIX ao século XXI. O recorte do gênero romance se deu na perspectiva de ser possível o acesso às publicações, visto que o gênero poesia nem sempre está publicado em formato livro, e as manifestações orais seriam mais difíceis de serem catalogadas. Após a listagem, o grupo procedeu com as leituras e análises das obras com vistas à elaboração de uma disciplina na qual se pudesse pensar em um percurso das autorias negras na América Latina: as temáticas desenvolvidas, os diálogos possíveis entre autorias, a estética dos romances, as obras traduzidas e em circulação em outros idiomas falados no continente.

Os estudos de autoria negra no Instituto de Letras da UFRGS, embora ainda escassos, não são uma novidade. No ano de 1988, a pesquisadora Zilá Bernd publica o resultado de sua tese de doutorado desenvolvida na Universidade de São Paulo (USP) no livro *Negritude e Literatura na América Latina*; trinta anos depois da apresentação da primeira edição, a pesquisa é fundamental nos estudos da autoria negra e ainda não conta com material semelhante. Apresenta, de forma panorâmica, os diálogos entre autores negros da América Latina. Focada nos laços que unem Brasil e Caribe, a reflexão mantém sua atualidade na medida em que o referencial teórico e muitos dos autores analisados permanecem relevantes na cena literária atual<sup>1</sup>.

Ao propor a descolonização da universidade (Restrepo, 2018), em conjunto com a obrigatoriedade da reserva de vagas aos sujeitos de direito para cotistas étnico-raciais no Brasil desde 2012, quando o Superior Tribunal Federal (STJ) decidiu que as cotas são constitucionais e totalmente necessárias como reparação da violência da colonização e também do processo de escravização que privou sujeitos de ocupar os espaços de produção de conhecimento, a academia tem a tarefa de se reinventar para atender às demandas por narrativas e saberes outros propostas pelos alunos cotistas. Com a empresa colonial, apesar dos valiosos aportes culturais que surgem em um continente com uma história ímpar de atravessamentos e transculturações, a um grupo bastante amplo foi-lhe designado a exclusão e o silenciamento, o que pode ser detectado nas antologias de literatura latino-americana e/ou hispano-americana como também nos currículos de

disciplinas nos cursos de Humanidades das universidades latino-americanas.

Silva (2018) identifica, na compilação *Historia de la literatura hispanoamericana* (2012), coordenada pelo peruano José Miguel Oviedo (uma das mais completas e atuais reflexões sobre a literatura na América hispanófono desde as produções dos povos originários anteriores à Conquista até as ditaduras da década de 1980), em 4 volumes de 500 páginas cada, um único autor negro citado que é o poeta cubano Nicolás Guillén. O terceiro volume trata sobre o pós-modernismo, vanguardas e regionalismos e inclui o capítulo “Brotos y rebrotos de la vanguardia. Avances de la poesía pura. El ‘negrismo’: Nicolás Guillén, Palés Matos y otros. Mariátegui y el indigenismo clásico.” Neste capítulo, o negrismo e o indigenismo são apresentados como expoentes de uma revolução estética que, nas Américas, teria também aberto o espaço para uma revolução social: “Oviedo (2012) reforça que a vanguarda europeia redescobriu um mundo primitivo no qual os movimentos cubista e surrealista encontraram nas criações da África e da Oceania uma pródiga fonte de inspiração” (Silva, 2018, p. 117). A partir das produções de Alejo Carpentier, Fernando Ortiz e Lydia Cabrera, reconhecidos pesquisadores – brancos – da cultura afro-caribenha, é perceptível a discriminação racial através da exaltação literária de formas que antes eram consideradas espúrias como a música, a dança e outras “manifestações folclóricas”. Oviedo elogia a produção de Guillén, no entanto, considera a poesia negrista exótica, atávica ao primitivismo africano, influenciada pelo movimento surrealista e desenvolvida por três grandes nomes: Guillén, Luis Palés Matos (Porto Rico) e Manuel del Cabral (República

<sup>1</sup> Aqui manteremos o gênero no masculino pois, embora o texto de Bernd deva constar nos referenciais teóricos das análises sobre autoria negra na América Latina, entendemos como crítica

construtiva a questão de a reflexão não apresentar nenhuma mulher negra latino-americana escritora.

Dominicana). Os dois últimos poetas citados são brancos. Embora Oviedo destaque o lugar de fala de Guillén, evidencia a poesia negrista por suas influências vanguardistas da Europa pela graça rítmica, acentuando a admiração dos críticos literários por Guillén ao alcançar o objetivo de compor uma poesia autenticamente popular com categoria estética culta.

González (1988, p.70) denunciou a discriminação relacionada à autoria negra ao apontar as similaridades das manifestações culturais negras dos países americanos que acabaram sendo encobertas pelo “véu ideológico” do branqueamento, recalcadas por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore”, etc. que minimizam a importância da construção identitária latino-americana: os “falares” (cuja presença africana modificou o espanhol, o inglês e o francês falados na região Caribe e o português falado no Brasil, denominado *pretoguês*) seguido das músicas, danças e sistemas de crenças. Ao identificar essas e outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, pensa em uma categoria que “levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade” (González, 1988, p.71), refletindo sobre a categoria de *amefricanidade*. Segundo a autora, após um percurso sobre os efeitos do colonialismo (citando, entre outros autores, Frantz Fanon e Albert Memmi) e das ideias de superioridade e inferioridade de raças, passando pelas formas coloniais de países anglófonos (*racismo aberto*) e latinos (*racismo disfarçado*), afirma que a categoria de *amefricanidade* “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (*idem*, p.76) e que seu valor metodológico está no fato de “permitir a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se

formaram numa determinada parte do mundo” (*idem*, p.77).

Na reflexão “Decolonizando saberes: conceitos de literatura latino-americana de autoria negra”, Silva (2018) destaca a rede de relações e identificação afro-latino-americana através dos conceitos de *malungaje* (Branche, 2013) e *quilombismo cultural* (Nascimento, 1978). Se, geralmente, há a constatação de que o Brasil dá as costas à América Latina e que não há interesses de estudos em uma proposta integradora (seja pelo idioma, sejam pelos diferentes processos históricos, principalmente no tema político), quando se trata de autoria negra, essa afirmação perde totalmente o sentido. É perceptível que os poetas brasileiros sempre dialogaram com os hispanófonos e com os francófonos (Solano Trindade com o poema *Nicolás Guillén* e Oliveira Silveira com o poema *Haiti*, com epígrafe de Aimé Césaire, são alguns exemplos). A partir da associação e do afeto entre os malungos -“mi-camarada-conquien-yo-compartí-el-infortunio-de-la-canoa-grande-que-cruzó-el-océano” (Branche, 2013, p. 171) - surgem diálogos profícuos entre a autoria negra latino-americana, que proclama seu pertencimento e reivindica seu espaço intelectual no continente, o que pode ser confirmado também pela existência dos *Encuentros de la Cultura Negra de las Américas* ocorridos nas décadas de 1970 e 1980. Silva (2018) expõe três conceitos elaborados por intelectuais negros e negras nas produções afrodescendentes latino-americanas: *afrorrealismo*, do costa-riquense Quince Duncan; *escrevivências*, da brasileira Conceição Evaristo e *poética*, do também brasileiro Nei Lopes, compondo o que definimos como *pedagogias da cimarronagem* (Mendes, 2019). Nota-se, portanto, a elaboração de novas categorias de análise e, por consequência, novas epistemologias para pensar as literaturas de autoria negra.

A aplicação de conceitos ocidentais nas análises de literatura afro-latino-americana contribui com a problemática da colonização do saber (Quijano, 2005) pois estes, nem sempre, dão conta da potência e das particularidades da escrita de autoria negra. Consideramos necessário refletir sobre uma conceitualização

que esteja adequada a esta escrita e que não deprecie o vigor do texto que, pelo menos no Brasil, costuma ser criticado por tratar de temáticas que evidenciam o ativismo de autores e autoras e acaba sendo desconsiderado por sua simplicidade estética.

## 2. Juan Francisco Manzano e Maria Firmina dos Reis, os *cimarrones* da palavra escrita no século XIX<sup>1</sup>

Embora proveniente de culturas de predomínio oral, no século XIX, a comunidade negra conseguiu escalar as muralhas da cidade das letras (Rama, 1985) e deixou, a duras penas, o seu legado, em especial através do gênero poesia publicados em jornais. Em Buenos Aires, Casildo Gervasio Thompson (1856-1928) se pronunciava como entusiasta do pan-africanismo, voltando o olhar para a África de seus ancestrais. Na Colômbia, Candelario Obeso (1849-1884), em sua curta passagem terrenal, ofertou uma valiosa produção literária original ao poetizar o cotidiano da população negra ribeirinha, utilizando a linguagem coloquial, servindo de inspiração para poetas vindouros como Jorge Artel e Nicolás Guillén. No Brasil, Luis Gama (1830-1882), incansável defensor da causa abolicionista, conhecido como o *Poeta dos Escravos*, quebra a tradição oitocentista e apresenta o negro como sujeito, assumindo o discurso na primeira pessoa. Tais escritores não fizeram parte do cânone literário em sua época; no entanto, atualmente, vêm sendo integrados à cidade das letras que os havia excluído por conta das práticas racistas

cometidas na formação das nações latino-americanas pois, segundo Rama (1985, p.29-30), as sociedades provenientes das culturas orais, subjugadas como subalternas e inferiores, ficaram de fora do mercado editorial independentista.

No formato texto em prosa, pelo que se conhece até então sobre as publicações de autoria negra na América Latina nos países hispanófonos e lusófono, contamos com dois vigorosos textos: *Autobiografia de Juan Francisco Manzano* (Cuba, 1835), primeiro texto em prosa de autoria negra e único texto autobiográfico publicado, no século XIX, por uma pessoa negra latino-americana e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis (Brasil, 1859), romance abolicionista escrito por uma mulher negra que não pode assinar seu nome na obra, tendo durante muito tempo a autoria atribuída a uma escritora branca de classe média do sul do país. Tratam-se de obras nas quais é possível constatar a invisibilidade às quais foram submetidas, expressa na metáfora da máscara do silenciamento (Kilomba, 2019) cuja função era a de implementar um senso de

<sup>1</sup> Reflexão publicada em “Estratégias *cimarronas* para narrar a negritude no século XIX em *Autobiografia de Juan Francisco Manzano* (Cuba, 1835) e *Úrsula* (Brasil, 1859)”, no dossiê

*Descolonizar o cânone, refundar a tradição* nos Cadernos de Literatura Comparada, Revista do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Universidade do Porto em 2020.

mudez e medo. Manzano e Reis, sujeitos conscientes de sua condição (ele, ainda escravizado; ela, liberta), habitantes dos dois últimos países latinos a abolirem a escravidão (Cuba, em 1886 e Brasil, em 1888) falam pelos orifícios da máscara ao criarem estratégias narrativas para expressão de sua voz, atuando como *cimarrones* (Mendes, 2019), insurgentes da palavra escrita.

O processo de escrita da *Autobiografia* esteve permeado por diversas problemáticas pois Juan Francisco Manzano (1797?-1854), ainda em situação de escravização, associado ao fato de ter a escrita de sua história solicitada por um grupo de literatos cubanos – dentre os quais estava seu proprietário – em troca de sua liberdade, precisou refletir sobre o conteúdo de seu texto. É importante recordar que Manzano era um escravizado semialfabetizado, e a existência de seu texto é insólita para a época pois, diferentemente das *slave narratives*, subgênero desenvolvido nos Estados Unidos, na América Latina, em geral, qualquer acesso ao letramento de escravizados era vedado pelos proprietários. Manzano, no entanto, se apropria do proibido e aprende a ler e a escrever escondido, registrando poemas na sua memória pelo medo de ser descoberto e castigado:

*Mesmo críticos da escravidão, os intelectuais abolicionistas não queriam ouvir tudo o que Manzano tinha para dizer posto que deveriam se confrontar com todo o sistema de opressão do qual eles faziam parte como opressores. Nesse sentido, a obra que chega ao grande público é uma ficção, pois o texto passou por muitas correções e alterações para que fosse digerível ao grupo leitor. No entanto, é admirável a forma com que Manzano*

*consegue tangenciar o foco principal – descrição das torturas – apresentando-se como um grande escritor latino-americano (Silva, 2020, p. 141).*

Após a entrega do manuscrito da *Autobiografia* em 1835, o texto foi imediatamente traduzido ao inglês sob o título *Poems by a Slave in the Island of Cuba, Recently Liberated; Translated from the Spanish, by R. R. Madden, M.D. With the History of the Early Life of the Negro Poet, Written by Himself; to Which Are Prefixed Two Pieces Descriptive of Cuban Slavery and the Slave-Traffic, by R. R. M.* [Poemas por um escravo na ilha de Cuba, recentemente liberado; traduzido do espanhol por R. R. Madden, M. D. com a história da vida inicial do poeta negro, escrita por ele mesmo; a qual está precedida por dois quadros descritivos da escravidão de Cuba e o tráfico de escravos, por R. R. M.]. É possível notar que não há menção do nome de Manzano na tradução em inglês, apresentado como “um escravo na ilha de Cuba”, cuja individualidade é completamente apagada ao ser inserido em um coletivo exótico destacado pelas palavras *negro*, *escravo* e *poeta*. Na tradução ao inglês, Richard Madden, um dos literatos do grupo que incentivou Manzano a escrever sua autobiografia, efetuou modificações e ocultou trechos inteiros, principalmente os que diziam respeito às subjetividades do autor, transformando o texto que acaba servindo aos seus interesses como abolicionista. A *Autobiografia* só seria publicada em Cuba cem anos depois, em 1937 e, no Brasil, ganha sua primeira tradução comentada em 2015 com o título *Autobiografia do poeta-escravo Juan Francisco Manzano*, em um trabalho exemplar realizado pelo tradutor e pesquisador Alex Castro, que propõe duas traduções (uma, com a ortografia contemporânea e, outra, aproximando o texto de chegada ao espanhol do século XIX) além de mais de trezentas notas

explicativas. Trata-se de uma história coletiva – representação da vida de um escravizado enquanto cativo na América colonial – mas também individual, de um homem que superou as barreiras para aprender a ler e a escrever por conta de sua paixão pela poesia, gênero que desperta sua sensibilidade para o texto literário, mesmo vivendo em condições sub-humanas.

O romance abolicionista brasileiro *Úrsula* revela uma protagonista branca e, em uma leitura superficial, segue as temáticas comuns do romantismo – características costumbristas, amor, incesto, morte. Reis, mulher, negra e habitante de uma região brasileira conservadora no estado do Maranhão, nordeste do país, distanciada dos grandes centros econômicos e culturais da época – Rio de Janeiro e São Paulo – e herdeira da cultura da plantação de cana de açúcar, também desenvolveu estratégias de escrita para falar sobre o tratamento concedido a pessoas escravizadas: “A autora constrói personagens negros conscientes de sua condição e conhecedores de sua cultura e de seu passado africano, algo inédito de ser encontrado na literatura brasileira do século XIX” (Silva, 2020, p. 141). A “verdadeira” história de Maria Firmina dos Reis (1822-1917) é praticamente uma ficção: sua obra permanece esquecida até que, no ano de 1962, um historiador encontra em um sebo o único exemplar do livro que se tem notícia; assina a obra como “Uma maranhense” e somente na década de 1970 foi possível saber que se tratava de uma mulher negra. Reis também publicou em jornais outros escritos: *Cantos à beira-mar* (poemas, 1871), *Gupeva* (conto, 1881) e *A Escrava* (conto, 1887). Foi credenciada, em 1880, como professora, e entra para a história da educação brasileira por fundar uma das primeiras escolas mistas do país destinada a filhas e filhos de trabalhadores das fazendas, muitos dos quais, provavelmente, ainda em situação de

escravidão. Esse também seria o motivo pelo qual a escola só tenha funcionado por dois anos e fechada por ordem do governo. Aposentada, seguiu com seu labor acreditando que a educação alteraria a situação de dominação.

A narrativa conta a história da jovem Úrsula, objeto de desejo de seu tio, provável assassino de seu pai e usurpador de suas propriedades. A escravidão é o cenário social, onde predominam as relações de domínio entre senhores e escravizados. Reis rompe com a tradição romântica brasileira de apresentar personagens negros como parte da paisagem, concedendo a eles voz ativa, principalmente no capítulo IX, intitulado “A preta Susana”, através do diálogo entre esta, africana capturada em sua comunidade, e Tulio, escravizado amigo do branco protagonista. Tulio afirma que é livre (Reis, 2018, p.103) pois obtém autorização para viajar com seu “amigo”; no entanto, Susana questiona o conceito de liberdade defendido pelo rapaz, afirmando que a verdadeira liberdade era o que ela experienciara em sua comunidade africana. Narra as crueldades do tráfico (captura, distanciamento da família, a relação do navio negreiro com uma sepultura, as condições insalubres de higiene e alimentação, as mortes dos companheiros). As desconstruções propostas por Reis são inovadoras na literatura brasileira pois, além de ser a primeira obra publicada por uma pessoa negra no Brasil, traz a temática da negritude a partir de uma perspectiva interna e comprometida, projetando, na literatura, o desejo de construir um país sem opressões. Infelizmente, até este momento, a obra não foi traduzida ao espanhol, permanecendo ainda invisível aos países hispanófonos latino-americanos.

Consideramos, portanto, que Juan Francisco Manzano e Maria Firmina dos Reis foram *cimarrones* da palavra escrita. Mendes (2019),

em sua tese de doutorado, conceitualiza a *pedagogia da cimarronagem* ao defini-la como as atitudes, estratégias e metodologias desenvolvidas através de ações e práticas humanas afrodescendentes interessadas na autonomia, na liberdade e no reconhecimento de seus valores. Nesse sentido os autores, embora estivessem com suas bocas seladas pela máscara do silenciamento, desenvolveram estratégias narrativas que revelam muito sobre o período escravagista nas Américas:

*Manzano, escravizado, semi-analfabeto, copista de poemas, cria um texto em prosa do qual não havia modelos a serem copiados, falando o que os leitores brancos queriam ouvir e, ao mesmo tempo, identificando em seus silêncios e suas confusões cronológicas uma outra história contada nas entrelinhas, demonstrando-se astuto, irônico e inteligente em suas palavras; Maria Firmina, negra liberta quando ainda havia escravidão institucionalizada no Brasil, uma cimarrona por sua atuação social, por defender uma educação libertadora para meninos e meninas, por ocupar um espaço negado às mulheres no século XIX, por ter conseguido*

*publicar um romance quase 30 anos antes da abolição da escravidão no país, criando uma narrativa que traz uma história de amor entre um casal branco como protagonista mas que, como Manzano, conta uma outra história nas entrelinhas, utilizando-se do registro escrito para eternizar seu posicionamento com relação às agruras da escravidão (Silva, 2020, p. 147).*

Defendemos que as duas obras devem constar nas bibliografias de universidades e escolas de educação básica latino-americanas na intenção de resgatar a vitalidade de textos escritos por pessoas negras no século XIX, sujeitos excluídos da cidade das letras e que, de muitas formas, revelam a perversão das elites brancas. Na contracorrente do sistema e, também, com alguma sorte, as obras permaneceram e são registros documentais da época, escritas pelos sujeitos que vivenciaram na pele os horrores da escravidão. Nesse sentido, e com toda a admiração pelos escritores Manzano e Reis, as duas obras debatidas confirmam as palavras de Tulio, personagem de *Úrsula*: “Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!” (Reis, 2018, p. 31).

### 3. Primeira metade do século XX: Negritude e valorização da identidade negra

De acordo com Bernd (1988), a primeira manifestação coletiva de retomada de uma consciência negra nas Américas ocorre entre os anos 1915-1920 com o movimento do *Harlem Renaissance* em Nova Iorque, nos

Estados Unidos, no qual uma população estimada em 300 mil pessoas negras ainda mantinha as formas artísticas herdadas de sua ancestralidade africana cujos elementos literários, musicais e artísticos também

repercutiriam na política. Logo, vieram os movimentos caribenhos através de autores de língua francesa como Aimé Cesaire, León Gothran-Damas, Jean Price-Mars e Jacques Roumain e de língua espanhola como Nicolás Guillén, Manuel del Cabral e Luis Palés Matos. Os jamaicanos Marcus Garvey e Claude McKay emigraram aos EUA e passaram a fazer parte do movimento no país que apregoava, entre outras reivindicações, o retorno à África. Neste período de contestações (principalmente políticas) é que surge, no continente americano, o negrismo, não como um movimento articulado por meio de manifestos ou documentos, mas sim, segundo Oliveira (2014), como um procedimento adotado por diversos artistas em suas respectivas linguagens. Os autores buscavam a recuperação de fontes e influências africanas na pintura, na escultura, na música, no romance ou na poesia, integrando as heranças *primitivas* às nações ocidentalizadas (Oliveira, 2014, p.18).

Figueiredo et al. (2005) afirmam que os principais movimentos culturais de afro-americanos coincidiram com as vanguardas que tencionavam, principalmente, a ruptura com os valores tradicionais da arte europeia e valorizavam o primitivismo. As vanguardas teriam revelado, da mesma forma, no princípio do século XX, a então denominada arte negra a partir das máscaras e estátuas africanas levadas à Europa por conta das incursões dos exércitos coloniais ingleses e franceses que pilharam o continente africano. A principal característica do negrismo europeu era a demonstração das ideias, sentimentos e costumes dos africanos, um se fazer conhecer por parte do outro; no entanto, esse olhar se deu de forma externa e completamente estigmatizada. Para Oliveira (2014), embora o interesse pelas esculturas e máscaras africanas feitas de marfim, madeira e bronze tenha apresentado uma mudança significativa de

perspectiva por parte dos ocidentais, a arte africana, em geral, não aparece em livros de História da Arte pois ainda é considerada infantil e/ou primitiva.

A crítica reconhece o negrismo por ser o germe de uma tomada de consciência de origem por parte dos africanos em diáspora e seus descendentes. No entanto, por outro lado, se existem indivíduos *negros*, uma arte *negra*, um continente *negro*, é por promoção e construção de um imaginário europeu *sobre* a África. A lógica da colonialidade criada e desenvolvida como forma de consolidar a modernidade europeia instituiu a formação e, atrelada a ela, a hierarquia racial – “até os fins do século XIX nenhuma etnia do continente africano se via como ‘africana’, muito menos como ‘negra’” (Figueiredo *et al*, 2005, p.316). Um bom exemplo da visão exótica e domesticada ocidental sobre a cultura negra foram as peças teatrais que retratavam a temática da escravidão nas quais atores e atrizes negros e negras estavam impedidos de atuar. Surge, dessa forma, as *black faces*, atores brancos com o rosto pintado de preto. O haitiano René Depestre em sua obra *Bom-dia e adeus à negritude* (1985) afirma, metafóricamente, que a poesia negrista latino-americana exala, em maior ou menor medida, um “cheiro de rolha queimada” pois, para ele, o negrismo não teria expressado, de forma afro-centrada, as dramáticas contradições geradas na vida dos africanos e de seus descendentes nas Américas. Para Depestre (1985), paralelo ao negrismo, desenvolve-se uma *literatura de identificação* produzida tão e somente por pessoas negras que renovaram as imagens dos afrodescendentes nos respectivos contextos nacionais das literaturas de seus países. Novamente, o cubano Nicolás Guillén aparece como uma das referências, somado aos haitianos já citados nesta reflexão Jean Price-Mars e Jacques Roumain, bem como o

brasileiro Jorge de Lima, entre vários outros poetas negros latino-americanos.

A produção literária centrada na enunciação negra obtém um crescimento significativo após o surgimento da Negritude, quando um grupo de intelectuais das ex-colônias francesas se encontra em Paris e cria espaços de reflexão para (re)pensar sua condição colonial. A região Caribe, epicentro da história das Américas, reafirma o seu protagonismo. É neste contexto que surgem grandes nomes como o do martinicano Aimé Césaire (1913-2008), autor do poema *Diário de um retorno ao país natal* (*Cahier d'un retour ao pays natal*, 1939). Neste fascinante poema, a partir de uma visão de *retour* (retorno), que também é *détour* (desvio), o poeta descreve as características paisagísticas e culturais da Martinica, além de denunciar a violência colonial. Com forte influência surrealista, ora em prosa, ora em estrofes, o poema inicialmente apresenta uma visão geral da ilha carregada de tristeza e desalento, aponta a destruição, o menosprezo, a miséria e a fome de seus habitantes para voltar à gênese antilhana: o passado de torturas e escravidão no tráfico negreiro. A partir desse retorno, desse olhar contra-colonial, é possível trilhar um novo caminho invocando as forças elementares e maravilhosas da terra e afirmando sua negritude perante o colonizador francês, exaltando a força e a esperança através da apoteose do homem negro no mundo. No extenso poema, a palavra *negritude* aparece pela primeira vez, revolucionando a linguagem e a literatura ao permitir a reversão do sentido pejorativo da palavra *nègre*, dando a ela um sentido positivo para que as comunidades negras pudessem usá-la com orgulho. Para Bernd (1988), trata-se de uma estratégia para imobilizar o adversário branco ao sabotar a linguagem (uma de suas principais armas de ataque) e provando que os signos estão em permanente movimento de rotação.

A violência colonial seria exposta veementemente por Césaire no *Discurso sobre o colonialismo* (1950), em que defende o direito dos povos em situação colonial de terem a sua própria história. Ao chamar a atenção para o asselvajamento do continente europeu, aponta que o que a colonização pôs verdadeiramente em contato foi a (des)civilização, o embrutecimento, a degradação e o despertar para o racismo, a cobiça, a violência e o relativismo moral: “ninguém coloniza inocentemente nem impunemente; uma nação que coloniza, que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, moralmente ferida” (Césaire, 1950, p. 18).

A partir da ideia da Negritude – aqui grifada com letra maiúscula, referindo-se não a um movimento, mas sim a um momento pontual da história intelectual colonial – surgem outros conceitos que tentarão dar conta da complexidade de pensar a identidade no Caribe de expressão francesa: em 1960, o também martinicano Édouard Glissant (1928-2011) propõe o conceito de antilhanidade, ultrapassando as determinações raciais para articular uma tomada de consciência antilhana sobre a história e a cultura das ilhas, pois não exaltaria uma essência negra e sim a multiplicidade de povos que constituem as sociedades insulares da região. No final dos anos 1980, ao reafirmarem a Negritude e a antilhanidade, os intelectuais martinicanos Patrick Chamoiseau (1953), Raphaël Confiant (1951) e Jean Bernabé (1942-2017) elaboram o *Elogio da Crioulidade*, um manifesto fundamentado no crioulo (língua e cultura) para a formalização de uma estética característica dessas sociedades, buscando na figura do *conteur* crioulo – o contador de histórias – a representação dessa cultura que se expressa de forma singular, independente da África ou da Europa, ressaltando, portanto, essa nova identidade compósita antilhana. Para

Figueiredo (1998), a criouldade seria uma espécie de “visão interior” da antilhanidade de Glissant (concepção geopolítica), visando acentuar o aspecto mais cultural e antropológico através da fundamentação dessa cultura popular tradicional dita crioula em sua oralitura (cantos, provérbios, contos etc., expressos em língua crioula). Essa produção oral que se distingue do discurso ordinário por sua dimensão estética coloca o *conteur* no centro da produção literária antilhana, valorizando a tradição oral, característica que ainda permanece nas literaturas de expressão francesa no Caribe.

É possível notar, portanto, que a Negritude, embora contestada pelo desgaste do termo e por sua cristalização ideológica, foi um importante momento para as comunidades negras que, em cada uma de suas especificidades e desdobramentos (panafricanismo nos EUA, negrismo no Caribe hispanófono, antilhanidade e criouldade no Caribe francês) passaram a falar com voz própria, servindo de reserva de esperança e rebelião para alimentar o poder de resistência e de contestação dos oprimidos.

## 4. Segunda metade do século XX: diálogos poéticos

Jerome Branche (2013), em seus estudos sobre a diáspora, afirma que a resistência ocorreu desde o momento que as comunidades negras foram capturadas nos navios negreiros, onde ocorreram as primeiras insurgências contra o sistema; já em terras americanas, os *cimarrones* dos quilombos ou *palenques* permitiriam a continuidade dessas comunidades. No final do século XVIII, o Haiti seria protagonista: da maior revolta de escravizados; do primeiro processo de independência da colônia na América Latina; do primeiro estado negro e do único fundado, na história mundial, a partir de uma revolução de escravizados<sup>1</sup>. Na década de 1920, nos EUA,

orgulho racial, expressão criativa e intelectualismo explodem no que se chamou Renascença do Harlem. Em Paris, entre as décadas de 1920 e 1940, intelectuais negros das colônias assumem o termo racista *nègre* e afirmam sua *négritude*. Ao refletir sobre essas organizações, constituídas em torno de uma equiparação comunicativa e identitária e encabeçadas por pessoas negras, se pergunta: quando, onde, por que e sob quais condições a escravidão e a opressão racial produziram uma consciência negra? Ao identificar uma pretensa consciência nas narrativas da diáspora, resgata a acepção do conceito *malungaje*. O termo, que sugere associação e afeto entre os malungos<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> Os impactos da Revolução Haitiana que culminou na independência do país em 1804 se propagariam pelo mundo atlântico e configurariam o desenvolvimento do capitalismo, do racismo e da modernidade dali em diante. A revolução, para uns, passa a ser vista como símbolo universal de liberdade para os subalternizados; no entanto, para outros, o temor de que algo semelhante pudesse passar em outras colônias possibilitou a formação de novos métodos de dominação através do medo: nos EUA, a segregação; no sul da América Latina, a política do branqueamento de fins do século XIX e em países como

Colômbia, Equador, Venezuela e várias regiões brasileiras, a assimilação da mestiçagem. Ver QUEIROZ, Marcos. (2018) Caribe, corazón de la modernidad. In: *Cultura Latinoamericana*, 28(2), pp.234-250.

<sup>2</sup> A constituição do termo malungo extrapolou as fronteiras brasileiras: *malongue* (Trinidad), *batiment* (Haiti), *shipmate* (Jamaica), *sipi* ou *sibi* (Surinam) e *caravela* (Cuba) se caracterizam como outras formas de definir o vínculo de família estendida e natureza gregária das comunidades negras latino-americanas.

é definido como uma espécie de princípio básico para o imaginário discursivo da diáspora e possibilita ideias de intersubjetividade, reconhecimento mútuo e solidariedade em um contexto de violências e opressão institucionalizadas:

*Entre los pueblos bantúes de África central y oriental, particularmente entre los hablantes de kikongo, umbundu y kimbundu, existe una palabra/concepto en la/el cual al menos tres ideas se cruzan y combinan dependiendo de las coordenadas de lugar y tiempo. Estas ideas son: a) de parentesco o de hermandad en su sentido más amplio, b) de una canoa grande y, c) de infortunio. La palabra que junta estos conceptos es malungo y para los hablantes bantúes que hicieron la travesía atlántica significaba compañero de barco. En el Brasil colonial, el término meu malungo se refería a “mi camarada-con-quien-yo-compartí-el-infortunio-de-la-canoa-grande-que-cruzó-el-océano” (Branche, 2013, pp.170-171).*

Recordamos aqui que a reflexão sobre redes de relacionamentos e identificação já havia sido

teorizada no Brasil por Lélia González através de seu conceito *amefricanidade* (1988), conforme apresentado anteriormente neste artigo e, também, por Abdias Nascimento que, em sua obra *O quilombismo* (1980), discute um projeto político alternativo à sociedade brasileira no qual um modelo de reorganização social aliado às práticas coletivistas oriundas da herança cultural africana na América Latina seriam as bases de uma nova dinâmica social multicultural e multirracial.

As teses dos intelectuais supracitados – Nascimento, González e Branche – confirmam redes de identificação afro-latino-americana, cujos diálogos têm vindo à tona com grande força nas universidades brasileiras devido ao ingresso e às reivindicações de alunas e alunos negras e negros, principalmente pelo sistema de cotas. Na poesia, por exemplo, destacam-se os diálogos entre Langston Hugues (1902-1967, EUA), Nicolás Guillén (1902-1989, Cuba), Virginia Brindis de Salas (1908-1958, Uruguai), Solano Trindade (1908-1974, Brasil), Jorge Artel (1909-1994, Colômbia), Nicomedes Santa Cruz (1925-1992, Peru), Oliveira Silveira (1941-2009, Brasil) e Nei Lopes (1942, Brasil), para citar talvez nomes mais conhecidos – mas nem sempre lidos, debatidos, reconhecidos e incluídos em cronogramas de disciplinas de literatura. Apresentamos, abaixo, um breve panorama de títulos, datas de publicação e trechos de poemas dos/da autores/a citados/a:

Tabela 1 - Poemas sobre a América<sup>1</sup>

Eu também – Langston Hughes	É verdade, sim senhor – Virginia Brindis de Salas
<p><b>Também canto a América</b> Sou seu “brother”. Quando chega alguém, Eles me mandam comer na cozinha Mas eu rio,</p>	<p><b>Que eu sonhei nos caminhos</b> como Antonio e Federico e Nicolás do Caribe e Palés de Porto Rico? É verdade, sim senhor</p>

<sup>1</sup> Entendemos que, para uma plena análise, os poemas devem estar disponibilizados na íntegra. No entanto, por falta de espaço

físico no artigo, optamos por selecionar os trechos onde identificamos os diálogos americanos propostos pelos poetas.

Como bem,  
E fico forte.  
(...)

Eu também sou América.

(versão de Sylvio Back, 1932)

sim senhor, é verdade.

(...)

**Que em Cuba dançam o son  
e na Espanha o fandanguinho?**

**Aqui o tango dorminhão**

**e o guarapo em Porto Rico?**

(...)

(1947)

Coplas Americanas – Nicolás Guillén

Nicolás Guillén – Solano Trindade

América malherida,  
te quiero andar  
de Argentina a Guatemala  
pasando por Paraguay

(...)

ah, pueblo de todas partes,  
ah, pueblo, contigo iré;  
pie con pie, que pie con mano,  
iremos que pie con pie.

(...)

(1960)

Nicolás

Nicolás Guillén

Meu irmão de Cuba

Nicolás Guillén

(...)

(1961)

América Latina – Nicomedes Santa Cruz

Eu também sou amigo da América – Solano Trindade

(...)

Alguien pregunta de dónde soy

(Yo respondo lo siguiente):

Nací cerca del Cuzco

admiro a Puebla

me inspira el ron de las Antillas

canto con voz argentina

creo en Santa Rosa de Lima

y en los orishás de Bahía.

(...)

(1971)

América

eu também sou teu amigo

há na minh'alma de poeta

um grande amor por ti

Corre em mim

O sangue do negro

Que ajudou na tua construção

Que te deu uma música

Intensa como a liberdade

(...)

América eu também sou teu amigo.

(1961)

Alô – Oliveira Silveira

Poema sin odios ni temores – Jorge Artel

Alô Guianas

Surinam

Colômbia

Todamérica

nossos tambores

de caule e couro

e som de cerne

se saúdem

fraternos.

(1981)

Negro de los candombes argentinos,  
bantú, cuya sombra colonial se esparce  
quién sabe en cuáles socavones del recuerdo.  
—¿Qué se hicieron los barrios del tambor? —.  
Aunque muchos te ignoren  
yo sé que vives, y despierto  
cantas aún las tonadas nativas,  
ocultas en los ritmos disfrazados de blanco.  
Negro del Brasil,  
heredero de antiquísimas culturas,  
arquitecto de músicas,  
en el sortilegio de las macumbas  
surge la patria integral,  
robustecida por tus alegrías y tus lágrimas.

**Negros en el plata – Nei Lopes**

**Los morenos vão para a guerra**

**Subindo as lomas**

**Chafurdando no Chaco**

**Deixando pelo caminho**

**Milongas, candombes**

**Mucamos, quilombos**

**Caracuntangos**

**Sumindo**

**(...)**

**(2013)**

Negro de las Antillas,  
de Panamá, de Colombia, de México,  
de todos los surlitorales,  
—dondequiera que estés,  
no importa que seas nieto de chibchas,  
españoles, caribes o tarascos—  
si algunos se convierten en los tráfugas,  
si algunos se evaden de su humano destino,  
nosotros tenemos que encontrarnos,  
intuir, en la vibración de nuestro pecho,  
la única emoción ancha y profunda,  
definitiva y eterna:  
somos una conciencia en América.  
(...)

(1984)

Fonte: A autora (2021)

Os diálogos afro-latino-americanos também podem ser observados na leitura de romances. Destacamos aqui três obras cujas narrativas extrapolam os limites nacionais e apresentam personagens que se deslocam pelo subcontinente: *Senhores do orvalho* (1944), de Jacques Roumain (1907-1944, Haiti); *Changó, el gran putas* (1984), de Manuel Zapata Olivella (1920-2004, Colômbia) e *Fe en disfraz* (2009), de Mayra Santos-Febres (1966, Porto Rico). Nessas narrativas, as vivências das pessoas negras permitem observar e analisar dinâmicas sociais em diferentes países, como também compreender que a experiência do racismo é comum a todas elas:

*Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (González, 1988, p. 77).*

Considerado o romance de fundação da literatura haitiana, *Senhores do orvalho* apresenta a narrativa do protagonista Manuel que volta a sua vila natal após quinze anos trabalhando nos canaviais de Cuba. Através de seu contato muito próximo com o movimento sindical, assume o papel aglutinador dos grupos rivais cuja comunidade, assolada pela seca, tem o desafio de se unir para levar água à população. Embora Figueiredo (2020) destaque que o romance inaugura uma linhagem em que dois elementos da cultura popular são incorporados – a tematização o vodú e a utilização da língua crioula (p.222-223), destacamos também, na fala de Manuel, a língua espanhola aprendida na ilha vizinha; aprendizagem esta que o faz desenvolver sua consciência social através da crítica à exploração e propõe a retomada da organização coletiva do trabalho, tornando-o “um negro perigoso que fazia discurso de rebelião aos camponeses” (Roumain, 2020, p.160): “- A raiva. A raiva te faz cerrar as mandíbulas e apertar o cinto mais justo à pele da barriga quando te dá fome. A raiva é uma grande força. Quando fizemos a *huelga*, todos se alinharam, cada um carregando a raiva, como um fuzil, até a goela. A raiva era seu

direito e sua justiça. Não há o que fazer contra isso.” (Roumain, 2020, p.26)

Considerada a saga da negritude nas Américas, *Changó, el gran putas* – Xangô, o durão (Tillis, 2012) está inserida na perspectiva afrorealista (Duncan) pois retrará a heterogeneidade da experiência negra nas Américas e os processos de formação cultural por meio da voz coletiva dos afrodescendentes que atuam em conjunto com as entidades representativas de seus antepassados – os orixás. A obra tarda vinte anos entre a escrita e a publicação; inicia com o poema épico “La tierra de los ancestros” que apresenta uma visão criacionista de uma sociedade multiétnica com sua gênese na África (Tillis, 2012). Xangô e Ngáfua (voz onisciente que levará as mensagens aos vivos e aos mortos e circulará entre passado, presente e futuro) profetizam o nascimento do Muntu<sup>1</sup> americano, resultado das violações históricas que remetem às práticas colonialistas. O Muntu deixa como mensagem que os afrodescendentes compartilham experiências e uma identidade em comum e que a autoidentificação conduz à aceitação e à libertação (Tillis, 2012). Será Xangô, o orixá da justiça, quem dará a força espiritual aos escravizados para aguentarem as atrocidades: “Sea en los Estados Unidos, en las diversas islas del Caribe, en el Brasil, Colombia o Perú, los africanos van a jugar un papel decisivo en los destinos de estas naciones porque sus

luchas libertarias se conjugaron con las de Independencia en el siglo XIX.” (Henao Restrepo, 2004, p.18)

O romance *Fe en disfraz*, por sua vez, intercala o presente dos protagonistas com o passado latino-americano através da leitura de documentos históricos pesquisados pela historiadora Fe Verdejo, que elabora um processo de rememoração de um passado doloroso, com especial atenção à violência que recai no corpo de mulheres negras. A protagonista, de nacionalidade venezuelana encontra, quase que por casualidade, diversos documentos relativos a mulheres negras libertas no século XVIII; tais documentos a trazem ao Brasil, onde encontra o luxuoso traje utilizado por Xica da Silva, companheira do contratador de diamantes João Fernandes, no Arraial do Tijuco, em Minas Gerais. No texto de Santos-Febres, através da narrativa de Fe, é possível conhecer a história de várias mulheres escravizadas que foram aos tribunais para fazerem valer seus direitos como mães de filhos de homens brancos das elites, procurando espaços de negociação e chegando até mesmo a conquistar, oficialmente, propriedades em seus nomes. O texto narra as dores e feridas dessas mulheres, que não podem ser relativizadas nem esquecidas, mas foca na força do desejo e de suas negociações de poder com os brancos.

<sup>1</sup> Princípio filosófico que rege a elaboração poética de *Changó, el gran putas*. O princípio implica uma conotação de homem e inclui vivos e mortos, assim como animais, vegetais e minerais. Mais antes que pessoas, materiais ou físicos, alude à força que une

em um só nó o homem com a sua ascendência e descendência. O Muntu, portanto, seria o ponto de convergência entre passado, presente e futuro, unindo todos aqueles que fazem parte de uma família espiritual africana (Henao Restrepo, 2004; Silva, 2018).

## 5. Considerações finais: o eterno retorno das mulheres amefricanas

Mesmo que o século XX tenha possibilitado reivindicações das comunidades negras das Américas, observamos o parco número de mulheres que acessaram os editoriais e fizeram sua produção literária circular pelo continente. O século XXI chega, portanto, com o fortalecimento de mulheres negras no mercado editorial brasileiro bem como nos núcleos acadêmicos de literatura através de obras que vêm sendo traduzidas ao português por editoras que se especializam na tradução de negros textos. Dentre tantas outras, citamos as editoras porto-alegrenses Figura de Linguagem (responsável pela publicação da tradução da obra *Memória de mim*, da cubana Teresa Cárdenas) e a Escola de Poesia através do selo Orisun Oro (traduzido do iorubá como A fonte da palavra), dedicado à publicação de poetas negras latino-americanas em edições bilíngues com o objetivo de promover a circulação da “améfrica” espanhola em territórios de língua portuguesa: *Conjuro da Guiné*, da cubana Georgina Herrera; *Zambeze*, da argentina Graciela González Paz e *Cabeças de Ifé*, da porto-riquenha Mayra Santos-Febres. Citamos, abaixo, trecho do poema “Esses poemas”, de Teresa Cárdenas:

*Parecem escritos por uma só  
mão  
negra  
feminina  
mas na realidade  
muitas são as mãos  
negras  
femininas  
escrevendo  
combatendo  
repartidas no tempo  
e nas palavras*

*Essas mãos se parecem  
nos versos  
e dores  
Sofreram  
embates  
discriminações  
silêncios.  
E ainda assim  
não se rendem  
amam e lutam ao mesmo tempo  
(...) (Cárdenas, 2020, p.53)*

Esta reflexão procurou, de forma algo pretenciosa, contemplar um panorama da produção literária afrodescendente na América Latina e acabou deixando de fora autores e autoras importantes no cenário. Fica o convite, portanto, aos leitores e às leitoras que procurem conhecer mais desta vigorosa produção, tanto as produções literárias quanto as reflexões conceituais elaboradas por intelectuais negros e negras latino-americanos e latino-americanas. Não temos o objetivo de encerrar a discussão; pelo contrário, este artigo incita a buscar, no passado e no presente, os diálogos amefricanos através da proposta de González:

*(...) Então, por que não abandonar  
as reproduções de um  
imperialismo que massacra não  
só os povos do continente, mas  
de muitas outras partes do mundo  
e reafirmar a particularidade da  
nossa experiência na AMÉRICA  
como um todo, sem nunca perder  
a consciência da nossa dívida e  
dos profundos laços que temos  
com a África?” (1988, p.79).*

Segundo a antropóloga, reconhecer nossa amefricanidade é reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmicas culturais que nos trazem do outro lado do Atlântico e nos transformam no que somos hoje: *amefricanos*.

- Artel, J. (2010) [1984]. Poemas sin odio ni temores. In: *Tambores en la noche*. Bogotá: Biblioteca de Literatura Afrocolombiana.
- Bernd, Z. (1988). *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Branche, J. (2013). Hacia una poética de la diáspora africana. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, 165-188.
- Brindis de Salas, V. (2020). É verdade, sim senhor. In: *Pregão de Marimorena*. Tradução de Eliane Marques. Porto Alegre: Figura de Linguagem.
- Cardenas, T. (2020). *Memória de mim*. Tradução de Liliam Ramos. Porto Alegre: Figura de Linguagem.
- Chamoiseau, P., Bernabé, J. & Confiant, R (2001) [1990]. Tradução de Eurídice Figueiredo. *Elogio da Crioulidade*. In: Antologia de textos fundadores do comparatismo literário interamericano.
- Césaire, A. (2012) [1939]. *Diário de um retorno ao país natal*. Tradução de Lilian Pestre de Almeida. São Paulo: Edusp.
- Césaire, A. (2020) [1950]. Discurso sobre o colonialismo. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta.
- Depestre, R. (1985). *Buenos días y adiós a la negritud*. Tradução de Ofelia Gronlier. Havana: Casa de las Américas.
- Duncan, Q. (2019). *Afrorrealismo: uma nova dimensão da literatura afro-latino-americana*. Tradução de Liliam Ramos. Deslocamentos culturais e suas formas de representação. Boa Vista: Editora da UFRR.
- Figueiredo, E. (2020). Posfácio da tradução de Senhores do orvalho. In: ROUMAIN, J. *Senhores do orvalho*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Carambaia.
- Figueiredo, E., et al. (2005). Negritude, Negrismo e Literaturas afro-descendentes. *Conceitos de literatura e cultura*, 313-340.
- Figueiredo, E. (1998). *Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana*. Niterói: EDUFF.
- González, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, pp. 69-82.
- González, G. (2020). *Zambeze*. Tradução de Katherine Castrillo. Porto Alegre: Escola de Poesia.
- Guillén, N. (1930). Coplas Americanas.

- Henao, D. (2004). Los hijos de Changó, la epopeya de la negritud en América. Texto introdutório. In: ZAPATA OLIVELLA, M. *Changó, el gran putas*. Bogotá: Biblioteca de Literatura Afrocolombiana.
- Herrera, G. (2020). *Cabeças de Ifé*. Tradução de Eliane Marques. Porto Alegre: Escola de Poesia.
- Hughes, L. (1998) [1930]. Eu também sou América. Tradução de Sylvio Back. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 15.fev.1998.
- Lopes, N. (2013). Negros en el Plata. In: *Poética*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Manzano, J. F. (2015) [1835]. *Autobiografia do poeta-escravo Juan Francisco Manzano*. Organização, tradução e notas de Alex Castro. Rio de Janeiro: Hedra.
- Mendes, R. (2019). *Pedagogias da cimarronaje: a contribuição das cosmogonias e cosmovisões africanas e afrodescendentes para a crítica literária e literaturas (afro)latino-americanas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Pernambuco.
- Nascimento, A. (1978). *O quilombismo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Oliveira, L. (2014). *Negrismo: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Oviedo, J. (2012). *Historia de la literatura hispanoamericana*. Madrid: Alianza Editorial S.A. 4v.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Clacso.
- Rama, A. (1985). *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense.
- Reis, M. (2018) [1859]. *Úrsula*. Porto Alegre: Figura de Linguagem.
- Restrepo, E. (2018). Decolonizar la universidad. *Investigación cualitativa emergente: reflexiones y casos*. Sincelejo: Cekar.
- Roumain, J. (2020). *Senhores do orvalho*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Carambaia.
- Santa Cruz, N. (1971). América Latina. In: *Décimas y poesia*. Lima.
- Santos-Febres, M. (2020). *Conjuro da Guiné*. Tradução de Mariangela Andrade. Porto Alegre: Escola de Poesia.
- Santos-Febres, M. (2009). *Fe en disfraz*. Madrid: Penguin Random House.
- Silva, L. (2018). Decolonizando saberes: conceitos de literatura latino-americana de autoria negra. In: TETTAMANZY, A.; SANTOS, C.M. (orgs). *Lugares de*

*fala, lugares de escuta nas literaturas africanas, ameríndias e brasileira.*  
Porto Alegre: Zouk.

Silva, L. (2020). Estratégias cimarronas para narrar a negritude no século XIX em *Autobiografia de Juan Francisco Manzano* (Cuba, 1835) e *Úrsula* (Brasil, 1859). *Cadernos de Literatura Comparada*, 43, 135-153.

Silveira, O. (1981). Alô. In: *Roteiro dos Tantãs*. Porto Alegre: Edição do Autor.

Tillis, A. (2012). *Manuel Zapata Olivella e o “escurecimento” da literatura latino-americana*. Tradução de José Paiva dos Santos. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Trindade, S. (1961). Nicolás Guillén. In: *Cantares ao meu povo*. São Paulo: Fulgor.

Trindade, S. (1961). Eu também sou amigo da América. In: *Cantares ao meu povo*. São Paulo: Fulgor.

Zapata, M. (1984). *Changó, el gran putas*. Bogotá: Editorial Oveja Negra.

# BIBLIOGRAFIA

# AS MARGENS VISTAS DE FORA: DOIS FENÓMENOS SINGULARES DA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA DOS SÉCULOS XX E XXI

*THE MARGINS VIEWED FROM THE OUTSIDE: TWO PECULIAR PHENOMENA OF THE HISTORY  
OF BRAZILIAN LITERATURE OF THE 20<sup>TH</sup> AND 21<sup>ST</sup> CENTURIES*

Alva Martínez Teixeira 

Universidade de Lisboa

[alvamateixeiro@campus.ul.pt](mailto:alvamateixeiro@campus.ul.pt)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 21/12/2021

**Aprovação | Accepted:** 26/06/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

O artigo pretende radiografar dois fenômenos de sinal contrário que marcam a compreensão das ‘margens’ da literatura brasileira contemporânea. Em primeiro lugar, refletiremos sobre a incomum importância que, gradativamente, adquiriu no Brasil a conquista de um ‘lugar de fala’ para representações e discursos não hegemônicos do ponto de vista social e cultural, tais como a literatura periférica ou a literatura migrante. Em segundo lugar e por oposição a essa admirável abertura, que deu uma notável especificidade à literatura brasileira, ponderaremos a permanência de uma certa inflexibilidade relativamente à entrada no cânone brasileiro de certos discursos híbridos e heterodoxos do ponto de vista literário e artístico – tais como as excelentes propostas de Flávio de Carvalho, Hélio Oiticica ou Nuno Ramos –, um fenômeno incompreensível, se tivermos presente a mencionada integração e canonização de outras heterodoxias e ‘margens’ literárias nas últimas décadas e, sobretudo, a centralidade da ‘tradição da antitradição’ na História da Literatura brasileira.

**Palavras-chave:** Literatura Brasileira, História, Cânone, Margens

## ABSTRACT

---

The article intends to radiograph two opposite phenomena that mark the understanding of the margins of contemporary Brazilian Literature. First, we will reflect on the unusual importance that, gradually, the conquest of a ‘voice’ in Brazil for non-hegemonic representations and discourses, such as peripheral urban literature or migrant literature, gradually acquired. Secondly and in opposition to this admirable openness, which gave a remarkable specificity to Brazilian literature, we will examine the permanence of a certain inflexibility regarding the entry into the Brazilian canon of certain hybrid and heterodox discourses from a literary and artistic point of view (such as the excellent proposals by Flávio de Carvalho, Hélio Oiticica, or Nuno Ramos), an incomprehensible phenomenon, considering the aforementioned integration and canonization of other heterodoxies and literary ‘margins’ in recent decades and, above all, the centrality of the ‘antitradition tradition’ in the history of Brazilian Literature.

**Keywords:** Brazilian Literature, History, Canon, Margins

¿Habrà alguien que no vea monstruos en las manchas de tinta?

(José Emilio Pacheco)

Adivinho a objeção: a literatura não é um desfile de santos. Concordo. [...] Sei que a literatura não se resume a santos e milagres.

(Marco Lucchesi)

Este texto tem por objetivo radiografar dois fenômenos de sinal contrário que marcam a compreensão das ‘margens’ da literatura brasileira contemporânea, mais concretamente, das duas linhas, ao nosso ver, centrais, traçadas, nos últimos dois séculos, pela Crítica e pela Historiografia Brasileira para organizar conceitualmente o seu cânone: a nacionalista e a de uma certa tradição da antitradição.

Tendo em mente esse propósito, esboçaremos, nas páginas que se seguem, um breve passeio pela literatura brasileira, mais como uma selva do que como um bosque, porque exporemos apenas algumas breves reflexões, assistemáticas, sobre certos momentos e autores relevantes.

Neste sentido, examinaremos, em primeiro lugar, a importância incomum que, gradativamente, adquiriu a conquista de um ‘lugar de fala’ no espaço literário brasileiro para discursos não hegemônicos do ponto de vista social e cultural, tais como a literatura migrante ou, mais ainda, a literatura periférica. Um fenômeno admirável de abertura do cânone, mas atípico – não pela lógica subjacente a ele, mas sim pela intensidade que adquiriu no Brasil nos últimos tempos.

Todos sabemos que o cânone se tornou um objeto de disputa em todo o Ocidente por diversas razões, entre elas, as exigências de

visibilidade e reconhecimento cultural feitas por diversas minorias e grupos discriminados. No entanto, no Brasil essa disputa transformou o sistema literário quase num campo de batalha, porque a contestação das relações entre o centro e a periferia adquiriu uma relevância impressionante, quando menos vista de fora e do espaço em que nos situamos, que é o peninsular, o de Portugal e a Espanha. Isto porque deste lado do oceano, após um século de meditação gramsciana, é impensável ainda que, por exemplo, os despossuídos – se nos permitirem a expressão marxista – reivindiquem um lugar à mesa da literatura, que continua a ser compreendida, essencialmente, como uma manifestação artística erudita, e, como tal, relativamente minoritária e elitista, do ponto de vista da recepção e, mais ainda, da criação.

Portanto, a veemência dessa reivindicação no Brasil é uma questão que nos intriga há anos e sobre a qual gostaríamos de refletir, não só como óbvio resultado da complexa e conturbada História brasileira, mas como uma possível consequência indireta e subversiva dos princípios impostos, sobretudo, pelos dois movimentos grupais mais relevantes do país, o Romantismo e o Modernismo, e pelos discursos críticos que geraram, ligados a um forte nacionalismo e à ideia contumaz, quase obsessiva, da literatura como retrato da nação.

Como sabemos, perante o acolhimento polarizado da Independência, os escritores e

intelectuais desempenharam um importante papel social e idealizaram a solução mais corrente: a indagação e a criação da identidade nacional através das artes e da cultura. Para tanto, foi adotado e adaptado o cânone romântico de construção identitária, cuja relativa universalidade, simplicidade e disponibilidade no âmbito ocidental foi condensada pelo sociólogo sueco Orvar Löfgren, na feliz imagem do ‘kit do *do-it-yourself*’. No caso da soberania brasileira, esse conjunto de ‘ferramentas’ ‘faça você mesmo’, figura muito oportuna para um sociólogo do país da IKEA, compreendeu um conjunto de componentes simbólicas que, como relembram as Histórias da Literatura, foram idealizadas para auxiliar os discursos políticos e sociais, que visavam convencer um auditório difícil.

Enfim, como é sabido, isso implicou, em certa medida, renunciar à individualidade literária e antepor ao ‘eu’ um ‘nós’, cuja caracterização era ainda um *work in progress*. E, desse modo, a literatura responsabilizou-se, durante uma boa parte do século XIX e de diferentes maneiras, pela tarefa de determinar ‘a lenta gestação do povo brasileiro’, segundo a famosa expressão de Alencar, que resume o paradigma explicativo adotado para explicar a cultura nacional, isto é, a idealização de um entendimento da cultura brasileira baseado na (auto)percepção da mistura e não da exclusão, distintiva das culturas europeias, segundo a classificação apresentada por Jacques Fontanille e Claude Zilberberg (2001, p. 27); e não só resume paradigmaticamente, mas também, ainda, condensa a premissa escolhida para delimitar a literatura nacional: a compreensão da literatura como espelho da identidade e da realidade brasileira.

O resultado foi proveitoso no plano ideológico e literário, mas ilusório no plano cultural, porque reduzia a mestiçagem e o hibridismo a

um jogo de espelhos em que a afirmação do Outro era, na verdade, uma redução etnocêntrica do Outro ao Mesmo, como também sucedeu com o Modernismo, em que testemunhamos um novo esforço para retratar o Brasil e alargar o retrato, graças à inclusão do bárbaro, que, mais uma vez, deslumbrava o europeu, agora o vanguardista europeu, corporizado, entre outros, por um Blaise Cendrars que (re)descobre o atrativo do Brasil aos artistas brasileiros, como Oswald gravou numa das muitas estampas memoráveis do “Manifesto Pau Brasil”, a do negro que “gira a manivela do desvio rotativo” em que o Brasil se encontrava (Andrade, 2005, p. 231).

Neste sentido, o projeto de inclusão das matrizes culturais ameríndias e africanas e também das margens da sociedade foi dotada de uma maior complexidade no plano estético, mas apenas nesse plano. O ‘Outro’, ou antes, todos os ‘Outros’, são alegadamente incluídos através da ironia num retrato menos etnocêntrico e classista da identidade, num *corpus* de textos críticos, programáticos e literários em que a nação “é imaginada como uma *comunidade*” porque, como afirma Benedict Anderson, “independentemente da desigualdade e da exploração reais [...] é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda” (Anderson, 2005, p. 27).

A profundidade do Outro era ainda, portanto, um simulacro, porque o Outro continuava a ser um objeto fascinante, ‘achado’ pelos autores modernistas, mas não era ainda um sujeito. Como exemplo, podemos pensar na figura dos imigrantes presentes nos textos do primeiro modernismo. Eles são integrados nas obras modernistas como cidadãos da nova paisagem urbana e, por extensão, nacional, mas quando alguns desses imigrantes finalmente têm voz na literatura brasileira, frequentemente a usam para negar qualquer concepção sólida da identidade ou do sentimento de pertença

relativamente ao Brasil, mas também ao seu país de origem.

Em suma, o Modernismo situa-se entre os dois polos identificados por Édouard Glissant ao examinar a gênese das literaturas nacionais da América Latina, porque dessacraliza a idealização da identidade operada pelos intelectuais românticos, mas concebe uma outra ilusão identitária – mesmo que ela seja apresentada através de um processo dessacralizador, como acontece no emblemático romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Mesmo a interrogação irônica e crítica da procura de Macunaíma revigora a concepção da literatura nacional como a instituição que deve acolher a pluralidade da identidade coletiva, isto é, como o lar de todos os brasileiros, numa solução compensatória para aquilo o país não era – e podemos pensar, neste sentido, no Regionalismo e outros movimentos e autores que, durante o século XX, contribuíram para dilatar essa ficção cultural e que, por razões de espaço, não poderemos referir aqui.

Neste ponto, talvez seja necessária uma clarificação: através desta reflexão não pretendemos, evidentemente, reduzir a história da literatura brasileira a uma lógica de revisões e retificações consecutivas, mas sim examiná-la da perspectiva que nos ocupa – ou seja, a da construção, evolução e subversão de uma lógica nacionalista, mas, sobretudo, identitária.

Um bom exemplo da apropriação crítica contemporânea dessa lógica identitária está presente no que poderíamos denominar a 'literatura migrante', que conseguiu inserir como sujeitos da Literatura os membros de uma linhagem de personagens pertencentes a uma tradição "dilacerada, impossível de ser recomposta" (Chiarelli, 2016, p. 42): a das histórias da migração relatadas por autores como Samuel Rawet, Moacyr Scliar, Milton

Hatoum ou, ainda Alberto Mussa, Tatiana Salem-Levy ou Michel Laub.

Neste sentido, muitas dessas personagens recordam-nos a sua estranheirade, relativamente, como seria de esperar, ao Brasil, mas também nos apresentam diferentes modos de apropriar-se do espaço, pois como afirma Shmuel Trigano (2001), em *Le temps de l'exil*, os sujeitos diaspóricos, apesar da alienação, procuram uma presença no espaço do desterro. Através dessas personagens, é-nos proposta uma estada na estranheza e é negada qualquer pretensão absurda de olhar para as verdades gastas de um imaginário coletivo, pois, frequentemente, como já foi referido, as personagens exprimem o seu sentimento de alteridade também a respeito da cultura de origem, através de uma subjetividade que, como indica Pierre Ouellet, não é estável, pois está sempre em mutação e atenta (Ouellet, 2003, p. 14).

E, curiosamente, essa discursividade literária que se posicionava nas margens, para examinar de lá a lógica identitária, falando, sobretudo, do sentimento de diferença, da não-brasilidade ou de uma brasilidade problemática, tornou-se um dos fenômenos mais relevantes dessa mesma brasilidade, entendida em termos narrativos, ou seja tornou-se um dos fenômenos mais característicos da literatura nacional contemporânea. E o que é ainda mais admirável, conseguiu ocupar uma posição central na História da Literatura Brasileira Contemporânea situando-se nas suas margens de um outro modo, o da interrogação indireta das literaturas nacionais, que subjaz a essa escrita migrante, de acordo com a proposta defendida por Galin Tihanov de repensar o exílio como elemento formativo na história do cosmopolitismo, de que destaca "[...] o sublinhar dos transbordos constitutivos que relativizam os recortes políticos dos estados-

nação e das literaturas que estes supostamente ‘conteriam’” (*apud* Buescu, 2013, p. 37).

O modo como alguns dos escritores da literatura migrante brasileira transcendeu as fronteiras da literatura nacional é uma ilustração clara desse fenômeno. A título de exemplo, referimos apenas um exemplo concreto disso: Milton Hatoum lembrava numa entrevista a respeito do *Relato de um certo Oriente* (1989), que a maior satisfação que essa obra lhe deu foi a alegria do seu pai ao ler um jornal libanês, em que era referido o romance, afirmando-se que o filho de um emigrante que morava no Brasil voltava ao Líbano através da literatura (Scramin, 2000, p. 1).

Talvez a capacidade de atração das obras dessa literatura migrante – não apenas entre o público, a crítica e os estudiosos da literatura no Brasil, senão também nas comunidades e sistemas literários dos seus ancestrais – se deva ao modo renovador de repensar a identidade e a brasilidade proposto pelos seus autores.

Ao diminuir ou mutar a distância histórica, antropológica e cultural, nas suas narrações é impossível recriar o bazar do raro e do distante e, igualmente, é impensável encontrar lá os persas de Montesquieu ou os marroquinos de Cadalso, porque o migrante nunca é integralmente o estrangeiro, nem se serve plenamente do *regard étranger*. A partir de uma profusão de fontes, os autores da literatura migrante contribuem para o desenvolvimento de uma poética da diferença, heterogênea, complexa e exuberante. E por isso, situando-se à beira da cultura de origem e da cultura de acolhimento, a sua escrita é profundamente renovadora, crítica e subversiva para as duas sociedades.

Uma segunda tendência que (re)assumiu a tarefa de fixar ‘a lenta gestação do povo brasileiro’ é a da literatura da periferia – até

porque, focando as margens da sociedade atual, frequentemente nos faz voltar atrás, à escravidão, às senzalas, à abolição ou aos cortiços para explicar a segregação contemporânea. Como sabemos, a literatura marginal é já um fenômeno muito relevante, porque os seus escritores compreenderam bem o dilema entre a identidade e a alteridade, isto é, compreenderam como a negação do Outro é uma aporia, porque a identidade precisa de uma alteridade, mas também de um olhar que a ratifique.

E, por isso, talvez, insistem em escrever literatura, dialogar com um sistema cultural que os excluiu sistematicamente e em tentar operar o paradoxo de integrar o ‘periférico’ no centro, de conciliar subversão e institucionalização... e, diga-se de passagem, parecem tê-lo conseguido. Isto porque essa literatura pode ser estudada como um espaço de resistência, mas também de revolução, entendida no sentido de reforma e transformação – não de mudança brusca e violenta na estrutura literária –, e porque, de facto, ela opera frequentemente a partir da apropriação crítica das derivas tardo-realistas da literatura ocidental. Assim, em muitas das obras ficcionais, para dar a ver a favela, para integrar a periferia nesse retrato do Brasil que é o seu cânone, encontramos a reescrita de *topoi* consagrados, como, por exemplo, o da *flanêrie* – em que o *flâneur* se torna fugitivo, porque já não pode mais passear, apenas escapar, numa metáfora poderosa das relações de predação instauradas no novo espaço urbano (Martínez Teixeira, 2013, p. 69) – ou, para citar mais um exemplo, a reescrita de outro tema clássico, o do progresso da cidade que devora os seus filhos depois de torná-los neoescravos: há um certo *aggiornamento* e uma nacionalização da estampa da cidade “monstro” inventada por Dickens (Martínez Teixeira, 2013, p. 75), que se torna, por exemplo, a “cidade-monstro

apelidada de São Paulo” (Ferréz, 2006: 21), em *Manual prático do ódio*.

Graças a esse diálogo com a tradição, os autores dessa tendência conseguiram contestar a construção de uma alteridade radical para o sujeito periférico, através da apropriação crítica dos instrumentos do inimigo: o próprio *topos* da periferia, que foi até há pouco, essencialmente, uma construção cultural do ‘centro’ – como *mutatis mutandis* o Oriente, do Orientalismo de Edward Saïd, foi construído por Ocidente.

A Professora Lucía Tennina, num artigo sobre os saraus da periferia, destacava uma nova conceção desse espaço, que, mais uma vez, não se define a partir de pontos cardeais, mas que agora está determinado também a partir de uma cartografia afetiva (Tennina, 2013, p. 13); e acreditamos que essa é a chave do poder transformador dessa literatura: a passagem da periferia de objeto – ou mesmo de paisagem, pretensamente acomodada num lugar segregado do mundo burguês – a sujeito. E podemos pensar aqui na metáfora da invasão e na linhagem dos sujeitos marginais, retratados criticamente como ‘invasores’ no Cinema e na literatura brasileira, sempre a partir do olhar do centro. Um olhar que, para só citar um exemplo, faz do menino humilde que pede dinheiro para sobreviver o “Outro”, no conto homónimo de Rubem Fonseca.

Essa passagem da periferia de objeto – mesmo que visto de modo crítico – a sujeito propõe um novo retrato identitário de enorme poder subversivo. Um bom exemplo disso seria o conto “Espiral”, de Geovani Martins, que pode ser lido como uma resposta contemporânea ao já clássico conto “O Outro”, de Rubem Fonseca, porque no relato de Martins a fala é dada agora ao menino humilde, morador de uma favela da Zona Sul do Rio, que se assustava com o susto das pessoas da Zona Sul para, a seguir, perceber que ele próprio despoletava esse

temor burguês e começar num jogo psicológico desvairado a perseguir essas pessoas apavoradas pela sua simples presença na rua.

Neste sentido, podemos insistir na ideia de que a literatura da periferia é um espaço de reforma revolucionária, mas não de revolução radical, também porque os seus autores procuram criar um “cânone imaginário e próprio da Literatura Marginal a que pertenceriam escritores como Antônio Fraga, Orestes Barbosa ou João Antônio (Patrocínio, 2010, p. 53). E esse seria um procedimento de seleção do passado, que rompe com o ‘estado de coisas’, mas não a ponto de abdicar de uma história literária supostamente vazia de sentido para os escritores da periferia, porque resgata dessa História o que contribui para a sua ação presente, isto é, o elenco de autores que servem para renovar e alargar a tradição, neste caso, a do nacionalismo.

Uma renovação operada através da subjetividade que aprendem nesse cânone marginal, que evidencia como a periferia, na sua complexidade, é um desafio ao conhecimento literário, também porque alguns desses autores podem ser vistos como autênticos ‘parresíastas’, como, para só citar um exemplo, Rodrigo Ciriaco.

Rodrigo Ciriaco é um ‘escritor marginal’ exemplar, pela sua apropriação ficcional rigorosa das experiências alheias e pelo seu cuidadoso procedimento de alienação narrativa das próprias vivências, como educador e ativista na *perifa* paulistana, mas ele é sobretudo um ‘parresíasta’, pois a sua escrita é dominada pela parrésia, que consiste em dizer absolutamente tudo, com plena franqueza e liberdade, mas com o enriquecimento de sentido que lhe deu Michel Foucault, ao afirmar que a parrésia é a coragem da verdade de quem arrisca e diz tudo aquilo que pensa, mas também é a coragem do interlocutor, que

concorda em receber como certa essa verdade dolorosa (Martínez Teixeira, 2017, p. 400).

Ou seja, Ciriaco, entre outros, ilustra bem esse paradoxo de uma literatura que aflora como subversiva e normalizadora ao mesmo tempo. Uma literatura que, graças a esse segundo talante, dialoga com o discurso historiográfico que afirma, desde o século XIX e de diversos modos, que a literatura brasileira deve ser a pátria, lar ou refúgio simbólico de todos os brasileiros – e podemos pensar, neste sentido, no "direito à literatura" defendido por Cândido. E, assim, graças a esse diálogo, a literatura da periferia é vista hoje como uma questão "urgente".

Enfim, contrariamente a essa abertura do cânone nacionalista, que, em princípio, foi concebido de um modo mais rígido, assistimos naquilo a que poderíamos chamar a tradição da antitradição a um notável fechamento ante as formas mais experimentais, o que é estranho, porque a invenção desse outro cânone, oblíquo ao nacionalista, sempre pregou a liberdade, a audácia, o disruptivo, em síntese, a revolução.

Trata-se de uma antitradição que fez com que, paradoxalmente, a especificidade da literatura brasileira, numa visão revisionista da sua história recente, derive, em grande medida, contrariando as expectativas românticas, de uma das marcas mais interessantes da arte do nosso tempo: a da legitimação total dos revolucionários e da sua singularidade, de Machado de Assis a Guimarães Rosa, Clarice Lispector ou Carlos Drummond de Andrade, todos eles autores de um outro cânone tipicamente brasileiro na sua heterodoxia, isto é, de forte pendor universal e formado por criadores de grandes escritas – e não de grandes escolas.

David Perkins (1992) afirma no seu já clássico, mas provocador, livro *Is Literary History Possible?* que a História da Literatura pode

servir-se apenas de modelos tradicionais de narração, evitando as formas vanguardistas, pois são incompatíveis com o seu objetivo. As Histórias da Literatura não recontam a História completa, mas todas as informações apresentadas podem ser relacionadas, vinculando os acontecimentos e evitando lacunas ou contradições significativas. Essas situam a História da Literatura Contemporânea no polo oposto da narrativa contemporânea, na qual as elipses, os hiatos, a abertura ou a inconclusividade ou as incongruências são traços comuns. E acredito que foi essa lógica que levou à gradativa constituição de um outro cânone para 'explicar' a literatura brasileira e encaixar os seus 'objetos não-identificados': o cânone dos heterodoxos, cuja obra é insistentemente caracterizada nalgumas das mais relevantes Histórias da Literatura Brasileira como brilhante, mas radicalmente oposta ao ortodoxo. Darei apenas alguns breves exemplos disso: de acordo com Massaud Moisés, a obra de Machado emite a "luz de um estranho planeta" (1989, p. 92), enquanto que para Alfredo Bosi, Guimarães Rosa representa o insólito, uma luz "tão intensa" quanto "incômoda" (1977, p. 463), sublinhando, igualmente, Luciana Stegagno Picchio a singularidade da escrita desses dois autores, de Clarice Lispector (1997, p. 571) ou da "voce-símbolo" drummondiana (1997, p. 516).

Enfim, apesar dessa insistência na excentricidade dos autores desse cânone que explicaria a evolução e a revolução na História da Literatura brasileira, observamos uma certa inflexibilidade relativamente à entrada no cânone de certos discursos híbridos e heterodoxos do ponto de vista literário e artístico – tais como as excelentes propostas de Flávio de Carvalho, Hélio Oiticica ou Nuno Ramos –, um fenómeno incompreensível, se tivermos presente a mencionada integração de outras 'margens' literárias nas últimas décadas

e, sobretudo, a centralidade da ‘tradição da antitradição’. No entanto, é um fenômeno compreensível, se tivermos presente que o cânone é um discurso normativo e dominante que, mesmo quando prega a heterodoxia, origina margens e fronteiras.

Um bom exemplo disso é o modo como a sombra da linha *Verdun* do Modernismo de 22 determinou, ao longo de décadas – e, em parte, continua a determinar –, a diversa trajetória da criação literária – e, em menor medida, artística. Isto é, o modernismo propagou-se, em fases, modernismos primeiros, segundos ou heroicos, de modo excludente e vampírico, não só a respeito das suas ‘redondezas’, mas também relativamente à possibilidade de que o vanguardismo no Brasil pudesse concretizar-se, nas primeiras décadas do século XX, de modo diverso. Nomeadamente, numa procura vanguardista distanciada do princípio primordial da brasilidade, isto é, do império do nacionalismo artístico, que o próprio Mário de Andrade reconheceu *a posteriori*, em 1942, ao atribuir a *O Movimento modernista* as funções de “prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um espírito nacional” (Andrade, 1974, p. 232).

De facto, o ‘mandar opinativo’ de Mário de Andrade acabou por demarcar um hegemónico – e excludente – universo modernista *tout court*. Enquanto de modo teórico os modernistas recusam a verossimilhança e o acabamento exaustivo da obra tradicional e preconizam o processo criador entendido como resultado da escrita plástica e das suas leis soberanas, na verdade, os seus raciocínios não parecem conceber a arte como autónoma.

Essa discordância evidencia os limites teóricos da conceção da arte moderna no Modernismo do início da década de 1920, isto é, os limites de uma modernidade comedida que provoca que Mário de Andrade manifeste sérias reservas relativamente aos preceitos não

miméticos do Expressionismo ou às propostas de vultos tão diferentes quanto Picasso ou Boccioni, ou que faz com que Oswald de Andrade expresse a sua total incompreensão face às “aberrações” de Max Jacob ou dos histriónicos epígonos de Apollinaire (Martínez Teixeira, 2012, p. 137).

Nesse contexto – necessário – de arritmia conceitual e especulativa e de limitação do campo do plástico, se Mário de Andrade fez de Manuel Bandeira o João Baptista do Modernismo, parece legítimo considerar, de modo retroativo, o surrealizante e expressionista Flávio de Carvalho como um Herodes Antipas, uma vez que se aproximou de modo tardio à fé modernista e imediatamente a seguir protagonizou um apressado capítulo de dissidência, com a reabilitação das práticas interartísticas e das atitudes provocadoramente dadaístas e surrealistas, entre o primeiro e o segundo Modernismo. Um exemplo paradigmático dessa rápida virada heterodoxa seria a *Experiência nº 2*, de 1931, que se situa na área fronteiriça do experimental *performático*, de um modo expressivo recíproco e interartístico, e, no campo da pesquisa e da reconstrução memorialista, para um registo intersticial e fetichista. Explico-me melhor: Flávio de Carvalho poderia ser visto como o coveiro da ortodoxia Modernista hegemónica e bem-comportada, mas o campo gravitacional desse Modernismo ortodoxo é tão intenso que, apesar de não absorver nem aproximar a sua obra, conseguiu empalidecer durante muito tempo a luz que emitia (Martínez Teixeira, 2018, p. 41).

Se continuarmos este breve passeio pela História da Literatura Brasileira, encontramos um segundo caso significativo de exclusão, o de Hélio Oiticica, reconhecido como o artista seminal da vanguarda brasileira dos anos 1950, 1960 e 1970 apenas em termos artísticos, apesar de ter edificado, graças à sua teimosa

invenção criativa, um monumental legado duplo: experiencial-interventivo e plástico-escritural. Neste sentido, por oposição a certa cultura brasileira conformista, pode ser considerado um verdadeiro “anti-Macunaíma” — se nos permitirem utilizar o preciso retrato que, pela sua dedicação plena ao trabalho, Ronaldo Brito fez de Iberê Camargo, outro excelente artista plástico com uma relevante faceta literária injustamente secundarizada.

Neste caso, a razão desta desmerecida secundarização dos textos literários de Oiticica, sobretudo dos escritos do seu período em Nova Iorque, que são alucinadamente lúcidos e impuros e confusos como ensaios, é o fruto da permanência excludente, mesmo de maneira apenas residual ou involuntária, do conceito da obra bem-feita — do prejuízo contra o incompleto, o suspenso ou o inacabado —; do todo-poderoso bom gosto burguês — que rejeita a cultura popular e as alternativas genéricas e textuais compósitas e híbridas —; e da intransigência do prejuízo moralizante — que omite as margens vitais heterodoxas derivadas da adoção oiticiquiana, nesse período, da tríade sexo, drogas e *rock’n’roll* como princípio vital. Um facto, achamos, insólito, se apreciarmos a irregular fortuna crítica da fase nova-iorquina, mesmo sem alicerçar a nossa apreciação crítica positiva na teorização e na especulação de Deleuze para compreender o pensamento como criação e o pensamento artístico como uma modalidade de pensamento particular (Martínez Teixeira, 2020, p. 96).

O artista e escritor carioca estava ciente dos “meios sorrisos” dos “(pseudo)revolucionários” que “acima de tudo fazem das coisas e da vida coisas feias” (Oiticica, 1980, p. 1), como afirmou numa entrevista que concedeu a Heloísa de Holanda em 1980, poucos dias antes do seu falecimento, como reação à percepção errada,

como inércia e mesmo vagância — e também no sentido informal de vadiagem —, do seu colossal esforço criativo de ‘pensar (e pensar-se) escrevendo’, durante a sua estada em Nova Iorque.

Um, nas suas próprias palavras, ‘preguiçar criativo’ que, na esteira do ‘retiro mental’ de Artaud e do ‘intermezzo’ xadrezístico de Duchamp, Oiticica justifica transcrevendo num dos seus escritos uma ideia da obra *Everybody’s Autobiography*, da sua admirada Gertrude Stein (na sequência da atenuação da interpretação autobiográfica da *Rrose Sélavi*, de Duchamp): “leva-se muito tempo para se tornar um gênio. É preciso sentar e ficar fazendo nada realmente fazendo nada” (Oiticica, 1974, p.1).

Enfim, acreditamos que uma certa sombra desse preconceito ético-estético burguês marca ainda parte da recepção da obra de outro artista fáustico, Nuno Ramos, cujo caráter compósito foi sintetizado nas seguintes perguntas retóricas de Rodrigo Naves:

*por que em sua trajetória Nuno Ramos não se contentou em reforçar a presença taxativa de uns poucos materiais, obtendo deles o maior rendimento possível? Por que precisou produzir obras tão variadas, deslocando-se constantemente entre materiais, formas, procedimentos e preocupações tão diferentes, que não excluíram sequer a necessidade de lidar com as palavras envolvendo-as com uma substancialidade distante do seu uso rotineiro? (Naves, 1999, p. 23).*

É bem verdade que a (obscura) complexidade amalgamática é um atributo intrínseco da poética de Ramos e que nos leva a uma terra

estranha, mas o que é verdadeiramente estranho é que o desassossego que nos provoca tenha sido avaliado, por vezes, a partir da já referida noção da ideia da obra bem-feita ou rebaixado através da identificação da sua proposta com uma arte ensimesmada de um artista plástico que quer ser também escritor. A sua é uma outra luz estranha, incômoda, como a dos outros grandes heterodoxos da antitradição brasileira, porque se bem é verdade a notável distância existente entre a sua filosofia estética e qualquer rótulo contemporâneo, não é menos verdadeiro que alguns dos temas da *meditatio* do autor, entre um certo ‘bairrismo’ – no melhor sentido da palavra – e um algo de ‘cosmopolitismo’, adquirem o estatuto de *topoi*, que, sem retóricas nem lenitivos, transmitem a consciência trágica da vida: o sentimento do tempo, a transformação do orgânico ou a opressão e a crueldade.

Em relação a este último aspeto, podemos afirmar ainda que a proposta magmática de Ramos poderia ser melhor entendida a partir da ideia proposta por Tânia Pellegrini, pois “poder-se-ia pensar que nossa própria conformação econômica e social seria campo fértil para o híbrido, o compósito, o descontínuo, o provisório, os traços mais insistentemente atribuídos ao pós-moderno” (Pellegrini, 2001, p. 6).

Desta perspetiva, a escrita de Ramos tanto denunciaria o drama social, como seria, no plano estético e discursivo, resultado característico dele. Um vínculo intrínseco e circular que podemos encontrar não só na escrita de Ramos, mas também nos outros planos que participam na sua obra, o do ótico e o do sensível, que comunicam de modo descontínuo e variável nos seus diversos

estudos para um retrato da violência, sustentados por invenções radicais e de convenções *trouvées*, já prontas, cuja união, insistimos, nos levam a uma terra estranha e nos expõem à intempérie de uma outra (e crua) meditação sobre a humanidade e a brasilidade; o que nos permitiria, de facto, integrar parte da obra de Ramos, se ultrapassamos o desconcerto inicial que ela provoca, no processo de construção da literatura brasileira como reflexão – experimental, híbrida, inquiridora e aberta – do Brasil, não entendida como um espelho, mas como uma porta – como é o caso também de Machado, Guimarães Rosa ou Drummond.

Enfim, vão permitir que concluamos esta modesta cartografia sobre alguns possíveis desafios para a historiografia brasileira – e digo possíveis porque a nossa perspetiva sobre a literatura de hoje é a da ‘perspetiva obliquamente vertical’, como denominou Michel de Certeau o esboço avaliativo que exige um estudo da contemporaneidade – justificando o passeio pelo bosque que acabamos de realizar dizendo que estamos cientes de que em momentos insanos até podemos achar que uma ideia nossa sobre o Brasil vai caber no Brasil, mas o Brasil nunca vai caber nela, adaptando, ao Brasil literário, uma afirmação da escritora portuguesa Alexandra Lucas Coelho. Enfim, apesar disso, esperamos que este exame tenha permitido, quando menos, destacar o carácter singular da evolução das relações entre centro e periferia na literatura brasileira contemporânea, através de algumas das suas manifestações mais sugestivas – quando menos, vistas de longe, tal como nos foi proposto ao nos convidar a participar nesta publicação.

- Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas – Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo* [Imagined communities – Reflections on the origin and spread of nationalism]. Edições 70.
- Andrade, M. de (1974). O movimento modernista [The Modernist movement]. *Aspectos da literatura brasileira* (pp. 123-231). Livraria Martins.
- Andrade, O. de. (2005). Manifesto da poesia Pau-Brasil [Manifesto of Pau-Brasil Poetry]. In A. Barros Baptista, & O. M. Silvestre (Orgs.), *Seria uma rima, não seria uma solução – A poesia modernista* (pp. 230-234). Cotovia.
- Bosi, A. (1977). *História concisa da Literatura Brasileira* [Brief History of Brazilian Literature] (2ª ed.). Cultrix.
- Buescu, H. (2013). *Experiência do incomum e boa vizinhança. Literatura Comparada e Literatura-Mundo* [Experience the uncommon and good neighborhood. Comparative literature and world literature]. Porto Editora.
- Chiarelli, S. (2016). Que Brasil existe? Estrangeiros na literatura brasileira [Which Brazil exists? Foreigners in Brazilian literature]. *Intelligere, Revista de História intelectual*, 2(2), 40-48. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.117632>
- Ferréz (2006). *Manual prático do ódio* [Practical handbook of hate]. Palavra.
- Fontanille, J. & Zilberberg, C. (2001). *Tensão e significação* [Tension and meaning]. Editora Humanitas.
- Glissant, E. (1984). *Le discours antillais* [The Antillean discourse]. Le Seuil.
- Moisés, M. (1989). *História da Literatura Brasileira – Modernismo* [History of Brazilian Literature – Modernism]. Cultrix.
- Martínez Teixeira, Alva (2012). A centralidade do pictórico na gênese do modernismo brasileiro – A pintura e a Semana de Arte Moderna. In E. Ribeiro (Org.), *Modernidades comparadas – Estudos literários / Estudos culturais revisitados* (pp. 131-160). Edições Húmus / Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- Martínez Teixeira, A. (2013). A plenitude de um vazio em que a pobreza não é mais paisagem: a periferia em Paulo Lins e Ferréz. [The fullness of an emptiness that is not a landscape anymore: the periphery in the novels of Paulo Lins and Ferréz]. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, (41), 61-86. <https://doi.org/10.1590/S2316-40182013000100005>
- Martínez Teixeira, A. (2017). Da escrita de um *nóis* singular plural: espécies de espaços da *periferia* nas ficções de Iolanda Zúñiga e Rodrigo Ciríaco [From the writing of a singular and plural *nóis*: Species of spaces from the

- periphery in the fictions of Iolanda Zúñiga and Rodrigo Ciríaco]. *Romance Notes*, 57(3), 395-406. <https://doi.org/10.1353/rmc.2017.0034>
- Martínez Teixeira, A. (2018). O dia 8 de junho de 1931 em São Paulo: A *Experiência nº2*, de Flávio de Carvalho como emblema de um modernismo outro [The day of June 8, 1931 in São Paulo: The *Experiência nº 2* by Flávio de Carvalho, like emblem of another modernism]. *Luso-Brazilian Review*, 55(2), 36-58. <https://doi.org/10.3368/lbr.55.2.36>
- Martínez Teixeira, A. (2020). Hélio Oiticica y la blanca singularidad simultânea de *Newyorkaises* [Hélio Oiticica and the white simultaneous singularity of *Newyorkaises*]. *Estudios Filológicos*, 66, 93-112. <http://dx.doi.org/10.4067/S0071-17132020000200093>
- Naves, R. (1999). Uma espécie de origem [A sort of origin]. In *Nuno Ramos* (Catálogo) (pp. 19-25). Centro de Arte Hélio Oiticica / Museu de Arte de São Paulo.
- Oiticica, H. (1974). Lendo Gertrude Stein [Reading Gertrude Stein]. Programa Hélio Oiticica (Número de tombo 0351/72) [versão eletrônica]. Itaú Cultural. [http://legacy.lcnetworks.org/extranet/enciclopedia/ho/index.cfm?fuseaction=documentos&cd\\_verbete=4486&cod=491&tipo=2](http://legacy.lcnetworks.org/extranet/enciclopedia/ho/index.cfm?fuseaction=documentos&cd_verbete=4486&cod=491&tipo=2)
- Oiticica, H. (1980). Entrevista com Hélio Oiticica [Interview with Hélio Oiticica]. Programa Hélio Oiticica (Número de tombo: 0059/80) [Anexos. Adenda da entrevista. Datilografado em 14/02/1980] Itaú Cultural. <http://legacy.lcnetworks.org/extranet/enciclopedia/ho/index.cfm?fuseaction=documentos&cod=76&tipo=2>
- Ouellet, P. (2003). *L'esprit migrateur. Essai sur le non-sens commun* [The migratory spirit: An essay on common non-sense]. Trait d'union.
- Patrocínio, P. R. do. (2010). *Escritos à margem: a presença de escritores de periferia na cena literária contemporânea* [Writings from the Outside: the presence of writers from the periferia (shantytown suburbs) in the contemporary literary scene]. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro] Repositório da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16720@1>
- Pellegrini, T. (2001). Ficção brasileira contemporânea: assimilação ou resistência [Contemporary Brazilian fiction: assimilation or resistance?]. *Novos rumos* (35), 54-64. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.16.v0n35.2221>
- Perkins, D. (1992). *Is Literature History Possible?*. Johns Hopkins University Press.

# BIBLIOGRAFIA

- Picchio, L. S. (1997). *Storia della letteratura brasiliana* [The History of Brazilian Literature]. Einaudi.
- Scramin, S. (2000). Conversa com Milton Hatoum [A talk with Milton Hatoum]. *Revista Babel*, 1(1), 6-15.
- Tennina, L. (2013). Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos [Saraus from São Paulo's periphery: poetry between drinks, silences and palms]. *Estudos de literatura brasileira contemporânea* (42), 11-28. <https://doi.org/10.1590/S2316-40182013000200001>
- Trigano, S. (2001). *Le temps de l'exil* [The time of exile]. Payot.

# A NARRATIVA TRADICIONAL COMO RUÍNA NO CONTO *BOLA DE SEBO*, DE GUY DE MAUPASSANT

THE TRADITIONAL NARRATIVE AS RUIN IN THE SHORT STORY *BOULE DE SUIF*, BY GUY DE MAUPASSANT

Nelma Santos 

Universidade do Estado da Bahia

[aronia68@gmail.com](mailto:aronia68@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 11/12/2021

**Aprovação | Accepted:** 26/06/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

A partir do conto *Bola de Sebo*, escrito por Guy de Maupassant (1850-1893), pretendemos apresentar o modo como o autor trabalha com dois planos narrativos, a saber: o primeiro plano, em que narra uma história no contexto da guerra Franco-Prussiana, século XIX, e o segundo plano em que o autor nos remete ao poema romanceado da tradição oral, intitulado *Il était un petit navire*. Essa narrativa, que é apenas mencionada numa frase, configura-se como uma espécie de ruína ou fragmento que sustenta a estruturada narrativa de primeiro plano ou superfície. Considerando que temos duas estruturas narrativas, optamos pelo método comparativo entre as estruturas narrativas como método de análise e assim chegamos à conclusão de que a tese de Ricardo Piglia se confirma naquilo que concerne a todo conto sempre contar duas histórias, bem como reconhecemos a importância da ruína ou fragmento como matéria nobre para criação literária, conforme observou Walter Benjamin sobre sua importância na criação barroca.

**Palavras-chave:** Guy De Maupassant, Conto, Narrativa Tradicional, História Literária, Patrimônio

## ABSTRACT

---

From the short story *Boule de Suif*, written by Guy de Maupassant (1850-1893), we intend to present the way the author works with two narrative levels, namely: the first level, in which he narrates a story in the context of the Franco-Prussian War in the 19<sup>th</sup> century, and the second level, in which the author takes us back to the novelized poem of oral tradition, entitled *Il était un petit navire*. Such narrative, which is mentioned only in one sentence, is configured as a kind of ruin or fragment that supports the surface or first-level structured narrative. As a method of analysis, considering that we have two narrative structures, we opted for the comparative method between the narrative structures. Thus, we concluded that Ricardo Piglia's thesis is confirmed in that every tale always tells two stories, as well as recognizes the importance of the ruin or fragment as a noble material for literary creation, as noted by Walter Benjamin on its importance in the baroque creation.

**Keywords:** Guy De Maupassant, Short Story, Traditional Narrative, Literary History, Heritage

*O que jaz em ruínas, o fragmento significativo, o estilhaço: essa é a matéria mais nobre da criação barroca.*

Walter Benjamin

## 1. Introdução

O *corpus* que apresentamos como objeto desta análise é o conto *Bola de Sebo*, do contista francês Henri René Albert Guy de Maupassant (1850-1893), publicado originalmente em 1880 no seu livro *Boule de Suif*. Bola de Sebo é o codinome de uma cortesã chamada Elizabeth Rousset, personagem protagonista que, no período da guerra franco-prussiana (1870-1871), quando a França foi ocupada pelos prussianos, decidiu fugir da cidade de Rouen com um grupo que se destinava à cidade de Havre, que estava ocupada pelo exército francês e era refúgio de muitos burgueses. A narrativa tem como clímax um conflito entre um comandante prussiano, Bola de Sebo e os demais passageiros do grupo que eram três casais burgueses, duas freiras e um republicano. No decorrer da análise, falaremos sobre o desfecho da narrativa.

O objetivo deste trabalho é apresentar o modo como o autor trabalha com dois planos

narrativos, a saber: o primeiro plano, em que é narrada uma história no contexto da guerra franco-prussiana, no século XIX, e a narrativa do segundo plano, um poema romanceado da tradição oral que, supostamente, é do século XVI, segundo Garrett (1984), haja vista o contexto das navegações. Esse poema, que é apenas mencionado numa frase de uma das personagens configura-se como a matéria nobre para a criação, conforme afirmou Walter Benjamin (cf. epígrafe). Essa matéria, ainda que se apresente de forma ruínica ou fragmentária, sustenta toda a estrutura da narrativa de primeiro plano.

Quanto ao método escolhido para análise, partimos de comparações entre as estruturas narrativas de primeiro e segundo plano de modo a concluir que, de fato, a tese de Ricardo Piglia (2004), se confirma quando diz que todo conto sempre conta duas histórias.

## 2. O relato secreto

De acordo com Piglia (2004), no primeiro plano conta-se a história um, e, no segundo plano, conta-se a história dois. Um relato visível esconde um relato secreto, narrado de um modo elíptico e fragmentário. Assim, a história secreta é a chave da forma do conto e de suas variantes.

De fato, podemos confirmar sua tese no conto *Bola de Sebo*, de Guy de Maupassant, cuja estrutura nos traz dois planos narrativos. No primeiro plano, o narrador nos conta a história de dez pessoas que, durante a ocupação da França na guerra franco-prussiana em 1870, partem de Ruão (ocupada pelos prussianos),

com destino ao Havre, cidade portuária ocupada pelo exército francês, onde muitos comerciantes tinham investimentos e, no segundo plano, temos o poema romanceado da tradição oral que é mencionado de forma fragmentada pela personagem Loiseau.

Assim, o narrador nos conta que, no percurso da viagem, quando a diligência encalhou na neve, cada qual espiava para ver se descobria alguma taberna na estrada, mas nenhuma venda de vinho aparecia; os viajantes não encontraram sequer um pedaço de pão e os seus rostos já estavam pálidos e crispados de fome.

Cornudet, um dos viajantes, que trazia consigo um cantil de rum, ofereceu-o a seus companheiros de viagem, mas apenas um deles, Loiseau, aceitou a sua oferta. O álcool o deixou de bom humor e então, já que não havia o que comer, ele propôs fazer como no pequeno navio da canção: comer o viajante mais gordo. Esse comentário era uma alusão indireta à *Bola de Sebo*, uma cortesã, que era a mais gorda do grupo. As pessoas mais educadas ficaram chocadas com a tal alusão e, portanto, ninguém respondeu.

Em nota de rodapé da edição brasileira<sup>1</sup>, o editor explica a referência que Loiseau faz ao pequeno navio:

*Referência à tradicional [composição] Il était un petit navire (Era uma vez um pequeno navio), que, apesar de macabra, é considerada canção infantil. Conta a história de um tripulante que vai ser comido por seus companheiros, mas é salvo por um milagre da Virgem Maria (Maupassant, 2013, p. 38).*

Com essa nota de rodapé ou mesmo apenas com a alusão feita pela personagem, o autor insere a narrativa do segundo plano que, conforme a tese de Piglia (2004), vai sendo narrada, concomitantemente, de um modo elíptico e fragmentário. Essa narrativa inserida de forma fragmentária é um poema ou *rimance* da tradição oral cuja origem é muito discutida. Fernando C. Pires de Lima afirma que seu pai, J. A. Pires de Lima defende a seguinte tese:

*Nascida no Atlântico, [...], alastrou-se pela Catalunha, Portugal, França e Inglaterra. Tudo leva a crer que a canção da Nau Catrineta nasceu no coração dos marinheiros portugueses e que relata um episódio real das navegações. Daqui passou ao Brasil, à Espanha, e foi até a França, transformando-se a alterosa nau em humilde e anônimo barquinho (Petit Navire). (Lima, como citado em Lima 1954, p. 29).*

Embora haja controvérsias sobre a origem desse roteiro traçado por Pires de Lima, ou mesmo sobre a possibilidade da existência de uma origem qualquer, é fato que as variantes *Nau Catrineta* e *Il était un petit navire* têm a mesma estrutura e, portanto, podemos afirmar tratar-se de uma obra da Literatura Oral tradicional que se apresenta como uma variante; seja *Nau Catrineta*, como denominou Pires de Lima ou *Il était un petit navire*, como consta no conto, em nota de rodapé. Desse modo, embora o conto de Maupassant não seja uma obra barroca, percebemos que nele também, “A estrutura e o detalhe em última análise, estão sempre carregados de história”, conforme afirmou Walter Benjamin (1984, p.

<sup>1</sup>Observamos que essa nota não consta numa edição portuguesa intitulada *Contos escolhidos*. Guy de Maupassant: tradução de Pedro Tamen. (2ª Ed.). Ed. Dom Quixote, 2011.

204). Ou seja: o fragmento citado pela personagem é apenas a ponta do *iceberg*, tal como descreveu Hemingway em sua “Teoria do iceberg”<sup>1</sup> pois, segundo o autor, “o verdadeiro significado de um texto escrito não deve ser evidente a partir do relato de superfície; ao contrário, o ponto crucial da história tem que residir abaixo da superfície e revelar-se completamente”.

No conto *Bola de Sebo*, após a referida alusão à narrativa tradicional, e o conseqüente silêncio das pessoas, a narrativa do primeiro plano segue como se todos tivessem esquecido do segundo. Isso nos comprova a tese já citada de Piglia, quando afirma: “O relato visível esconde um relato secreto”. É, portanto, com esse fragmento ou texto elíptico que o narrador irá conduzir as duas narrativas concomitantemente.

Na sequência da viagem, a fome dos tripulantes era ainda mais intensa. Às três horas da tarde, quando se encontravam no meio de uma planície interminável, Bola de Sebo tirou de um grande cesto dois frangos inteiros, cortados em pedaços, patês, embutidos, frutas e provisões que ela havia preparado para três dias. Quando Bola de Sebo começou a comer uma asa de frango, todos os olhares se voltaram para ela. O desprezo das senhoras por essa mulher tornou-se feroz; sentiam vontade de matá-la ou jogá-la fora do carro, na neve, ela, seu corpo, seu cesto e suas provisões.

Mas Loiseau que devorava com os olhos a terrina de frango comentou: “Que bom que a Senhora tenha sido mais precavida que nós”. Em seguida, ela ofereceu sua comida a Loiseau que aceitou e comeu com grande satisfação. Bola de Sebo, com voz humilde, ofereceu-o, também, para duas religiosas que aceitaram instantaneamente e puseram-se a comer muito

depressa, depois de balbuciar agradecimentos. Cornudet também não recusou o convite da sua vizinha. Ao final, depois de algum tempo de resistência, todos participaram do banquete oferecido por Bola de Sebo de modo a deixar seu cesto vazio e, a partir daí, passaram a ser amáveis, delicadas e condescendentes com Bola de Sebo.

Os tripulantes conversaram muito sobre a guerra e Bola de Sebo exprimiu seu ódio pelos prussianos que se alojaram na sua casa; disse que havia pulado na goela de um para estrangulá-lo, mas não o fez porque foi puxada pelos cabelos e, a partir daí, teve de esconder-se e, quando encontrou uma ocasião, fugiu; e eis porque estava ali no carro. Felicitaram-na muito. Ela crescia na estima dos companheiros que não tiveram tanta coragem.

Depois de onze horas de viagem, chegaram a Tôtes e instalaram-se no Hotel do Comércio, onde passaram por revista policial. Quando iam sentar-se à mesa, o dono do restaurante informou que um oficial prussiano queria falar com Elizabeth Rousset, Bola de Sebo, imediatamente. Ela disse: “É possível, mas não irei”.

Houve uma grande agitação em torno dela e o conde argumentou dizendo que sua atitude poderia prejudicar todos os companheiros. Todos o apoiaram e aconselharam-na a fazer o que lhe era pedido. Pelo grupo, ela decidiu saber o que o comandante queria. Em seguida, ela retorna indignada, chamando-o canalha, mas nada contou ao grupo, que ficou muito curioso.

No dia seguinte, quando os homens procuraram os cavalos atrelados para viagem, conforme haviam combinado com o cocheiro, este lhes disse que recebera ordem do

<sup>1</sup>Hemingway, E. Teoria del Iceberg. Disponível em [https://es.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_del\\_iceberg](https://es.wikipedia.org/wiki/Teoria_del_iceberg). Consultado em 16/12/2015.

comandante para que não atrelasse os seus cavalos. Ninguém sabia o porquê de tal ordem e todos ficaram inquietos. Mais tarde, conseguiram autorização para conversar com o comandante alemão no intuito de saber a razão por que foram impedidos de partir, mas ele disse apenas que não o quis. Quando iam sentar-se à mesa, deu-se a seguinte cena, que começa com o que diz o dono do hotel:

– *O oficial prussiano manda perguntar a srta. Elizabeth Rousset se ela ainda não mudou de opinião.*

*Bola de Sebo ficou de pé, pálida; depois tornando-se subitamente escarlate, teve um tal acesso de cólera que sequer podia falar. Enfim, explodiu:*

– *O senhor dirá àquele crápula, àquele porco, àquela imundície de prussiano, que jamais, jamais, jamais.*

*Bola de Sebo, então, foi cercada, interrogada, solicitada por todos para esclarecer o mistério. Ela resistiu no começo, mas logo se deixou arrebatada:*

– *O que ele quer? . . . O que ele quer? . . . Ele quer dormir comigo!*  
– *gritou ela (Maupassant, 2013, p. 66).*

A princípio, todos ficaram indignados. Era um clamor de reprovação; foi como se tivessem pedido a cada um uma parte do sacrifício lhe fora exigido. Mas depois, temendo permanecer mais tempo no albergue, revoltaram-se contra Bola de Sebo, por ela não ter

*se encontrado secretamente com o comandante, a fim de dar, pela manhã, uma boa surpresa aos companheiros. Haveria coisa mais simples? Ademais, quem o*

*saberia? Ela poderia salvar as aparências. Mandando dizer ao oficial que só consentia por pena das aflições dos viajantes, para ela, aquilo tinha tão pouca importância! (Maupassant, 2013, p. 68-69).*

No dia seguinte, as mulheres mal falaram com Bola de Sebo e quando ela decidiu ir à missa assistir a um batizado, elas se reuniram no intuito de fazer alguma coisa. Assim, pensaram em propor ao oficial que retivesse apenas Bola de Sebo e deixasse partir os demais.

*A senhora Loiseau explodiu: – Ora, pois, não vamos morrer de velhice aqui! Já que é seu ofício, o dessa rameira, de fazer isso com todos os homens, acho que ela não tem o direito de recusar um e não outros [...] E hoje, que se trata de nos tirar do apuro, ela se faz de rogada, essa lambisgoia! . . . (Maupassant, 2013, p. 72/73).*

Depois de muitas conversas, as mulheres articularam um plano para convencer Bola de Sebo a dormir com o soldado. Não havendo outro jeito de salvar o grupo, Bola de Sebo cede aos apelos dos seus companheiros. Ela dorme com o comandante e no dia seguinte, todos partem para Havre; porém, agora que estavam livres, todos passaram a tratar Bola de Sebo “como se ela trouxesse uma infecção nas suas saias” (Maupassant, 2013, p. 89). Para adensar a crueldade, numa certa altura da viagem em que todos estavam novamente com fome, mas agora precavidos, comeram sem nada oferecer à Bola de Sebo que, na pressa de seu despertar, não pudera pensar em nada.

Conforme pudemos perceber, a proposição de Loiseau (comer o viajante mais gordo), que entrou como ruína dentro da narrativa, foi sendo efetivada aos poucos. A princípio comem todos os suprimentos levados por Bola

de Sebo e, ao final, Bola de Sebo é levada, contrariada, a dormir com o comandante que tanto odiava; ou seja, em linguagem metafórica, Bola de Sebo é comida pelo comandante para salvar as vidas dos companheiros, assim como sugere a proposição de Loiseau, baseando-se *Il était un petit navire*. Não obstante, diferentemente da narrativa tradicional em que a personagem é salva pela Virgem Maria, Bola de Sebo não tem redenção. Depois de salvá-los da fome e do cerceamento de liberdade, é ainda mais ignorada e humilhada pelos companheiros.

Segundo Paloma Diaz-Mas (2010, p. 125), “Vivemos em um país construído sobre ruínas remotas e assassinatos recentes. Se um parque de estacionamento é escavado, surgem restos de ‘pagãos’, romanos o moros” (tradução nossa). Conforme vimos, o mesmo procedimento ocorre no conto *Bola de Sebo*. A partir da memória da personagem, o narrador nos traz para a superfície, uma narrativa que se encontra nos “escombros”, mas tal como as ruínas de criptopórticos romanos<sup>1</sup>, que serviam para sustentar a estrutura de uma superfície, o fragmento da narrativa tradicional é utilizado como suporte para a narrativa que se encontra no plano da superfície. Conforme Walter Benjamin (1984, p. 200), “O que a antiguidade lhes legou são os elementos, com os quais, um a um, mesclam o novo todo. Ou antes, não há mesclas, mas construção, pois a visão perfeita desse ‘novo’ era ruína”.

Essa imagem da ruína no conto, não é configurada, apenas, pelo fragmento da narrativa tradicional. O cenário ou espaço-tempo da guerra também corrobora a ideia de ruína, uma vez que nos revela a corrosão dos valores morais emblematizados na fala da personagem “os fins justificam os meios”; ou

seja: percebemos nesta frase a ruína dos valores humanistas, pois, a princípio, o grupo fica chocado quando Cornudet propõe comer o viajante mais gordo, depois fica indignado com a proposta do comandante; mas, quando percebe que sua liberdade está condicionada à prostituição de Bola de Sebo, a moral é relativizada e assim, revelam-se a hipocrisia e a ruína dos valores da alta sociedade e do clero.

Outro aspecto que corrobora a ideia da Literatura Tradicional como ruína tem a ver com a configuração do tempo e espaço dessa narrativa, haja vista que tanto em *Il était un petit navire*, quanto na *Nau Catrineta*, nos lembra Jean Choen quando afirma:

*O que a ruína representa para o tempo, representa o navio para o espaço. O navio é um aqui-além, como a ruína é um presente passado. O navio que eu olho está aqui. Repousa docemente nas águas calmas do porto. E ao mesmo tempo está além. Transcende as oposições temporais. (Cohen, 1987, p. 242)*

Se Choen compara a ruína com o navio, a *Nau Catrineta* ou *Il était un petit navire* é, a nosso ver, duplamente ruíniforme, pois temos uma narrativa que se apresenta apenas como fragmento ou ruína de uma tradição literária, cujo espaço narrativo é o próprio navio. Ou seja, conforme Cohen, o navio é um aqui-além, como a ruína é um presente passado e transcende as oposições temporais.

No conto *Bola de Sebo*, percebemos a síntese desse espaço-tempo que transcende as oposições temporais e espaciais, uma vez que na narrativa moderna subjaz, como um criptopórtico da narrativa tradicional. O passado e presente, o aqui e o além se

<sup>1</sup>Criptopórticos – construções abobadadas empregadas com alguma frequência pelos romanos em terrenos instáveis ou de topografia irregular, a fim de criar uma plataforma de suporte para outras edificações, normalmente públicas. Disponível em:

<http://www.portugalromano.com/site/galerias-romanas-da-rua-da-prata-olisipo-lisboa/>. Consultado em 18/12/2015.

(con)fundem e recriam uma nova versão ou variações da narrativa tradicional, pois segundo Paloma Díaz-Mas (2006, p. 10),

*Chamamos cada uma das interpretações de um romance uma versão, e as diferenças entre diferentes versões, variantes. Como as versões do mesmo romance geralmente apresentam variantes muito diferentes, a melhor maneira de estudar um romance é comparar todas as versões disponíveis. O romance tradicional é, portanto, uma espécie de ameba que está mudando continuamente de forma (e até mesmo de conteúdo e significado!), sem que seja possível dizer que uma única dessas formas concretas é a correta, a exata ou a que melhor nos transmite o que é o romance. Daí a ideia de Ramón Menéndez Pidal de que "o romance vive em variantes". (Tradução nossa)*

Considerando que a melhor forma de estudar o romance é comparar todas as versões, tomemos como exemplo a fala da personagem Loiseau quando propõe que se faça como no pequeno navio da canção: “comer o viajante

mais gordo”. Ao comparar essa proposição com a variante citada *Il était un petit navire*, percebemos que a frase “comer o viajante mais gordo” é uma recriação da personagem que adapta a narrativa tradicional ao seu contexto, pois, nem na versão citada por ele, nem na versão portuguesa, *Nau Catrineta*, existe essa referência ao viajante mais gordo. Ou seja, a personagem criou uma variante, haja vista que em *Il était un petit navire*, a sorte é lançada e o mais jovem é escolhido. Vejamos:

*On tira z'à la courte paille,  
Pour savoir qui-qui-qui serait mangé,  
Ohé, Ohé !*

*Le sort tomba sur le plus jeune".  
C'est don clui qui-qui-qui serait mange  
Ohé, ohé!<sup>1</sup>*

Na versão portuguesa, recolhida por Almeida Garrett (1984, p. 296-302), a proposta é lançar os dados para saber quem será comido o que calhou ao capitão. Vejamos:

*Deitaram sortes à ventura  
Qual se havia de matar;  
Logo foi cair a sorte  
No Capitão general.*

### 3. Conclusão

Com essa análise do conto *Bola de Sebo*, podemos concluir que a tese de Ricardo Piglia se confirma quando diz que todo conto sempre conta duas histórias, de modo que um relato visível esconde um relato secreto, narrado de um modo elíptico e fragmentário e que a história secreta é a chave da forma do conto. Compreendemos também a “teoria do *iceberg*”

de Hemingway, pois de fato o conto de Maupassant não coloca tão em evidência a narrativa de segundo plano. Ao contrário, o ponto crucial da história, de fato, residiu abaixo da superfície. Comparando essas duas teorias com a epígrafe de Walter Benjamin, reconhecemos a importância da “ruína” ou “fragmento” como matéria nobre para criação

<sup>1</sup>Chansons de France. Vol. 2. Illustrações de Hervé Le Golf. Éditions Flammarion, Paris, 2013. Col. Père Castor.

literária, conforme observou o filósofo sobre sua importância na criação barroca, haja vista que a narrativa de primeiro plano, no conto *Bola de Sebo*, é estruturada a partir do fragmento da narrativa oral tradicional trazido pela personagem Loiseau, quando propõe “comer o viajante mais gordo”.

Com essa expressão, podemos concluir também que Loiseau criou uma variante da canção francesa *Il était un petit navire* que, por

sua vez, segundo Augusto Pires de Lima, é uma versão do romance português, *Nau Catrineta*. O conto *Bola de Sebo* é, portanto, uma narrativa construída a partir da ruína de duas versões da tradição oral, cuja estrutura é constituída de naufrágio, intenção antropofágica e salvamento, mas cada uma traz as marcas do seu tempo e da sua cultura, contudo, em atualizações e diálogos constantes com outras narrativas.

- Benjamin, W. (1984). *Origem do drama barroco alemão*. Tradução e notas: Sérgio Paulo Rouanet. Ed Brasiliense.
- Chansons de France*. Vol. 2. (2013). Ilustrações de Hervé Le Golf. Éditions Flammarion. Col. Père Castor.
- Cohen, J. (1987). *A plenitude da Linguagem (teoria da poeticidade)*. Almedina.
- Díaz-Mas, Paloma (2006). *Romancero*. Editorial Crítica.
- Garrett, A. (1984). *Romanceiro, Obras Completas de Almeida Garrett*, Vol. XI. Ed. Círculo de Leitores.
- Hemingway, E. *Teoria del iceberg*. Recuperado em: Hemingway, Ernest. Teoria del iceberg. Recuperado em: [https://es.wikipedia.org/wiki/Teor%C3%ADa\\_del\\_iceberg](https://es.wikipedia.org/wiki/Teor%C3%ADa_del_iceberg). Consultado em 10/12/2021.
- Lima, P. de. (1954). *A Nau Catrineta - Ensaio de interpretação histórica*. Portucalense Editora.
- Maupassant, G. de (2013). *Bola de Sebo e outras narrativas*. Trad. Enid Yatsuda Frederico. (1ª ed.). Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_, G. de (2017). *Contos escolhidos*. Trad. Pedro Tamen. (2ª ed.). D. Quixote.
- Piglia, R. (2004). *Formas Breves*. São Paulo, Ed. Cia. Das Letras.
- Viana, D. (2010). *Memoria y oralidad: La documentación de los recuerdos* In A Literatura Popular: Simpósio sobre Literatura Popular.

# FRANCISCO DE ASSIS (1181 OU 1182): UM PARADOXO DO SEU TEMPO

*FRANCISCO DE ASSIS (1181 OR 1182): A PARADOX OF HIS TIME*

Josineide Siqueira de Santana 

SEDUC-SE/Cátedra Estudos Globais- Uab

[josi-siqueira2010@hotmail.com](mailto:josi-siqueira2010@hotmail.com)

Verônica dos Reis Mariano Souza 

Universidade Federal de Sergipe – UFS

[veronicamariano@live.com](mailto:veronicamariano@live.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 22/12/2021

**Aprovação | Accepted:** 14/04/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

O objetivo deste artigo é conhecer e dialogar com o contexto sócio-histórico da vida de Francisco de Assis, buscando apresentar seu itinerário, numa comunicação entre a personagem e seu tempo, além de mostrar seu aporte para o mundo atual, por meio de sua concepção. Nascido em Assis, 1181 ou 1182, filho de Pietro di Bernadone e Jeanne di Bernardone, o jovem Giovanni di Pietro di Bernadone, apelidado de Francesco por seu pai, notabilizou-se, entre outras coisas, por sua forma radical de vida. Sua trajetória se encontra, principalmente, em seus testamentos e nas fontes franciscanas. Francesco é conhecido por revolucionar a Igreja, sem, no entanto, afastar-se dela. Munido de um pensamento de unidade e fraternidade, conseguiu, de forma rara, transcender o tempo, até os dias atuais. O pensamento de Francisco colaborou visão de mundo voltada à unidade dos povos, da diplomacia, meio ambiente e cultura de paz. Para escrita deste artigo foram utilizados os pressupostos teóricos-metodológicos da História Cultural, e para contribuir ao entendimento do homem de Assis, a bibliografia conta com autores como Foucault (1989), Le Goff (2005a – 2005b), Duby (1978, 2017), Franco (2001), além de Fassini (2004), entre outros.

**Palavras-chave:** Francisco de Assis, Idade Média, Igreja, História, Cultura

## ABSTRACT

---

The objective of this article is to know and dialogue with the sociohistorical context of the life of Francisco de Assis, seeking to present his itinerary, in a communication between the character and his time, in addition to showing his contribution to the current world through his conception. Born in Assis, in 1181 or 1182, son of Pietro di Bernadone and Jeanne di Bernardone, the young Giovanni di Pietro di Bernadone, nicknamed Francesco by his father, was notable, among other things, for his radical way of life. His trajectory is found mainly in his testaments and Franciscan sources. Francesco is known for revolutionizing the church, without, however, departing from it. Armed with a thought of unity and fraternity, he managed, in a rare way, to transcend time, to the present day. Francisco's thoughts inaugurated a vision of the world aimed at the unity of peoples, diplomacy, the environment and a culture of peace. For writing this article, the presuppositions of the theoreticians of Cultural History were used, and to contribute to the understanding of the man from Assisi, the bibliography includes authors such as Foucault (1989), Le Goff (2005a – 2005b), Duby (1978, 2017), Franco (2001), in addition to Fassini (2004), among others.

**Keywords:** Francisco de Assis, Middle Ages, Church, History, Culture

## 1. NOS TEMPOS DE FRANCISCO

O tempo de Francisco de Assis ficou denominado como baixa Idade Média que vai do século XI ao XV, época que também é marcada por vários conflitos, dentre eles, os de ordem política. No auge do Feudalismo, a população medieval vivia um momento de transformações como o crescimento populacional: “a primeira manifestação desse crescimento é de ordem demográfica econômica, desde o ano 1000, desigualmente de acordo com as regiões, mas de maneira regular e às vezes explosiva – como na Itália do norte e do centro” (Le Goff, 2005b, p. 23). O sistema feudal, proporcionou uma maior concentração e aumento das famílias dos senhores e servos. Nesse interim, o Medievo foi marcado pelo fortalecimento da Igreja, uma vez que, por meio de alianças com os povos bárbaros, muitos acabaram por se converter, conferindo à pessoa do Papa muitos poderes, inclusive no tocante às questões espirituais.

Junto à consolidação da figura do pontífice, o clero também passou a desfrutar de poder e prestígio, configurando-se, assim, como classe social. Eles atuaram de maneira decisiva para a formação da mentalidade do homem medieval. Seus ensinamentos versavam sobretudo na crença na vontade divina, assim como na luta contra o maligno, na recusa dos prazeres mundanos e na salvação da alma. Porém:

*O quase total controle da camada clerical sobre o conjunto da comunidade cristã acentuava o azedume das críticas. Estas refletiam as transformações socioeconômicas da Idade Média Central e assumiam forma religiosa coerentemente com a psicologia coletiva da época. As novas manifestações espirituais, que forçavam a Igreja a rever*

*certos conceitos, não vinham de grupos marginalizados, mal cristianizados. Eram produto da cultura intermediária, tanto no caso das manifestações que ficaram na ortodoxia (cistercienses, franciscanos, dominicanos) quanto no das que caíram na heresia (cátaros, valdenses, fraticelli). (Franco, 2001, p. 106).*

O poderio da Igreja não impediu o nascimento de grupos de contestação, apontados como movimentos heréticos, aqui entendidos de acordo com o conceito de Georges Duby (2017, p. 208) que define o herético como “o que escolheu, que isolou da verdade global, uma verdade parcial, e que a seguir, obstinou-se a sua escolha” [sic]. E como bem lembra, Franco (2001, p. 106): “Todas essas correntes baseavam-se na pobreza e na penitência, forma de criticar o enriquecimento e a institucionalização da Igreja. Mas aquelas que não desejavam afastar-se da ortodoxia com o tempo [sic] viam-se influenciadas pelo mesmo enriquecimento e institucionalização”.

Entre os movimentos citados, encontravam-se os chamados Cátaros ou Albigenses, como eram conhecidos em alguns lugares e os Valdenses. Sobre os Cátaros, foi um movimento que se desenvolveu no Sul da França e partes da Itália, a partir do século XII. Baseavam-se na dualidade entre o bem e o mal; considerando o corpo como o mal e a alma como o bem; negavam o purgatório, a missa para os defuntos, o batismo para crianças e a transubstanciação.

Quanto aos Valdenses, estes acusavam a Igreja de ser conivente com a vida de luxo; não se submetiam a nenhuma autoridade eclesiástica

e traduziram a bíblia para a língua vulgar, o que naquele momento era expressamente proibido. Essa atitude por parte desse grupo, tornou-os:

*passíveis de ser igualmente caracterizada como heresia a emergente motivação de grupos de leigos que agora tinham como proposta exercer a “pregação não-autorizada”, como foi o caso de diversos grupos de valdenses, e também dos humiliati. A implicação deste aspecto é similar à das heresias que rejeitavam os sacramentos e autoridade dos padres. Assumir a função de ‘pregador’ fora do âmbito da estrutura eclesiástica autorizada pela Santa Sé era questionar também o papel dos padres e monges como os únicos e necessários intermediários na relação com Deus. (Barros, 2010, p. 36)*

A explosão desses movimentos, levou a Igreja a embates constantes, tendo em vista que muitos foram convertidos para as novas práticas. No entanto, apesar de todo o confronto e da força da Igreja:

*Nenhuma derrota é mais significativa do que a da Igreja do fim do século XII diante dos movimentos leigos francamente heréticos ou catalogados pela Igreja como heréticos. O movimento mais espetacular e mais grave é com certeza o catarismo, verdadeira religião diferente do Cristianismo baseando-se numa estrita oposição entre o bem e o mal. Os Cátaros se estendem pela Baixa Renânia, algumas regiões da França e do Império Romano-Germânico, do Loire aos Alpes, e principalmente pela França*

*Meridional. A Provença e a Itália do Norte. (Le Goff, 2005b, p. 35).*

A presença dos Cátaros nas mencionadas regiões colocou à prova todo o investimento católico, pois, a presença do catarismo, se caracterizou na “derrota do clero secular local, e dos cistercienses, aos quais o papado tinha confiado, a ação da pregação, depois das cruzadas” (Le Goff, 2005b, p. 35). Esse período histórico, resultaria em conflitos dentro da própria França, entre os moradores do Norte e do Sul do país, criando um verdadeiro abismo entre eles, além do surgimento dos processos inquisitoriais.

Os resquícios dessas comunidades na Europa Medieval fazem com que o próprio estilo de vida escolhido por Francisco necessite de reconhecimento papal, uma vez que: “na mesma época com Francisco, havia muitos grupos oriundos da religião apostólica romana, mas que buscavam, muitas vezes, fomentar a dissidência, ao proclamarem ideias não cristãs, não participavam de orações e poucos deles buscavam ajudar os necessitados” (Lelua & Bohomoletz, 2019, p. 36).

Enfim, o processo para acabar com as heresias foi marcado por conflitos, embates, perseguições e mortes. Por isso, o Bispo Guido de Assis preocupou-se em orientá-lo para que solicitasse junto a Roma a aprovação eclesiástica, afastando, desse modo, qualquer dúvida sobre seu caráter de piedade e sua boa-fé para com a Igreja.

Diante do desejo de Francisco de viver na forma do Evangelho de Cristo e do ambiente propício às heresias, alguns questionam, o fato de não desejar um rompimento com a Igreja, tendo em vista as diversas críticas sofridas pela instituição. Mas, como aponta Le Goff, em 2005b:

*ele não quis quebrar essa unidade, essa comunidade à qual*

*se agarrava. Mas principalmente por causa de seu senso, de sua necessidade visceral dos sacramentos. Quase todas as heresias medievais são contra os sacramentos. Ora, Francisco tem necessidade, no mais fundo do seu ser, dos sacramentos e, mais que todos, do primeiro entre eles, a Eucaristia. Para ministrar esses sacramentos, há necessidade de um sacerdote, uma Igreja. Francisco também – o que pode surpreender – está pronto a perdoar aos clérigos em troca desse ministério dos sacramentos. Em uma época que mesmo os católicos ortodoxos põem em dúvida a validade dos sacramentos administrados por padres indignos, Francisco reconhece essa validade e afirma sem rodeios. É por que distingue criteriosamente clérigos e leigos que ele tem necessidade dos primeiros e fica na Igreja. (Le Goff, 2005b, p. 112).*

Além do poder na Igreja, outra classe social se destacou ao longo do período, os nobres. Donos de domínios, que, por meio da relação de servidão, mantinham os servos presos as suas terras, através de fatores como: os instrumentos de trabalho, a própria terra (que se caracterizava como doação) e o pagamento de impostos, como a corveia, a mão morta e as banalidades. Embora, alguns historiadores tratem esses tributos como “impostos”, é importante ressaltar que não se pode

*dar um sentido modernizante a tais prestações, que muito pouco tinham a ver com “impostos”. Elas faziam parte, isso sim, de uma mentalidade que colocava muito da atividade econômica no plano*

*mágico, do “tirar, oferecer e consagrar”. Ou seja, os senhores apareciam “em primeiro lugar como dispensadores de fecundidade, o que legitimava suas exigências e fazia convergir para sua casa todo um sistema de oferendas ritualizadas”. (Duby como citado em Franco, 2001, p. 48).*

Desse modo, os referidos tributos eram vistos e alimentados como parte da mentalidade da época, fazendo com que o retorno em forma de “contribuição” nada mais fosse que um ato de agradecer ao senhor pelas benesses por ele dispensadas.

A Idade Média, no período correspondente à vida de Francisco de Assis, testemunhou as melhorias agrícolas, com o aprimoramento de ferramentas e utensílios necessários ao desenvolvimento da agricultura. Além disso, o período foi marcado pelo chamado Renascimento Comercial, ocorrido, principalmente devido ao aumento de rotas de comércio, as quais trouxeram, entre outros benefícios, a disponibilidade de alimento, o que também ajudou no aumento populacional, pois à medida que as cidades cresciam, crescia também a necessidade pelos mais diversos produtos. O consumo ia desde objetos de luxo até itens essenciais. Produto do fomento dessas atividades, destaca-se o surgimento das feiras que ajudaram na circulação das mercadorias. Inicialmente, elas aconteciam nos burgos, depois passaram a ocorrer em espaços mais amplos. As principais feiras ficavam nas cidades de Champanha, na França e em Gênova e Veneza, na Itália.

Ao discorrer sobre a Idade Média, buscou-se situar o homem em seu tempo. Perceber as relações que existiam naquele contexto, ajudará na percepção do homem de Assis.

## 2. O RETRATO DA PERFEIÇÃO: O HOMEM DE ASSIS

Giovani di Pietro di Bernadone, apelidado por seu pai de Francesco, viveu num período de profundas mudanças sociais e de guerras entre a nascente burguesia e a nobreza. Filho do próspero comerciante de tecidos Pietro di Bernadone, Francisco ansiava ascender socialmente para a nobreza tornando-se um vencedor cavalheiro. Nascido em 1181 ou 1182, em Assis, Itália, Francisco não se diferenciava muito de tantos outros jovens de sua época, e, como eles, também almejava reconhecimento e fortuna. Filho de uma burguesia comercial e sem títulos, o desejo de se tornar um cavalheiro, enchia-lhes os olhos e o coração.

Embora, Tomás de Celano trate Pietro di Bernadone como um homem rico, historiadores apontam que: “a fortuna de que dispunha graças ao pai era inferior à maior parte dos nobres” (Le Goff, 2005b, p. 60). O jovem Francisco, possivelmente, fora instruído de acordo com a educação vigente no período, chegando a participar das aulas na Paróquia de São Jorge: “aprendeu o latim e o italiano ... mesmo tendo-a frequentado apenas durante três anos, conforme a educação precária e irregular da época, quando a maioria das pessoas era praticamente analfabetas.” (Lelua & Bohomoletz, 2019, p. 36). Provavelmente, tenha aprendido alguns rudimentos de Matemática, tendo em vista o ofício do pai e, por consequência, se tornaria o seu em algum momento da vida. Sua educação foi precária, assim como a maior parte da população do Medievo, pois até mesmo, os mais abastados encontravam dificuldades no tocante ao acesso ao ensino.

Francisco cresceu usufruindo de uma vida confortável e cercado dos benefícios que a boa condição de seus pais podia proporcionar-lhe. Assim, “durante a sua juventude, entregara-se as alegrias da vida cortês, compunha canções de amor ...” (Duby, 1978, p. 142). Cresceu sendo “galanteador, amante da beleza, sob todas as formas e sedutor nas festas junto à juventude local” (Lelua & Bohomoletz, 2019, p. 13). Admirador da poesia, em especial da francesa, dedicava-se a viver conforme seu tempo permitia, participando de serenata pela cidade, dos jograis na praça de Assis, cantando e festejando, um verdadeiro esbanjador. Por sua natureza festeira, agregava a muitos. Vestia-se ao melhor estilo da nobreza, embora não o fosse, e tinha na gentileza uma forte característica.

Francisco era apaixonado e inquieto, talvez, por isso, quando o seu coração se aquietou, ele conseguiu abandonar a tudo que conhecia, seguindo a voz do crucificado. Renunciou ao antigo projeto de vida quando entregou a vestes ao seu pai terreno Pietro di Bernadone. Caroli (1999, p. 587) nos lembra que Francisco não foi o único a vivenciar a pobreza no seu tempo, pois outras manifestações como essa já se faziam conhecidas. Quando, enfim, despojou-se de si, imitando a Pedro Valdo, “quis despojar-se de tudo, quando apresentou-se nu diante do pai, lançando-lhe aos pés os seus adornos e os seus dinheiros. Foi o bispo da cidade que o cobriu com seu manto. Permaneceu na igreja, fiel (Duby, 1978, p. 142). Tanto que ao congregar seus irmãos frades, os conclamava na ajuda e na boa convivência com o clero:

*Somos enviados como ajuda aos clérigos para a salvação das almas, de forma que, se algo faltar neles, seja suprido por nós... Irmãos, sabeí que é muito do agrado de Deus a conquista das almas, e isso podemos conseguir melhor em paz com os clérigos do que com a discórdia... Se fordes filhos da paz, ganhareis os clérigos e o povo e isto é mais agradável a Deus do que ganhar somente o povo, deixando o clero escandalizado, cobrir suas faltas e supri seus muitos defeitos e, quando tiverdes feito isto, sede ainda mais humildes (Espelho da Perfeição - 3, cap.14).*

Após sua conversão, foi assim descrito na *Prima Vita* (83, 8-10) de Tomás de Celano:

*Era de estatura um pouco abaixo da média, cabeça proporcionada e redonda, rosto um tanto largo e fino, testa plana e curta, cabelos castanhos, pestanas retas. nariz proporcional, delgado e reto, orelhas levantadas mas pequenas, têmporas achatadas, língua pacificadora, ardente e penetrante, voz forte e doce, clara e sonora, dentes unidos alinhados*

*e brancos, lábios pequenos e delgados, barba preta e um tanto rala.*

Assim apresentado, não parece que seja um homem atraente, porém o descuido com o próprio corpo, algo presente na mentalidade da Idade Média, além das questões relacionadas à dor física como forma de purificação, pois na “Tradição judaico-cristã, a dor é mostrada como uma prova ou um castigo imposto por Deus quando encolerizado.” (Duby, 2017, p. 191).

Francisco, por sua radicalidade, expunha seu corpo a muitas dores. Para isso, Duby (2017), informa que “os homens são naturalmente pecadores. Portanto é normal que sofram. Não apenas normal mas necessário. Furtar-se ao sofrimento não é ir de encontro à vontade divina.” (p. 191). Logo, a mentalidade da época dava os subsídios para esse comportamento. Embora, com a fisionomia maltratada e de “aspecto muito desprezível e pequeno no tamanho, e que por esse motivo se passava por um vil pobrezinho” [...] (Le Goff, 2005b, p.105), havia algo de contagiante nele, como nos tempos da juventude, por isso os Fiorette nos informam que continuava a “seduzir multidões”.

### 3. O POBREZINHO DE ASSIS: ENTRE O PODER E A FÉ

Na época em que viveu Francisco, existiam diferentes movimentos, muitos deles de cunho herético. Dentre eles destacamos os Pobres de Cristo de Roberto de Abrissel, Cátaros e Humilhados, os Valdenses e os Pobres Reconciliados. Teria sido Francisco influenciado por eles? Na *Legenda dos Três Companheiros* 25, e na *Prima Vita* de Tomás

de Celano mostram que a inspiração de Francisco era baseada nos evangelhos no trecho que Cristo enviava seus discípulos a pregar. Ao ouvir o evangelho Francisco disse: “É isso que eu quero cumprir com todas as minhas forças”. A pobreza franciscana foi inspirada nos evangelhos de Mateus, 10.7-19; Marcos, 6.7-12 e Lucas, 10. 1-16.

*Francisco ouviu, na festa do Apóstolo Matias, em 24 de fevereiro de 1209, na capela da Porciúncula o trecho em que Cristo recomendava aos discípulos a pregar: que não levassem no caminho nem ouro nem prata, nem sacola, nem alforje, nem pão nem cajado, e não usassem nem calçados, nem duas túnicas (Caroli, 1999. p. 587).*

Francisco abandonou radicalmente o sonho de poder que o perseguiu durante toda sua existência. O filho de dona Picca também conviveu com as disputas pelo poder entre os membros da sua própria ordem. Com o crescimento do número de irmãos, no início do século XIII, inevitáveis lutas pelo poder que se instalaram em todas as relações sociais apareceram em todas as instâncias: estado, grupos sociais, família (Foucault, 1989). Também na nascente família franciscana de então as relações de poder foram travadas de modo explícito. A opção de viver a pobreza evangélica dentro da Igreja Medieval na qual as instâncias do poder e da riqueza estavam muito presentes, mesmo diante de tais limitações, Francisco não a abandonou seguiu fielmente a recomendação do crucificado de São Damião “Francisco, vai e restaura a minha casa” (Celano, 2021, p.137).

É dramática a aflição de Francisco de Assis, dividido entre o ideal desnaturado e sua ligação apaixonada com a Igreja e à ortodoxia, e ele acaba aceitando, mas se retira. Pouco antes da sua morte (1226), na solidão de Verna, os estigmas foram o fim, o resgate e a recompensa de sua angústia (Le Goff, 2005a, p. 79).

Viveu num período marcado por guerras entre a burguesia que se estabelecia e a nobreza que queria manter o seu poder, Francisco, que sonhava tornar-se cavaleiro, com esse intuito

inscreveu-se para participar da guerra entre Assis e Perugia. Assis perdeu a guerra, Francisco tornou-se prisioneiro e enfermo. Em 1205, partiu para a luta. Em Espoleto, recebeu, em sonhos, ordem para voltar a Assis. A partir daí os ideais de Francisco começaram a se transformar a ponto de se tornar um paradoxo na sua época e nas épocas futuras. O que faria um jovem rico, com poder de liderança e ambição abandonar tais valores? Essa decisão era natural na sociedade e na sua família de sangue?

Aos poucos Francisco de Assis foi-se distanciando dos costumes e dos anseios da burguesia e da nobreza do seu tempo, preocupando-se com a parcela mais pobre da população de Assis. A expansão econômica do Ocidente no século XII não teve apenas consequências benéficas. Ao mesmo tempo em que arrancava a sociedade à estagnação, aumentava a distância que separava ricos e pobres. (Vauchez, 1995, p. 67).

Diz Celano (2021) que, libertado da prisão, pouco tempo depois tornou-se ainda bondoso para com os necessitados. Resolveu, desde então não desviar o rosto de pobre nenhum e de ninguém que ao pedir lembrasse o amor de Deus.

Como se vê na Legenda Maior I,5: A partir daí, afastando-se do tumulto da negociação pública, suplicava devotamente a clemência suprema para que se dignasse a mostrar-lhe o que teria que fazer. Celano no capítulo 9,21 da Primeira Vida mostra aspectos da restauração das igrejas como no episódio com o crucifixo de São Damião (I C, 8, 18) e da Porciúncula:

*Depois que o santo de Deus trocou de hábito e acabou de reparar a mencionada igreja, mudou-se para outro lugar próximo da cidade de Assis. Aí começou a reedificar outra igreja abandonada e quase destruída, e*

*desde que pôs as mãos à obra não parou enquanto não terminou tudo.*

*Dali passou a outro lugar, chamado Porciúncula, onde havia uma antiga igreja da Bem-Aventurada Virgem Mãe de Deus, mas estava abandonada e nesse tempo não era cuidada por ninguém. Quando o santo de Deus a viu tão arruinada, entristeceu-se porque tinha grande devoção para com a Mãe de toda bondade, e passou a morar ali habitualmente. Estava no terceiro ano da sua conversão. Por essa época, usava um hábito de ermitão, cingido por uma correia, e andava com um bastão e com os pés calçados. (I C,9,21,1,2,3)*

Logo depois de se desligar do seu pai, Pietro di Bernadone, “mediatamente “Francisco”, diz Tomas de Celano, “vai pela floresta cantando louvores em francês” (Caroli, 1999). Não perdeu tempo, foi edificar igrejas, certo da sua fé e obediência ao Cristo. Percebe-se profunda mudança interior e exterior em Francisco, as quais chamam atenção, chocam e provocam. A modificação interior e exterior de Francisco de Assis chama atenção, choca e provoca interpretações distintas dos seus hagiógrafos com relação ao episódio do crucifixo de São Damião, como aponta Visalli, 2013:

*Tomás de Celano toma cuidado de imputar a Francisco o entendimento da mensagem metafórica da imagem, ainda que tenha optado por iniciar sua tarefa pelas expressões mais materiais, a reforma do lugar. Apresenta uma outra perspectiva, a de que o “o servo de Deus” não teria entendido o significado da grandeza de sua missão e por isso*

*se dedicou a reconstrução da igreja material (2013, p. 96).*

Sabe-se que, independentemente dos movimentos heréticos como os valdenses que pregavam a pobreza e até das disputas posteriores pela herança do carisma entre os ramos diferentes ramos do franciscanismo, a maturidade e o chamado evangélico do Senhor a Francisco foi se aprofundando com o tempo. As atitudes do Pobre de Assis mostram como ele foi de encontro, de modo pacífico, aos ideais do seu tempo. Vauchez (1995) chama atenção a respeito dos movimentos religiosos do século XII do seguinte modo:

*À custa de conflitos e condenações, que às vezes os conduziram à beira da heresia, os movimentos religiosos populares do século XII conseguiram que a igreja admitisse os principais elementos de uma espiritualidade que, por ter sido mais vivida que formulada, não deixava de ter uma importância considerável na história do cristianismo medieval. Os historiadores tendem a negligenciá-la porque ela permanecia implícita. Entretanto, sem esse novo clima, não se explicariam nem o conteúdo nem o sucesso da mensagem franciscana (Vauchez, 1995, p.122).*

O testamento de São Francisco de Assis aponta de forma clara a sua mudança singular, dita por ele mesmo:

*O Senhor assim deu a mim, Frei Francisco, começar a fazer penitência: porque, como estava em pecados, parecia-me por demais amargo ver os leprosos. E o próprio Senhor me levou para o meio deles, e fiz misericórdia com eles. E, afastando-me deles, aquilo que me parecia amargo*

*converteu-se para mim em doçura da alma e do corpo; e depois parei um pouco e saí do século (nº 1- 3).*

O próprio Francisco aponta como a “saída do século” foi para ele um ato de profunda convicção ao ponto de transformar aquilo que antes ele achava repulsivo como o contato com os leprosos, tornar-se motivo de júbilo ao seu criador.

Em 1225, bem próximo de receber a visita da irmã morte corporal, Francisco compôs em língua vulgar o lindo poema Cântico do Sol ou das Criaturas considerado o marco inicial da poesia italiana. Com relação ao lugar que a poesia ocupou na sociedade medieval, Pernoud ensina que

*Os homens da Idade Média consideravam a poesia como uma forma natural de expressão; para eles, ela faz parte da vida, ao mesmo título que as necessidades materiais ou, mais exatamente, como as faculdades próprias do homem como o pensamento e a linguagem. O poeta não é para eles um anormal, é ao contrário um homem completo, mais completo do que aquele que não é capaz de criação artística ou poética (Pernoud, 1997, p. 194).*

A beleza do Cântico do Sol, composto quando ele estava no auge da sua doença, sem força recorrendo, por indicação do bispo e de Frei Elias, a vários médicos, sua enfermidade se agravava a cada dia. A doença não diminuiu a alegria e a sensibilidade do Poeta de Assis. “O cântico das criaturas é o canto do homem plenamente reconciliado consigo mesmo, com a natureza, com seus semelhantes, com o próprio Deus” (Caroli, 1999, p. 74).

## Cântico do Sol

Altíssimo, onipotente, bom Senhor,  
Teus são o louvor, a glória  
e a honra e todo bendizer.  
A ti somente, Altíssimo, são devidos  
E homem algum é digno de sequer nomear-te.

Louvado sejas meu Senhor,  
Com todas as tuas criaturas,  
Especialmente o senhor irmão sol,  
pois ele é dia  
e nos ilumina por si.  
E ele é belo e radiante com grande esplendor.  
E porta teu sinal, ó Altíssimo.

Louvado sejas meu Senhor,  
Pela irmã lua e as estrelas, no céu as formaste  
luminosas  
e preciosas e belas.

Louvado sejas meu Senhor,  
Pelo irmão vento e o ar e as nuvens,  
E o céu sereno e toda espécie de tempo,  
pelo qual as criaturas das sustentos.

Louvado sejas meu Senhor,  
Pela nossa irmã água,  
a qual é muito humilde e preciosa e casta.

Louvado sejas meu Senhor,  
Pelo irmão fogo,  
Pelo qual iluminas a noite;  
e ele é belo e alegre  
e vigoroso e forte.

Louvado sejas meu Senhor,  
Por nossa irmã a mãe terra,  
Que nos alimenta e governa  
e produz variados frutos  
e coloridas flores e ervas.

Louvado sejas meu Senhor,  
por aqueles que perdoam por teu amor,  
e suportam enfermidades e tribulações.

Bem-aventurados os que sofrem em paz,  
que por ti, Altíssimo, serão coroados.

Louvado sejas meu Senhor,  
por nosso irmão a morte corporal,  
da qual ninguém pode escapar.  
Ai daqueles que morrem em pecado mortal!  
Felizes os que estão na tua santíssima vontade,

Que a morte segunda não lhes fará mal.

Louvai e bendizei a meu Senhor  
e rendei-lhe graças e servi-lhe com grande  
humildade! (Esser & Hardick, 1982, p. 182).  
O amor incondicional a Jesus Cristo e à  
fraternidade são as principais características do  
carisma do Pobrezinho de Assis.

## 4. O HOMEM FRANCISCO E SUA CONTRIBUIÇÃO A OUTROS TEMPOS

O homem Francisco, a partir de suas experiências e de seu olhar para o mundo, deixou várias contribuições: propôs novas formas de vida e de fraternidade; revolucionou seu tempo, por meio de atitudes que se diferenciava do modo Medieval que priorizava atitudes como a ambição, misoginia,

interpretação simbólica, entre outras atitudes que ele combatia. Para isso, ele apresentou proposições, que visavam um olhar universal para com as pessoas e o mundo. Para uma melhor compressão, segue o modelo abaixo, com as críticas e os modelos propostos pelo Pobrezinho de Assis (Tabela 1).

Tabela 1 - Características e críticas do tempo e proposições de Francisco de Assis

Características	Críticas	Proposições
<b>Economia</b>	Ambição e Avarizia	Prodigalidade e desprendimento
<b>Caridade</b>	Valor da esmola formal	Pobreza evangélica
<b>Política</b>	Feudalismo	Reino de Deus
<b>Legislação</b>	Humana e Social	Evangelismo
<b>Sociedade</b>	Hierárquica	Fraternidade
<b>Comunidade</b>	Clericalismo	Laicismo
<b>Sexualidade</b>	Misoginia	Valorização da Mulher
<b>Cultura</b>	Valor da Ciência	Simplicidade, Humildade
<b>Universo</b>	Interpretação simbólica	Interpretação naturalista
Características	Críticas	Proposições
<b>Catequização</b>	Cruzadas	Missionarismo
<b>Monasticismo</b>	Fuga do mundo	Atuação dentro do mundo
<b>Misticismo</b>	Tradicional (auto-renúncia e amor a Deus)	União e identificação com Deus (daí receber os estigmas)

Fonte: Franco, 2001. p. 263

Além das ideias apresentadas por ele, expostas na Tabela 1. Francisco deixou, em seu testamento de vida, sua herança e modelos que podem ser seguidos por diversos povos e

nações. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, alguns historiadores começaram a exaltá-lo considerando-o um dos símbolos da modernidade, entre eles, o francês Émile

Gebhart, que o comparava a Frederico II, vendo em ambos os grandes modernos da Idade Média (Le Goff, 2005b, p. 102).

Contribuiu para o mundo no tocante à diplomacia, quando se ofereceu para intermediar o diálogo com o sultão Al-Kamil, devido à falta de habilidade do Cardeal Pelagio, para intermear questões relacionadas à V Cruzada, e mesmo que, a princípio, pensasse como um homem do medievo, para o qual a conversão de outros povos ao cristianismo seria necessária, percebeu que o caminho era o respeito à forma de vida e crença de cada indivíduo. Essa lição de diplomacia foi apresentada aos povos do mundo, numa tentativa clara de estabelecer o diálogo como um caminho seguro e fraterno de convivência. Essa experiência, segundo os relatos, fez com que, ao voltar da missão, propusesse “que, de modo semelhante à religião islâmica, houvesse uma vez ao dia convocação para as preces” (Lelua & Bohomoletz, 2019, p. 57).

Além de propor a radicalidade do Evangelho de Cristo, de modo que todos pudessem passar do Evangelho à vida e da Vida ao Evangelho, acreditava nas formas radicais de igualdade e democracia na tomada de decisões. Essa ideia foi expressa na criação dos Capítulos, espécie de assembleia onde os irmãos deveriam decidir sobre a vida e a caminhada além dos ministros para sua ordem, os quais deveriam servir e não ser servidos.

Devido a seu espírito pacificador, Francisco deixou como herança a chamada “objeção de consciência”, hoje adotada em alguns países, essa prática dá ao indivíduo a oportunidade de

recusar, por exemplo, a participação em guerras. Sendo cortês, apresentou ao mundo o respeito às mulheres e o amor a toda criatura, deixando, assim, o legado de fraternidade universal. O respeito às mulheres é sentido quando da formação da Ordem das Clarissas que, embora compartilhasse dos mesmos desejos manifesta o pensamento de sua fundadora Clara de Assis, ou seja, uma ordem com o jeito feminino, ao contrário do que ocorria no período, que, muitas vezes, eram apenas uma ordem ou congregação feminina, mas com os moldes masculinos.

Nos dias atuais, de forma bem específica, em 19 de novembro de 2020, o Pontífice Francisco convocou os jovens para viver a “Economia de Francisco” que tem como objetivo, a partir dos ensinamentos de Francisco de Assis, a construção de uma economia integral, centrada na pessoa humana e na criação, em busca de uma vida melhor na Casa Comum. No modelo exposto, com a inspiração das Encíclicas *Evangelii Gaudium* e *Laudato Si*, a proposição da Economia de Francisco acredita em uma ecologia integral, pois só é possível pensar em desenvolvimento aliado ao cuidado da criação, com a participação dos empobrecidos nos processos de construção das políticas sociais e econômicas; no bem viver, porque o capitalismo é um sistema econômico cujas leis próprias geram exclusão e desigualdade; na superação da crise que se dá por caminhos em que tudo está interligado; na potência das periferias vivas; na economia a serviço da vida; nas comunidades como saída; na educação integral e na solidariedade e clamor dos povos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Mesmo depois de tantos anos, o espírito de Francisco nunca foi tão atual. Ele foi um homem à frente de seu tempo? Segundo Le Goff (2005b, p. 105), não. Ele foi um produto do que seu tempo o permitiu fazer e viver. “E isso não diminui nem sua originalidade nem sua importância” (Le Goff, 2005b, p. 105), ao contrário, mostra o quanto ele estava

determinado a apresentar uma forma de vida fraterna e possível. Sua herança pode ser uma das vias para um mundo igualitário. Sua presença nunca foi tão necessária, principalmente em tempos de governos autoritários e desumanos. Falar de Francisco de Assis é abrir caminhos para o diálogo e respeito entre os povos.

- Barros, J. A. (2010). Heresias: Considerações sobre a história de um conceito e sobre as discussões historiográficas em torno das heresias medievais. *Fronteiras*, V (12:21), 33-49. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/download/570/711>. Acesso em 12 de outubro de 2021, às 9h.
- Caroli, E. (Coord.) (1999). *Dicionário franciscano*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Celano, T. (2021). *Vida de São Francisco de Assis*. Petrópolis (RJ): Vozes
- Duby, G. (1978) *Tempo das catedrais – A arte e a sociedade (980-1420)*. Genebra: Estampa.
- Duby, G. (2017). *Idade Média, Idade dos homens*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Espelho da perfeição - terceira parte cap. 14 [s.d.]. *Centro Franciscano de Espiritualidade*. [http://centrofranciscano.capuchinhossp.org.br/fontes-leitura?id=2755&parent\\_id=2667](http://centrofranciscano.capuchinhossp.org.br/fontes-leitura?id=2755&parent_id=2667).
- Esser, K. & Hardick, L. (1982). *Os escritos de São Francisco de Assis*. Trad. Edmundo Binder. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Franco, H., Jr. (2001). *A Idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense.
- Fassini, D.F. (Coord.) & Mamede, J.,F. (Ed.) (2004). *Fontes Franciscanas*. Santo André (SP): Editora Mensageiro de Santo Antônio.
- Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Le Goff, J. (2005a). *A civilização do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC.
- Le Goff, J. (2005b). *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record.
- Lelua, V. & Bohomoletz R. (2019). *Francisco de Assis – História, contos e lendas*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Pernoud, R. (1997). *Luz sobre a Idade Média*. Sintra (Portugal): Europa-América.
- Testamento de São Francisco. <https://www.capuchinhosrs.org.br/lefan/franciscanismo/cronicas/cronica-de-jordao-de-jano/34>. Acesso em 7 de setembro de 2021 às 11h20.
- Vauchez, A. (1995). *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Visalli, A. M. (2013). O crucifixo de São Damião: assim Cristo se manifesta a Francisco de Assis. *Notandum* 32. Maio a agosto. Porto (Portugal): CEMOr-Feusp/IJI-Universidade do Porto.

# AS ESCULTURAS DE SANTOS COMO EXPRESSÃO DA ARTE E DA RELIGIÃO MATERIAL BRASILEIRAS

*THE SCULPTURES OF SAINTS AS EXPRESSION OF BRAZILIAN ART AND MATERIAL RELIGION*

**Marco Antonio Fontes de Sá** 

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

[maf.sa@terra.com.br](mailto:maf.sa@terra.com.br)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 25/10/2021

**Aprovação | Accepted:** 22/02/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## RESUMO

---

Este artigo trata da arte de esculpir santos de madeira e de barro no catolicismo brasileiro como forma de materializar a experiência religiosa de artesãos e devotos. Partindo de um breve resumo sobre a história da devoção às imagens na formação do catolicismo devocional no Brasil colonial, apresenta um recorte do cenário da arte santeira atual, produzida em vários estados brasileiros, mostrando como ela, eventualmente, se desvinculou da arte sacra e passou a produzir imagens com características pessoais concebidas por cada artesão, que as distinguem e transformam em objeto de arte e de consumo, desejadas por colecionadores, nem sempre devotos.

**Palavras-chave:** Arte Santeira, Escultura, Madeira, Barro, Catolicismo Popular, História da Arte

## ABSTRACT

---

This article deals with the art of sculpting saints in wood and clay in Brazilian Catholicism as a way of materializing the religious experience of artisans and devotees. Starting from a brief summary of the history of devotion to images in the formation of devotional Catholicism in colonial Brazil, it presents a clipping of the current scenario of santeira art (saint sculpture art), produced in several Brazilian states, showing how it eventually detached itself from sacred art and started to produce images with personal characteristics conceived by each artisan, which distinguish them and transform them into objects of art and consumption, desired by collectors, not always devotees.

**Keywords:** Santeira Art, Sculpture, Wood, Clay, Popular Catholicism, Art History

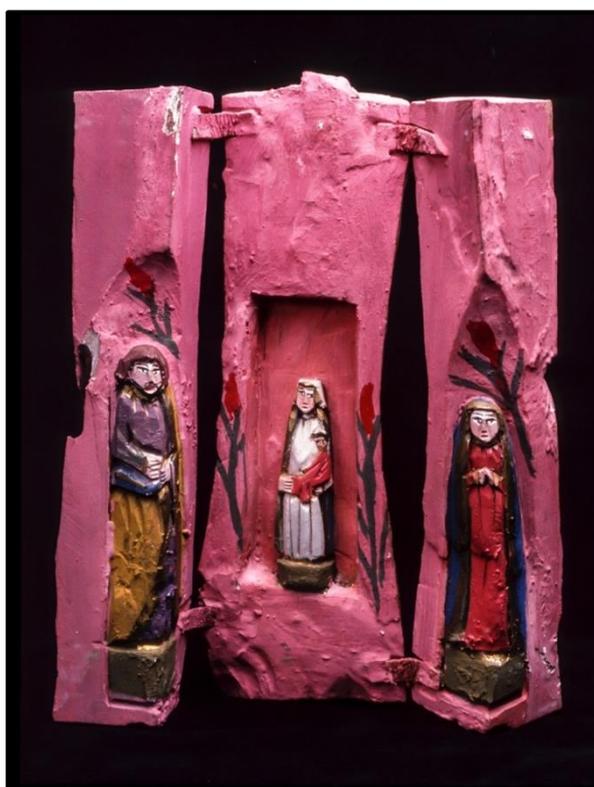
# 1. INTRODUÇÃO

As esculturas de madeira e barro<sup>1</sup> representando os santos católicos e seu uso como objeto de devoção, diferenciaram e separaram o Catolicismo de quase todas as outras denominações cristãs que surgiram com a Reforma Protestante<sup>2</sup> e para quem a utilização de imagens era considerada idolatria. Essa devoção foi a base do catolicismo que se instalou no Brasil colonial.

Desde que Cabral aportou nas terras que seriam o Brasil, a colonização começou sem

uma intervenção significativa do clero, mas com uma presença marcante da devoção aos santos e às suas imagens. Dom Clemente Maria da Silva-Negra, autor<sup>3</sup> que pesquisou a arte sacra, particularmente na Bahia, relata a presença de uma imagem de Nossa Senhora da Esperança<sup>4</sup> esculpida em mármore com 110 cm de altura, no navio Cabral quando ele chegou ao Brasil (Figura 1) (Silva-Negra citado por Araújo, 1998, p. 101).

Figura 1 - Oratório portátil em madeira Juazeiro do Norte – CE. Autor e data desconhecidos



Fonte: Foto: Marco António Sá

<sup>1</sup> Gesso e resina também serão matérias-primas usadas com o passar do tempo, mas a madeira e o barro foram as primeiras e, até hoje, consideradas as mais “nobres” já que as outras serviram para um processo de industrialização, desvalorizado em relação aos métodos artesanais que usam a madeira e o barro e que são tratados como arte sacra. As esculturas em pedra são muito mais raras no Brasil.

<sup>2</sup> Movimento que, no século XVI, questionou a postura e os dogmas da Igreja Católica. Iniciado na Alemanha pelo monge

Agostiniano, Martinho Lutero, se espalhou pela Europa dando origem às religiões Cristãs Protestantes.

<sup>3</sup> Dom Clemente Maria da Silva-Negra (1903-1987) é um autor/pesquisador citado em quase todas as pesquisas relacionadas à arte sacra e santeira no Brasil.

<sup>4</sup> Esta imagem está hoje exposta na Quinta de Belmonte, em Portugal.

O projeto de colonização se inicia pela exploração do pau-brasil, mas se efetiva com a criação das Capitânicas Hereditárias e com o plantio de cana-de-açúcar que não tinha, de fato, uma intenção colonizadora e sim a de produzir açúcar para exportação. As primeiras imagens de santos do Brasil colônia foram trazidas de Portugal. Todavia, a autonomia dos engenhos de açúcar, quase todos com suas capelas e oratórios, será um dos fatores para a produção de imagens de santos na colônia.

Na virada do século XVII para o XVIII, a descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais acarretará num significativo aumento da população colonial, com a consequente construção de novas vilas que como São João d'el Rei, Mariana e Ouro Preto que ficaram famosas pela quantidade de igrejas construídas, sobretudo, pelas ordens terceiras<sup>1</sup>.

Soma-se a isso a escravidão e o surgimento das Irmandades de Homens Pretos, fundamentais na afirmação de um Catolicismo de devoção aos santos, com suas igrejas próprias, suas festas e procissões.<sup>2</sup>

Assim, com a escassa presença do clero, na maioria iletrado, e sem uma fundamentação teológica do que significava ser cristão, o Brasil colonial se formou a partir dos engenhos de cana-de-açúcar, com suas capelas e oratórios, e se apegou aos santos, homens e mulheres que a própria Igreja apresentava como exemplo e referência. A história das suas vidas, transformadas em mitos, os qualificava como intercessores das graças necessárias para viver na terra nova, praticando um catolicismo com mais mitologia do que teologia e que, segundo Riolando Azzi era luso-brasileiro, leigo, social e familiar. (Azzi, 1978, p. 9). Suas

imagens, em barro e madeira, se tornaram, ao mesmo tempo, objeto de fé e companhia na caminhada da colonização, compondo aquilo que é comumente chamado de “religião material”.

As primeiras oficinas de produção de imagens estavam totalmente inseridas nos conventos das ordens missionárias, especialmente os Beneditinos, os Jesuítas e os Franciscanos, que vieram para o Brasil com o propósito de evangelizar as terras descobertas.

Até meados do século XVII essa produção usava majoritariamente o barro e dependia da queima em fornos à lenha para finalização da escultura. Mas na virada para o século XVIII, autores como Eduardo Etzel registram uma gradativa preferência pela madeira (Etzel, 1984, p. 40), e uma transferência da produção de esculturas para as oficinas de artesãos leigos, contratados pelas ordens.

*No século XVIII, repetindo o fato ocorrido na arquitetura, a primazia da produção de imagens religiosas passou para as oficinas de artistas leigos, muitos deles mestiços nascidos na própria Colônia, trabalhando a serviço das irmandades e Ordens Terceiras. A principal consequência foi a regionalização verificada, passando as imagens a apresentar características diferenciadas em pontos diversos do território brasileiro notadamente na Bahia, Pernambuco e em Minas Gerais (Luz et al., 2013, p. 57).*

<sup>1</sup> Organizações religiosas formadas por leigos, mas ligadas a uma ordem religiosa.

<sup>2</sup> As Irmandades de escravos e forros, reuniam recursos para alforriar escravos, sepultar os mortos e para construir suas igrejas, já que negros, escravos ou livres, eram discriminados

nas igrejas de brancos. Diferentemente das Ordens Terceiras elas não tinham vínculo com ordens religiosas. Para saber mais: Souza, Marina de Mello e. Reis Negros no Brasil escravista. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Myriam Oliveira também se refere à produção de imagens de santos supervisionadas pelos Jesuítas.

*Ao lado das obras confeccionadas para as capelas e centros urbanos importantes, todas reproduzindo de forma bastante próxima os protótipos europeus, uma série de outras obras, destinadas a decorar as pequenas capelas das aldeias missionárias e explorações agrícolas da companhia, irá aos poucos se afastando dos modelos pela livre interpretação dos temas e incorporando motivos ornamentais tomados à flora local, como os lírios, cajus, abacaxis, goiabas e etc.... (Oliveira citado por Ávila, 2013, p. 265).*

Os escultores de santos no Brasil colônia, padres ou leigos, eram assim uma classe de artesãos mais especializada do que as demais categorias de trabalhadores artesanais e que, segundo Sérgio Buarque de Holanda mudavam de atividade sempre que havia maior possibilidade de ganho (Holanda, 2015, p. 69). Todavia, mais do que uma arte particular, ligada a uma religião, a arte sacra e, em particular a arte santeira serão praticamente a única forma de arte do Brasil colônia até meados do século XVIII e início do século XIX, quando a família real se instala no Brasil e D. João VI funda a Academia Real de Belas Artes no Rio de Janeiro, iniciando o ensino de outras expressões artísticas (Luz *et al.*, 2013, p. 66-67).

## 2. O BRASIL É BARROCO

O fim da Idade Média é marcado pelo pensamento Humanista. Um movimento que retoma a leitura e o estudo dos clássicos gregos e romanos e que, entre outras coisas, se preocupa com a valorização do ser humano como obra máxima de Deus.

Na arte, esse pensamento dará origem ao Renascimento, estilo que se fará presente de forma especial na pintura e na escultura<sup>1</sup>.

Como arte renascentista, as imagens pintadas ou esculpidas, de santos ou de passagens bíblicas resistirão à Reforma Protestante<sup>2</sup>, que por sua vez fará com que o Papa Paulo III convoque o Concílio de Trento (1545-1563).

Esse Concílio enfrentará as postulações iniciadas por Martinho Lutero, um padre agostiniano alemão que, em 31 de outubro de 1517, afixou na porta da igreja do castelo da cidade de Wittenberg, uma lista de críticas que se tornaram conhecidas como as 95 Teses de Lutero e que foram o estopim da Reforma Protestante.

O Concílio de Trento confirmou o cânon da Bíblia Católica, o uso das relíquias, a veneração aos santos e à Virgem Maria. Ratificou os sete sacramentos, a doutrina do purgatório, a transubstanciação da Eucaristia e o celibato dos

<sup>1</sup> Exemplos clássicos são as estátuas de Moisés e de David, esculpidas em mármore por Michelangelo.

<sup>2</sup> Movimento que, no século XVI, questionou a postura e os dogmas da Igreja Católica. Iniciado por Martinho Lutero, se espalhou pela Europa dando origem as religiões Cristãs Protestantes.

padres. As esculturas<sup>1</sup> de santos são definitivamente confirmadas como objetos de devoção e como arte sacra.

*Quanto às imagens de Cristo, da Mãe de Deos, e de outros Santos, se devem ter e conservar e se lhes deve tributar a devida honra, e veneração: não porque se creia que há nelas alguma divindade, ou virtude, pela qual se hajaó de venerar, ou se lhes deva pedir alguma cousa, ou se deva pôr a confiança na Imagens, como antigamente os Gentios punhaó a sua confiança nos Idolos; mas por que a honra que se lhes dá, se refere aos originaes, que ellas representaó: em fóma que mediante as Imagens que beijamos, e em cuja presença descobrimos a cabeça, e nos prostramos, adoremos a Christo, e veneremos aos Santos, cuja semelhança representaó: o que está decretado pelos Decretos dos Concílios, principalmente Niceno segundo, contra os impugnadores das Imagens (Concílio Ecumênico de Trento. Vol. II - Sessão XXV - Celebrado no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 03 e 04 de dezembro de 1563 - publicação feita em Lisboa em 1781 e disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal, 1781)*

Todavia, o Concílio influenciará também a forma como esses santos serão representados. É em sintonia com o Concílio de Trento que a arte se transforma e faz surgir o estilo Barroco, o estilo do exagero, que também será chamada por alguns autores com a arte da

Contrarreforma, pois a Igreja Católica fará uso dela para simbolizar seu poder e magnitude. As igrejas barrocas serão enormes e muito decoradas, incentivando à contemplação de uma beleza que pretendia se assemelhar à que certamente existiria no céu, mas que, ao mesmo tempo, tornava quem contemplava consciente de sua pequenez.

*A arte sacra barroca caracterizar-se-á, a partir de então, pela manipulação de efeitos de luz e sombra, assim como de um equilíbrio maior na utilização da policromia e maior sofisticação nas técnicas de pintura e escultura. [...] o barroco europeu dará à arte sacra maior dinâmica e movimento com o uso das curvas, das cores e da técnica de perspectiva. [...] A forma barroca de retratar a figura humana, sobretudo na escultura e na pintura, valoriza a expressão das emoções e do sofrimento, até com exageros, abusando dos detalhes, do claro-escuro, do movimento com traços contorcidos, relevos, curvas e a utilização do dourado. (Suaden citado por Mariani & Vilhena, 2011, p. 65).*

O Barroco virá para o Brasil com os colonizadores e se tornará parte da identidade brasileira.

*Nascido sob o signo do Barroco, o Brasil tem sua fisionomia e alma compostos até hoje pelo seu sopro místico. Aqui o Barroco não foi um estilo passageiro, mas a substância básica de toda uma*

<sup>1</sup> A escultura de um santo nunca é chamada de estátua e sim de imagem. Essa distinção, sem entrar no mérito da etimologia das palavras, está certamente relacionada ao objetivo material diferente de cada uma. A imagem está relacionada ao ícone e é um objeto de devoção a alguém que deu exemplo. A estátua

também é uma representação de alguém, mas restrita a fazer memória.

*nova síntese cultural. (Sevcenko citado por Araújo, 1998, p. 59)*

*Ao contrário da cultura renascentista centrada no intelecto, o Barroco reside na imaginação. Não é uma arte para uma elite ilustrada, mas um empenho em ampla escala para arrebatrar coletividades, exaltando espíritos pela miríade de estímulos sensoriais e choques de emoção.*

*[...] Sua natureza é essencialmente aglutinadora, envolvente e sintética. Concebida para articular as contradições, a*

*arte barroca encarna sacrifício e salvação, dor e êxtase, ignomínia e glória. Na sociedade colonial submetida a extremos de brutalidade e privação, ela restituía dimensão dos impulsos afetivos. (Sevcenko citado por Araújo, 1998, p. 60).*

Esse Barroco brasileiro será a essência da arquitetura de cidades como Ouro Preto e das esculturas missionárias criadas pelos povos nativos assistidos pelos Jesuítas nos projetos de evangelização construídos no Rio Grande do Sul e nos outros países que fazem fronteira com o Brasil ao sul do país (Figura 2).

Figura 2 - Santo Isidro – Escultura em madeira originalmente policromada – sec. XVII/XVIII, Museu de Arte Sacra – São Miguel Arcanjo – RS



Fonte: Foto: Marco Antonio Sá

### 3. ARTE SANTEIRA: A DEVOÇÃO MATERIALIZADA NA MADEIRA, NO BARRO E MUITO MAIS

Segundo o Dicionário do Concílio Vaticano II:

*O termo “devoção” (d.) refere-se a práticas religiosas que incluem tanto culto privados como comunitários, nos quais acontece a entrega ou a consagração pessoal ou coletiva ao AMOR de DEUS e, por extensão, das pessoas divinas à Virgem, aos santos e anjos, aos quais se venera, honra, invoca, suplicam intercessões para o alcance de bens e graças especiais. (Sanchez & Passos, 2015, p. 262).*

O dicionário, no mesmo verbete, explica que essa relação está teologicamente fundamentada na união entre duas dimensões de uma única Igreja de Cristo: a Igreja terrestre (vivos) e a celeste (mortos). E acrescenta:

*Da união entre a Igreja celeste com a Igreja terrestre resulta que esta recorra aos irmãos e benfeitores que se encontram naquela os invoquem com piedosas súplicas e orações para que, por suas intercessões e auxílios, sejam impetradas de Deus as graças necessárias por meio de Jesus Cristo (cf. LG 50c) (Sanchez & Passos, 2015, p. 262).*

Afirmação, em vários pontos, similar à do Concílio de Trento, realizado mais de 500 anos antes.

A partir das decisões de Trento, o clero católico passou a tentar assumir o controle do catolicismo na Europa e da sua difusão no mundo colonizado pelos europeus. Devoções populares<sup>1</sup> consideradas supersticiosas e ignorantes foram reprimidas e substituídas por outras sobre as quais o clero tinha controle. Em relação à produção de imagens, enquanto ela era mantida sob a supervisão das ordens missionárias, a iconografia oficial era respeitada, mas, na medida em que essa produção passa para as mãos de artista leigos, elementos regionais começam a ser incluídos<sup>2</sup>.

De fato, a escultura dos santos, seja em madeira ou barro é um marcante exemplo de materialização da religião e uma característica da fé Católica que, embora assumida pelo clero, tornou-se um particular alicerce da religiosidade popular, que brota espontaneamente do povo. E se nos grandes centros urbanos essa religiosidade foi negligenciada e eventualmente reduzida a visitas esporádicas às igrejas, nos interiores e sertões de um Brasil de benzedeadas e milagres, as imagens dos santos estão presentes em cada casa, num lugar de destaque e diante das quais rituais diferentes e até distantes dos propostos pela Igreja instituição, acontecem todos os dias.

<sup>1</sup> A devoção ao Espírito Santo foi uma delas.

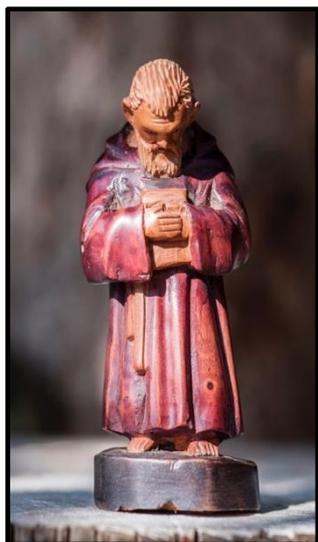
<sup>2</sup> A inserção de elementos da cultura local nas imagens de santos produzidas pela colonização não ficou restrita ao Brasil. Imagens de santos católicos em marfim produzidas na Índia a partir da

chegada dos Jesuítas e Franciscanos, entre os séculos XVI e XVII, também trazem elementos regionais no vestuário, na posição do corpo e na inclusão de símbolos como a flor de lótus.

A importância da relação com os santos, como exemplo mais próximo e humano de conduta, é o que estabelece também a devoção àqueles que não são oficialmente canonizados<sup>1</sup> e que são chamados de santos pela fé do povo.

Padre Ibiapina, Padre Cícero e a beata Maria de Araújo, Francisco José das Chagas (Chaguinha), Frei Damião, Sá Mariinha (Cf. [https://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2003/t\\_mello.htm](https://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/t_mello.htm) ) são exemplos de santos que o povo canonizou (Figura 3).

Figura 3 - Esculturas em madeira de Frei Damião e Pe. Cícero, Adalberto Soares da Silva – Juazeiro do Norte – CE



Fonte: Foto: Marco Antonio Sá

Além disso, parte dos processos de canonização de um santo, como o da Irmã Dulce, começa com uma solicitação de uma comunidade em que ele ou ele viveu. São

Benedito, que viveu no século XVI, já tinha devotos no século XVII, mas sua canonização só se efetivou no início do século XIX.

## 4. CONCEBENDO IMAGENS ATUAIS DE SANTIDADE

Ainda que a industrialização tenha se aproveitado da devoção aos santos para produzir em série figuras em gesso e resina, a concepção e produção das imagens esculpidas artesanalmente são uma forte expressão da materialização dessa devoção, que pode ser

vista, tocada, homenageada. Se as imagens industrializadas seguem o padrão oficial das iconografias tradicionais, europeias, as imagens produzidas artesanalmente recuperam o imaginário popular que já imprimia um estilo próprio nas esculturas, desde a colonização e

<sup>1</sup> Canonização (do grego kanonizo, pôr ao cânon): Celebração na qual se propõe um beato a todos os membros da Igreja como

modelo e intercessor. Declara-se que vive com Deus no céu e se começa a chamá-lo de santo. (Dotro & Helder, 2006, p. 35)

que, de certa forma, também exprime uma canonização popular na medida em que o santo é representado como o escultor o entende, com aquilo que ele valoriza e, até certo ponto, santifica.

A escultura santeira, ainda hoje, apresenta um personagem que é modelo de vida, atualizada pelos novos elementos que fazem parte do cotidiano do artesão. Para ilustrar essa afirmação apresenta-se o trabalho de alguns escultores entrevistados na minha pesquisa de doutorado.

A escolha das imagens<sup>1</sup> aqui comentadas foi feita com base nas informações obtidas nas entrevistas feitas com os artesãos para minha tese de doutorado, na originalidade da obra e no impacto que tudo isso me causou durante a pesquisa. A Figura 4 é um exemplo disso. Trata-se de uma imagem de Nossa Senhora esculpida em madeira por André Vítor da Costa Silva, de Teresina - PI, mas há poucos elementos em comum com as imagens tradicionais das variadas representações de Maria que o Catolicismo produziu.

Figura 4 - Imagem de Nossa Senhora esculpida em madeira por André Vítor da Costa Silva, Teresina - PI



Fonte: Elaboração própria

De fato, é possível reconhecer certas semelhanças na capa, quase triangular, que lembra a de Nossa Senhora Aparecida e onde

também aparece a bandeira do Brasil, elemento comum com a imagem tradicional. O terço pendurado do lado direito da imagem é outro

<sup>1</sup> Todas as fotografias apresentadas neste capítulo são de minha autoria, exceto a do ex-voto pintado em madeira, cuja fonte é indicada na fotografia.

item que ajuda a identificação e há uma cruz no alto do chapéu que substituiu a tradicional coroa. As semelhanças com qualquer imagem de Maria terminam aí. A capa foi substituída pelo gibão de vaqueiro, assim como a coroa, pelo chapéu.

Os tradicionais anjos<sup>1</sup> e nuvens foram substituídos por um fruto semelhante a um cacau e por figuras mais humanas. Uma delas,

apesar de ter as asas de um anjo, tem as mãos postas sobre um tambor africano. O fruto que substituiu a nuvem tem um rosto com elementos bem diferentes dos tradicionais e que mais parecem relacionados aos povos nativos da colônia. A personagem abraça uma viola, como uma repentista, fazendo dessa Maria uma vaqueira e cantadora, que não são profissões comuns entre as mulheres.

Figura 5 - N. Sra. Aparecida esculpida por José Ribamar Soares Godinho (Ribamar da Santinha), Parnaíba – PI



Fonte: Elaboração própria

A Figura 5 também são de uma N. Sra. Aparecida esculpida por José Ribamar Soares Godinho (Ribamar da Santinha), também de Parnaíba – PI. É a mesma santa, esculpida por um artesão da mesma cidade, e com características bem diferentes da primeira. José Ribamar esculpe em madeira retirada de demolições e essa imagem foi esculpida num caibro usado na estrutura de telhados. A base da imagem mostra a dimensão original da

madeira onde ela foi esculpida (imagem da direita).

A escultura se limita ao contorno da figura e todos os detalhes são pintados. O rosário é desproporcionalmente grande e chama bastante a atenção enquanto os anjos são reduzidos a um pequeno rosto pintado na barra da roupa.

A Figura 6 é de um anjo esculpido em madeira por José Carlos Alves Reis, também de Parnaíba – PI. O rosto da imagem e o cabelo

<sup>1</sup> Lembrando que a imagem encontrada no rio Paraíba do Sul que se tornou a N. Sra. Aparecida era, originalmente, uma N. Sra. da

Conceição, cuja iconografia tem, normalmente, anjos na sua base.

são parecidos com o dos povos nativos do Brasil e sua roupa é decorada com motivos regionais tais como a carnaúba, o coqueiro, o cacto e até uma casa típica das áreas rurais do

Nordeste. No detalhe podemos ver melhor as feições da imagem e perceber que a gola da roupa também é decorada com um desenho que lembra as folhas da Carnaúba.

Figura 6 - Anjo esculpido em madeira por José Carlos Alves Reis, Parnaíba – PI



Fonte: Elaboração própria

Imagino que esta imagem até poderia ser usada no altar de uma igreja, mas certamente a N. Sra. Aparecida vaqueira e repentista não seria tão bem aceita porque está mais distante da iconografia tradicional. A rigor, o que o artesão que esculpiu a imagem da figura nº 1 pretende de fato, não é que ela seja cultuada e sim que seja comprada como arte, justamente por ser diferente. Ela é parte de um tipo de arte santeira que não pretende ser efetivamente arte sacra, usada em cultos ou para devoção.

Mas por que esculpir uma imagem de santo que não seja para uma igreja e para o culto? A motivação do artesão para escolher os santos como tema, e a matéria prima com que ele vai trabalhar tem várias origens, mas uma delas é a tradição do lugar em que está e onde irá trabalhar. Juazeiro no Norte, no Ceará, e várias cidades do Piauí têm uma forte tradição na arte santeira em madeira. Qualquer um que queira se tornar um artesão nesses lugares tende a se

tornar um santeiro que trabalha com madeira que, assim como todos irá personalizar seu trabalho para diferenciá-los do de outros artesãos.

Todavia, a origem da produção imagens que, apesar de serem relacionadas ao catolicismo, não foram feitas para ser objeto de culto não é tão recente. Gregório Magno (papa entre 590 e 604) já havia considerado que as imagens tinham um poder didático, e podiam ser utilizadas como uma ferramenta para a catequese, principalmente daqueles que não sabiam ler: “Pinturas são colocadas nas igrejas para que os que não leem livros possam “ler” olhando paredes” (Gregório Magno).

Mesmo entre os protestantes, incluindo Lutero e Calvino houve, pelo menos durante algum tempo, uma tolerância com as imagens como

forma de difusão e explicação dos textos bíblicos e como instrumento didático.<sup>1</sup>

A próxima escultura (Figuras 7 e 8) sugere um objetivo similar. Ela não é uma imagem sacra, no sentido de que não será usada para devoção, mas seu autor também não parece estar interessado apenas em vendê-la. Foi esculpida em barro por Antonio José da Silva, o Mestre Tog de Goiana – PE e baseia num trecho do Evangelho segundo Mateus (Mt 16,18) em que Jesus afirma ser Pedro a pedra onde se edificará a sua Igreja. No detalhe é possível ver que Jesus, de pé e Pedro, ajoelhado, estão com a mão direita no cajado, o báculo que faz de Pedro o primeiro Papa,

segundo a tradição da Igreja Católica. A escultura é, literalmente, a materialização de uma cena bíblica narrada exclusivamente pelo evangelista Mateus. Não é uma imagem para ser posta em altares de igrejas, mas, certamente estaria nas casas, talvez em oratórios domésticos ou em outro lugar de destaque e servirá como memória do trecho bíblico e como forma de catequese eminentemente católica que associa a passagem à história e tradição da igreja. Tog pode até não ter o conhecimento detalhado de tudo isso, mas certamente teve a intenção de contar uma história bíblica no barro, em três dimensões.

Figura 7 – Imagem sacra esculpida em barro por Antônio José da Silva



Fonte: Elaboração própria

<sup>1</sup> No livro, *Imagen Y Culto – Una historia de la imagen anterior a la edad del arte*, de Hans Belting há um apêndice intitulado “Textos sobre a história e o uso de imagens e relíquias” que

relaciona e reproduz textos de Lutero e Calvino que atestam a tolerância ao uso de imagens com fins didáticos.

Figura 8 – Imagem sacra esculpida em barro por António José da Silva (promenor)

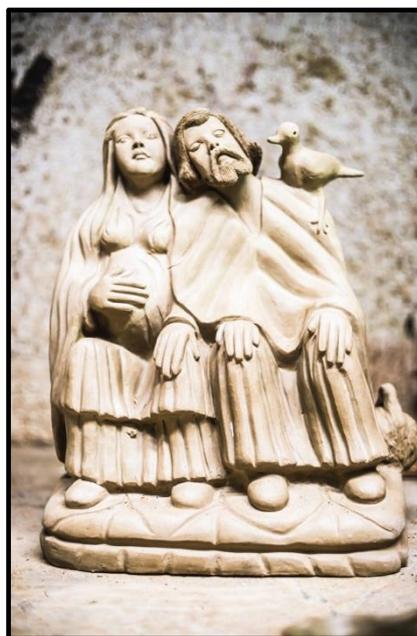


Fonte: Elaboração própria

A Figura 9 segue pelo mesmo caminho. Ela não é uma imagem sacra e nem retrata uma cena bíblica, mas se inspira nas escrituras, e certamente também no Evangelho segundo Mateus, para materializar uma cena que o escultor imagina que aconteceu. É uma escultura em barro, feita por José Joaquim da Silva, de Tracunhaém - PE, recentemente falecido, e trata da Sagrada Família, mas só sabemos disso porque ele disse que era essa sua proposta ao esculpir a peça. Não há

elementos que, por si só, identifiquem a escultura dessa forma, mas, segundo o autor ela mostra Maria, grávida e José ao seu lado com um pássaro no ombro, numa alusão ao Espírito Santo. Na imaginação do autor é uma cena que possivelmente aconteceu na viagem que José e Maria fizeram para o Egito, mas que não está descrita no Evangelho, sendo a história sagrada lida nas entrelinhas e interpretada no barro por um artesão.

Figura 9 – Escultura em barro, feita por José Joaquim da Silva



Fonte: Elaboração própria

## 5. ESCULTURAS QUE NÃO SÃO DE SANTOS, MAS SÃO PARA O SANTO

Uma tradição popular de agradecimento por uma graça recebida é a produção dos ex-votos (Figura 10). O nome é uma síntese do termo

em latim ex-voto suscepto (o voto realizado) e significa o cumprimento de uma promessa (voto).

Figura 10 - Ex-voto pintado em madeira (sec. XVIII) Cura da perna pelo Senhor de Matosinhos Congonha do Campo – MG



Fonte: Silva, 1981, fig. 5B, p. 109

O Ex-voto é uma forma de escultura devocional que não retrata um santo, mas que é oferecida ao santo. É uma prática tão importante no Catolicismo popular brasileiro que, considero importante, algumas linhas sobre ele.

Segundo Van der Poel:

*O costume de ofertar ex-votos é antiquíssimo; 2000 anos A.C. foram encontrados no oriente médio ex-votos de bronze com o nome de quem o ofertava e as graças recebidas. No culto das divindades medicinais Asclépio ou Esculápio (c.850.A.C.), eram oferecidos ex-votos em cerâmica, feitos na forma e no tamanho*

*natural do membro doente do corpo (Poel, 2013, p. 391).*

A prática do ex-voto é frequente e comum até hoje a ponto de catedrais e santuários (Figura 11 e 12) recentemente construídos manterem em seu projeto arquitetônico, uma sala específica para que sejam depositados em agradecimento ao santo intercessor do milagre. Hoje são utilizadas para esse fim, até fotografias de quem alcançou a graça, mas os ex-votos mais antigos são pinturas contando a história do milagre alcançado e esculturas em madeira representando partes do corpo curado de uma doença.

*O ex-voto é feito pelo próprio devoto ou por encomenda. [...] Os ex-votos deixados na casa dos*

*milagres mostram a religião e fé do povo nos milagres da vida cotidiana. [...] . Os ex-votos ou milagres do sertão nordestino são modelados em barro ou esculpidos, até hoje, em madeira e, geralmente, extraordinárias*

*sínteses plásticas de grande qualidade estética. Revelam crenças, hábitos e estilos de uma época. [...] Ex-voto é um sinal visível com que o devoto cumpre a promessa (Poel, 2013, p. 391).*

Figura 11 - Ex- Santuário de Bom Jesus da Lapa - BA Salão dos ex-votos ou dos milagres



Fonte: Foto Marco Antonio Sá

Figura 12 - Igreja de Nosso Senhor dos Passos (Carmo Menor) Sala/Museu dos Ex-Votos ou sala dos milagres São Cristóvão –SE



Fonte: Foto Marco Antonio Sá

Ainda segundo o mesmo autor os ex-votos apareceram, no Cristianismo no século IV. e ressalta que “Os ex-votos correspondem à necessidade humana do gesto de reconhecimento diante das graças recebidas” (Poel, 2013, p. 391).

São assim uma outra significativa representação de uma religião material, expressa em gestos de esculpir e oferecer a escultura ao santo milagros

## 6. A ERUDIÇÃO DE UMA ARTE QUE NÃO CONHECE O BARROCO E A COLONIZAÇÃO

Treze Tílias (Dreizehnlinden) é uma cidade de Santa Catarina fundada em 1933 por um grupo de 80 imigrantes austríacos, formado por duas famílias, que vieram sob a liderança do ministro da agricultura, Andreas Thaler, que deixou o cargo para vir para o Brasil. Entre esses imigrantes estava o irmão do ex-ministro, Georg Thaler que já esculpia imagens sacras. A agricultura era a fonte de renda e subsistência desses imigrantes, mas alguns deles se interessaram pela arte sacra e deram início a um ciclo de gerações de artistas que esculpem imagens de santos e anjos, bancos e móveis de igrejas. Hoje, bisnetas e bisnetos dessa

primeira geração fazem de Treze Tílias um polo de produção de arte sacra que, paradoxalmente, apesar da cidade ser pouco conhecida em Santa Catarina, ganhou fama nacional no mercado de arte sacra<sup>1</sup>. A maioria dos membros dessa quarta geração de escultores voltou à Áustria ou foi a algum país da Europa para aperfeiçoar seus conhecimentos sobre arte e escultura em madeira. Assim, o Barroco e a arte do Brasil colonial têm pouca ou nenhuma influência no trabalho deles. O crucifixo da Figura 13 é um exemplo disso, esculpido por Conrado Michel Moser.

<sup>1</sup> O Crucifixo da Catedral de D. Bosco, em Brasília foi esculpido por Gotfredo Thaler, neto de Andreas Thaler, e já falecido.

Figura 13 – Crucifixo esculpido por Conrado Michel Moser



Fonte: Elaboração própria

Tanto Belting (2012, pp. 359, 691) quanto Link (1998, p. 50), nos dizem que representar o crucificado não foi uma tarefa fácil para os primeiros escultores e teólogos, pela dúvida entre fazê-lo morto ou vivo, sofredor ou vitorioso. O Crucifixo esculpido por Moser, longe do exagero do Barroco já mencionado anteriormente, traz a imagem simbólica do sofrimento do Cristo sem explicitá-lo. A escultura é praticamente simétrica adotando

até a posição dos pés paralelos, forma de representação que surgiu por volta dos anos 800 D.C. e durou até meados do século XIII (Link, 1998, p. 46), atravessando o tempo de um estilo de arte conhecido como Românico.

O crucifixo de Moser é uma escultura que não apela para a emoção e sim para uma racionalidade de quem conhece a história da paixão de Cristo.

## 7. Recapitulando e Concluindo

Se a arte sacra e particularmente a santeira foi a primeira e quase única do Brasil colônia até o século XIX, como fruto da devoção aos santos e como alicerce de uma prática religiosa que nem sempre contou com a presença do clero, ainda hoje ela existe, frequentemente assumindo até mais a posição de arte do que a de objeto de devoção. Artesãos/artistas de vários estados brasileiros continuam

trabalhando na madeira e no barro, matérias primas que foram, desde o princípio as utilizadas na colônia, a despeito de um mercado repleto de imagens de gesso e resina, feitas em série, num processo industrializado.

A peça artesanal, feita à mão, com ferramentas que o artesão aprende a manusear, muitas vezes à custa de cortes e ferimentos, mantém

seu valor artístico de peça única ou quase única. Esse trabalho singular deu fama a algumas cidades, como São João d'el Rey em Minas Gerais, Juazeiro do Norte, no Ceará, Ibimirim, Goiana, Tracunhaém e Petrolina em Pernambuco, Teresina e Parnaíba no Piauí e Treze Tílias em Santa Catarina.

Uma produção não tem como destino apenas os nichos das igrejas. Ela irá também para as casas de colecionadores e de amantes do artesanato em geral. Isso também interfere no trabalho do escultor quase tanto quanto a tradição herdada de algum mestre, parente ou conhecido, instalado numa dessas cidades onde essa forma de artesanato ganhou fama e prestígio, atraindo gente que vem para esculpir e gente que vem para comprar, gerando assim uma demanda que força a personalização da obra, tornando-a única, não só na produção do

autor, mas também na de toda a comunidade de artesãos que disputam esse mercado comprador. Assim o santo assume personalidades e características propostas e inventadas pelo autor e reproduzindo uma criatividade que os primeiros artesãos leigos já exercitavam no Brasil colônia.

Há santeiros que são evangélicos, Babalorixás<sup>1</sup> e que mesmo sem vínculo com o Catolicismo, assumiram a arte santeira como profissão e a ela se dedicam. Todavia, o respeito desses artesãos à crença de quem compra também contribui para que a devoção aos santos permaneça como memória e alicerce do Catolicismo popular, rural e urbano, e fazendo com que as imagens dos santos esculpidas na madeira e no barro continuem sendo arte, mas não apenas isso.

---

<sup>1</sup> Constatado em minha pesquisa de doutorado

- Araújo, E. (1998). *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro*. (Catálogo da Exposição). São Paulo: SESI.
- Ávila, A. (2013). *Barroco – Teoria e Análise*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Azzi, R. (1978). *O Catolicismo Popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Belting, H. (2012). *Imagen Y Culto – Una história de la imagen anterior a la edad del arte*. Madrid – Espanha: Ediciones Akal.
- Concílio Ecumênico de Trento. Vol. II - Sessão XXV - Celebrado no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 03 e 04 de dezembro de 1563 - publicação feita em Lisboa em 1781 e disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal (1781). Available at: [https://purl.pt/360/4/sc-7007-p/sc-7007-p\\_item4/sc-7007-p\\_PDF/sc-7007-p\\_PDF\\_24-C-R0150/sc-7007-p\\_0000\\_capa-guardas2\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/360/4/sc-7007-p/sc-7007-p_item4/sc-7007-p_PDF/sc-7007-p_PDF_24-C-R0150/sc-7007-p_0000_capa-guardas2_t24-C-R0150.pdf) (Consultado em 19/10/2021).
- Dotro, R., & Helder, G. (2006). *Dicionário de Liturgia*. São Paulo, Loyola.
- Holanda, S. (2015). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras.
- Etzel, E. (1984). *Arte Sacra – berço da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos.
- Gomes, E., & Souza, N. (2018). *Trento em Movimento*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Link, L. (1998). *O Diabo - a máscara sem rosto*. São Paulo: Cia das Letras.
- Luz, A., Oliveira, M., & Pereira, S. (2013). *História da Arte no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Mariani, C., & Vilhena, M., (2011). *Teologia e Arte – Expressões de Transcendência, caminhos de renovação*. São Paulo: Paulinas.
- Mello, A. S., (2003). *Análise de uma Devoção: Repensando os Elementos Interpretativos*. [https://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2003/t\\_mello.htm](https://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/t_mello.htm), consultado em 26/03/2020.
- Poel, F. (2013). *Dicionário da religiosidade popular*. Curitiba: Nossa Cultura.
- Sanchez, W., & Passos, J. (2015). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas.
- Silva, M. (1981). *Ex-votos e orantes no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional.
- Souza, M. (2006). *Reis Negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: UFMG.

# RETHINKING TOURISTIFICATION AS A LONG-TERM PROCESS

## THE IMPACT OF TOURISM ON THE MADEIRAN CUISINE (19<sup>TH</sup>-21<sup>ST</sup> CENTURIES)

REPENSANDO A TURISTIFICAÇÃO COMO UM PROCESSO A LONGO PRAZO  
O IMPACTO DO TURISMO NA COZINHA MADEIRENSE (SÉCULOS 19-21)

António José Marques da Silva 

CITUR, University of Madeira

[antonio.jmsilva@staff.uma.pt](mailto:antonio.jmsilva@staff.uma.pt)

Rossana Andreia Neves dos Santos 

CITUR, University of Madeira

[rossana.santos@staff.uma.pt](mailto:rossana.santos@staff.uma.pt)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** This study was supported by CITUR– Centre for Tourism Research, Development and Innovation (Pole Madeira). Funded by national funds through FCT – Portuguese Science and Technology Foundation, within the project reference UIDB/04470/2020

Histórico:

**Submissão | Received:** 18/02/2022

**Aprovação | Accepted:** 22/03/2022

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## ABSTRACT

---

In the last decade, we have witnessed a growth of contestation movements against touristification on the global scale. Before the COVID-19 pandemic, the intensive, disordered flux of travelers in some popular destinations was blamed for negatively affecting the everyday life of local inhabitants. One effect was the degradation of their intangible cultural heritage (ICH), including culinary legacies, and more research has focused on this issue from different disciplinary areas. However, the approaches usually adopted only consider the immediate consequences of the ongoing phenomenon that can be observed during a field enquiry. This paper explores a new path. Assuming that cultural heritage is a long-term social construction, an historian's outlook is needed to see the big picture. The case study of the Madeiran cuisine allows us to understand to what extent receiving guests has long-term effects on the ICH of host communities. Madeira is one of the oldest destinations of the world, with a hospitality industry in activity since the early 19th century. Additionally, numerous documents attest the evolution of dietary patterns of the insular society, not only at this period, but also before and after. From this point of view, it is an excellent place to monitor the socio-cultural impact of tourism. Historical sources from different periods are confronted to understand the dynamic of the culinary repertoire in the archipelago. The point of view of local stakeholders currently involved in this arena are also considered. The results obtained by this diachronic approach enable us to relativize the Manichean vision of holidaymakers as a threat to cultural heritage, demonstrating that touristification studies should take into account the *longue durée*.

**Palavras-chave:** Touristification, Intangible Cultural Heritage, History, Food Traditions, Madeira

## RESUMO

Ao longo da última década, os movimentos contra a turistificação têm-se multiplicado, assumindo-se que o fluxo intenso e desordenado de viajantes nos destinos mais populares tende a afetar negativamente a vida cotidiana dos seus habitantes. Um dos efeitos nefastos usualmente apontados é a degradação do património cultural imaterial (PCI), incluindo legados culinários, tendo-se multiplicado os estudos sobre esta questão em diferentes áreas disciplinares. No entanto, as abordagens usualmente adotadas apenas consideram as consequências imediatas desse fenómeno que podem ser observadas no decurso de um trabalho de campo. Este artigo explora uma nova forma de equacionar essa problemática. Assumindo que o património cultural é uma construção social na longa duração, impõe-se a perspetiva do historiador. O caso de estudo da gastronomia madeirense permite-nos perceber em que medida os turistas têm um efeito duradouro no PCI das comunidades de acolhimento. A Madeira é um dos destinos mais antigos do mundo, com uma indústria hoteleira em atividade desde o início do século XIX. Para além disso, um vasto corpus de documentos atesta a evolução dos padrões alimentares dos ilhéus, não só ao longo deste período, mas também antes e depois. Deste ponto de vista, é um verdadeiro laboratório vivo para compreender o impacto sociocultural do turismo. São confrontadas fontes históricas de diferentes períodos para compreender a dinâmica do repertório culinário deste território ultraperiférico. O ponto de vista dos atores locais também é tido em consideração. Os resultados obtidos através desta análise diacrónica permitem-nos relativizar a visão maniqueísta do forasteiro como ameaça ao património cultural, demonstrando que os estudos sobre a turistificação devem ter em conta a “longue durée”.

**Keywords:** Turistificação, Património Cultural Imaterial, História, Tradições Culinárias, Madeira

## 1. Introduction

Presently, holidaymakers are increasingly attracted by the cultural heritage rather than by the sunny beaches (UNWTO, 2001; Fernandes et al., 2007; Cameron et al. 2008; doValle et al., 2011; WTO, 2018). They are more committed to incorporating the spirit of the places, and particularly, to tasting the local food, in lieu of simply visiting historical monuments and hearing 'soft' narratives about the past (Silva, forthcoming). In turn, the commoditization of the traditional cuisine and other kinds of intangible legacies increases the impact of tourism on the host communities. Indeed, the intensive and disordered flux of travelers transforms destinations, not only physically, but also in terms of their customs and the identity of their inhabitants. In recent decades, scholars from different disciplinary areas have debunked the effects of the so-called touristification, warning of the escalation of this threat (Mendes, 2017; Freytag et al., 2018; Bol Esteve et al., 2020; Andrade et al., 2020; Dali et al., 2021; Simas et al., 2021). Nowadays, local, national, and global stakeholders of the heritage arena are charged with protecting the culture of those who live in the most popular destinations. Their actions to minimize these effects, however, often fall far short of the residents' expectations, sometimes having nefarious consequences (Salazar, 2012). The relative lack of success of the policies implemented is symptomatic of our misunderstanding of this phenomenon, which calls in question the limits of the approaches previously adopted to investigate these kinds of issues. This paper explores a complementary outlook, adopting a qualitative approach, in line with the grounded theory (Chun Tie et al, 2019). It seeks to extend the insight—until now temporally restricted to the duration of fieldwork—to a longer period. Indeed, even if former research assumed that

cultural heritage is the product of a social construction (Konsa, 2013), the need to consider the long term is not usually considered.

The cuisine of Madeira is the case study chosen to evaluate the scope of this methodological twist. This autonomous region of Portugal is one of the oldest destinations in the world, receiving foreign visitors soon after the discovery of this insular territory around 1419 (Aragão, 1981). Some scholars still consider them as true tourists (Silva, 1985), meanwhile others do not agree (Silva, 1994). Pointing to the early 19<sup>th</sup> century is more consensual today (Almeida, 2016). At this time, Madeira took advantage of the European wars that blocked access to the south of France and Italy (Silva, 1985) preferred by the first *faiseurs de tour* (Silva, 2016a). Initially, it was mostly as a stopover or for medical reasons that they sojourned at Funchal, the capital of the island. Later, it would become more and more just for leisure (Silva, 1994; Câmara, 2002).

The evolution of the aristocratic repertoire of culinary recipes before, during and after the birth of the hospitality industry in the early 1800s are mapped. The historical documents used are chiefly from the archives of three convents in Funchal, but also the travel books written by visitors in the 19<sup>th</sup> century, and the descriptions of the regional cuisine published by Madeiran intellectuals during the period of the dictatorship. The point of view of local stakeholders currently involved in the tourism and heritage arena makes it possible to extend the chronological interval considered up to the present day. Adopting a diachronic perspective allows us to relativize some received ideas about the socio-cultural impact of leisure

mobility, disseminated today to different audiences.

## 2. Literature Review

In the last thirty years, “touristification” has gained a negative connotation, which the concept did not initially have (Picard, 1997). Currently, this word often expresses an antagonist relationship between two variables—tourism and heritage—the former being intended as the cause of the erosion or even the disappearance of the latter, significantly changing the identity of the host communities (Andrade et al., 2020). Yet tourism is by itself a cultural phenomenon (Wood, 1997; Pereiro Pérez, 2009). From this perspective, its impact on the lifestyle and the identity of the host communities should be understood as the result of interactions between distinct systems of behaviors, beliefs, values, and symbols, and not between culture and something else. But for many, touristification is just another achievement of the neoliberal agenda, which dominates all dimensions of society today (Mendes, 2017).

To be fair, the growing tendency to commodify different categories of heritage—including the intangible one (ICH)—such as tourism resources (Walmsley, 2003; Köhler & Durand, 2007; OECD, 2009; Capucho & Francisco, 2010), also has some beneficial effects (Smith, 2003; Smith, 2015). One of them is to improve, up to a certain point, the safeguarding of cultural legacies. In the first place, the recognition of their capacity to attract profit<sup>1</sup> helps increase the public support and external funding for their conservation, which often cannot be ensured by community members

alone. The growing appetite of modern consumers for cosmopolitan-enhancing experiences (Salazar, 2015) has another underrated return: it stimulates the collective self-esteem of the host societies, giving the autochthonous customs a chance to have a bright future. It also generates new opportunities to reevaluate the local identities and to build bridges between different points of view (Gewertz & Errington, 1989; Picard, 1997; Smith, 2003; Coccossis, 2009; Santos et al., 2013).

It is, however, the negative outlook of touristification which has mostly captured the attention today. Claude Lévi-Strauss (Lévi-Strauss, 1955; Silva, 2016a) was probably the first to bring to light the threat this emerging trend represents for the indigenous traditions. However, the precocious engagement of the French anthropologist within the UNESCO arena (Stoczkowski, 2007) had no impact on their heritage policies, initially at least. This organization was immediately concerned about the growing interest of middle-class Westerners in the historical and archaeological sites abroad. In the beginning, support for a cultural tourism, friendly to the World Heritage and the humanistic values defended by the institution, was unconditional (Cousin, 2008; Silva, 2016b). For several decades, however, the safeguarding of the local customs was neglected. It was still ignored during the whole Abu Simbel operation (Silva, 2016a), one of the greatest UNESCO’s achievements ever (Save-

<sup>1</sup> And particularly in regard to foodways (Matta, 2015).

Söderbergh, 1992). But recreational travel was soon likened to an instrument of post-colonial domination (Boutillier et al., 1978), also responsible for the commodification of heritage (CMCD, 1996; Choay, 2011; Silva, 2016b).

In 2003, the UNESCO convention for the safeguarding of the ICH marked a real change of paradigm in this arena (Bortolotto, 2011). The food traditions, not contemplated by this normative act, was later integrated into the new category of cultural legacies (Silva, 2016a). Its inclusion marks, in practice, the endorsement of the importance of cuisine as a fundamental element of collective identities, as academics had claimed for several decades (Matta et al., 2020). From that point onwards, ICH would be understood by a growing number of policy makers on a global scale as the result of a social construction process, mixing transmission and creativity (Konsa, 2013). The stakeholders involved in this arena now have an alternative to the methodological nationalism inherited from the 19<sup>th</sup> century (Beck, 2006; Silva, 2016a). The 2003 convention also recognized for the first time the active role of the tradition keepers (Ciarcia, 2011; Bortolotto, 2012). The ICH is currently set as a foundation stone of their collective identity (UNESCO, 2003: art. 2 al. 1), countering the tendency to value heritage in a fetishist manner (Choay, 2011).

Despite the recent improvements in the legal framework, it continues to be hard, in practice, for host communities to maintain the balance between their customs, their expectations, and the preservation of the natural and cultural legacies—which, by the way, is not always their main priority, contrary to the commonly held belief (Smith, 2015). In fact, previous studies revealed that the safeguarding plans based on UNESCO's normative acts often have

undesirable effects (Berliner et al., 2013). This is particularly true in protected areas, where developers privilege a "green tourism" (Franklin, 2003), and ecological sustainability does not mean obligatory social equity, as observed by David Goeury (2007) regarding the national parks of Morocco. The touristification of the ICH, and especially food traditions, could be, in this case, an effective way to increase the interactions between guests and host communities, guaranteeing the fairest distribution of incomes (Silva, 2016a). Other policies should be implemented to prepare both visitors and the visited to avoid conflicts of interests (Smith, 2003). However, to be effective, any monitoring plan needs to be based on a large corpus of scientific studies supported by solid evidence. Unfortunately, the impact of tourism on the local customs is not easy to measure and quantify due to its qualitative expression and subjective nature (Wall et al., 2006). In fact, guests are not solely responsible for the changes in behavior and consumption in host communities. The residents are also influenced by media and the exchanges with friends and relatives living abroad. The trips they make, as workers or on holiday, are significant, too (Smith, 2015; Fletcher, 2018). Thus, the scope of this kind of inquiry has been limited by the inability to individualize these different variables.

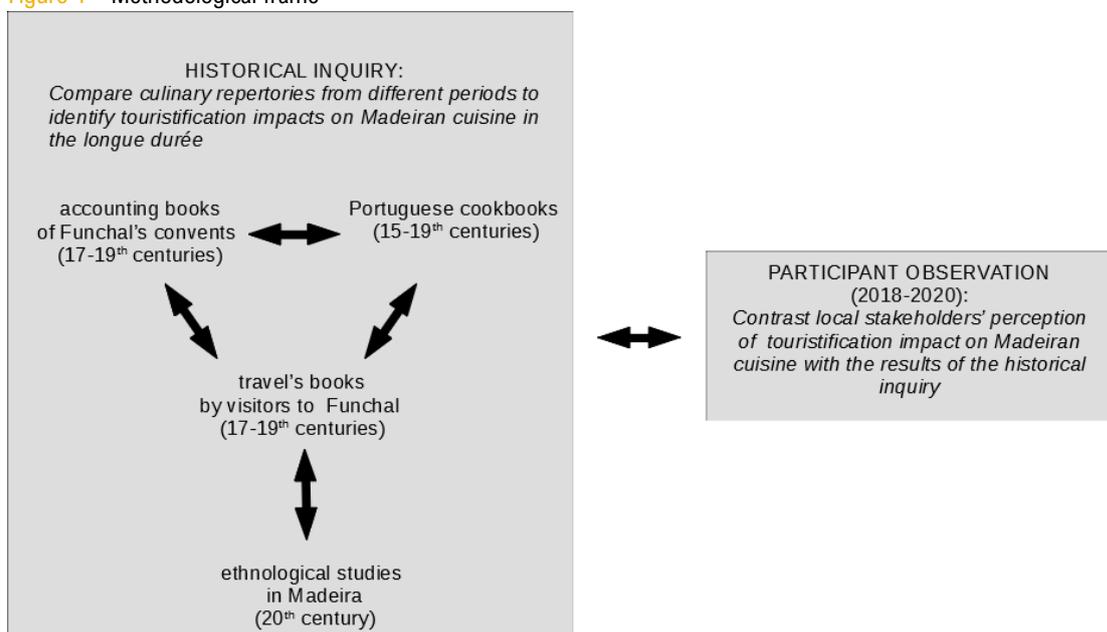
Questionnaires, interviews of groups or opinion leaders, Delphi analysis, participatory observation, as well as statistics, reports, articles in journals, magazines and other publications are generally used to measure the sociocultural impact of tourism (Fletcher, 2018). In this paper, we see how a historical approach could open new perspectives to the comprehension of the touristification phenomenon.

### 3. Methodology

In some way, the study is in the same vein as ‘Sweetness and power: the place of sugar in modern history’ by Sidney W. Mintz (1985). This pioneer work revealed the fecundity of the diachronic approach for understanding current food ways. The methodological frame

described above is historical, rather than anthropological (Figure 1), and the research method adopted is qualitative, being oriented by the grounded theory and based on a purposing sampling (Chun Tie et al., 2019).

Figure 1 – Methodological frame



Source: Own elaboration

The results of a long-term research project (*Patrimônios alimentares do arquipélago da Madeira. Em busca da matriz mediterrânea*) undertaken by one of the authors (AJMS) on the Madeiran food traditions (Silva, 2018a; Silva, 2020; Silva, 2021a; Silva, 2021b; Silva et al., 2021; Silva et al., forthcoming) are explored. One of the tasks, scheduled in the working program and already executed, was the systematic review of all the accounting

books of three nunneries in Funchal: Convento de Santa Clara, Convento da Encarnação (Figure 2) and Convento das Mercês. The 92 manuscripts studied (Table 1<sup>1</sup>) correspond to more than 10,000 pages of data and contain numerous references to culinary preparations, often specifying which of them are destined to feed the sisters, their domestic personnel and other individuals connected to the community in different ways.

<sup>1</sup> Table 1 and 2 are available here: **Erro! A referência da hiperligação não é válida.** <https://r962q3.s.cld.pt> [accessed 30/08/2020].

Figure 2 – Church of the Convento da Encarnação (Funchal), 25/05/2020 (AJMS)



The relevance of these sources for the knowledge of food history had been noted for many years (Nascimento, 1937; Sousa, 1948-1949), being explored by several authors interested in this topic in recent decades (Veríssimo, 1987; Gomes, 1995; Carita, 1999; Fontoura, 2000; Sousa, 2012). However, this corpus has never been studied systematically before today. It includes all the manuscripts conserved at the Torre do Tombo (the Portuguese National Archives: ANTT) and those that belong to the Regional Archives of Madeira (ABM). The ANTT documents were consulted online<sup>1</sup> and the others *in situ* (Table 1). The chronological interval covered extends from the 3<sup>rd</sup> quarter of the 17<sup>th</sup> to the end of the 19<sup>th</sup> century.

Previous research highlighted the fact that, during the Modern age, the nuns shared the diet of the upper strata of Portuguese society

(Braga, 2015). It was also the case at Funchal (Carita, 1999), at least before the economic decline of the three convents, which began in the middle of the 18<sup>th</sup> century and intensified in the next decades (Fontoura, 2000). These establishments responded to the need of the noblemen to host their unmarried daughters, avoiding the dispersion of the family inheritance (Sousa, 1991; Silva, 1995; Carita, 2014; Braga, 2015). From this point of view, the documentation analyzed makes it possible to obtain a very detailed image of the aristocratic taste before and after the rise of tourism in Madeira.

In Table 2, all the culinary preparations are identified, always specifying in which monastic community they are found. When the name still exists in Portuguese, the current orthography has been reproduced (ex: *malassada*) and the most common variant attested in the account

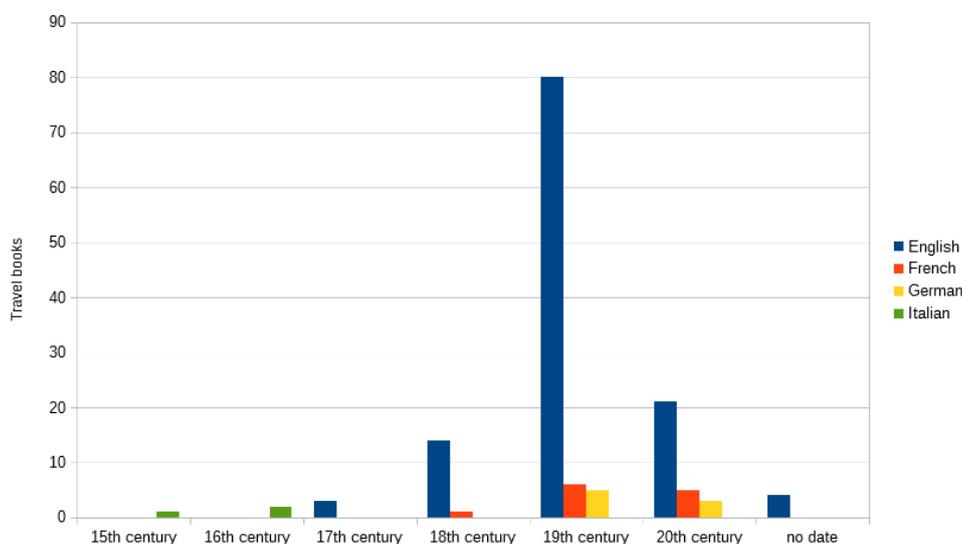
<sup>1</sup> Online database of the ANTT. <https://digitarq.arquivos.pt/> [accessed 07/07/2020].

books in the other case (ex: *aluericoque*). Today, some of them ordinarily designate ingredients (ex: *damasco*) or culinary recipients (ex: *pratinho*). However, the context in which these words appear allowed us to deduce they refer to a dish. A few of them are close (ex: *pratinho*, *pratinho*), and may be used to refer to the same thing, but not necessarily. Indeed, cookbooks of the Modern times often contain entries with very similar names, as the example of the manuscript belonging to the Convento das Salésias de Lisboa, compiled after 1782 (Braga, 2015), demonstrates. Five recipes mention the word “*broa*” or the diminutive “*broinha*” in their title, despite describing clearly distinct operative chains: ‘*Receita de broas de amêndoas*’, ‘*Receita de broinhas*’, ‘*Broinhas de batatada*’, ‘*Receita de broinhas de pão de ló*’, ‘*Broinhas de ovos moles e castanhas*’ (Abecasis, 2015, p.11-12, 18, 33-34, 52-53, 77). There are also sometimes very different preparations with the same name (ex: “*Broas de milho*”, Abecasis, 2015, p.23-24, 47-48), as noted by I. D. Braga (2013; 2015) in other cookbooks of this period.

The results of this research are matched up with those of a query in the numerous books

written during the 19<sup>th</sup> century by travelers sharing their Madeiran adventure (Rodrigues, 2019; Figure 3). They often describe the autochthonous food habits, and sometimes, the meals offered by their hosts. Testimonies of this kind provide some clues about the evolution of the upper-class cookery after the early 1800s, when the island became a very popular destination for European aristocrats, giving birth to the local hospitality industry. During this century, the holidaymakers from Germany and the Austro-Hungarian Empire gradually joined the Englishmen and Frenchmen (Rodrigues, 2019). The foreigners were lodged in “boarding houses” (Dix, 1850; Garnier, 1859; Câmara, 2002), also called “family hotels” (Matos, 2013). These were the residential buildings adapted by their owners to host journeyers. A few days after their arrival, the most fortunate looked for villas to rent (Dix, 1850; White, 1851; Garnier, 1859; Silva, 1994; Câmara, 2002; Matos, 2013). Hotels, as we now know them, are only mentioned for the first time in 1850 by John Driver. The oldest one seems to be the London Hotel (Driver, 1850; Silva, 1985; Marujo, 2013). This kind of offer grew substantially in the next decades (Garnier, 1859; Taylor, 1882).

Figure 3 - Travel books dedicated to Madeira by chronology and language according to António Aragão (1981)



Furthermore, the repertory of delicacies referred to in the ecclesiastical corpus are compared with those identified by the intellectuals, which collected the regional folklore in the 2<sup>nd</sup> quarter of the 20<sup>th</sup> century (Cruz, 1963 [1949]; Pereira, 1989 [1939]), to track long-trend changes in the foodways. The results of a participant observation undertaken by one of the authors (AJMS), taking part as a *fabric-acteur* (Suremain, 2015) to the local

heritage arena, was also explored. This methodology was previously applied to ICH studies by him (Silva, 2018b) and other scholars before (see, for example: Bortolotto, 2017). In this case, it enables an understanding of the perspective of stakeholders about the impact of touristification on the traditional cuisine, in particular, and the regional culture in general.

## 4. Findings

The historical inquiry permitted the identification of 210 different names of dishes in the accounting books deposited in both regional and national archives. This number is very impressive, even when compared with the repertory documented in the culinary manuscripts used by monastic communities during the Modern Age. For example, the *Caderno do Refeitório* (1743) described 283 distinct recipes, and the *Caderno de receitas do Convento das Salésias*, only 126 (Braga, 2015).

However, the variety of delicacies named is not equal in the three feminine establishments studied. Most of them had been recorded at the Convento de Santa Clara (186), i.e., nearly double those identified at the Convento da Encarnação (107) and nearly five times more than those detected at the Convento das Mercês (12). These discrepancies may be explained in part by the asymmetric representation of each convent in this corpus (Table 1; Figure 4). In some way they may also reflect distinct dietary patterns, the last community being subject to a more rigid discipline<sup>1</sup>. Indeed, the rule adopted at the Convento das Mercês was particularly strict regarding the nuns' diet, who had to live almost

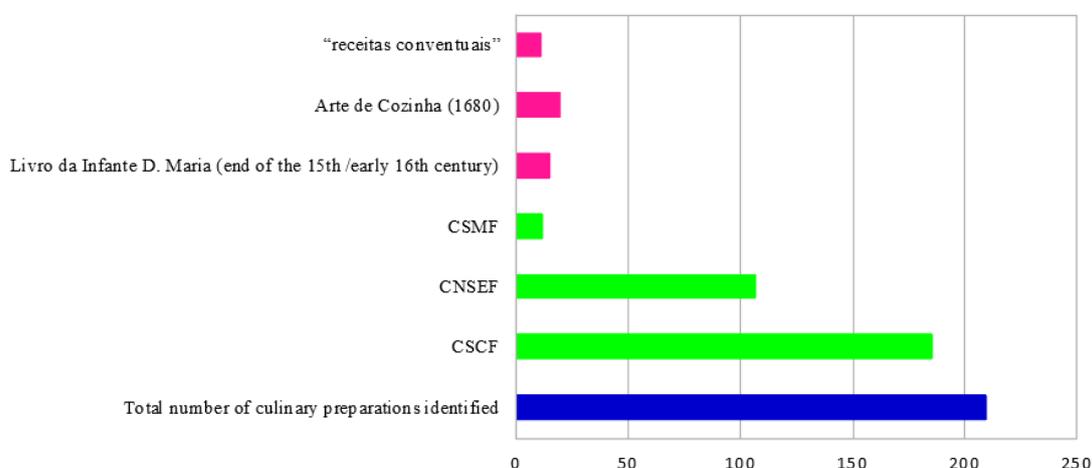
exclusively on charity (Fontoura, 2000). The two others were owners of numerous rural properties, who supplied their members with foodstuffs and generated a significative income (Sousa, 1991; Silva, 1995; Fontoura, 2000). The Convento de Santa Clara, the first to be founded in Madeira in the early 16<sup>th</sup> century, hosted the daughters of the most prominent families of the colonial society (Aragão, 1987; Sousa, 1991; Fontoura, 2000; Carita, 2014). The huge variety of delicacies served to them, especially on the occasion of the religious celebrations (Pereira, 1939 [1989]; Sousa, 1948-1949), reflects the sophisticated taste of the upper classes to which most of them belonged. There are 20 preparations (Table 2, Fig. 4) already described by Royalty chef Domingos Rodrigues, author of the oldest cookbook printed in Portugal (1<sup>st</sup> ed., 1680); 11 of those were also included in culinary manuscripts used by monastic communities of the mainland during the Modern times (Table 2, Figure 4). Contrary to what some believe, there is no such a thing as a conventual repertory different from those appreciated in the aristocratic milieu at this period (Braga, 2015; Braga, 2017). Both belong to the same tradition

<sup>1</sup> ABM, Governo Civil, Conventos, livr. 268.

inherited from the Renaissance high cuisine. In fact, 15 names of dishes mentioned in Table 2 are described in the notebook of the Infanta Dona Maria (Figure 4). This anonymous manuscript was given to the granddaughter of King D. Manuel I, when she left the court of Lisbon to marry an Italian duke in 1565 (Manuppella et al., 1967). At this time, the huge success of the *Saccharum officinarum*'s

acclimation in Madeira and the discovery of the oceanic route to India fostered the generous use of sugar and oriental spices (Braga, 2007). The dietetic knowledge of this era, based on the humoral principles inherited from the Hippocratic medicine (Silva, 2013), favored a palette of flavors, which contributed to the popularity of these two ingredients in the elite milieu.

Figure 4 - Background of the culinary preparations identified



In the rest of Europe, the food legacy of the Renaissance was progressively abandoned during the Modern period, influenced by the *Nouvelle cuisine*, a modernist movement started by Vincent La Chapelle and other culinary writers from France (Hyman et al., 1996). The growing acceptance of this new tendency dictated the divorce between healthiness and “good taste”, opening the door to the invention of gastronomy by Jean Anthelme Brillat-Savarin in the 1820s (Flandrin, 1996). The dissemination of a renewed know-how by chefs such as Auguste Escoffier guaranteed the long-term hegemony of France as the homeland of ‘the’ international standard, copied everywhere but never equaled. At the end of the 19<sup>th</sup> century, the emerging hospitality industry embraced this change of paradigm together with the concept of Palace Hotel,

marrying for the first-time *hôtellerie* and *haute cuisine*, and targeting tourists as their primary clientele (Pitte, 1996; Silva, forthcoming). Simpler flavors, combined without any dietetic concern, would soon be preferred by the members of the European elites (Flandrin, 1996).

The food revolution was late in reaching Lisbon. Lucas Rigaud (1780), author of the 2<sup>nd</sup> Portuguese cookbook, was the precursor of the vanguard movement at the Royal court (Gomes, 2016). However, the former cuisine would not decline immediately, the *Arte de Cozinha* written by Domingos Rodrigues one hundred years before being reedited repeatedly during the 19<sup>th</sup> century (Ferro, 1996). Regarding Madeira, the accounting documents analyzed here revealed the continuity of the

Renaissance tradition in the monastic milieu of Funchal until the death of the last nuns. The obedience to a diet based on religious rules, defined by the constitutive acts of the three congregations, always favored the old ways over novelty.

The outlook of foreigners gave us an important insight into what happened outside the walls of the city's convents during the same period. In the 1740s, a gentleman from England visited Madeira. It is relevant to note that British businessmen had long since been living on the island. Their contribution in the culinary field was, however, limited to the introduction of a few edible plants (Silva, 2018b). In the middle of the 19<sup>th</sup> century, they raised vegetables in their properties that are still not consumed today by the Madeirans, such as artichokes, asparagus and celery (White, 1851). Most of them being Protestants, the expatriate community was not subjected to the abstinence imposed on Catholics during Lent, curbing the exchanges with the food culture of the Portuguese settlers.

The British gentleman was probably hosted by a family belonging to the colonial elite (Silva, 1994), instead of a compatriot as it often happened then (Vieira, 1999). In a letter sent to a friend, he wrote: “*My long residence among this people has by degrees reconciled me to their manner of diet, which at first was*

*disgustful to me.*” (Alcoforado, 1750). At the occasion of a Lenten meal, he was particularly perturbed by a salad of eggs, bread, raisins, and pears, which constituted the primary dish, and the treacle sauce flavoring a mix of fruits and vegetables for the second course. Being a citizen of the nation where Vincent La Chapelle published the *editio princeps* of ‘*Le Cuisinier moderne*’ (Hyman et al, 1996), this traveler was not pleased by the abundant use of saccharine condiments, inherited from the Renaissance times, and also by the habit of eating fruit, conserved or fresh, before the dessert (Alcoforado, 1750), characteristic of this food tradition (Flandrin, 1996). His testimony shows that, in the middle of the 18<sup>th</sup> century at least, the cooks at the service of the upper class were still immune to the winds of change blowing across all Europe.

A hundred years later, Isabella de França pointed out the Madeiran cuisine again for its sweetness. During her sojourn in the island, this English lady, married to a local landowner, was particularly impressed by the sophistication and the diversity of the dainties made with sugar. At this time, several commercial houses of Funchal were already specialized in making these kinds of products, the Confeitaria Felizberta, being the first to open its doors in 1837 (Pereira, 1989 [1939]; Sainz-Trueva, 1987; Figure 5).

Figure 5 – Building of the Confeitaria Felizberta (Rua das Pretas, Funchal), 23/12/2019 (AJMS)



Isabella de França mentions sweetmeats and a few pastries habitually consumed by the feminine communities of Funchal (Table 2): “cordeiro (doce)”, “lágrimas”, “ovos moles”, “ovos reais”, “pão de ló”, and “toucinho do céu”. She judged all of them delicate but too sugary for the English taste (França, 1970). A few years later, the Empress of Mexico, Charlotte of Belgium, would not enjoy, in turn, the numerous liqueurs, jellies, puddings and other titbits prepared with fruits (Sainz-Trueva, 1987).

In her testimony, Isabella de França also remembers a reception at Funchal, where she heard five different languages, including Portuguese. She was particularly fond of a German recipe of chicken salad with smoked herrings offered by her host. The account of this lady reveals that, even if the traditional repertory was still popular in the upper class at this period, the Madeiran elite was exposed to the cosmopolitan taste of tourists, who were growing more numerous now, travelling to the

island for therapeutic reasons, interacting intensely with the local notables at social events (Câmara, 2002).

A few decades later, the author of a travel book published at Paris already mentions eleven hotels at Funchal, with employees fluent in several languages, saying the “*cuisine est presque partout, faite à l'anglaise ...*” (Pitta, 1889, p.98), while earlier some of these establishments served French cuisine to their guests, also (Garnier, 1859). Some of the facilities described in the 1889 guide had British names, including the famous Reid’s. It was under construction at this time (Pitta, 1889; Vieira, 1999; Matos, 2013) and later acquired by the Blandy family (Binney, 2011). Indeed, the expatriates from the United Kingdom were the first to invest in the emerging tourism industry, and owned bakeries and grocery stores (Driver, 1850; Silva, 1994). An American who sojourned in Funchal in 1843 noted that the “*inhabitants are learning the English taste, and to cater to it successfully*” (Dix, 1850,

p.86). It is worth mentioning that citizens of the British nation visiting the island were numerous since the Modern Age (Aragão, 1981; Vieira, 1999), and most of the travel accounts about Madeira were published by them (Figure 3). All these facts explain why some scholars classify the residents and holidaymakers from this country as main agents of exogenous influence on the colonial elite (Silva, 1994).

All these testimonies suggested that contrary to what was happening on the mainland at the same time, it was not the new generation of printed culinary treatises written in Portuguese, inspired more and more by the French *haute cuisine* (Braga, 2004), that dethroned the former recipes, rooted in the Renaissance tradition. In this case, the constant interactions between the richest settlers and tourists triggered the change of dietary patterns in the long term. This influence can explain the popularity of cookbooks from London in Funchal during the Belle Époque (Sainz-Trueva, 1987).

In the portrait of the Madeiran foodways drawn by the Visconde de Porto da Cruz in 1949, only a few delicacies listed in the Table 2 are mentioned, mostly sweet pastries and sugar-based dishes: *batatada*, *bolo de mel*, *doce de gila*, *fartes de batatada*, *lágrimas de ovos*, *morgados*, *queijadas*, and *rosquilhas* (Cruz, 1963 [1949]). This author also mentioned *cuscus*, i.e., the Madeiran recipe of couscous, *sopa de peixe*, *lapas*, and *cagarras*. We, however, cannot be sure if the same names always correspond to the same or, on the contrary, to very distinct operative chains. According to that author, most of the culinary preparations described as belonging to the popular tradition were typical of the countryside and no longer related to the upper-class

repertory. Some of them, such as *cuscus*, was still eaten by the rich even if cooked quite differently. He also claims that the regional specialties were, at this time, often consumed during festive occasions. This is the case of the *bolo de mel*, a sugary-spicy cake, still considered a Christmas classic today by the inhabitants of the island. A few years earlier, Eduardo Clemente Nunes Pereira (1939 [1989]) referred to the conventual origin of this pastry in '*Ilhas de Zarco*'. According to this priest, it was one of the few elements of the sweet repertory transmitted by the nuns to the aristocratic houses, and later, to the lower classes. He also mentions the fact that these old recipes were kept secret, whether, among the elite, they were written in notebooks shared exclusively from mother to daughter, or they were passed down orally through generations in the plebeian families since then (Sainz-Trueva, 1987). However, like the Visconde do Porto da Cruz, this author was more interested in the food habits of the poorer classes, especially the countrymen (*vilão*), considered to be the ultimate guardian of the autochthonous customs (Pereira, 1989 [1939]; Cruz, 1955), which includes the hinterland culinary traditions.

In the end, the loss of the aristocratic repertoire contributed to the homogenization of the dietary patterns through the social pyramid from the 19<sup>th</sup> century onwards (Silva, 2018a). It gave rise to the regional cuisine as we know it today: a mix of pedestrian dishes, such as the *espetada* and the *bolo do caco* associated with popular festivals (*arraiais*) and some others belonging to the peasants' diet, such as *papas de milho*, *açorda* or *sopa do trigo*. As the official website "Visit Madeira" claims: "The simple food enjoyed in Madeira Islands reflects the soul of a simple but generous people"<sup>1</sup>. The

<sup>1</sup> 'A Pallette of flavours'. Website 'Visit Madeira'. <http://www.visitmadeira.pt/en-gb/madeira/10-top-reasons-to-visit-madeira/a-pallette-of-flavours> [accessed 02/07/2020].

authorized narrative, however, totally passes over the aristocratic repertory of the upper class, obliterated by the rise of the hospitality industry beginning in the 19<sup>th</sup> century, excepting the *bolo de mel*. This biased outlook explains in part the lack of auto-esteem felt by certain Madeiran chiefs today. In 2018, during a meeting on culinary heritage and tourism at Funchal<sup>1</sup>, one of them complained: “Madeira cuisine is not a true gastronomy, because Romans had never been there.” [translation by AJMS]. Using the word “gastronomy” to describe the recipes of the pre-modern elites, subject to dietetic rules, is, of course, anachronistic in the historian’s perspective. However, in the past the richest inhabitants of the island consumed a sophisticated and very diverse panoply of delicacies, which indisputably belong to what today we call the high cuisine. They are so far from the ‘simple food’ presented to holidaymakers of the 21<sup>st</sup> century as the essence of a regional ‘gastronomy’.

Recently, one of the authors (AJMS) had the opportunity to take part in two public meetings focused on regional cuisine<sup>2</sup>, which were held in Funchal. At both events, an individual shared his concerns about the negative effects of

touristification, especially in the countryside. However, no one in the audience showed any sign of support when this opinion was expressed. Nonetheless, heritage safeguarding, and tourism have been seen by the intellectual elite of Madeira since the 1920s, as two sides of the same coin (Silva et al., forthcoming). It is worth mentioning that a unique ministry of the Autonomous Government (Secretaria Regional do Turismo e da Cultura) has the last word in these two domains. On the mainland and in the Autonomous Region of Acores, on the contrary, they are totally independent areas of governmentality. In fact, Madeirans tend generally to have a truly benevolent attitude regarding holidaymakers, as observed by most of them from the 19<sup>th</sup> century (for example: Dix, 1850) until today (Qmetrics, 2011). The locals’ reputation of being friendly to visitors is indeed a selling argument, often mentioned by official campaigns abroad (SRETC, 2017). Tourism being the cornerstone of the regional economy for so many years, even the humblest inhabitants are conscious of the foreigners’ importance for their own good. From this point of view, Madeirans were probably pioneers to embrace what Picard (1997) calls a “touristic culture”.

## 5. Discussion

The case study of the Madeiran cuisine challenges several received ideas. Global policies adopted in the last decades to protect ICH are based on a very consensual assumption: the customs of the lower classes are more subject to erosion than those of the

upper classes of society, as they are ordinarily transmitted orally (UNESCO, 1989; Silva, 2016b). On the other hand, tourists are often seen by host communities, and even by themselves, as a threat to autochthonous traditions. Both embrace the essentialist

<sup>1</sup> ‘Conferência Viajar à mesa’, Museu da Eletricidade ‘Casa da Luz’, Funchal, 04/05/2018.

<sup>2</sup> ‘Mesa-Redonda Comunicação, turismo e cultura. Uma perspetiva regional dos profissionais e das políticas de

comunicação’, Museu do Açúcar (Funchal, 13/11/2019). Webinar ‘Tradições alimentares da Macaronésia: contributos para a sua inventariação e estudo na RAM’. University of Madeira (Funchal, 29/06/2020).

outlook inherited from the first nationalists (Beck, 2006; Finkelkraut, 2008), echoed currently by a motley pool of “cultural representations” (Salazar, 2009). In this case, it happens to be exactly the opposite, even if today, some local stakeholders involved in the heritage arena do not agree with this perspective. In their mind, touristification appears to be a synonym of overtourism, i.e., ‘the impact of tourism on a destination, or parts thereof, that excessively influences perceived quality of life of citizens and/or quality of visitor experiences in a negative way’ (UNWTO, 2018, p.4), the latter not being a constructive manner to approach the issue of the sustainability of the recreational mobility (Koens et al., 2018; O’Reagan et al., 2021).

After the birth of the hospitality industry at Madeira in the early 19<sup>th</sup> century, the insular elite was intensively exposed to the exogenous influence (Silva, 1994). On the other hand, the plebeians could not afford the aristocratic cuisine inherited from the Renaissance, nor the cosmopolitan taste introduced by the travelers and professional cooks working for them. The impact of the constant flux of rich holidaymakers from all parts of Europe at Funchal during this period had practically no effect on their seasonal diet based on local products, and in a more general matter, their miserable way of life (Silva, 1994). However, the members of the colonial elite did not completely reject their own habits to unconditionally assimilate the flavors preferred by the first *faiseurs de tour*. In fact, even now, the influence of tourists is not as obvious as expected on the inhabitants’ traditions in the most visited places, as Monterrubio and Mendonza-Ontiveros (2014) observed earlier at Mexico. According to them, the so-called “demonstration effect” is, in practice, a sort of cultural selection, host communities incorporating specific aspects that they identify with and totally ignoring others. The same

happened with the Madeiran elite during the 19<sup>th</sup> century. The upper-class was quite choosy regarding the reshaping of their own foodways. Despite the evident changes testified by some travelers, the more fortunate continued to eat some sugary-spicy delicacies of the past related to festive occasions, jealously keeping the old family recipes secret. In the new grammar of the meal inherited from the *Nouvelle cuisine*, fruits, sweets, and pastries still have their place, now restricted almost exclusively to the end of feasts as desserts. Only a few cakes, such as the famous *bolo de mel*, reached the 21<sup>st</sup> century, which is still today an icon of the *cozinha madeirense* (Gomes, 2013). After the WWII, the survival of this vintage recipe, and a few other aristocratic delicacies of the Modern times, was paradoxically guaranteed to a great extent by non-educated individuals who lived in the countryside without the mediation of cookbooks. This culinary repertoire was now part of the plebeian tradition.

Finally, researchers studying a process of touristification must bear in mind that this is only one element of a more general phenomenon of globalization, which currently affects all the areas of the world (Salazar, 2009). The economic development after the concession of political autonomy and the adhesion of Portugal to the European Community marked a new cycle in Madeira’s history. The relative prosperity experienced by most of the inhabitants had significant effects on their daily lives, including their diet. For several decades, they embraced the Food Modernity (Sousa, 2016), as did almost all the peoples of the planet (Poulain, 2002). It is now difficult to measure to what extent the holidaymakers have more impact on their culinary traditions than the opening of the next hypermarket or fast-food restaurant in Funchal, the constant flux of exchange with the diaspora or the increasing access to the Internet in the

hinterland. Like the Masai of Tanzania studied by Salazar (2009), Madeirans must deal with many threats besides tourism that affect the local customs. In fact, the foreigners' presence currently acts as a safeguarding factor of the food heritage. In recent decades, they have become the principal consumers of not only the *bolo de mel*, but also cookies as *broas de mel*, *broas de amêndoa*, *cavacas* and different sorts of *rebuçados*. Some will deplore the commoditization of these traditional delicacies. However, the appetite of tourists for authenticity (MacCannell, 1973; Wang, 1999; Cravatte, 2009) contributes to maintaining the aristocratic delights from the past, at least as they were prepared in the 20<sup>th</sup> century. Their

demand has given a continuous outlet for the Madeiran *artisans*, who still make cakes and other old-time sugary treats, guaranteeing the sustainability of a bicentenary business. The holidaymakers buy them directly in the facilities of the producers, such as the Fábrica Santo António (Figure 6), the Funchal supermarkets, or even in the shops of the Cristiano Ronaldo Airport just before flying. They bring these dainties back home as “souvenirs” of their journey. The interest demonstrated by the visitors for the Madeiran specialties also contributes to their revaluation by the locals. In the end, cultural heritage and tourism do not have to be antagonists.

Figure 6 - Fábrica Santo António (Funchal), 09/12/2019 (AJMS)



## 6. Conclusions

Inspired by the Bourdieu's pioneer work (Bourdieu, 1979), scholars from different disciplinary fields have written extensively about the relationship between power and culture, and particularly regarding the cuisine. The results of our study add a new piece to the puzzle. It invites reflection on the relevance of the dichotomies continually mobilized within the framework of this problem. Those which oppose dominators and dominated, erudite and popular legacies, cosmopolitanism, and localism, and by extension, tourists, and host communities, should be questioned in the first place. Whatever the position adopted, heritage is invariably used to abruptly contrast the parts involved. We argue that this biased perception may be due simply to a lack of diachronic perspective. The same is probably true with other kinds of ICH of the island's inhabitants. However, as the main limitation of this study is to only consider a particular aspect of the Madeiran culture, that is its cuisine, more studies focusing other aspects (oral traditions, music, art crafts, etc.) need to be undertaken to extrapolate the results. The same methodology needs to be replicated in other destinations to permit comparative analysis, which is a crucial step in grounded-theory approaches (Chun Tie et al, 2019).

Specifically considering here touristification, this concept is usually intended simultaneously as a socio-economic and a socio-cultural process (Wang, 2000), which is undeniable. As

for the first aspect, the impact can be seen immediately. The second, however, cannot be totally understood without considering the *longue durée*. As the case study of the Madeiran cuisine demonstrated, the balance between negative and positive effects of the interaction between natives and travelers is not as black-and-white as a few local stakeholders would have us believe. From this point of view, the oldest destinations, such as Madeira, visited by holidaymakers for over two hundred years are true living labs of the way in which guests affect the identity and the ICH of the host communities. Looking at them will enable us to relativize the Manichean vision of the tourists as agents of what Massimo Leone (2015) calls 'semiotic pollution', that is the symbolic impoverishment of the autochthonous tradition.

One merit of the exploratory approach presented above is to show the need to adopt a diachronic outlook when studying socio-cultural phenomena like touristification. The designing of strategies to evaluate and minimize negative impacts should also follow the same direction. Indeed, to be effective, action plans to minimize their socio-cultural effects should be based on a more balanced insight, considering not only the present but also the long-term consequences of this kind of processes. From this point of view, the sciences of the past should be more involved in safeguarding the ICH.

- Abecasis, I. (2015). *Caderno de receitas do Convento das Salésias*. ANTT.
- Alcoforado, A. (1750). *An Historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, ... an Account of the Present State of the Island in a Letter to a Friend*. J. Payne, & J. Bouquet.
- Almeida, A. M. M. de (2016). Modelling Tourism Demand in Madeira since 1946. And Historical Overview Based on a Time Series Approach. *Journal of Spatial and Organizational Dynamics*, 4 (2), 145-156.
- Andrade, M. J., & Costa, J. P. (2020). Touristification of European Port-Cities: Impacts on Local Populations and Cultural Heritage. In A. Carpenter, & R. Lozano (Eds). *European Port Cities in Transition. Strategies for Sustainability*. Springer/Cham. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-36464-9\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-030-36464-9_11).
- Aragão, A. (1981). *A Madeira vista por estrangeiros, 1455-1700*. Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Aragão, A. (1987). *Para a história do Funchal: pequenos passos da sua memória*. Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Beck, U. (2006). *The Cosmopolitan Vision*. Polity Press.
- Berliner, D., & Istasse, M. (2013). Les hyper-lieux du patrimoine mondial. *Gradhiva*, 18, 124-145.
- Binney, M. (2011). *The Blandys of Madeira (1811-2011)*. Francis Lincoln Ltd.
- Bol Esteve, A. J., & Arnandis-i-Agramunt, R. (2020). Touristification in the Central Market of Valencia. Fact or Fiction? In C. R. de Almeida, A. Quintano, M. Simancas et al. (Eds.). *Handbook of Research on the Impacts, Challenges, and Policy Responses to Overtourism* (pp. 156-175). Newsroom.
- Bortolotto, C. (2011). Le trouble du patrimoine culturel immatériel. Introduction. In C. Bortolotto (Ed.). *Le patrimoine culturel immatériel : enjeux d'une nouvelle catégorie* (pp. 21-43). Maison des Sciences de l'Homme.
- Bortolotto, C. (2012). Nouveaux acteurs du patrimoine, nouvelles postures anthropologiques. *Civilisations*, 61(1), 139-146.
- Bortolotto, C. (2017). Como “comerse” un patrimonio: construir bienes imateriales agroalimentarios entre directivas técnicas y empresariado patrimonial. *Revista Andaluza de Antropología*, 12, 144-166.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Les Éditions de Minuit.
- Boutillier, J.-L., Copans, J., Fiéloux, M. et al. (1978). *Le tourisme en Afrique de l'Ouest. Panacée ou nouvelle traite ?*. Maspero.

- Braga, I. D. (2004). *Do primeiro almoço à ceia. Estudos de História da Alimentação*. Colares.
- Braga, I. D. (2007). À mesa com Grão Vasco. Para o estudo da alimentação no século XVI. *Máthesis*, 16, 9-59.
- Braga, I. D. (2013). Ovos, Ovos, Ovos e mais Ovos. Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, 399-432.
- Braga, I. D. (2015). *Sabores e segredos: receitas conventuais portuguesas da Época Moderna*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume.
- Braga, I. D. (2017). Domingos Rodrigues e a Arte de cozinha: uma vida pouco conhecida, uma obra muito usada. In I. D. Braga (coord.), *Domingos Rodrigues. Arte de Cozinha* (pp. 7-48). Círculo de Leitores.
- Câmara, B. (2002). *A Economia da Madeira (1850-1914)*. Imprensa das Ciências Sociais.
- Cameron, C. M., & Gatewood, J. B. (2008). Beyond Sun, Sand and Sea: The Emergent Tourism Programme in the Turks and Caicos Islands, *Journal of Heritage Tourism*, 3(1), 55-73.
- Capucho, M. J., & Francisco, J. P. (2010). Cultura, competitividade territorial e desenvolvimento sustentável: algumas considerações sobre o caso do Vale do Côa. In E. Figueiredo, E. Kastenzholz, M. C. Eusébio et al. (Eds.), *Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais* (pp. 232-248). University of Aveiro.
- Carita, R. (1999). *História da Madeira. O século XVIII. Economia e Sociedade*. Secretaria Regional da Educação.
- Carita, R. (2014). *História da Madeira. Vol. 1: Séc. XV. Matriz da Expansão Portuguesa*. Imprensa Académica.
- Choay, F. (2011). *O patrimônio em questão. Antologia para um combate*. Belo Horizonte.
- Chun Tie, Y., Birks, M., & Francis, K. (2019). Grounded theory research: A design framework for novice researchers. *SAGE Open Medicine*, 7. <https://doi.org/10.1177/2050312118822927>.
- Ciarcia, G. (2011). Introduction. In G. Ciarcia (Dir.), *Ethnologues et passeurs de mémoires* (pp. 7-30). Éditions Karthala / Maison des sciences de l'homme de Montpellier.
- CMCD (1996). *Notre diversité créatrice. Rapport de la Commission mondiale de la culture et du développement. Version condensée*. UNESCO.
- Coccosis, H. (2009). Sustainable Development and Tourism: Opportunities and Threats to Cultural Heritage from Tourism. In L. F. Girard, & P. Nijkamp

- (Eds.), *Cultural Tourism and Sustainable Local Development* (pp. 47-56). Ashgate.
- Cousin, S. (2008). L'UNESCO et la doctrine du tourisme culturel. Généalogie d'un « bon » tourisme. *Civilisations*, 57(1/2), 41-56.
- Cravatte, C. (2009). L'anthropologie du tourisme et l'authenticité : catégorie analytique ou catégorie indigène?. *Cahiers d'Études Africaines*, 193-194, 603-619.
- Cruz, V. do P. da (1955). *O folclore madeirense*. Câmara Municipal do Funchal.
- Cruz, V. do P. da (1963 [1949]). A culinária madeirense. *Das Artes e da História da Madeira*, 33, 42-47.
- Daly, P., Dias, Á. & Patuleia, M. (2021), The Impacts of Tourism on Cultural Identity on Lisbon Historic Neighbourhoods, *Journal of Ethnic and Cultural Studies*, 8(1), 1-25.
- Dix, J. A. (1850). *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*. William Holdredge.
- do Valle, P. O., Guerreiro, M., Mendes, J. et al. (2011). The Cultural Offer as a Tourist Product in Coastal Destinations: The Case of Algarve, Portugal. *Tourism and Hospitality Research*, 11(4), 233-247.
- Driver, J. (1850). An Historical and Descriptive Account of the Island, and Guide to Visitors. In J. A. Mason, *A Treatise on the Climate and Meteorology of Madeira* (pp. 286-386). John Churchill/Deighton and Laughton.
- Errington, F., & Gewertz, D. (1989). Tourism and Anthropology in a Post-Modern World. *Oceania*, 60, 37-54.
- Fernandes, C. & Silva, G. (2007). The Cultural Tourism Market in Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 7/8, 121-134.
- Ferro, J. (1996). *Arqueologia dos hábitos alimentares*. Dom Quixote.
- Finkelkraut, A. (2008). *A derrota do pensamento*. Paz e Terra.
- Flandrin, J.-L. (1996). De la diététique à la gastronomie ou la libération de la gourmandise. In J.-L. Flandrin & M. Montanari (Dirs.), *Histoire de l'alimentation* (pp. 683-703). Fayard.
- Fletcher, J. (2018). The Socio-cultural Impact of Tourism. In J. Fletcher, A. Fyall, D. Gilbert et al. (Eds.), *Tourism : Principles and Practice* (pp. 194-280). Bookman.
- Fontoura, O. R. (2000). *As clarissas na Madeira. 500 anos de presença*. Centro de Estudos de História do Atlântico.

- França, I. H. de (1970). *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1854)*. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Franklin, A. (2003). *Tourism, an Introduction*. Sage.
- Freytag, T. & Bauder, M. (2018). Bottom-up Touristification and Urban Transformations in Paris. *Tourism Geographies*, 20(3), 443-460.
- Garnier, P. (1859). Climatologie. Itinéraire de Paris à Madère. *L'Union médicale (nouvelle série)*, 4, 38-44.
- Goeury, D. (2007). Place et rôle des ONG dans l'acceptation des parcs nationaux : le cas du Haut-Atlas oriental marocain. *Géocarrefour*, 82(4), 231-241.
- Gomes, E. M. de S. (1995). *Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua história. 1660-1777*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Gomes, C. F. (2013). *Gastronomia tradicional da Madeira e do Porto Santo*. Direcção Regional da Cultura.
- Gomes, J. P. (2016). Cozinhar “à Portuguesa” com Lucas Rigaud: identidade alimentar portuguesa no Cozinheiro Moderno. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, 243-270.
- Hyman P., & Hyman, M. (1996). Imprimer la cuisine: les livres de cuisine en France entre le XV<sup>e</sup> et le XIX<sup>e</sup> siècle. In J.-L. Flandrin, & M. Montanari (Dirs.), *Histoire de l'alimentation* (pp. 643-655). Fayard.
- Koens, K., Postma, A., & Papp, B. (2018). Is overtourism overused? Understanding the impact of tourism in a city context. *Sustainability*, 10(12), 4384. <https://doi.org/10.3390/su10124384>.
- Konsa, K. (2013). Heritage as a Socio-Cultural Construct: Problems of Definition. *Baltic Journal of Art History*, 6(125), 123-150. <https://doi.org/10.12697/BJAH.2013.6.05>.
- Kötler, A. F. & Durand, J. C. G. (2007). Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. *Turismo - Visão e Ação*, 9(2), 185-198.
- Leone, M. (2015). The Semiotics of Innovation. In P. P. Trifonas (Ed.), *International Handbook of Semiotics* (pp. 377-388). Springer.
- Lévi-Strauss, C. (1955). *Tristes tropiques*. Plon.
- MacCannell, D. (1973). Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings. *American Journal of Sociology*, 79(3), 589-603.
- Manuppella, G., & Arnaut, S. D. (1967). *O Livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Marujo, N. (2013). O desenvolvimento do turismo na ilha da Madeira. *Turydes*, 6(15). <https://eumed.net/rev/turydes/15/ilha-madeira-turismo.html> [accessed 26/08/2020].
- Matos, R. C. (2013). *As origens do turismo na Madeira. Quinta e hotéis do acervo da Photographia Museu "Vicentes"*. DRMOE/Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Mendes, Luís (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista. 2008-2009, *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 19(39), 479-512. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>.
- Mintz, S. W. (1985). *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. Elisabeth Sifton Books / Viking Penguin.
- Monterrubio, J. C., & Mendonza-Ontiveros, M. M. (2014). Tourism and the Demonstration Effect - Empirical Evidence. *Tourism & Management Studies*, 10(1), 97-103.
- Matta, R. (2015). Visages contrastés de la patrimonialisation alimentaire au Pérou : acteurs, logiques, enjeux. In Suremain, C.-E. de, & Galipaud, J.-C. (Dir.), *Fabric-acteurs de patrimoine* (pp. 19-46). L'Étrave/Institut de Recherche pour le Développement.
- Matta, R., Suremain, C.-É. de, & Crenn, C. (2020). Introduction: Food and the Fabric of Home. In R. Matta, C.-É. de Suremain, & C. Crenn (Eds.), *Food Identities at Home and on the Move. Explorations at the Intersection of Food, Belonging and Dwelling* (pp. 1-15). Routledge.
- Nascimento, J. C. do (1937). As freiras e os doces do Convento da Encarnação. *Arquivo Histórico da Madeira*, 5, 68-75.
- OECD (2009). *The Impact of Culture on Tourism*. OECD Publishing.
- O'Regan, M., Salazar, N. B., Choe, J., & Buhalis, D. (2021). Unpacking overtourism as a discursive formation through interdiscursivity. *Tourism Review*, 77(1), 54-71. <https://doi.org/10.1108/TR-12-2020-0594>.
- Pereira E. C. N. (1939 [1989]). *Ilhas do Zarco*. Câmara Municipal do Funchal.
- Pereiro Pérez, X. (2009). *Turismo Cultural. Uma Visão Antropológica*. Asociación Canaria de Antropología.
- Picard, M. (1997). Cultural Tourism, Nation-Building, and Regional Culture: The Making of a Balinese Identity. In M. Picard & R. E. Wood (Eds.), *Tourism, Ethnicity, and the State in Asian and Pacific Societies* (pp. 181- 214). University of Hawai'i Press.
- Pitta, C. A. M. (1889). *Madère, station médicale fixe*. Félix Alcan, Editeur.

- Pitte, J.-R. (1996). Naissance et expansion des restaurants. In J.-L. Flandrin, & M. Montanari (Dirs.), *Histoire de l'alimentation* (pp. 767-778). Fayard.
- Poulain, J.-P. (2002). *Sociologies de l'alimentation. Les mangeurs et l'espace social alimentaire*. Presses Universitaires de France.
- Qmetrics (2011). *Barómetro Regional da Qualidade Avaliação da Satisfação dos Turistas*. Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia.
- Rigaud, L. (1780). *Cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha*. Na Offic. Patriarc. de Francisco Luiz Ameno.
- Rodrigues, D. (1680). *Arte de cozinha dividida em duas partes*. Oficina de João Galvão.
- Rodrigues, E. (2019). O Turismo na Madeira oitocentista. *Arquivo Histórico da Madeira, 1(Nova Série)*, 337-379.
- Salazar, N. B. (2009). Imaged or Imagined? Cultural Representations and the “Tourismification” of Peoples and Places. *Cahiers d'Études Africaines, 193-194*, 49-71.
- Salazar, N. B. (2012): Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities, *Journal of Sustainable Tourism, 20(1)*, 9-22. <http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2011.596279>.
- Salazar, N. B. (2015). Becoming Cosmopolitan through Traveling. Some Anthropological Reflections. *English Language and Literature, 61(1)*, 51-67.
- Santos, R., & Costa, C. (2013). O património cultural das comunidades portuguesas como uma estratégia para o desenvolvimento do turismo em Portugal. In M. Santos, F. Serra, J. Santos et al. (Eds.). *Desenvolvimento e Planeamento em Turismo – TMS Conference Series* (pp. 5-16). ESGHT-University of Algarve.
- Save-Söderbergh, T. (1992). *Victoire en Nubie. La campagne internationale de sauvegarde d'Abou Simbel, de Philae et d'autres trésors culturels*. UNESCO.
- Silva, A. J. M. da (2016a). *Le régime UNESCO*. CreateSpace.
- Silva, A. J. M. da (2016b). *Diaita Nostra. Patrimoines alimentaires, identité et gouvernamentalité en Méditerranée*. UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know-How (University of Evora).
- Silva, A. J. M. da (2018a). O brotar do jardim do Atlântico. Considerações de ordem económica, sociológica e antropológica acerca da aclimação das plantas frutícolas e hortícolas na Madeira (Sécs. XV-XVIII). *Islenha, 63*, 5-36.

- Silva, A. J. M. da (2018b). From the Mediterranean Diet to the Diaita: The Epistemic Making of a Food Label. *International Journal of Cultural Property*, 25(4), 573-595.
- Silva, A. J. M. da (2020), La “fabrique” du jardin de l'Atlantique. Lectures économique, sociologique et anthropologique de l'acclimatation des plantes fruitières et potagères à Madère (XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle). In Oubahli, M. (dir.), *Manger au Maghreb : par les mots, les fruits et les légumes* (pp. 54-79). Presses Universitaires du Midi.
- Silva, A. J. M. da (2021a), L'Alfenim Madérien et Autres Avatars du Fanîd Maghrébo--Andalou en Atlantique. *Arquivo Histórico da Madeira (Nova Série)*, 3, 5-108.
- Silva, A. J. M. da (2021b), In Quest of a New AR Technology Application to Enhance the Sustainability of Cultural Tourism: The Olive Heritage in Madeira Through the Looking Glass of a ‘Sandbox’ Approach. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 11 (1), 66-76.
- Silva, A. J. M. da (forthcoming), Eating, drinking and travelling for fun. Backward to ‘Tourism and Gastronomy’ and forward to the Covidocene, *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*.
- Silva, A. J. M., & Santos, R. A. N. dos (2021), Rethinking touristification as a long-term process. The impact of tourism on the Madeiran cuisine (19<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> centuries). In A. Zottis, J. P. Jorge, P. Almeida et al. (Eds.). *XII International Tourism Congress - The Image and Sustainability of Tourism Destinations* (pp. 622-630). CITUR / University of Faveale.
- Silva, A. J. M., & Leite, E. M. de A. (2022), Learning from the past. The SABOREA project and the rebranding of the Madeira destination in the post-pandemic era, *Revista e3 - Revista Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP*. <https://doi.org/10.29073/e3.v8i2.592>
- Silva, A. R. M. (1994). *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense (1750-1900)*. Editorial Caminho.
- Silva, I. (1985). *A Madeira e o turismo: Pequeno esboço geográfico*. Secretaria Regional do Turismo e da Cultura.
- Silva, J. M. A. da (1995). *A Madeira e a construção do mundo atlântico. Século XV-XVII*. Centro de Estudos da História do Atlântico.
- Simas, T. B., Oliveira, S. A. Le C. de, & Cano-Hila, A. B. (2021). Tourismophobia or touristification? An analysis of the impacts of tourism in Poblenou, Barcelona. *Ambiente Construído*, 21(3), 117-131.  
<http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212021000300541>.
- Smith, M. K. (2003). *Issues in Cultural Tourism Studies*. Routledge.

- Smith, M. K. (2015). Tourism and Cultural Change. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott (Eds.), *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 175-184). Routledge.
- Sainz-Trueva, J. (1987). Doces e sabores do quotidiano madeirense. In SRTC (Ed.), *Cousas & lousas das cozinhas madeirenses* (pp. 13-33). Secretaria Regional do Turismo e da Cultura.
- Sousa, Á. M. de. (1948-1949). O bolo de mel das freiras da Encarnação. *Das Artes e da História da Madeira (suplemento de "O Jornal")*, 4927, 51-52.
- Sousa, B. (2016). A alimentação da população adulta da Região Autónoma da Madeira. In J. Pinheiro, & C. Soares (coords), *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar* (pp. 471-476). Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume.
- Sousa, É. (2012). *A doçaria madeirense*. In IIEFP (Ed.), *Sabores e saberes da doçaria portuguesa* (pp. 93-105). Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Sousa, J. J. A. de (1991). *O convento de Santa Clara do Funchal*. Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SRETC (2017). *Estratégia para o Turismo da Madeira, 2017-2021*. Secretaria Regional do Turismo e da Cultura.
- Stoczkowski, W. (2007). Racisme, antiracisme et cosmologie lévi-straussienne. Un essai d'anthropologie réflexive. *L'Homme*, 182, 7-51.
- Suremain, C.-E. de (2015). Fabric-acteurs, recherche, patrimoine : une relation sous haute tension. In C.-É. de Suremain, & J.-C. Galipaud (Dir.), *Fabric-acteurs de patrimoine* (pp. 5-17). L'Étrave/Institut de Recherche et Développement.
- Taylor, E. M. (1882). *Madeira: Its Scenery, and how to See it*. E. Stanford.
- UNESCO (1989). *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore* (Paris, 15/11/1989).
- UNESCO (2003). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* (Paris, 17/10/2003).
- UNWTO (2001). *Cultural Heritage and Tourism Development*. World Tourism Organization.
- UNWTO (2018). 'Overtourism'? *Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions. Executive Summary*. World Tourism Organization.

- Veríssimo, N. (1987). À mesa no século XVIII. In SRTC (Ed.), *Cousas & lousas das cozinhas madeirenses* (pp. 35-55). Secretaria Regional do Turismo e da Cultura.
- Vieira, A. (1999). *A SIRAM e as luzes da festa*. SIRAM group.
- Wang, N. (1999). Rethinking Authenticity in Tourism Experience. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 349-370.
- Wang, N. (2000). *Tourism and Modernity. A Sociological Analysis*. Pergamon.
- Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism - Change, Impacts and Opportunities*. Prentice Hall.
- Walmsley, D. J. (2003). Rural Tourism: A Case of Lifestyle-led Opportunities. *Australian Geographer*, 34, 61-72.
- White, R. (1851). *Madeira. Its Climate and Scenery*. Cradock & Co / F. Wilkinson & Co.
- Wood, R. E. (1997). Tourism and the State: Ethnic Options and Constructions of Otherness. In M. Picard, & R. E. Wood (Eds.), *Tourism, Ethnicity, and the State in Asian and Pacific Societies* (pp. 1- 34). University of Hawai'i Press.
- WTO (2018), *Tourism and culture synergies*, World Tourism Organization, <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418978>.

# BIBLIOGRAPHY

# OLHARES CRUZADOS SOBRE O(S) FEMINISMO(S) E A EDUCAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL E NO BRASIL NOS ALVORES DO SÉCULO XX DE CARLA BAPTISTA DE FREITAS

---

Ana Isabel Moniz 

Universidade da Madeira

[ana.moniz@staff.uma.pt](mailto:ana.moniz@staff.uma.pt)

Conflito de interesses: nada a declarar. Financiamento: nada a declarar.

Histórico:

Publicação | Published: 18/12/2022



Todo o conteúdo da **Herança – Revista de História, Património e Cultura** é licenciado sob *Creative Commons*, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

## Recensão

*Olhares Cruzados Sobre o(s) Feminismo(s) e a Educação Feminina em Portugal e no Brasil nos Alvores do Século XX*, da autoria de Carla Baptista de Freitas, é uma obra publicada em 2022, no Funchal, pela Divisão de Publicações da Direcção Regional de Cultura, da Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Apresenta-se como um contributo inovador no que diz respeito ao campo específico dos “Estudos Feministas” (Freitas, 2022: 21) no final do Século XIX e nas três primeiras décadas do Século XX, sublinhando, a partir da análise desse domínio de estudos, a abordagem da História das relações culturais entre Portugal e Brasil. A opção de centrar o seu estudo nesse período deve-se às enormes mudanças políticas, sociais e ideológicas que marcaram esse tempo, considerado pela autora como “tempos de mudança, ‘contaminados’ por uma urbanização que formou a classe média”, (Freitas, 2022: 75) nos quais a mulher viria a assumir um papel mais inclusivo.

Na sua missão de uma construção harmoniosa e partilhada do conhecimento, a autora, que se doutorou em 2021 na área da História, pela UAL - Universidade Autónoma de Lisboa, e é membro do CICH - Centro de Investigação em Ciências Históricas, uma Unidade Orgânica do Departamento de História, Artes e Humanidades da mesma Universidade, recorre a perspectivas novas em diversas áreas do saber, com incidência na História, seja no campo da Educação, seja no campo das identidades plurais e interculturais. Trata-se de domínios do saber que permitem um olhar sobre a construção de uma memória histórica, quer a nível social, político e cultural, quer em termos jurídicos e religiosos dos feminismos,

“movimentos sociais” (Freitas, 2022: 141) que no seu árduo percurso aspiraram à conquista de direitos equitativos face aos homens, numa época em que as mulheres viam quase todos os seus direitos negados. É de salientar que, embora em tempos diferentes, na época em que os debates em torno da questão sufragista chegam a Portugal e ao Brasil, esta questão estava já consolidada nos países não só da Europa Ocidental, mas também dos Estados Unidos da América. Um atraso que é justificado por Carla Baptista de Freitas pelas significativas taxas de analfabetismo, com particular enfoque nas mulheres, assim como pela influência da Igreja Católica não só a nível político, mas também a nível da vida privada desse período.

Esta obra, que tem como área de estudos “História das Mulheres e do género”, como é designada por Irene Vaquinhas de (2002: 209)<sup>1</sup>, pretende “salientar a importância da circularidade dos saberes e preencher, desse modo, algumas lacunas existentes na reconstrução de um período histórico em que as mulheres lutavam por uma posição mais digna nas sociedades portuguesa e brasileira” (Freitas, 2022: 13), como refere Carla Baptista de Freitas. Para tal, a autora apoia-se num conjunto diversificado de fontes manuscritas e impressas sobre considerações teóricas acerca do espaço reservado às mulheres na sociedade dos referidos países e ainda em biografias das três principais figuras femininas, escritoras e professoras, que constituem objeto de análise neste livro: Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa e Júlia Lopes de Almeida.

A autora coloca a tónica em várias questões determinantes para a compreensão do tema,

<sup>1</sup> Vaquinhas, Irene M. 2002. “Linhas de Investigação para a História das Mulheres nos Séculos XIX e XX. Breve Esboço”, in

*Revista da Faculdade de Letras História*. Porto, III Série, vol. 3, pp. 201: 221.

de que podem ser exemplo o papel dos movimentos feministas no processo histórico-natural de Portugal e do Brasil. Assim, procura entender como as mulheres “que combatiam o medo da ‘masculinização’ feminina” (Freitas, 2022: 15) viveram essencialmente num mundo dominado pelos homens e como terão conseguido ultrapassar “a fronteira da trilogia feminina ‘família, casamento e divórcio’” (Freitas, 2022: 15). Para tal, recorre à análise da posição de Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa e Júlia Lopes de Almeida no que diz respeito a esses temas.

Demonstra, também, ao longo desta obra, que a relação entre a condição feminina e a esfera associativa, cívica e política das mulheres dos dois países em estudo em muito terá contribuído para romper fronteiras. Desta relação, os contextos sociopolíticos terão tido impacto a vários níveis, entre eles, de Educação, de Formação e de Cultura. Defendendo que havia uma circularidade cultural entre Portugal e Brasil próxima, a autora procura esclarecer o fundamento das propostas dos dois países para a existência de um intercâmbio a nível de Educação e de instrução.

A estrutura desta obra, cuja problemática que constitui a base dos três capítulos se circunscreve à História das Mulheres compreendida como história relacional, encontra-se dividida em três capítulos ou partes principais: I- Representações e Transformações da história: Educação e Identidades Interculturais; II – Renovação ou Atualização dos Paradigmas: Mulheres e Movimentos Feministas e III – Dignificação e Emancipação das Mulheres: Duas Sociedades, a mesma Língua.

No primeiro capítulo, a autora analisa a emergência dos movimentos feministas, cujas primeiras manifestações podem já ser detetadas nos Séculos XVII e XVIII, através dos

Salões e da Preciosidade, promovidos por mulheres arrojadas, cultas e influentes, graças à sua classe social. De acordo com Carla Baptista de Freitas, será a partir da década de setenta que em Portugal esta área de estudos irá conhecer um desenvolvimento exponencial traduzido pelo crescente interesse de investigadores e pelos inúmeros estudos científicos realizados. Desde a invisibilidade da mulher na vida social e no mundo à reivindicação de igualdade de direitos, de que podem ser exemplo o exercício da cidadania, o acesso a uma profissão e ao voto, terá de ser trilhado um longo e, muitas vezes, doloroso caminho. Para a autora, o ativismo das mulheres durante as duas guerras mundiais ter-se-á revelado benéfico na conquista dos seus direitos, embora ainda de forma insuficiente. Na sua visão, o panorama literário português no final do século XIX não era animador, já que a maioria dos portugueses não sabia ler (79,4%), uma situação que será alterada apenas a partir da década de 60. Tão pouco o período da I República irá inverter a situação, apesar do interesse gradual a nível do ensino livre e da difusão da cultura por todo o país, através da promoção de diversas manifestações culturais. Acresce a leitura que apresenta acerca da posição da mulher na sociedade durante o período de vigência do Estado Novo, na qual “estava reservado para o mundo feminino um universo à parte: o do lar, o da submissão, primeiro ao pai, depois, enquanto casada, ao marido; e, por fim, mas de longe o que mais a consagrava, o de educadora dos filhos” (Freitas, 2022: 61).

No que diz respeito ao panorama literário do Brasil, a autora refere que as primeiras décadas do Século XX foram pródigas em autoritarismo e exclusão política, com a proclamação da República, em 1889. Será necessário aguardar até o primeiro quartel do Século XX para que algumas influências, tais como europeias e a autocrítica do imperialismo do mundo

ocidental, as vanguardas parisienses das artes plásticas e a valorização das culturas africanas, entre outras, repensassem a arte e a cultura e colaborassem para a emergência de um sentimento novo nas elites intelectuais da América Latina. A mulher viria a desempenhar atividades diferenciadas, algumas delas consideradas transgressoras, tais como a escrita. A abordagem de temas e de conteúdos diversos, não só em jornais como em revistas, demonstram a coragem e a habilidade com que estas mulheres abordavam e divulgavam alguns assuntos que, à época, lhes eram vedados ou apenas discutidos em assembleias privadas, dando como exemplo Júlia Lopes de Almeida.

No caso do Brasil, embora em 1879 o governo brasileiro tenha permitido o acesso das mulheres ao ensino de terceiro grau, apesar do preconceito social a que estavam sujeitas, será apenas nos anos 20 do século passado que o entusiasmo pela educação irá ganhar novos contornos, de modo a ser combatido o analfabetismo que grassava em todas as classes sociais. Contudo, ao contrário das mulheres das classes dominantes, que tinham possibilidade de pagar a sua instrução, as mulheres oriundas dos estratos sociais mais baixos viam a sua educação comprometida. De qualquer modo, segundo Carla Baptista de Freitas, a Escola Normal tutelada pelo Estado e as instituições religiosas tiveram grande importância na formação e elevação da cultura das mulheres brasileiras. Nesta primeira parte da sua obra, a autora sustenta a sua análise em vários estudos nomeadamente, de Irene Vaquinhas, Anne Cova, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, Maria Odília Leita da Silva Dias, Luzia Margareth Rago, Ana Maria Colling, entre muitos outros.

Na segunda parte deste livro, a autora debruça-se sobre a origem, influências e diferenças dos Feminismos, “um termo perigoso, um conceito

controverso” (Freitas, 2022: 137) por se referir a movimentos populares das mulheres que reivindicavam um papel mais interventivo na sociedade, tendo em conta as suas capacidades. Tanto em Portugal como no Brasil, à imagem do que se passava no mundo ocidental, sobretudo a partir do início do Século XX, a criação de Associações vai pugnar pela defesa dos direitos femininos. Estas iniciativas, lideradas na sua maioria por mulheres pertencentes à elite burguesa, tiveram uma duração efémera “devido ao reduzido número de associadas e à falta de apoio por parte dos partidos políticos ou de associações estrangeiras congéneres” (Freitas, 2022: 134). Todavia, a progressiva tomada de consciência sobre uma necessária alteração da condição da mulher na sociedade e na vida começou a ganhar repercussões que se viriam a sentir a vários níveis: social, cultural e até político, sobretudo através do sufrágismo e outras reivindicações sobre a igualdade de direitos.

Apoiando-se em inúmeros estudos, tais como de João Esteves, Isabel Lousada e Angela Laguardia, Dominique Fougyrollas-Schwebel, Maria Gabriela Mota Marques, Séverine Thivillon, Júlia Lopes Almeida, a autora apresenta o modo como as mulheres de Portugal e do Brasil contrariaram o pensamento dessa época e contribuíram para a elevação intelectual da mulher. Dá como exemplo o percurso de Ana de Castro Osório que, de ambos os lados do Atlântico, teve livros aprovados pelos responsáveis pela Instrução Pública dos dois países.

Na terceira e última parte desta obra, de dimensão mais reduzida, Carla Baptista de Freitas refere o entusiasmo de algumas vezes que se manifestaram favoravelmente à emancipação da mulher e à igualdade de direitos, tanto em Portugal como no Brasil, dando como exemplo, a brasileira Júlia Lopes

de Almeida, contemporânea de Ana de Castro Osório e de Emília de Sousa Costa.

Refere ainda que o período entre o fim do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX foi rico em manifestações literárias e culturais promovidas pelas classes mais abastadas, o que permitiu a existência de intercâmbios intelectuais entre ambos os sexos, embora à mulher ficasse reservada uma participação mais limitada, como ouvinte ou leitora. Recuperando o já referido papel das Associações, a autora sublinha o seu contributo para a afirmação e valorização da mulher. Recorrendo a vários estudos, como por exemplo, de Bruno Sampaio, Farello Lopes, Miriam Halpern Pereira, Eduardo Schwalbach Lucci, Rachel Soihet, entre tantos outros, a autora traça o caminho de mulheres ousadas

que não hesitaram em marcar a diferença e com isso esbateram a diferença que havia então entre homens e mulheres.

Esta obra apresenta-se, assim, como um importante contributo para a renovação da ciência histórica acerca dos movimentos femininos e afirma-se como uma leitura de referência para a área de estudos da História das Mulheres e do género. Através de uma viagem de descoberta histórica, literária e cultural, esta obra procura dar voz às mulheres do início do Século XX, confinadas à esfera do lar, silenciadas e oprimidas socialmente, fazendo irradiar para o leitor a singular e extraordinária colecção de mulheres, afinal quase todas elas destemidas numa época que não as deixava brilhar.

# **OLHARES CRUZADOS**

**SOBRE O(S) FEMINISMO(S)  
E A EDUCAÇÃO FEMININA**

**EM PORTUGAL E NO BRASIL  
NOS ALVORES DO SÉCULO XX**

**CARLA BAPTISTA DE FREITAS**

# ÍNDICE DE AUTORAS DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (1841-2021)

Fabio Mário da Silva 

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

[famamario@gmail.com](mailto:famamario@gmail.com)

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Publicação | Published:** 18/12/2022

## Recensão

Os estudos das literaturas africanas no Brasil se tornaram mais evidentes após a lei de nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia “as diretrizes e bases da educação nacional”, com uma incisão para incluir currículo “oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ na sua componente curricular”. Décadas antes, algumas universidades e professores/as foram pioneiros/as nesses estudos, inclusive uma das autoras da obra que agora se resenha, Francisca Zuleide Duarte de Souza, que em parceria com a sua ex-orientanda de doutorado, Izabel Cristina de Oliveira Martins, vem dar voz e destaque a autoria feminina africana em língua portuguesa com a obra intitulada *Índice de autoras das literaturas africanas da língua portuguesa*. Esse “índice de autoras” é uma espécie de Dicionário das escritoras africanas. O cuidado que se estabelece na obra começa pela capa, a representar uma mulher negra trajada com vestes tradicionais geralmente associadas às identidades africanas, numa tentativa de representar um canto uníssono dessas mulheres que em diversos períodos históricos dos países africanos em língua portuguesa ousaram transgredir a barreira da escrita e da imprensa, basicamente destinada aos homens. As pesquisadoras apontam que essas autoras, de alguma maneira, à margem ou não de grandes editoras, tentaram trazer a lume obras de diversos gêneros textuais, relevando o

olhar das mulheres sobre temas sensíveis e importantes, tais como: a condição feminina na África e na diáspora; a relação com a terra e os elementos de sua cultura, autóctone ou não; perspectiva do olhar colonial e pós-colonial; relações raciais; temáticas infantis; prostituição e subordinação; misóginas ou lesbofobias; as lutas armadas; a maternidade etc.

Nesse sentido, como é apontado numa epígrafe da obra, existe a necessidade de reunir material sobre o estudo de escritoras, situando-as no seu país de origem ou de adoção, para indicar caminhos de estudos, a partir da organização de uma obra dividida por ordem alfabética dos cinco países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe). O nome das autoras está disposto em ordem alfabética pelo nome próprio – junto com suas respectivas obras e uma bibliografia básica sobre elas, além de datas de nascimento e morte – e expõe uma grande divergência no quantitativo de autoras de um país para o outro, o que indica, por exemplo, a falta da imprensa e da escolarização, que já era precária (e ainda continua sendo) nesses espaços, e que se agrava ainda mais em determinados territórios como o da Guiné-Bissau.

A obra é deveras interessante para os/as pesquisadores/as das literaturas africanas porque é a mais atualizada desse gênero, indicando, de maneira precisa e sucinta, pistas de estudos e apontando o quanto o

caminho crítico em torno dessas autoras ainda está por ser explorado. Desse modo, há desde autoras que estrearam recentemente no mundo das letras e possuem apenas uma única obra, como a angolana Aida Gomes, com *Os pretos de Pousaflores*, de 2011, narrativa na qual encontramos alusão ao império e a memória colonial, bem como a mais recente galardoada com o Prêmio Camões, Paulina Chiziane, autora que se revela em suas obras muitas personagens que indicam a situação das mulheres em culturas e regiões de Moçambique.

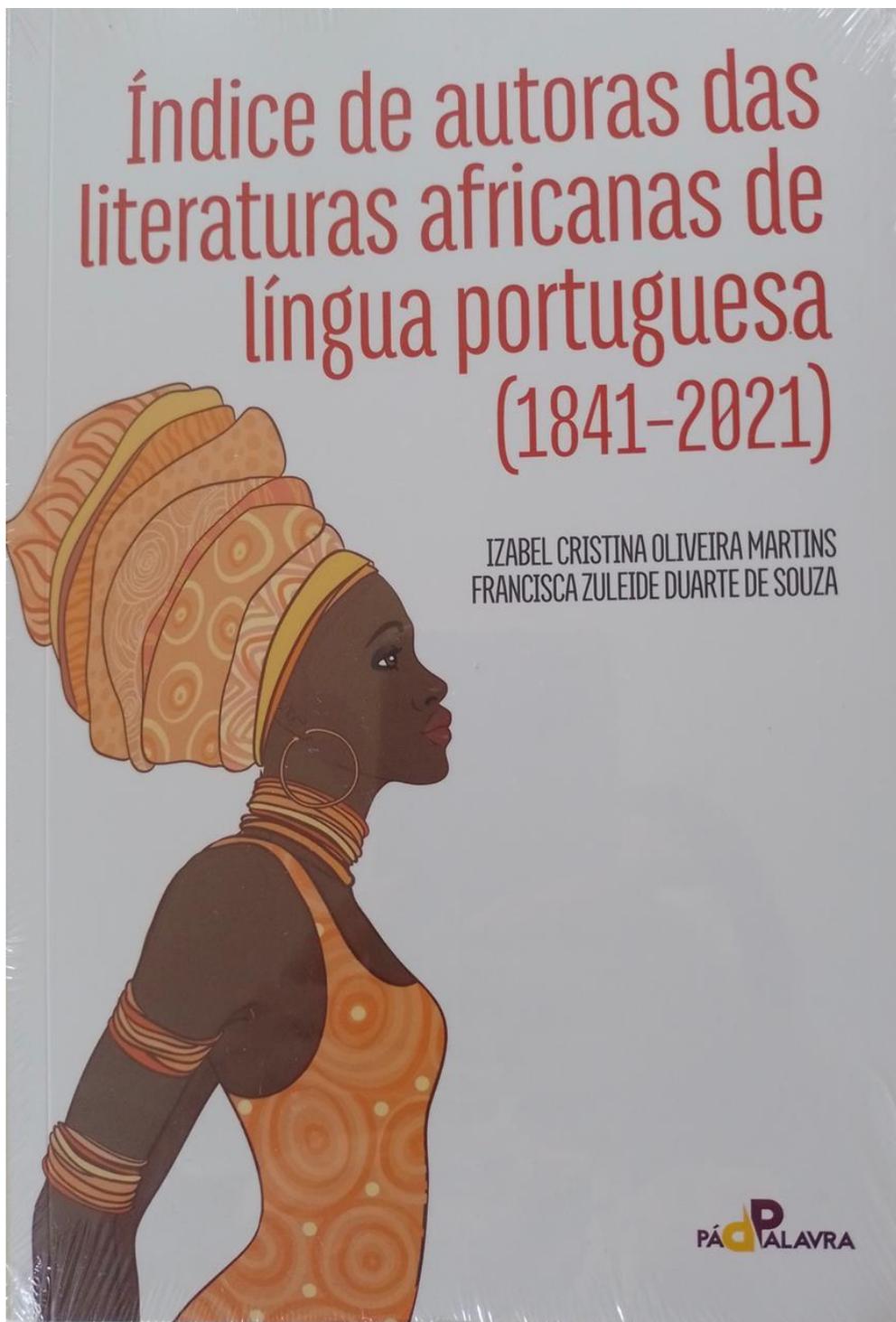
O *Índice de autoras das literaturas africanas de língua portuguesa* também se destaca pela quantidade catalogada, 596 escritoras. Indica-se obras individuais ou em coautoria, participação em coletâneas, compêndios, antologias, periódicos, apontando a data de 1841 como o início dessa produção, com a pioneira cabo-verdiana Antónia Gertrudes Pusich, com a publicação da obra intitulada *Eligia à morte das infelizes vítimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noite de 25 de julho de 1841*.

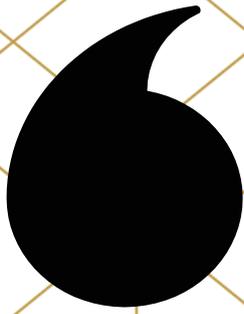
Como se pode depreender, efetuou-se, através de um processo moroso que incluiu, segundo Martins e Souza, busca de textos em páginas virtuais, evento literários, feiras e outros encontros culturais-literários. Destaca-se a facilidade para o/a leitor/a em localizar autoras e obras devido a organização geográfica, o catálogo em formato de tabela. Evidentemente, esse é um compêndio que deve ser atualizado sempre que possível, tendo em vista que atualmente há uma gama maior de editoras, inclusive grandes casas editoriais que estão a publicar muitas mulheres, nascidas na África e que publicam tanto no seu continente quanto fora dele.

Com a publicação dessa obra, infere-se que a intenção de Izabel Cristina de Oliveira Martins e de Francisca Zuleide Duarte de Souza se pode demonstrar que apesar de toda misoginia, preconceito, e formas de exclusão, algumas mulheres ousaram, nesses espaços coloniais e pós-coloniais, produzir literatura, apresentando-nos uma linha cronológica de cerca de 180 anos das escritoras africanas em espaços de língua oficial portuguesa.

## Bibliografia

Martins, I. & Souza, F. (2011). *Índice de autoras das literaturas africanas de língua portuguesa (1841-2021)*. São Paulo: Pá da Palavra.





**“DA VIDA... NÃO FALES NELA”**

“Da vida... não fales nela,  
quando o ritmo pressentes.  
Não fales nela que a mentes.

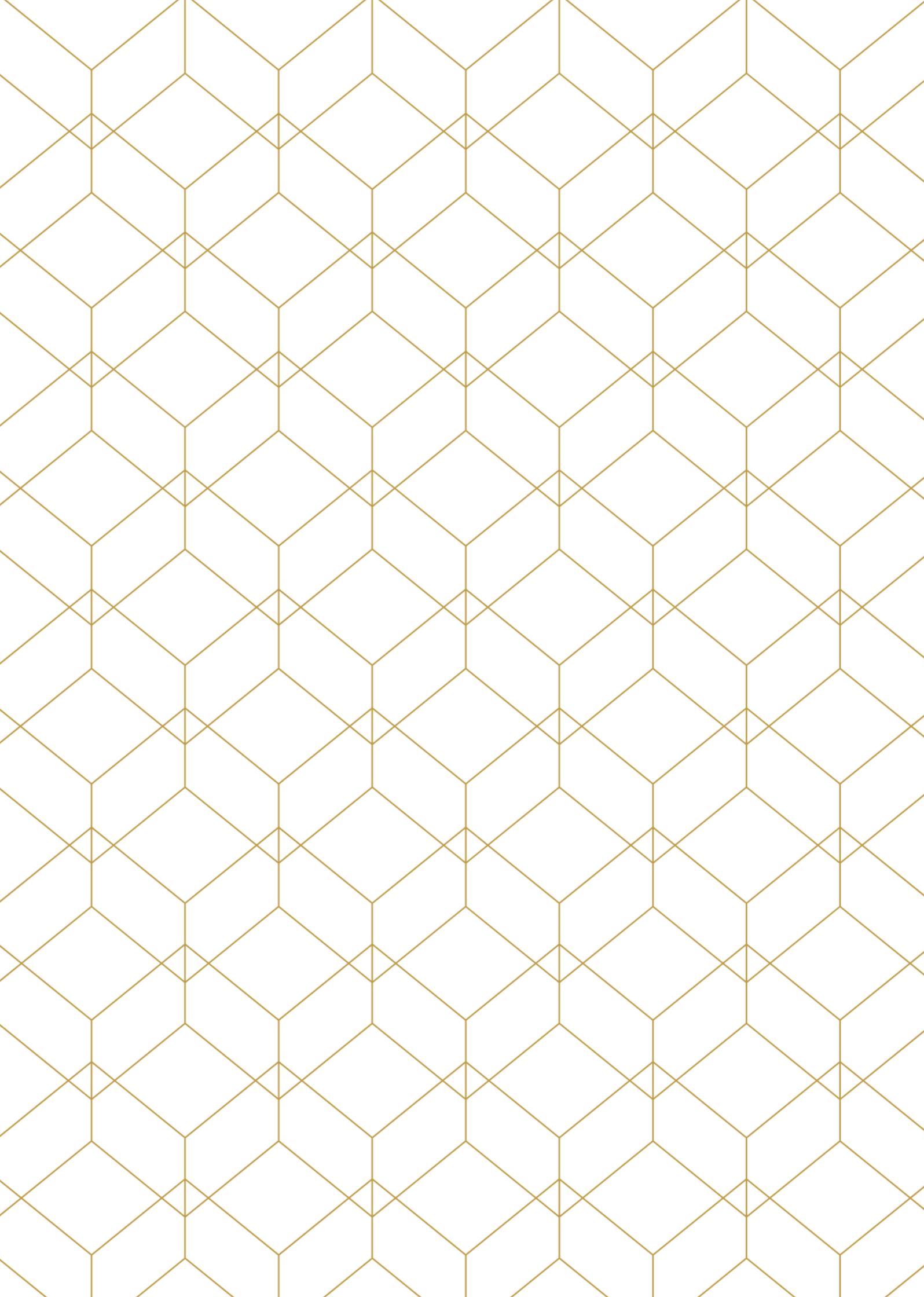
Se os teus olhos se demoram  
em coisas que nada são,  
se os pensamentos se enfloram  
em torno delas e não  
em torno de não saber  
da vida... não fales nela.

Quanto saibas de viver  
nesse olhar se te congela.  
E só a dança é que dança,  
quando o ritmo pressentes.

Se, firme, o ritmo avança,  
é dócil a vida, e mansa...  
Não fales nela, que a mentes.”

**Jorge de Sena** in *Pedra Filosofal*







**HERANÇA**  
Revista de História, Património e Cultura

e

**e<sup>3</sup>** | Revista de Economia  
Empresas e  
Empreendedores  
na CPLP



**HERANÇA**

**J<sup>2</sup>** | Jornal Jurídico

**JIM**

Jornal de Investigação Médica

**RAE**  
REVISTA DE ATIVOS DE ENGENHARIA

**REM**  
REVISTA DE ESTUDOS DO MAR

**A PÁTRIA**  
JORNAL DA COMUNIDADE CIENTÍFICA DE ENGINHA PORTUGUESA